



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS

Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

ADRIANO ALVES BATISTA

“A Fraternidade”: contributos da Unidade Letiva 4 do 5.º ano de Educação Moral e Religiosa Católica no desenvolvimento de uma Oficina de Formação para todos os Professores

Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada

sob orientação de:

Professora Doutora Cristina Maria Ramos Cavalheiro de Sá Carvalho

Professor Doutor Domingos de Paiva Valente da Silva Terra

Lisboa

2024

Aos que me deram tudo e me permitiram ser,
o meu amado pai que me acompanha do Céu
e a minha amada mãe que caminha comigo.

AGRADECIMENTOS

Qualquer caminho, quando trilhado em conjunto torna-se mais leve e agradável de fazer, independentemente dos inúmeros obstáculos que o compõe e que também nos ajudam a fazê-lo com maior qualidade, perseverança e dedicação. Felizmente, este Relatório é o culminar de um caminho que fiz quase sempre acompanhado, com os tempos necessários de solidão construtiva.

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus e aos meus queridos e amados pais. Sem eles não teria chegado até aqui, não teria tido a curiosidade de ir mais além, nem teria tido o suporte tão importante nos momentos mais duros e de maior desalento que acompanharam este trabalho.

Em segundo lugar, agradeço à professora Doutora Cristina Sá Carvalho, a enorme paciência, sensibilidade e generosidade com que me acompanhou e o modo como me motivou para não desistir perante os momentos mais duros, mormente a partida do meu amado pai.

Agradeço também a sabedoria do professor Doutor Domingos Terra, que com grande competência me guiou na redação deste Relatório Final.

Ao professor José António Oliveira, cooperante da Prática de Ensino Supervisionada, que me acolheu muito bem, fazendo com que a minha integração fosse fácil, numa escola a que ia apenas uma vez por semana.

À Sandra que comigo partilhou este percurso no núcleo de estágio e que me ajudou a crescer na discussão e na partilha de ideias e metodologias.

Agradeço igualmente à Edite Azinheira, Tito Mendes, Ricardo Ferreira, Mafalda Henriques, Sónia Pagarete, Ricardo Cunha, Pedro Quintans, Ismael Guedes e João Paulo Pereira, colegas e irmãos com quem trabalhei nas várias escolas por onde passei. Com todos aprendi o que é ser professor de Educação Moral e Religiosa Católica, tendo a oportunidade de crescer e viver fraternalmente.

A todos os alunos com quem tive a honra de partilhar o pouco que sei. Com eles, aprendi a ser mais paciente, a adaptar-me às adversidades e a ser melhor professor. Aos assistentes operacionais das várias escolas, tão importantes na missão de qualquer docente. Obrigado pelo testemunho constante de serviço.

Finalmente, mas não menos importante, obrigado Anabela, pela tua presença constante, firme e silenciosa, compreendendo que, muitas vezes, o silêncio me ajudava mais do que as palavras.

ÍNDICE

Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Abreviaturas e Siglas	viii
Abreviaturas de texto bíblico	ix
Introdução.....	1
Capítulo 1 – A Fraternidade na perspectiva cristã.....	5
1 – A Fraternidade na reflexão teológica	7
1.1 – O ser humano como imagem de Deus	8
1.2 – A dignidade da vida humana	10
1.3 – A Fraternidade a partir de Gaston Fessard	14
2 – Um olhar pela Sagrada Escritura	21
2.1 – A Fraternidade no AT.....	22
2.2 – A Fraternidade no NT	25
2.3 – A Fraternidade em chave cristológica	32
3 – Um olhar pelo Magistério da Igreja.....	35
3.1 – A Fraternidade no Concílio Vaticano II	35
3.2 – A Fraternidade na DSI.....	39
3.3 – A Fraternidade em Paulo VI, João Paulo II e Bento XVI	43
3.4 – A Fraternidade no pensamento do Papa Francisco.....	48
Capítulo 2 – A Fraternidade: uma leçãoção.....	55
1 – Caraterização da escola Damião de Góis – Lisboa.....	55
1.1 – Caraterização e descrição da turma de 5.º ano.....	63
1.2 – Enquadramento Curricular da Fraternidade	66
1.3 – Lecionação.....	70
1.4 – Reflexão acerca da prática docente	107
Capítulo 3 – Proposta de uma oficina de formação para docentes	117
1 – Transformar as relações humanas a partir da Fraternidade	117
1.1 – Porque devemos cuidar dos outros?.....	119
1.2 – Cuidar com o coração.....	122
2 – Enquadramento da formação docente a partir do Decreto-Lei 22/2014, de 11 de fevereiro	125
2.1 – Do sonho de uma Fraternidade Cristã à utopia da Fraternidade universal.....	126
2.2 – Da escola transmissora de conteúdos à «Casa da Fraternidade»	128

2.3 – Da convivência social à vida fraterna	130
3 – Oficina de formação	132
3.1 – Planificação geral da Oficina de Formação.....	134
3.2 – Planificação da primeira sessão.....	136
3.3 – Planificação da segunda sessão.....	139
3.4 – Planificação da terceira sessão.....	142
Conclusão	146
Referências bibliográficas	149

RESUMO

Este Relatório Final, conclui a etapa da Prática de Ensino Supervisionada, realizada na Escola Básica Damião de Góis, em Marvila, na cidade de Lisboa, no âmbito do Mestrado em Ciências Religiosas. O mesmo, versa sobre a Unidade Letiva 4 – “Construir a Fraternidade” do 5.º ano de escolaridade, e pretende ser um contributo para que a Fraternidade possa ser vista como motor transformador das relações na escola.

A partir da Teologia, da Sagrada Escritura e do Magistério, discorremos sobre o assunto, procurando contribuir para o aprofundamento desta reflexão tão útil e necessária aos nossos dias, quando vemos o aparecimento de novos conflitos mundiais a uma velocidade impressionante e assustadora. No que diz respeito a autores, Gaston Fessard e o Papa Francisco, têm bastante importância na nossa reflexão.

Como súmula, propomos uma Oficina de Formação para docentes com o intuito de os sensibilizar para a importância de trabalharem a temática da Fraternidade nas suas aulas, para que se construam cada vez mais relações fraternas e para que também as práticas pedagógicas possam ir a esse encontro. Aqui, a Fraternidade é apresentada como princípio de transformação social e educativa e a Educação Moral e Religiosa Católica é olhada como um “laboratório da Fraternidade” que propõe e proporciona uma formação holística aos nossos alunos.

Palavras-chave: Fraternidade; EMRC; Bem comum; Prática de Ensino Supervisionada; Gaston Fessard; *Fratelli Tutti*; Oficina de Formação.

ABSTRACT

This Final Report finishes the stage of the Supervised Teaching Practice carried out at Escola Básica de Damião de Góis in Marvila, Lisbon, as a part of the Master's Degree in Religious Sciences. It deals with Teaching Unit 4 – “Building Fraternity” of the 5th year of the degree, and has the objective to be a contribution so that fraternity can be seen as a driving force for the transformation of relationships at school.

Based on theology, Sacred Scripture and the Magisterium, we discuss this subject, seeking to contribute to deepening this reflection, which is so useful and necessary today, when we see this new conflicts emerging in the world at an impressive and frightening rate. As far as authors are concerned, Gaston Fessard and Pope Francisco are very important in our reflection.

In summary, we propose a Training Workshop for teachers to create awareness to the importance of working on the theme of Fraternity in their classes, so that more fraternal relationships can be built and pedagogical practices can also go hand in hand. Here, Fraternity is presented as a principle of social and educational transformation and Catholic Moral and Religious Education is seen as a “laboratory of Fraternity” that create and provide an holistic formation for our students.

Keywords: Fraternity; EMRC; Common Good; Supervised Teaching Practice; Gaston Fessard; *Fratelli Tutti*; Training Workshop.

ABREVIATURAS E SIGLAS

AEDD – Agrupamento de Escolas Dom Dinis

AG – *Ad Gentes*

CVII – Concílio Vaticano II

DH – *Dignitatis Humanae*

DSI – Doutrina Social da Igreja

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

EMRC – Educação Moral e Religiosa Católica

FT – *Fratelli Tutti*

GAAF - Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família

GS – *Gaudium et Spes*

LG – *Lumen Gentium*

ONU – Organização das Nações Unidas

PES – Prática de Ensino Supervisionada

PPT - *PowerPoint*

TEIP - Território Educativo de Intervenção Prioritária

UL – Unidade Letiva

UR – *Unitatis Redintegratio*

ABREVIATURAS DE TEXTO BÍBLICO

1 Cor – 1.^a Carta aos Coríntios

1 Pe – 1.^a Carta de Pedro

1 Rs – 1.^o Livro dos Reis

1 Ts – 1.^a Carta aos Tessalonicenses

2 Cor – 2.^a Carta aos Coríntios

2 Sm – 2.^o Livro de Samuel

AT – Antigo Testamento

At – Atos dos Apóstolos

Cl – Carta aos Colossenses

Dt – Livro do Deuterónimo

Ex – Livro do Êxodo

Fl – Carta aos Filipenses

Gl – Carta aos Gálatas

Gn – Livro do Génesis

Heb – Carta aos Hebreus

Jo – Evangelho segundo João

Jr – Livro de Jeremias

Lc – Evangelho segundo Lucas

Lv – Livro do Levítico

Mc – Evangelho segundo Marcos

Mt – Evangelho segundo Mateus

NT – Novo Testamento

Pr – Livro dos Provérbios

Rm – Carta aos Romanos

Sir – Livro de Ben Sira

Sl – Livro dos Salmos

INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui apresentamos é o culminar da nossa Prática de Ensino Supervisionada (PES), no âmbito da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), referente ao Mestrado em Ciências Religiosas. A nossa prática decorreu na Escola Básica Damião de Góis, em Lisboa e tivemos como docente cooperante, o professor Dr. José António Oliveira e como docente da PES, a professora doutora, Cristina Sá Carvalho.

Na escola foi-nos atribuída uma turma de 5.º ano e, de acordo com o programa da disciplina de EMRC para este ano, foi obrigatório escolhermos uma Unidade Letiva (UL) de entre as quatro que lecionámos, para que a mesma se tornasse a nossa UL de referência para análise e estudo aprofundado no presente relatório. Escolhemos a UL 4 – Construir a Fraternidade, a partir da qual desejamos estudar o conceito de Fraternidade. Trata-se do tema central da UL e, hodiernamente, de um tema que está muitíssimo presente no pensamento e nos escritos do Papa Francisco, com especial destaque para a Carta Encíclica *Fratelli Tutti*, sobre a Fraternidade e a amizade social.

Atualmente, vivemos tempos de grande incerteza a muitos níveis, sendo a paz um valor constantemente ameaçado. Com a crise de relações, entre pessoas e nações, a atingirem proporções muito grandes, urge refletir acerca da Fraternidade como uma oportunidade para cada ser humano olhar o outro como um semelhante, um irmão que com ele partilha a casa comum e que, apesar das inúmeras diferenças de pensamento, ideológicas, culturais e geográficas, é possível uma paz duradoura, desde que baseada numa Fraternidade que a todos aproxima e irmana e que se pauta pela compaixão.

Se termos como um dos nossos inspiradores o Papa Francisco, a partir da encíclica referida, é necessário esclarecer que este tipo de documento não é escrito para ficar dentro dos círculos da Igreja. Trata-se de uma Carta essencial para a humanidade, quer falemos de católicos, de pessoas de outras confissões religiosas ou de indivíduos que não professam qualquer fé, porque a sua linguagem é simples e porque a Fraternidade e a preocupação com o bem comum dizem respeito a todos. E, embora haja um convite à vivência de valores éticos e morais, há uma maestria na forma de os transmitir, não o fazendo como dogma, mas como uma forte possibilidade de transformação das relações humanas a partir da Fraternidade.

Assim, este relatório tem essencialmente três objetivos, estampados na divisão feita em três capítulos. No primeiro capítulo, refletiremos acerca da Fraternidade na

perspetiva cristã, onde se dará o devido destaque à sua presença na reflexão teológica, partindo da ideia do ser humano como imagem e semelhança de Deus, da sua dignidade que lhe é inerente pela condição de humano e de Filho de Deus e, depois, um grande destaque para a temática da Fraternidade no estudo e no pensamento de Gaston Fessard, jesuíta francês em quem o Papa Francisco parece inspirar-se muito para falar deste assunto. Depois, olharemos para o relevo que a Fraternidade tem na Sagrada Escritura, procurando evidenciar alguns textos do Antigo Testamento (AT) e do Novo Testamento (NT) que apelam a esta vivência e que traduzem de forma concreta, o que é assim viver. A nossa reflexão prosseguirá pelo Magistério da Igreja, onde procuraremos compreender como é que a Fraternidade está presente nos documentos do Vaticano II, na Doutrina Social da Igreja (DSI), e nos pontificados de Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI e, mormente, de Francisco.

No primeiro capítulo, perceberemos de forma abrangente o conceito de Fraternidade a partir da perspetiva cristã, sem descurar as outras áreas do saber, mas evidenciando que a mesma se enraíza numa conceção de filiação divina – daí que refletamos sobre o ser humano criado à imagem e semelhança de Deus – comum a todas as pessoas e princípio absolutamente crucial para uma vivência comunitária pacífica, mas também para que cada indivíduo se comprometa na construção do bem comum que não é possível sem relações fraternas. Assim, a reflexão teológica e moral já antes destacada, enfatizará a importância de cada ser humano se preocupar em viver em harmonia com todos, procurando o bem da comunidade e não apenas o seu bem. No que à disciplina de EMRC diz respeito, com os conteúdos programáticos previstos para o 5.º ano acerca da Fraternidade, vêm ao de cima valores que favorecem a responsabilidade cívica, a harmonia e a amizade social.

O segundo capítulo apresentará a contextualização da PES onde se fará uma descrição pormenorizada da escola, referindo o contexto social em que se insere, bem como da turma que esteve ao nosso cuidado, apresentando-se também uma caracterização da mesma, onde se procura compreender de forma assertiva os alunos que tínhamos em sala de aula. Aqui, far-se-á o devido enquadramento da UL de referência e destacar-se-ão os principais desafios colocados à nossa lecionação. Temos assim o segundo objetivo deste relatório.

Este segundo capítulo terá o seu foco na PES e procurará mostrar o papel importantíssimo da disciplina de EMRC na formação integral dos alunos, concretamente dos que nos foram confiados na escola Básica Damião de Góis. Veremos como todo este

processo nos permitiu desenvolver competências docentes essenciais para termos práticas pedagógicas que potenciam cada vez mais as aprendizagens dos alunos. Assim, a nossa lecionação e acompanhamento da PES, permitiu-nos ganhar maior reflexão crítica sobre a própria PES e deu-nos ferramentas para ultrapassarmos os obstáculos que foram surgindo na escola, em sala de aula ou não. No que concerne à temática da Fraternidade, ela é central na EMRC, como referimos, sendo transversal aos vários ciclos, com especial destaque para o II ciclo, no âmbito dos conteúdos trabalhados no 5.º ano. Todavia, ao analisar o currículo, compreendemos que desde cedo o foco é colocado na amizade, na solidariedade e no perdão, até chegarmos à compreensão daquilo que é a Fraternidade Universal, assente nos valores cristãos. Ora, isto permite-nos afirmar que ao longo de todo o currículo da EMRC, qualquer aluno que esteja a frequentar a disciplina, é desafiado a refletir sobre a Fraternidade como alicerce para a vida em sociedade, compreendendo que pela história, pela religião e pela ética, será desafiado a construir uma sociedade mais justa e fraterna onde o perdão e o amor ao outro sejam uma constante, a fim de que a dignidade humana seja respeitada em todas as situações.

O terceiro capítulo tem como objetivo primordial apresentar uma proposta de Oficina de Formação para docentes. Para tal, antes de chegarmos à apresentação da mesma, procurar-se-á mostrar como é que a Fraternidade humana pode transformar as relações entre pares, fundada no cuidado e na entrega mútua, alertando para a importância de cuidarmos uns dos outros e de o fazermos com o coração, isto é, com total entrega. Por outro lado, falar-se-á da formação docente e da sua importância a partir do Decreto-Lei 22/2014 de 11 de fevereiro, e refletiremos sobre o sonho de passarmos da Fraternidade cristã à Fraternidade Universal. Adentrando-nos mais na escola, iremos refletir sobre a escola transmissora e o desafio que é a mesma ser uma “casa da Fraternidade” com a porta aberta a todos, e enquadraremos e apresentaremos a Oficina de Formação para todos os docentes, a partir desta temática. Assim, partindo da metáfora que é a Igreja como “hospital de campanha”, e dos textos da *Fratelli Tutti*, defender-se-á a necessidade de educarmos os nossos alunos para a Fraternidade e de formarmos e sensibilizarmos os docentes para a importância de se construírem relações fraternas na escola. Esse princípio será então a base da referida Oficina de Formação, destinada aos docentes do Colégio Pedro Arrupe, em Lisboa. Por outro lado, ao incluirmos a Fraternidade na formação dos professores, concretamente a partir dos conteúdos programáticos da EMRC, reafirmamos o papel crucial que a mesma tem na educação dos alunos, educando-os e sensibilizando-os para a importância de construírem relações interpessoais saudáveis, pautadas pela

tolerância e pelo respeito, porque a Fraternidade não é um assunto meramente biológico, mas uma decisão consciente e responsável que exige um compromisso da parte de cada indivíduo. Para que essa Fraternidade possa também ser uma realidade na escola, é preciso que as barreiras da indiferença e do preconceito sejam destruídas, e que se promova uma cultura do encontro e do diálogo, tão defendida pelo Papa Francisco.

A Oficina de Formação para docentes apresenta-se como uma consequência da nossa aprendizagem ao longo de todo este processo de formação. Com o nosso amadurecimento como pessoa - facultado pelos alunos e colegas -, como cristão (pensando nas muitas circunstâncias que rodearam e interpelaram este percurso) e como docente, centrado na relevância da formação inicial e ao longo da vida, procuramos partilhar, embora modestamente, a riqueza de todo este processo e, sobretudo, o significado da presença da Igreja nas escolas e do muito que pode representar. Nesta Oficina de Formação, trataremos de levar os docentes a refletirem sobre a Fraternidade e a urgência de termos nas escolas modalidades pedagógicas que possam transformar o ensino a partir deste princípio, procurando compreender o que deve ser melhorado, e como é que a reflexão sobre a Fraternidade pode nisso ajudar. Neste processo formativo, a reflexão grupal será essencial, mas não poderemos descurar as dinâmicas da educação informal, sobretudo a partir de Nuno de Carvalho, e a reflexão do Papa Francisco sobre a Fraternidade, a educação e os educadores. A partir daqui, tentaremos mostrar como é que a EMRC pode “emprestar” os seus conteúdos aos docentes de outras áreas curriculares, e exibiremos propostas de atividades para que os docentes, em grupo, possam obter essa conclusão, sendo auxiliados também pelo docente formador.

CAPÍTULO 1 – A FRATERNIDADE NA PERSPETIVA CRISTÃ

Ao longo deste capítulo, propomo-nos compreender a Fraternidade na perspetiva cristã. O conceito de Fraternidade está relacionado com a vida em comunidade, situação que preocupou a humanidade desde a sua mais remota existência, por se tratar de um fenómeno social, cultural, político e religioso da máxima importância.

Como estamos a tratar este tema em função da intervenção em educação, é oportuno referir que a experiência comunitária nas idades a que nos dedicamos (9-10 anos) é influenciada essencialmente por três grupos, a saber: família, amigos e escola.¹

Dicionários e enciclopédias afirmam que o conceito de Fraternidade provém do latim “fraternitate”, que significa parentesco; parentesco entre irmãos, relação e convivência entre irmãos, harmonia na humanidade, amizade entre pessoas. Roque Cabral, afirma que a ideia de um laço fraternal está, ao longo da história, presente no pensamento secular, onde surge e persiste uma ideia de solidariedade social. Por sua vez, o termo “irmão” surge do latim “germanus”. Relacionado com “frater” e “soror”, remete para filhos do mesmo pai e mãe (ou de um deles), ou pessoas criadas juntas, que mantêm laços de parentesco ou relações afetivas. Mais genericamente, é referido a uma pessoa que é semelhante a outra, que “se parece com”.²

Joseph Ratzinger foi um dos autores que refletiu também sobre o conceito de “irmão”, tanto como surgido antes do Cristianismo, como fora dele. Na sua reflexão, remonta a Platão que considera o compatriota como irmão. Assim, a irmandade baseia-se numa extensão da consanguinidade a uma nação. Por conseguinte, o estrangeiro não era considerado irmão. Por sua vez, Xenofonte designa o amigo como irmão que exclui os não amigos. O helenismo grego, com o desmoronamento da *polis* a partir da época macedónica, fez emergir novas ideias de comunidade com influências do Oriente. Isto é visível nas famílias e grupos sociais unidos por sangue e pelo mesmo deus protetor, que

¹ Cf. Juan José Tamayo (org.), *Novo Dicionário de Teologia* (São Paulo: Paulus, 2009), 82.

² Cf. Roque Cabral et al., *Logos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia* (Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1990), 742.

Cf. Academia das Ciências de Lisboa, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea Vol. I* (Braga: Verbo, 2001), 1815.

Cf. Academia das Ciências de Lisboa, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea Vol. II* (Braga: Verbo, 2001), 2166.

Cf. José Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (Lisboa: Editorial Confluência-Livros Horizonte, 1967), 1082.

se consideravam todos irmãos. O estrangeiro podia ser admitido a esta irmandade através de uma cerimónia de iniciação.³

No Antigo Testamento, a Fraternidade fundamenta-se num Pai comum, Deus, que é Deus de Israel e de todos os povos.⁴ Na perspetiva cristã, a Fraternidade fundamenta-se na crença de uma filiação divina, em que todos os seres humanos são criados à imagem e semelhança de Deus.⁵ Ao longo deste primeiro capítulo, iremos desenvolver a reflexão sobre esta perspetiva, atendendo à sua importância na lecionação da disciplina de EMRC.

É de realçar que a modernidade introduziu alterações na conceção de comunidade. A societalização alavancada pela revolução industrial provocou a passagem de um sistema de base comunitária para outro de base social, caracterizado por organizações e relações pessoais mais amplas,⁶ onde o estado-nação “moderno” é a única forma possível de sociedade.⁷

A escola foi essencial para a construção do estado-nação, uma vez que, contribuiu para a socialização de «identidades dispersas, fragmentadas e plurais que se esperava poderem ser constituídas em torno de um projeto político comum».⁸ Neste sentido,

quando se tem claro que a Sociedade é que funda o Estado, a Fraternidade passa a ter uma dimensão política, ou seja, é uma categoria política (...). A Fraternidade constitui uma exigência que se revela na relação horizontal com o outro (...) e, sensibilizado, consciente e motivado passa a agir de forma comprometida e responsável em atitude compatível a um membro integrante de uma mesma e única família humana.⁹

A EMRC, enquanto única disciplina que apresenta a temática da Fraternidade no seu currículo, torna-se incontornável no atual modelo de escola e nos seus objetivos. É de notar que a Constituição da República Portuguesa (2005), indica no Artigo 70.º, dedicado à juventude (n.º2) que «a política de juventude deverá ter como objetivos prioritários o

³ Cf. Joseph Ratzinger, *La fraternidad de los cristianos* (Salamanca: Ediciones Sígueme, 2005), 21-32.

⁴ Cf. Ratzinger, *La fraternidad de los cristianos*, 23-24.

⁵ Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*» (Prior Velho: Paulinas Editora, 2020), 272.

⁶ Cf. Jorge Botelho Moniz, «As camadas internas da secularização: proposta de sistematização de um conceito essencialmente contestado», *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* XXXIV, (2017): 85-86.

⁷ Cf. Aida Ferreira, «Acção do serviço social em contexto de globalização: limites e (ou) desafios», *Revista Lusófona de Ciências Sociais* 2, (2005): 21.

⁸ Almerindo Afonso, Emílio Ramos, «Estado-nação, educação e cidadanias em transição», *Revista Portuguesa de Educação* 20 (1), (2007): 80.

⁹ Filippo Pizzolato, «A Fraternidade no Ordenamento Jurídico», em *O Princípio Esquecido/1*, ed. Antonio Baggio, trad. Durval Cordas, Iolanda Gaspar, José Maria de Almeida, (São Paulo: Editora Cidade Nova, 2008), 114.

desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade».

Já a Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46 de 1986, refere, por exemplo, que:

Para o 2.º ciclo, a formação humanística, artística, física e desportiva, científica e tecnológica e a educação moral e cívica, visando habilitar os alunos a assimilar e interpretar crítica e criativamente a informação, de modo a possibilitar a aquisição de métodos e instrumentos de trabalho e de conhecimento que permitam o prosseguimento da sua formação, numa perspectiva do desenvolvimento de atitudes activas e conscientes perante a comunidade e os seus problemas mais importantes (Artigo 8.º, 3b).

Já para o ensino secundário alarga esta compreensão à «comunidade internacional» (Artigo 9.º, e) e refere que a educação extra-escolar (Artigo 26.º, c) deve «favorecer atitudes de solidariedade social e de participação na vida da comunidade», muitas das quais estão hoje integradas nos currículos. Assim se verifica que importa uma sólida reflexão teológica, antropológica e moral para a compreensão do tema, sobre o qual discorreremos ao longo deste capítulo.

1 – A Fraternidade na reflexão teológica

O pensamento teológico inspira-se nos ensinamentos de Jesus Cristo para refletir sobre a temática da Fraternidade. A partir da conceção de filiação divina, a Fraternidade é vista como princípio fundamental da reflexão com expressão na Doutrina Social da Igreja, uma vez que orienta as relações dos cristãos num sentido tridirecional, a saber: entre Deus e o ser humano; entre cristãos; entre cristãos e não cristãos.

Faremos referência ao ser humano como imagem e semelhança de Deus, partindo dos relatos do livro do Génesis, para à luz da mensagem judaico-cristã das origens, procurarmos respostas para as questões acerca do sentido bem como para tentarmos compreender a criação como um lugar onde os crentes reconhecem a sua filiação divina. Por outro lado, falando da dignidade da vida humana, a mesma será exaltada, a partir da relação do ser humano com Deus e com o seu semelhante, isto é, com o próximo, que decorre da criação à imagem de Deus. Aqui, além das referências aos textos do AT, mencionaremos também relatos do NT e abordaremos a defesa da dignidade da vida humana a partir do valioso contributo de Maria da Glória Garcia.

Finalmente, iremos discorrer sobre o pensamento e a reflexão que Gaston Fessard tem sobre a temática da Fraternidade e que é de uma riqueza inesgotável, tornando-se assim no nosso autor de referência para aprofundarmos mais esta temática, já que a partir da sua análise, veremos que não hesita em aplicar à Fraternidade humana uma apreciação lógica, filosófica, racional e espiritual.

1.1 – O ser humano como imagem de Deus

A humanidade refletiu sempre a sua existência a partir do sentido da sua origem. O Cristianismo recorre ao livro do Génesis, concretamente, à mensagem judaico-cristã das origens, para procurar respostas às inquietações mais profundas da humanidade. «No primeiro versículo da Sagrada Escritura lê-se (...) Deus é a origem de todas as coisas, e é na beleza da criação que se manifesta a sua onnipotência de Pai que ama».¹⁰

Neste relato bíblico, ao sexto dia, acontece a criação da humanidade à imagem e semelhança de Deus, não segundo a sua espécie como referido para as plantas e animais, mas em relação a Deus como forma de mostrar a excelência da humanidade entre as restantes criaturas.¹¹ A criação torna-se assim, lugar de reconhecimento da filiação divina para os crentes.¹²

As primeiras interpretações da humanidade à imagem e semelhança de Deus, recaem num dualismo antropológico, uma vez que variavam na conceção de uma imagem de Deus nas qualidades físicas, e na capacidade de transcendência e racionalidade. No entanto, a relação entre Deus e a humanidade enquanto imagem de Deus, alicerça-se na competência humana Eu-Tu. O v. 27 deste relato especifica ser condição essencial da humanidade a sua relação com Deus e os seus semelhantes, tornando-se, por isso, um ser relacional. Deus torna-se inevitavelmente o Tu da humanidade e vice-versa, uma vez que Deus manifestou a vontade de se refletir na humanidade, dotando-a de uma dignidade completamente distinta das restantes criaturas.¹³

Por sua vez, a relação ao Tu realiza-se, neste relato, na sexualidade humana, na relação homem-mulher. A criação no plural, que se verifica no v. 27, destaca homem e

¹⁰ Bento XVI, «Audiência Geral de 6 de fevereiro de 2013», acedido a 3 de junho de 2023, https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2013/documents/hf_ben-xvi_aud_20130206.html.

¹¹ Cf. António Couto, *Pentateuco, caminho da vida agraciada* (Lisboa: Universidade Católica Editora, (2005): 220.

¹² Cf. Bento XVI, «Audiência Geral de 6 de fevereiro de 2013».

¹³ Cf. Juan Ruiz de la Peña, *Imagen de Dios: antropologia teológica fundamental* (Santander: Editorial Sal Terrae, 1996): 44-46.

mulher, sendo que o ser humano é chamado a reproduzir-se e a multiplicar-se. Esta dimensão é entendida em função de Deus, tanto como origem da humanidade, como na sua natureza e razão de ser.¹⁴

O segundo relato da criação (*Gn 2, 4b-24*) é atribuído à Tradição Javista (J) e apresenta de forma aprofundada a história de Deus com a humanidade.¹⁵ Este relato é antropocêntrico,¹⁶ uma vez que encontramos nele a quase totalidade dos elementos de análise da humanidade.¹⁷ Por seu lado, é importante ter em conta que a partir desta narrativa, o ser humano é uma única humanidade, que, criada a partir do mesmo pó, tem origem em Deus, independentemente das diferenças sociais, históricas ou culturais. Por outro lado, há que ter em conta outro elemento: Deus inspira o sopro de vida em cada ser humano, pelo que, o Seu sopro está presente em cada vida humana, marcando assim o seu início (cf. *Gn 2, 7*).¹⁸ O «ser criado à imagem e semelhança de Deus indica que o homem não está fechado em si próprio, mas tem uma referência essencial em Deus».¹⁹

É de salientar que, até ao sopro vital de Deus, a humanidade criada do pó e da costela de Adão, está sem vínculo com Deus.²⁰ A experiência de um Deus único, universal e criador fundamenta tudo o que existe, reforçando a importância da relação pessoal entre Deus e a humanidade. O conceito trinitário de Deus possibilita a Sua relação com o mundo e vice-versa.²¹

Em Jesus, Pai e Filho são criadores: o Pai cria e salva e o Filho é a mediação da criação e da salvação, pela qual ordena o mundo numa nova humanidade. A questão da filiação divina, revelada e anunciada por Jesus, é o alicerce da Fraternidade cristã. Há uma espiritualidade que a todos irmana na mesma fé.²²

Há uma grande intimidade entre Deus Pai e o Filho Jesus, ao ponto de o último se dirigir com familiaridade e naturalidade a Deus, recorrendo à expressão “*Abba, Pai*”. Este

¹⁴ Cf. Von Rad, *El libro del Genesis*, 72.

¹⁵ Cf. Von Rad, *El libro del Genesis*, 90.

¹⁶ Cf. Armino Vaz, *O sentido último da vida projetado nas Origens* (Marco de Canaveses: Edições Carmelo, 2011): 50.

¹⁷ Cf. João Paulo II, «Audiência Geral de 19 de setembro de 1979», acessado a 25 de abril de 2023, https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiencias/1979/documents/hf_jp-ii_aud_19790919.html.

¹⁸ Cf. Bento XVI, «Audiência Geral de 6 de fevereiro de 2013».

¹⁹ Bento XVI, «Audiência Geral de 6 de fevereiro de 2013».

²⁰ Cf. Philippe Lefebvre, «Filiations humaines, filiation divine. Petites traverses bibliques», *Revue d'éthique et de théologie morale* 297, (2018): 14.

²¹ Cf. João Duque, «O conceito de Deus na Teologia Fundamental», *Didaskalia* 88 (XXXVIII), (2008): 233-243.

²² Cf. Luigi Cândido, «Fraternidade», em *Dicionário de Espiritualidade*, ed. Stefano Fiores, Tullo Goffi (São Paulo: Edições Paulinas, 1989), 466-471.

termo da língua aramaica era usual no trato das crianças para com os pais, pois expressa o carinho, a ternura e a confiança que Jesus demonstrou ter nos momentos mais difíceis da Sua vida. Nesta cumplicidade e intimidade, Pai e Filho fazem-se presentes um ao outro.²³

A originalidade do sublime título “Filho de Deus” radica tanto na pessoa histórica de Jesus de Nazaré como na paternidade recriadora manifestada por Deus a respeito de Jesus no evento pascal. Esta relação designa a própria especificidade da fé cristã que, embora presente na pregação pré-pascal do Reino de Deus como a soberania do amor paterno do *abba*, só recebe o seu significado pleno e teologicamente relevante para nós na obra da ressurreição concluída pelo Pai. O título de Filho de Deus conferido a Jesus Cristo “expressa o que é essencial e específico em toda a fé cristã”. Esta expressão constitui novidade em vista da história das religiões, mas somente se levarmos em conta o evento pascal. “Filho de Deus” deve, de facto, ser interpretado a partir da relação particular do Jesus histórico com o *abba*, como nos confirma a ressurreição.²⁴

Em contraposição, o título de Filho do Homem, atribuído a Jesus, designa a fragilidade da humanidade diante de Deus, bem como a sua condição pecaminosa. Apesar de ser uma designação enigmática atribuída a Ele, trata-se de um título que figura na lista dos vários títulos cristológicos, uma vez que revela a Sua transcendência, realiza a Sua vocação de Servo de Deus e anuncia a manifestação da Sua dignidade secreta. Este título evoca a referência à vida terrestre de Jesus, tem uma denotação escatológica e permite que as primeiras comunidades cristãs integrem melhor os Seus ensinamentos, para que possam associar a imagem do Filho do Homem à do Servo Sofredor no âmbito da experiência pascal.²⁵

1.2 – A dignidade da vida humana

A imagem de Deus constitui o mais importante de todos os elementos que integram a dignidade humana, sendo considerada a base de todos os outros.²⁶ A vida em

²³ Cf. Nestor Aziagbia, *La fraternité en Christ: fondements del'être ecclésial et son incidence africaine* (Strasbourg: Université de Strasbourg, 2012): 61.

²⁴ Michel Deneken, *La foi pascale* (Paris: Éd. du Cerf, 2002): 171.

²⁵ Cf. Aziagbia, *La fraternité en Christ: fondements del'être ecclésial et son incidence africaine*, 56-59.

²⁶ «Deus, depois de ter criado o homem à sua imagem e semelhança (cf. Gn 1,26), qualificou a sua criatura como «muito boa» (Gn 1,31) para depois assumi-la no Filho (cf. Jo 1,14). O Filho de Deus, no mistério da Encarnação, confirmou a dignidade do corpo e da alma, constitutivos do ser humano». Congregação para a Doutrina da Fé, «Introdução *Dignitas Personae* sobre algumas questões de bioética», acedido a 10 de junho de 2023,

comunhão com Deus e com o próximo, decorrente da criação à imagem de Deus, dá sentido e valor a toda a criação.²⁷ Afirmar que o ser humano é imagem de Deus, é dizer que por este, Deus se torna presente,²⁸ o que lhe confere uma dignidade intrínseca que constitui um valor sem limites.²⁹

A intuição dos nossos antepassados bíblicos de um conjunto de características exclusivamente humanas justifica claramente uma antropologia religiosa que reconhece uma grande dignidade à nossa espécie.³⁰

No Antigo Testamento encontramos a base que sustenta a dignidade humana, pois Deus criou o ser humano à Sua imagem e semelhança (cf. *Gn 1,26*) e deu a cada um a missão de amar o próximo como a si mesmo. Todavia, vemos isso replicado no Novo Testamento (NT), com maior expressão na pessoa de Jesus, que não só convida o ser humano a viver desse modo radical, mas dá disso testemunho com a Sua própria vida.³¹ Isto permite-nos afirmar que o Cristianismo foi e é preponderante na asserção da dignidade da pessoa humana, ajudando a confirmá-la como um valor universal, se tivermos em conta, de modo peculiar, os termos “imagem de Deus” e “redenção” no NT,

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20081208_dignitas-personae_po.html.

«Porque é ‘à imagem de Deus’, o indivíduo humano possui a dignidade de pessoa: ele não é somente alguma coisa, mas alguém. É capaz de se conhecer, de se possuir e de livremente se dar e entrar em comunhão com outras pessoas. E é chamado pela graça, a uma aliança com o seu Criador, a dar-Lhe uma resposta de fé e amor que nenhum outro pode dar em seu lugar». Catecismo da Igreja Católica (Coimbra: Gráfica de Coimbra – Libreria Editrice Vaticana, para a edição portuguesa, 1993), 357.

²⁷ «A Sagrada Escritura ensina que o homem foi criado ‘à imagem de Deus’, capaz de conhecer e amar o seu Criador, e por este constituído senhor de todas as criaturas terrenas, para as dominar e delas se servir, dando glória a Deus. (...)

Deus, porém, não criou o homem sozinho: desde o princípio criou-os ‘varão e mulher (Gn 1,27); e a sua união constitui a primeira forma de comunhão entre pessoas. Pois o homem, por sua própria natureza, é um ser social, que não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros’». Concílio Vaticano II, «Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo actual», acedido a 10 de junho de 2023, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html, 12.

«As narrações da criação no livro do Génesis contêm, na sua linguagem simbólica e narrativa, ensinamentos profundos sobre a existência humana e a sua realidade histórica. Estas narrações sugerem que a existência humana se baseia sobre três relações fundamentais intimamente ligadas: as relações com Deus, com o próximo e com a terra. Segundo a Bíblia, estas três relações vitais romperam-se não só exteriormente, mas também dentro de nós». Francisco, Carta Encíclica «*Laudato Si'*» (Prior Velho: Paulinas Editora, 2015), 66.

²⁸ Cf. António Monteiro, «A dignidade humana na Constituição Pastoral – ‘*Gaudium et Spes*’», *Humanística e Teologia* 1, 3 (1980): 271.

²⁹ Cf. Bernardo Domingues, «Em que consiste a dignidade da pessoa humana», *Humanística e Teologia* 11 (1990): 163.

³⁰ John Haight, *Cristianismo e evolucionismo em 101 perguntas e respostas* (Lisboa: Gradiva, 2009), 60.

³¹ Cf. Luís Barroso, *A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo - A construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial* (Belo Horizonte: Fórum, 2012), 15.

significando que essa dignidade foi conferida ao ser humano por Deus Criador, e resgatada por e em Jesus Cristo³².

(...) É, de facto, com os ensinamentos dos Padres da Igreja que a ideia veterotestamentária do homem como “imagem de Deus” será estendida do povo eleito para todos os homens. E é a semelhança do homem com Deus que explica a sua posição especialíssima no mundo da natureza: Deus criou-nos como sua imagem, honrando-nos assim com uma dignidade transcendente. Essa visão foi reforçada quando Jesus Cristo se fez homem-Deus³³ (...).

Jesus entrega a sua vida na cruz derramando o Seu sangue, e há uma unidade fraternal que se constitui a partir do sangue que a todos une, porque esta não é uma entrega realizada por um pequeno grupo, mas pela humanidade inteira. Sendo a vida humana um valor absoluto para o Cristianismo, esta ideia tem o seu sustento no facto de Jesus chamar todos à salvação, não existindo mais a distinção entre judeu e grego, pois a humanidade forma um só corpo em Cristo Jesus (cf. *Gl* 3, 28)³⁴. A partir daqui, a temática dos direitos humanos ganha novo alcance e sentido, porque o ensinamento cristão constitui o grande pilar do pensamento que os trouxe à luz do dia³⁵.

Entendemos que falar de direitos humanos é também falar de cuidados. Cuidados a ter conosco, com os outros e com o mundo, sem descurar em todas estas relações, a dignidade inerente ao ser humano, criatura de Deus, porque, como tem afirmado inúmeras vezes o Papa Francisco, cuidar do mundo em que estamos inseridos, é também cuidar de nós e dos outros. Contudo, é imprescindível que nos possamos constituir como um “nós” que habita esta casa comum, enaltecendo um projeto comum, ao invés daquilo que cada vez mais vamos observando, que é um descarte de coisas e de pessoas que atenta contra a dignidade da criação³⁶. Perante este cenário, o convite a que cada ser humano se reconheça como criatura de Deus, feita de argila e insuflada com o fôlego da Vida (cf. *Gn* 2, 7), ganha novas dimensões e exige da sociedade civil especial atenção, porque o modo eficaz de combater as ofensas à dignidade humana consiste em reconhecer direitos

³² Cf. Adão Pires, «A dignidade da pessoa humana na história e no direito: aspectos de tempo e espaço», *Revista Jurídica Luso-Brasileira* 6, n. 6 (2020): 9.

«Assim, foi em Cristo, redentor e salvador, que a imagem divina, deformada no homem desde o primeiro pecado, foi restaurada na sua beleza original e enobrecida pela graça de Deus». Concílio Vaticano II, «Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo actual», 22.

³³ Paolo Becchi, *O princípio da dignidade humana* (Aparecida: Santuário, 2013), 11-12.

³⁴ Cf. Pires, «A dignidade da pessoa humana na história e no direito: aspectos de tempo e espaço», 9.

³⁵ Cf. Celso Lafer, *Ensaio liberais* (São Paulo: Edições Siciliano, 1991): 119.

³⁶ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 17-18.

fundamentais às pessoas, capazes de evitar o abuso de poder. A dignidade humana é uma realidade suprema perante a autoridade política, e todo o poder político lhe está subordinado. Então, esta ideia de subordinação do poder exprime-se através dos direitos fundamentais que emergem dessa mesma realidade e que nela se solidificam³⁷.

Por outro lado, para falarmos dos direitos fundamentais, é obrigatório referirmos o direito fundante de todos os outros – o direito à vida³⁸ – consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e na Constituição da República Portuguesa, onde se pode ler que «a vida humana é inviolável» e que «em caso algum haverá pena de morte»³⁹.

Com o passar dos anos, as questões da dignidade humana foram ganhando nova preponderância, e, assim, surgiram outros direitos pessoais que já consideramos de extrema importância, como o direito à identidade pessoal, à cidadania, à imagem ou à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação⁴⁰. Aliado a isto, é necessário ter em conta que o reconhecimento da liberdade, que é inerente à dignidade do ser humano, implica que não haja constrangimentos da parte do Estado que não estejam juridicamente fundados. Pelo contrário, deve haver um claro compromisso do Estado na defesa dos vários direitos, entre eles os pessoais e os sociais que podem e devem relacionar-se intimamente. Esta compreensão e visão da missão do Estado, bem como dos direitos humanos, corresponderá a um importante passo que dê à dignidade um estatuto de valor fundante do próprio Estado. Mas não basta reconhecer e declarar a dignidade como o tal valor crucial. É necessário que, pelo facto de todos serem dignos por igual, também todos possam ter a oportunidade de viver dignamente. Torna-se assim urgente que a dignidade humana seja entendida como um valor e um direito que convoca à solidariedade⁴¹.

Para que se vá caminhando rumo a uma real amizade social, o Papa Francisco é extremamente contundente quando defende que há pessoas que aceitam a igualdade de oportunidades, e, por conseguinte, igual dignidade de todos os seres humanos, porém, defendem também que tudo depende de cada um, perdendo-se assim a dimensão da corresponsabilidade pelo outro. O individualismo não nos torna nem mais livres nem mais

³⁷ Cf. Maria da Glória Garcia, *Como defender hoje a Dignidade Humana* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2016): 7-9.

³⁸ Cf. Garcia, *Como defender hoje a Dignidade Humana*, 12.

³⁹ «Constituição da República Portuguesa», artigo 24º, 1-2, acedido a 13 de junho de 2023, <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art24>.

⁴⁰ Cf. «Constituição da República Portuguesa», artigo 26º, 1.

⁴¹ Cf. Garcia, *Como defender hoje a Dignidade Humana*, 13-31.

irmãos, por isso, o olhar não deve estar posto única e exclusivamente na eficiência, mas sim na pessoa humana, havendo necessidade de um Estado que tenha uma presença forte na vida das pessoas, mormente as frágeis. Isto não trará a rentabilidade tão desejada segundo a lógica hipercapitalista, em que o modelo económico vigente não reconhece os seres humanos como irmãos, mas olha-os como rivais, porque só o negócio importa, seja ele, muitas vezes, como for. Isto mostra-nos que só esta atenção para com os mais frágeis e excluídos revelará que o Estado e as instituições estarão orientadas para as pessoas e o bem comum. Quando isto não acontece, o futuro para a Fraternidade torna-se uma miragem⁴². As várias instituições devem existir para ajudar a construir fraternidade, e não para simplesmente arrumarem as pessoas na sociedade, classificando-as e categorizando-as, tornando-as pertença de um grupo onde as relações não se aprofundam, porque os corações não estão despertos para a beleza daquilo que é reconhecer no outro um irmão.

1.3 – A Fraternidade a partir de Gaston Fessard

Gaston Fessard dissertou profundamente sobre a Fraternidade, de modo particular na obra *Pax Nostra – Examen de Conscience International*, onde reflete acerca dos acontecimentos posteriores à Primeira Guerra Mundial e antecipa os movimentos do pensamento e da condição humana anteriores à Segunda Grande Guerra. A sua análise das questões relacionadas com a Fraternidade humana, numa perspetiva teológica, filosófica e antropológica do mundo do seu tempo, permitiu-lhe fazer uma antevisão da evolução do que considerava para si mesmo um dos valores mais importantes, quer pessoais quer coletivos e religiosos. A partir dessa análise, não hesita em aplicar à Fraternidade humana uma apreciação lógica, filosófica, racional e espiritual. Para organizar o seu pensamento crítico, recorre às ferramentas da análise teológica, tais como o saber antigo, com o qual assumidamente se identifica. Do mesmo modo, recorre à análise filosófica, na busca do sentido histórico e do significado existencial dos acontecimentos.

Fessard trata o tema da experiência da Fraternidade do ponto de vista da influência desta – tanto como estando presente como estando ausente – o comportamento coletivo das sociedades saídas da Grande Guerra. A partir daí, projeta a sua antevisão relativamente à possibilidade de todo o drama humano de uma guerra mundial se voltar a repetir, embora, eventualmente, assumindo outras formas. Ainda assim, a sua posição é

⁴² Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 106-108.

relativamente otimista, considerando a eventual capacidade de os povos se terem tornado mais conscientes quanto às suas capacidades para alterarem o rumo dos acontecimentos, não perdendo de vista os valores mais altos da Esperança, da Fraternidade e da Fé.

É no contexto anteriormente referido que Fessard também desenvolve o seu pensamento em torno das ideias de bem da comunidade e de bem comum. Para ele, a génese do bem comum surge a partir da questão da autoridade, identificando três direções ou autoridades que se particularizam na experiência humana: o poder jurídico, o poder de facto e o poder do valor.⁴³ No seu sentido mais usual, a autoridade é entendida como poder jurídico, princípio que dá coesão ao Estado e a toda a sociedade, e que tem por missão primordial assegurar o desenvolvimento do ser social para o qual serve de vínculo.⁴⁴ O poder de facto «impõe-se ao outro independentemente de toda a consagração jurídica»⁴⁵, apesar deste domínio se transformar depois em poder jurídico, para se revestir da majestade do direito, ausente na sua conceção. Este poder caracteriza-se por ser uma força que subordina o outro, sem qualquer motivo ou direito, estando, por isso, ligado às qualidades pessoais.⁴⁶ O líder tem poder sobre os demais, mesmo quando não está investido de poder jurídico,⁴⁷ coloca o outro em movimento e modela-o. Se essa influência durar o suficiente, penetra profundamente os seres que atinge, especialmente se corresponde às necessidades profundas do ambiente social. Este último altera-se, então, o que gera um novo modo de existência que tem reflexos nos costumes, que posteriormente obtêm um valor legal. A este movimento de influências o autor denomina de “dupla metamorfose”: do meio social pela força do poder individual e do poder jurídico por reação ao meio social⁴⁸. Relativamente ao poder de valor, Fessard questiona:

(...) Não será ele a finalidade e o termo deste crescimento que tem por origem um poder de facto, criador de ligação social, e por meio do poder jurídico cuja missão é manifestamente desenvolver a ligação? A autoridade da verdade não representará ela mesma a perfeição da autoridade?⁴⁹

⁴³ Cf. Dominique Coatanea, *Le défi actuel du Bien commun dans la doctrine sociale de l'Église: Études à partir de l'approche de Gaston Fessard s.j.* (Zürich: LIT Verlag, 2016): 38.

⁴⁴ Cf. Gaston Fessard, *Autorité et Bien Commun*, ed. Frédéric Louzuau (Paris: Éditions Ad Solem, 2015): 49.

⁴⁵ Fessard, *Autorité et Bien Commun*, 50.

⁴⁶ Cf. Fessard, *Autorité et Bien Commun*, 50-51.

⁴⁷ Cf. Coatanea, *Le défi actuel du Bien commun dans la doctrine sociale de l'Église: Études à partir de l'approche de Gaston Fessard s.j.*, 38.

⁴⁸ Cf. Fessard, *Autorité et Bien Commun*, 51.

⁴⁹ Fessard, *Autorité et Bien Commun*, 57.

Para além desta dinâmica horizontal, o autor apresenta uma dialética vertical entre facto e direito, e a procura do bem comum. Este último é um valor, portanto, de natureza superior, pelo que se impõe.⁵⁰ Segundo Fessard, a verdade produz um acordo universal dos espíritos e realiza a perfeição da ligação social, assumindo-se como fonte última da autoridade e suprimindo a diferença que há na génese da autoridade.⁵¹

Segundo a sua perspectiva, o bem comum, princípio e fim da autoridade, é a soma dos bens públicos e privados, materiais e morais, que visam a prosperidade da sociedade. A comunidade é apresentada como uma totalidade concreta e objetiva, onde podemos também encontrar a procura da satisfação das necessidades e dos desejos dos seus membros. Para promover o encontro dos membros da sociedade, efetivamente dos seus egoísmos individuais face ao bem da comunidade, a autoridade assume a primazia do bem coletivo em detrimento do particular⁵². O bem comum não é, por isso, geral em relação a todos os membros da comunidade, mas o bem da própria comunidade de forma objetiva e concreta. A procura do bem absoluto da comunidade, se fosse perseguida através de uma autoridade desligada do bem particular, perderia a universalidade desse bem, que lhe é essencial. Seria, desse modo, incapaz de satisfazer a prosperidade e o desejo de universalidade próprio de cada ser humano, mesmo após a satisfação dos desejos e necessidades individuais.

A comunidade de bem não é constituída pela soma das partes reais, concretas, e limitadas, que cada indivíduo toma do bem da sua comunidade, mas realiza-se na participação ilimitada de cada um dos seus membros em todo o bem possível, segundo as suas capacidades, o que é reconhecido sob a forma de direitos,⁵³ «direitos universais, direitos do Homem como tal»⁵⁴. A interação de todos e de alguns, dentro da comunidade, é necessária para que se atinja o fim esperado de uma comunidade. O bem da comunidade perverte-se se não se abre à universalidade da comunidade de bem, pelo que a autoridade deve reduzir egoísmos individuais que se opõem a esta finalidade.

O bem de cada comunidade, por ser concreto, continua a ser particular, podendo, por isso, opor-se ao bem de outras sociedades. A autoridade constituída para alcançar esta comunidade de bem, que integra esses “bens” particulares, pode perverter-se com

⁵⁰ Cf. Coatanea, *Le défi actuel du Bien commun dans la doctrine sociale de l'Église: Études à partir de l'approche de Gaston Fessard s.j.*, 40.

⁵¹ Cf. Fessard, *Autorité et Bien Commun*, 57–63.

⁵² Cf. Fessard, *Autorité et Bien Commun*, 83–84.

⁵³ Cf. Fessard, *Autorité et Bien Commun*, 84.

⁵⁴ Fessard, *Autorité et Bien Commun*, 85.

facilidade, por exemplo, por um abuso de autoridade desencadeado pela dimensão dos fenómenos em apreço.⁵⁵ Daí ter-se de considerar a oposição dialética entre bem da comunidade e comunidade de bem, dois aspetos importantes do bem comum. Se a primeira representa a particularidade e a tangibilidade do bem, a segunda representa a sua universalidade.⁵⁶ Fessard invoca, então, a liberdade como mediação entre estas dimensões, embora não tenha lugar de uma forma plena. Tal se deve ao facto de se apresentar como vontade de bem universal de todos, mas que, afinal, na sua concretude, será sempre vontade de um bem particular e, não exatamente, universal.⁵⁷

Assim, como facto e direito são duas faces da autoridade, o bem da comunidade e a comunidade do bem são dois aspetos fundamentais do bem comum. De facto, é no bem comum que a particularidade do bem da comunidade e a abertura ao infinito da comunidade do bem, se podem encontrar. No contexto do modelo de mediação da autoridade, de facto e de direito, onde o valor se assume como a finalidade da autoridade em relação ao bem comum, há também uma exigência de mediação entre a comunidade do bem e o bem da comunidade. A esta necessidade, Fessard designa-a como bem de comunhão.⁵⁸

Por comunhão entende-se o laço, universal e concreto, que transcende a particularidade do bem, como a individualidade dos que une. Esta mediação apenas pode ser de um universal concreto, capaz de reunir num ato tanto a realidade concreta do bem de cada um, como abrir este bem particular à universalidade do bem,⁵⁹ identificando-se estas duas realidades opostas no mesmo ato.⁶⁰

⁵⁵ Cf. Fessard, *Autorité et Bien Commun*, 86.

⁵⁶ Cf. Fessard, *Autorité et Bien Commun*, 86-87.

⁵⁷ Cf. Fessard, *Autorité et Bien Commun*, 87.

⁵⁸ Cf. Fessard, *Autorité et Bien Commun*, 103-104.

⁵⁹ «Entre a globalização e a localização, também se gera uma tensão. É preciso prestar atenção à dimensão global para não cair numa mesquinha quotidianidade. Ao mesmo tempo convém não perder de vista o que é local, que nos faz caminhar com os pés na terra. As duas coisas unidas impedem de cair em algum destes dois extremos: o primeiro, que os cidadãos vivam num universalismo abstrato e globalizante (...); o outro extremo é que se transformem num museu folclórico de eremitas locais, condenados a repetir sempre as mesmas coisas, incapazes de se deixar interpelar pelo que é diverso e de apreciar a beleza que Deus espalha fora das suas fronteiras». Francisco, Exortação Apostólica «*Evangelii Gaudium*» (Lisboa: Paulus Editora, 2013), 234.

«É preciso olhar para o global, que nos resgata da mesquinhez caseira. Quando a casa deixa de ser lar para se tornar confinamento, calabouço, resgata-nos o global, porque é como a causa final que nos atrai para a plenitude. Ao mesmo tempo temos de assumir intimamente o local, pois tem algo que o global não possui: ser fermento, enriquecer, colocar em marcha mecanismos de subsidiariedade. Portanto, a fraternidade universal e a amizade social dentro de cada sociedade são dois polos inseparáveis e ambos essenciais. Separá-los leva a uma deformação e a uma polarização nociva». Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 142.

⁶⁰ Cf. Fessard, *Autorité et Bien Commun*, 104.

Para o nosso autor, é necessário ultrapassar a ideia exclusivamente laica e política do ser humano, que exclui a relação do indivíduo com Deus, e que define a sua essência independentemente do tipo de relação com o transcendente. Assim, uma teologia política não pode ser fundada exclusivamente pela antropologia e pela política, mas ambas necessitam de uma elaboração integral, que seja temporal, individual, social e simultaneamente espiritual, sem que nenhum destes elementos cause espanto ou separação. Esta desenvolver-se-á a partir da tensão entre o universal e o particular. Por exemplo, no AT, a particularidade do povo eleito é o caminho para a universalidade da História da Salvação em função da eleição divina. No NT, por sua vez, não encontramos a particularidade de um povo, mas a pessoa de Cristo, membro do povo judeu.⁶¹ A dialética entre o particular e o universal, entre o individual e o social, é a fonte da inimizade que simultaneamente abre o caminho para a revelação da singularidade e universalidade de cada ser humano.⁶²

Com o estudo e investigação realizados, é possível notar que «os polos pelos quais a teologia fessardiana política se constrói e se orienta são Israel e as Nações, a pessoa de Cristo, membro do povo judeu e a humanidade».⁶³

Visto que a Revelação cristã veio criar o mundo uma segunda vez, é dela que devo partir para tentar ver claro. Em função do problema que me ocupa posso defini-la [a Revelação] exatamente assim: ela dilatou em extremo os horizontes da comunidade humana em que todo o “eu” se encontra com o seu nascimento e ao mesmo tempo ela consolidou ao máximo a existência deste “eu” elemento íntimo desta comunidade. Revelação da Fraternidade universal em Cristo, revelação do valor absoluto de cada homem, tais são os dois polos entre os quais devem orientar-se todos os nossos amores, o da paz tal como o da pátria.⁶⁴

Cristo é, pois, o mediador, sendo Ele quem une a humanidade entre si, e esta a Deus. O laço social que supera todas as oposições funda-se numa Paternidade divina que

⁶¹ Cf. Gaston Fessard, *Pax Nostra. Examen de Conscience International* (Paris: Éditions Bernard Grasset, 1936): 39-40.

⁶² Cf. Fessard, *Pax Nostra. Examen de Conscience International*, 41-42.

⁶³ Antoine Guggenheim, «Contribution de deux textes de Saint Paul (Galates 3,28 et Éphésien 2,14) à la théologie chrétienne du politique de Gaston Fessard», *Cités* 1, n. 53 (2013): 188.

⁶⁴ Fessard, *Pax Nostra. Examen de Conscience International*, 39-40.

Todas as traduções para português, salvo indicação contrária, são da nossa autoria.

origina uma Fraternidade humana⁶⁵ universal e incondicional, tendo como imagem mediadora a própria Igreja.⁶⁶

Segundo Gaston Fessard, pela paternidade, cada ser humano liga-se à humanidade, à sua árvore genealógica, ligação pela qual encontra proximidade com todas as pessoas, por muito diversas e/ou distantes que lhe sejam. Ao contrário, pela pátria, realiza-se uma unificação atual em cada pessoa concreta, onde a cultura assume o papel, especialmente pela língua, de apresentar uma unidade com os outros. Assim, se a paternidade é a ligação essencial da família onde se funda o princípio original, a ligação específica da pátria é a Fraternidade onde encontramos uma união final, de uma comunidade de espírito a realizar.

Para Fessard, a família é o primeiro ambiente que define cada ser humano e sua humanização, através do estabelecimento de uma primeira Fraternidade⁶⁷, fundada pelo encontro com um ambiente que proporciona a cada um dos seus membros uma existência singular e que não produz individualismo, mas desenvolvimento pessoal, da personalidade, de cada um dos seus membros. É este desenvolvimento que permite ao indivíduo, ser moldado num berço de Fraternidade, para que na descoberta das outras relações humanas, esteja preparado para interagir e estender laços de Fraternidade que recebeu primeiramente na família.⁶⁸

Uma vez que, como vimos, a noção de Fraternidade encontra, também, a sua sustentação na comunidade alargada do país, na singularidade da língua, da cultura, da

⁶⁵ «(...) sem uma abertura ao Pai de todos, não pode haver razões sólidas e estáveis para o apelo à fraternidade. Estamos convencidos de que 'só com esta consciência de filhos que não são órfãos, podemos viver em paz entre nós'. Com efeito, 'a razão, por si só, é capaz de ver a igualdade entre os homens e estabelecer uma convivência cívica entre eles, mas não consegue fundar a fraternidade». Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 272.

⁶⁶ Cf. Fessard, *Autorité et Bien Commun*, 128.

⁶⁷ «Na realidade, a fraternidade é uma dimensão essencial do homem, sendo ele um ser relacional. A consciência viva desta dimensão relacional leva-nos a ver e tratar cada pessoa como uma verdadeira irmã e um verdadeiro irmão; sem tal consciência, torna-se impossível a construção duma sociedade justa, duma paz firme e duradoura. E convém desde já lembrar que a fraternidade se começa a aprender habitualmente no seio da família, graças sobretudo às funções responsáveis e complementares de todos os seus membros, mormente do pai e da mãe. A família é a fonte de toda a fraternidade (...).»

Francisco, «Mensagem para a celebração do XLVII Dia Mundial da Paz 2014», acedido a 20 de junho de 2023, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20131208_messaggio-xlvii-giornata-mondiale-pace-2014.html.

«Atacar a instituição familiar, desprezando-a ou duvidando da importância de seu papel, constitui um dos males mais perigosos do nosso tempo». Francisco, Ahmad Al-Tayyeb, «Documento sobre a fraternidade humana em prol da paz universal e da convivência comum», acedido a 30 de junho de 2023, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papa-francesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html.

⁶⁸ Cf. Fessard, *Pax Nostra. Examen de Conscience International*, 47-48.

história, da fé e da unidade espiritual, um cristão, por exemplo, como membro da comunidade em Cristo, não tem de abdicar dessa condição.

E se a família pode ser entendida como um ideal particular e intransmissível na sua singularidade, como referimos anteriormente, como lugar de origem, a pátria fornece o ideal coletivo. É em torno desta outra identificação que a Fraternidade promove, a favor da humanidade, a realização do Reino de Deus, que por sua vez é o resultado do bem comum⁶⁹.

A Fraternidade humana exclusivamente fundada na ideia de uma Comunidade de Nações parece, para Fessard, muito duvidosa em si mesma. Faltar-lhe-á a transcendência, a qual é representada na Fraternidade humana como o exercício da Fé⁷⁰. Ficando-se exclusivamente pelos conceitos de Nação e de Comunidade de Nações, a Fraternidade sem presença da transcendência gera um mundo sem Deus.⁷¹ No entanto, «estas associações de Países ou Estados, como a já referida Comunidade de Nações, podem representar uma unidade superior em extensão, não em natureza».⁷² Apesar de parecer muito crítico e cético em relação à ideia de uma Comunidade de Nações, cujo objetivo seria estabelecer de forma política a Fraternidade Humana, não deixa de reconhecer que a ideia pode ser muito importante no estabelecimento da esperança entre os povos, defendendo que essa Comunidade de Nações pode descobrir o aspeto espiritual da Fraternidade.⁷³ Assim, só através do reconhecimento de cada ser humano, que depende e partilha um Pai com os restantes indivíduos, será possível um compromisso real em busca de um cuidado para com todos, tendo em vista o bem comum e a construção de relações profundamente fraternas, que vão além da solidariedade.⁷⁴

⁶⁹ «A fraternidade gera paz social, porque cria um equilíbrio entre liberdade e justiça, entre responsabilidade pessoal e solidariedade, entre bem dos indivíduos e bem comum».

Francisco, «Mensagem para a celebração do XLVII Dia Mundial da Paz 2014».

⁷⁰ «Como crentes, pensamos que, sem uma abertura ao Pai de todos, não podem haver razões sólidas e estáveis para o apelo à fraternidade». Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 272

⁷¹ Cf. Fessard, *Pax Nostra. Examen de Conscience International*, 53.

⁷² Fessard, *Pax Nostra. Examen de Conscience International*, 54.

⁷³ Cf. Fessard, *Pax Nostra. Examen de Conscience International*, 60.

⁷⁴ «Ser solidário não implica necessariamente o respeito do outro. Uma política de solidariedade pode limitar-se a números e transferências de dinheiro, enquanto que uma política baseada na fraternidade implica um empenhamento pessoal de todos e de cada um. (...)

Sempre que nós damos uma esmola a um mendigo, podemos contentar-nos em deixar escorregar furtivamente uma moeda na sua mão, sem sequer perder tempo a olhar para ele. É um acto de solidariedade. Nós podemos também deter-nos por alguns instantes, quer tenhamos dinheiro ou não, trocar um sorriso e algumas palavras calorosas. É um ato de fraternidade (...). Face aos novos dramas humanos gerados nas nossas sociedades, a solidariedade já não chega. É preciso redescobrir a fraternidade». Abbé Pierre. *Fraternidade* (Lisboa: Editorial Notícias, 2000): 51.

2 – Um olhar pela Sagrada Escritura

Sendo a Sagrada Escritura fonte de transmissão das relações entre Deus e o ser humano, e do ser humano com Deus, ao olhá-la com atenção e profundidade, parece-nos que o AT, com destaque para o livro do Génesis, no que respeita à Fraternidade, estabelece desde cedo uma proposta de relação entre o ser humano e a Criação. Aí, defende-se uma comunhão total do ser humano com a natureza e com todos os outros seres vivos, existindo um chamamento para a vivência de uma relação de Amizade⁷⁵. O ser humano é convidado a tratar os restantes seres como irmãos e não como inimigos ou adversários, porque sem relações profundamente fraternas o desenvolvimento integral será sempre uma miragem⁷⁶.

No NT, encontramos-nos perante outro paradigma acerca da Amizade e da Fraternidade. Jesus Cristo vem alterar o padrão do encontro entre os seres humanos, oferecendo uma proposta diferente. Os Seus encontros, que muitas vezes são tensos, e aparentemente suscitam conflitos, têm como objetivo indicar uma nova ordem de relacionamento, onde se realça o processo de reconciliação do ser humano consigo mesmo e com o seu semelhante, num processo que pretende transformar a inimizade em amizade, abrindo-se a possibilidade de inaugurar uma era de Fraternidade, em que os inimigos progressivamente se possam ir vendo como amigos e irmãos. Tomemos como exemplo a relação que Ele tinha com alguns fariseus e doutores da lei, onde sobressaía uma certa violência, não por os odiar, mas porque eles eram contra a Fraternidade e Jesus pretendia levá-los a isso. Desejava a conversão das suas relações, como deseja a das relações de todos os seres humanos, insistindo na possibilidade real de nos tornarmos verdadeiramente irmãos uns dos outros.

Não podemos deixar também de salientar o contributo das Epístolas de Paulo. Escrevendo para povos, cidades, civilizações e culturas provenientes de práticas religiosas anteriores, onde os conceitos de Amizade e Fraternidade eram diferentes.

Jesus de Nazaré reconcilia o grupo dos seus amigos, isto é, dos discípulos, transformando-os num exemplo de Fraternidade, ainda que, no princípio a categoria de irmão fosse apenas atribuída aos judeus, companheiros de raça dos amigos de Jesus⁷⁷.

⁷⁵ Cf. Armindo Vaz, «Ecologia Integral a partir de Gn 1», *Theologica 2*, Vol. LI, Fasc. 1 (2016): 58.

⁷⁶ Cf. Vaz, «Ecologia Integral a partir de Gn 1», 61-62.

⁷⁷ Cf. Paula Arenas, «La fraternidade como colecta y la colecta como gracia», em *La hermandad desde la Biblia. Aproximaciones textuales, contextuales e intertextuales a propósito de Fratelli Tutti*, ed. Juan Ramírez (Estella: Editorial Verbo Divino, 2022), 163.

2.1 – A Fraternidade no AT

A irmandade é condição essencial para a existência de relação do povo de Israel com Deus. Todavia, surgem profetas que denunciam a quebra de relações entre pares, recordando-os da importância de se identificarem como membros de um mesmo povo, fazendo com que isso os torne iguais, porque são filhos de um Pai comum. Por outro lado, o modo como Deus trata o seu povo também ajuda a fundar a identidade de Israel, pois a irmandade revela-se pelos sentimentos de pertença, proximidade, compaixão e cuidado, sem esquecer que, perante a infidelidade, Deus não desiste de tratar cada um como filho amado. Vê-se, assim, que a restauração de qualquer relação é impossível sem a paternidade-maternidade de Deus e a irmandade do povo, sempre querida e desejada por Deus⁷⁸.

A relação entre Caim e Abel, apelidada também de primeira irmandade do AT, acaba por dar lugar ao fratricídio, simbolizando o problema universal das relações humanas. A Bíblia começa com o relato da criação e, logo depois, surge uma Fraternidade falida, porque Caim julga que Deus gosta apenas do seu irmão Abel, sentindo-se rebaixado. Todavia, Caim não ama Abel porque nem se ama a si próprio⁷⁹, e isto faz com que não se sinta responsável pelo irmão. Por outro lado, temos José e os seus irmãos, que representam também a humanidade no percurso difícil das relações fraternas. Ambos os acontecimentos têm como protagonistas irmãos, com relações marcadas pela inveja, pelo ódio, pela cobiça e pela violência homicida, revelando que o espírito de vingança povoava o coração do ser humano. Porém, a história de José revela a possibilidade do perdão e da Fraternidade através de um tempo de provação e de mudança radical de vida que passa por uma conversão do coração. Seja no fratricídio de Caim, ou na reconciliação de José e dos seus irmãos, as relações entre os seres humanos envolvem um profundo relacionamento com Deus, porque aquilo que acontece entre os seres humanos tem uma estreita ligação com Deus.⁸⁰

⁷⁸ Cf. Uriel Portilla, «La hermandad en la tradición profética de Israel», em *La hermandad desde la Biblia. Aproximaciones textuales, contextuales e intertextuales a propósito de Fratelli Tutti*, ed. Juan Ramírez (Estella: Editorial Verbo Divino, 2022), 81-82.

⁷⁹ Cf. Luigi Epicoco. *In principio erano fratelli. Prove di fraternità nella Bibbia* (Todi: Tau Editrice, 2022): 14-23.

«Os olhos de Caim não agradam a Deus / O rosto de Abel é um jardim dourado / (...) mas pelo corpo de Caim passam os fossos da cidade. / (...) Abel, Abel, o teu sangue dá ao céu uma cor carregada».

Else Lasker-Schüler, *Baladas Hebraicas*, trad. João Barrento (Lisboa: Assírio & Alvim, 2002), 49.

⁸⁰ Cf. Antonio Bonora. *A fraternidade que salva. Génesis 37-50* (São Paulo: Edições Paulinas, 1987): 61.

Tendo por base os exemplos anteriormente elencados, verifica-se que a própria Bíblia reconhece que o biológico não determina o humano⁸¹, pois cada ser humano tem uma dignidade radical, porém, só passa a ser e a sentir-se efetivamente irmão se adota o outro e se é também por ele adotado, isto é, se ambos se olham de igual modo, reconhecendo que cada um tem diante de si um semelhante e não um inimigo, portador da mesma humanidade e dignidade. Na relação entre Caim e Abel, aquele, recusa este como semelhante, querendo-o igual a si, mas não diferente e único na condição de irmão que é a sua. E se Caim quer que Abel seja igual a si, quer-se apenas a si mesmo⁸². Quando o respeito e a aceitação da diversidade acontecem, começa-se a desenhar e a vivenciar a Fraternidade. «Deus só quer a igualdade na dignidade. No resto, Deus quer e cria a diferença, Deus não quer a igualdade»⁸³.

A irmandade na Bíblia assenta no reconhecimento de um Pai comum (*Gn 9; 35,29; 22; 42-47* e de um mesmo Deus (*Gn 28; 32; 50*), sendo que, no AT Deus é chamado de Pai, não como aquele que gerou, mas tendo em vista uma perspectiva de aliança e salvação. A irmandade implica diferenças, por vezes profundas, unidade e identidade do ser humano que busca naturalmente, uma unidade familiar e social. Porém, essas mesmas diferenças provocam tensões que só se resolvem pela cedência (*Gn 13*) ou pelo perdão e pela reconciliação (*Gn 33; 45*)⁸⁴.

Olhando a Sagrada Escritura em busca do termo Fraternidade, nota-se que desde o seu início, no AT, ele não surge de imediato. Primeiramente, aparecem referências a irmão e irmã. Surgem assim os termos “’ah” – cerca de 630 vezes na Bíblia Hebraica, sendo usado com maior frequência no livro do Génesis e do Deuteronómio⁸⁵ - e “rea” em referência ao irmão que é carne da mesma carne, como um familiar (*Gn 13,8*), o amigo (*Gn 29,4*), o colega (*Esd 6,20*), o conterrâneo (*Lv 19,17-18*), o aliado (*1 Rs 9,13*). O irmão é então visto como pertença e membro de uma família, de uma tribo ou nação (*Gn*

⁸¹ «Na história dramática de Caim e Abel é-nos dito que o projeto ético, o projeto fraterno, não é uma imposição do sangue, pois o próprio sangue se pode voltar contra o seu sangue. Os irmãos podem até matar-se. Mas a fraternidade continua a ser uma decisão e um projeto ao alcance do homem. Este não está condenado ao mal. (...) O Bem e o Mal (...) constituem decisões éticas».

José Tolentino Mendonça. *Pai-Nosso que estais na Terra. O Pai-nosso aberto a crentes e a não-crentes*. (Prior Velho: Paulinas Editora, 2011): 146-147.

⁸² Cf. José Carvalho, «A figura bíblica de Caim - um Deus violento ou a violência de Deus?», *Humanística e Teologia* 31, 2 (2010): 194.

⁸³ Carvalho, A figura bíblica de Caim - um Deus violento ou a violência de Deus?, 198.

⁸⁴ Cf. Luis Alonso-Schökel. *Dónde está tu hermano? Textos de fraternidade en el libro del Génesis* (Estella: Editorial Verbo Divino, 1997), 323.

⁸⁵ Cf. Hernán Ramírez, «Fraternidad y sororidad en la literatura poética y sapiencial: de camino a la amistad social», em *La hermandad desde la Biblia. Aproximaciones textuales, contextuales e intertextuales a propósito de Fratelli Tutti*, ed. Juan Ramírez (Estella: Editorial Verbo Divino, 2022), 108.

4,2; 13,8; 2 Sm 19,13) em contraste com o estrangeiro (*Dt 1,16*). Para o hebreu, a Fraternidade é vivida com aqueles que ele considera iguais, tendo por condição aquilo que lhe podem dar em troca. A Fraternidade diz respeito a uma classe de pessoas, às que pertencem ao Povo de Israel, os eleitos, sendo que todas as outras são excluídas. Aquilo que no entender dos hebreus os irmana, é o facto de serem filhos de Abraão⁸⁶.

A Fraternidade fomenta relações de solidariedade⁸⁷ entre as pessoas (*Gn 42-44*), sem que exista cumplicidade na culpa (*Gn 9; 19; 37*). A solidariedade obriga a que aquele que passa dificuldades seja ajudado por um irmão (*Gn 14*), por causas lícitas (*Gn 38*), mas tem que deixar de fora qualquer tipo de violência (*Gn 34*)⁸⁸.

Ao longo da Sagrada Escritura, várias são as passagens que contêm expressões filantrópicas, onde o amor e o cuidado para com o próximo se assumem como algo natural (Cf. *Sir 13,15ss*). Todavia, desde o início, a relação com Deus é comparada com aquilo que deve ser a relação com o próximo. O amor ao próximo tem uma vocação sobrenatural e, por vezes, o amor ao irmão alicerça-se no amor a Deus, pois é nele que se fundamenta. Se olharmos o Decálogo, observamos os deveres que o povo de Deus é chamado a ter com Ele e com os irmãos, notando-se que o amor a Deus não é mero altruísmo ou solidariedade humana, mas tem uma marca sobrenatural⁸⁹.

O próximo é o israelita. Distinto do gentio e do estrangeiro (*Lv 19,18*) é o hebreu (*Lv 19,15-17*). Contudo, o Levítico menciona a importância do amor ao estrangeiro e aos israelitas emigrados, tal como Jacob nas terras do Egito (*Lv 19,33ss; Dt 10,18s*). Porém, não fala do amor a ter pelos inimigos, pois o povo de Israel vivia em constante sobressalto devido às inúmeras guerras, chegando, inclusive, a invocar a vingança divina contra esses mesmos inimigos⁹⁰ (*Sl 5,11; 28(27),4ss; Jr 11,20; 20,12*). Mas existem passagens que

⁸⁶ Cf. Cândido, «Fraternidade», 465.

⁸⁷ «A amizade descobre a solidariedade entre iguais. Não basta chamar os outros de irmãos, pois é necessário viver a Fraternidade, a fê comum e o amor serviçal sem esperar recompensa. A solidariedade bíblica revela o fundamento das relações fraternas em Deus Criador, e passa da simples coexistência à existência para o outro».

Ramírez, «Fraternidad y sororidad en la literatura poética y sapiencial: de camino a la amistad social», 117.

⁸⁸ Cf. Alonso-Schökel. *Dónde está tu hermano? Textos de fraternidade en el libro del Génesis*, 323-324.

Cf. Gianni Gennari, «Filhos de Deus», em *Dicionário de Espiritualidade*, ed. Stefano de Fiores e Tullo Goffi (São Paulo: Edições Paulinas, 1989), 457-458.

⁸⁹ Cf. Salvatore Panimolle, «Amor», em *Nuevo Diccionario de Teologia Bíblica*, ed. Pietro Rossano, Gianfranco Ravasi e Antonio Girlanda (Madrid: Ediciones Paulinas, 1990), 77; cit apud. Duarte Malheiro. *Construir fraternidade. Análise da UL sobre a fraternidade do 5º ano de escolaridade do programa de EMRC do Ensino Básico e Secundário* (Universidade Católica Portuguesa, 2018), 29.

⁹⁰ «Judá ou Israel podem lutar contra as ameaças estrangeiras, mas nunca entre si. A violência contra os próprios é como uma enfermidade mortal».

Portilla, «La hermandad en la tradición profética de Israel», 91.

consideram o amor pelos inimigos, como forma de superar o ódio que pudesse por eles existir (*Ex 23,4; Pr 25,21*), como se vê na história de David e de José, que perdoaram aqueles que os perseguiram e odiaram, sendo capazes de os amar⁹¹. É a condição de igualdade que permite reconhecer o outro na sua humanidade, vendo-o como irmão (*Jr 22,1-30*). O outro deixa de ser visto como irmão, quando se ignora o pobre e o necessitado na sua igualdade e dignidade de irmão, rompendo-se assim a Fraternidade.

Olhando os vários relatos do AT, analisados ao longo do nosso estudo, é possível compreender que o respeito pelas diferenças⁹² e o serviço aos outros geram unidade. Isto acontece quando o povo de Israel entende que YHWH é o Deus de todos, permitindo que, entre o diálogo e o acolhimento dos estrangeiros, se restaure também enquanto povo. Uns assumiram e passaram a partilhar a mesma fé, outros foram vistos e tratados como forasteiros, mas todos encontraram o seu lugar próprio. Para que isto fosse uma realidade, Israel teve de aprofundar a sua conceção de Deus, tendo como fundamentos da sua fé, o temor, o amor e o serviço a YHWH (*Dt 10,12-13*)⁹³.

2.2 – A Fraternidade no NT

A palavra “fraternidade” é quase inexistente nos sinóticos e no Evangelho de João, porém, se lermos os Evangelhos atentamente, podemos não encontrar referências explícitas à Fraternidade, mas o modo como os discípulos são caracterizados, revela um vocabulário que manifesta relações de proximidade e de parentesco⁹⁴. A Fraternidade designa o vínculo entre seres humanos nascidos do mesmo ventre ou da relação que os caracteriza. É uma Fraternidade baseada na dimensão carnal, em sentido estrito. Já em sentido amplo, pode-se falar da Fraternidade a partir da tribo ou de um grupo étnico, sendo que este termo é utilizado também para invocar relações que transcendem todo e qualquer laço de sangue⁹⁵.

⁹¹ Cf. Panimolle, «Amor», 78.

⁹² «É inegável que as diferenças, por vezes, dificultam as relações, porém, só nos podemos relacionar a partir daquilo que somos e a diversidade deve ser sempre vista como uma riqueza, pois ela pode e deve conduzir à relação com o outro, sem medos». Cf. Epicoco, *In principio erano fratelli. Prove di fraternità nella Bibbia*, 19.

⁹³ Cf. Portilla, «La hermandad en la tradición profética de Israel», 98-103.

⁹⁴ Cf. Jonathan Burroughs. «Fraternity in the Gospel of Matthew: Discipleship and Doubt», em *Le défi de la fraternité. The Challenge on fraternity. Die Herausforderung der Geschwisterlichkeit*, ed. Marie-Jo Thiel e Marc Feix (Münster: LIT Verlag, 2018), 246.

⁹⁵ Cf. Nestor Aziagbia. *La fraternité en Christ: fondements de l'être ecclésial et son incidence africaine* (Université de Strasbourg, 2012), 46-49, acedido a 20 de julho de 2023, <https://theses.hal.science/tel-00975169>.

A Fraternidade do NT, não sendo totalmente explícita como anteriormente evidenciámos, tem as suas raízes num Deus que é Pai de todos, logo, aquele que se deixar tocar pelo Seu Amor, que chega a cada pessoa através do Seu Filho, Jesus Cristo, torna-se filho e irmão com Ele (*Jo 1,12*). Sendo a Páscoa o centro da vida de todo o cristão, é de referir que uma das mensagens principais que dela imana é a irmandade, pois, com Jesus, nasce uma nova paternidade, bem como uma nova irmandade e família, assente e reunida no mesmo Pai, que é o “Pai-Nosso” (*Mt 6,9-13*). No NT, Deus permanece o mesmo que no tempo dos Patriarcas, mas com a vinda de Jesus assume nova identidade. É o Deus a quem Jesus chama *Abbá*, Pai (*Rm 8,15b*), e que revela uma proximidade e comunhão absolutas, pois «Eu estou no Pai e o Pai está em mim» (*Jo 14,8-11*). O termo aramaico *Abbá*, faz parte da forma natural com que as crianças se dirigem aos pais, contendo uma marca fortíssima de afeto e confiança, algo que Jesus demonstrou possuir, nos momentos mais críticos e dramáticos da sua vida, com especial ênfase para o momento da Sua morte. A palavra "Pai" revela como Deus se relaciona e manifesta à humanidade ao longo dos tempos. Essa relação de Fraternidade é mais profunda do que a mera Fraternidade humana, pois incorpora o Espírito que nos torna filhos adotivos de Deus. O Pai de Jesus foi compartilhado com toda a humanidade através do Espírito Santo, e Jesus através do seu amor demonstrado na Paixão assumida e vivida por cada ser humano, uniu a todos na Sua Fraternidade (*At 2,23ss; 5,30ss; 13,26ss*). É Cristo quem se faz nosso irmão para que nos transformemos em seus irmãos, filhos do mesmo Pai, tornando-nos também herdeiros de Deus e co-herdeiros com o próprio Cristo (*Rm 8,17*)⁹⁶.

Quando Jesus diz “Pai-Nosso”, quer-nos dizer que o Seu Pai é um Pai para todas as horas, Aquele em quem se pode confiar totalmente, sem reservas. Para cada um de nós, dizer “*Abbá*” é desejar colocarmo-nos com a simplicidade de uma criança diante de Deus. Todavia, quando Jesus ensina a oração do Pai-Nosso aos discípulos, Ele fá-lo e di-lo como que a querer explicar o mistério de comunhão que nos une a Ele, porque ao rezarmos esta oração, estamos, sem dúvida alguma, a participar de Cristo. Jesus dá-nos acesso a uma prática filial porque com Ele fomos feitos filhos no Filho. O “Pai-Nosso” é a negação da solidão⁹⁷.

Também a petição “o pão nosso de cada dia nos dai hoje”, faz-nos olhar para o pão como um elemento que traduz a nossa humanidade, bem como o nosso desejo de

⁹⁶ Cf. Alonso-Schökel. *Dónde está tu hermano? Textos de fraternidade en el libro del Génesis*,324-325.

Cf. Gennari, «Filhos de Deus», em *Dicionário de Espiritualidade*, 455-458.

⁹⁷ Cf. Mendonça. *Pai-Nosso que estais na Terra. O Pai-nosso aberto a crentes e a não-crentes*, 44-48.

comunhão e de Fraternidade. Pedir o “pão nosso” é pedir pela Fraternidade desejando vivê-la profundamente, porque não pedimos só o nosso pão, mas o de todos. Não olhamos apenas para a nossa seara, mas por todas as outras que estão ao nosso redor. Isto torna-nos responsáveis pelo mundo, por cada ser humano, em busca desta construção fraterna, que só acontece quando o outro for visto como irmão e não como alguém que nos é indiferente⁹⁸.

A partir do pensamento de Joseph Ratzinger, há três sentidos distintos para a palavra irmão, utilizada por Jesus. O primeiro sentido, diz respeito ao que para os judeus seria o mais natural, identificando o termo com o compatriota e o correligionário (*Mt 5,22-24.47; 7,3-5; Lc 17,3*). O segundo sentido, é o de chamar irmãos aos discípulos (*Lc 22,32; Jo 20,17*). Por último, Jesus emprega o termo irmão referindo-se a todos aqueles que fazem a vontade de Deus, que é Pai, do qual brota a verdadeira Fraternidade (*Mc 3,31-35*). Por outro lado, também é irmão aquele que deixa tudo de forma radical e se torna anunciador da Boa-Nova (*Mc 10,29-30*), estabelecendo laços familiares com todos os que partilham entre si a mesma fé. Irmão é também aquele que socorre e ampara o peregrino, bem como, aquele tem fome ou sede, que está nu, preso, doente. É irmão todo aquele que tem um olhar diferenciador para com aquele que é colocado à margem, o mais pequeno (*Mt 25,31-46*), sendo convidado a fazê-lo ao jeito do próprio Jesus que se abeira dos pobres, dos humildes e dos excluídos pela sociedade, tornando-se próximo. Ora, no judaísmo, o próximo é o estrangeiro, mas o desafio de Jesus é mais arrojado – próximo é aquele que eu encontro e de quem me aproximo para ajudar⁹⁹.

Os irmãos são aqueles que se fizeram discípulos de Jesus (*Mt 23,8; At 1,15; 1 Cor 15,6; Fl 4,1; Heb 2,11-12*), bem como os que se reúnem e escutam a Sua palavra de coração livre e generoso, unindo-se assim a Ele (*Mc 3, 33-35; Mt 12,46-50; Lc 8,19-21*). São irmãos, os que agridem e são perdoados (*Mt 18,15-22*), os que são ajudados em vez de serem julgados (*Mt 7,1-5; Rm 14,10-13*) e aqueles que possuem o mesmo Pai que Cristo, o Filho primogénito (*Rm 8,9*)¹⁰⁰. O discípulo que permanece atento a Jesus é convidado a uma vida de Fraternidade, expressão real das relações dos membros da Igreja

⁹⁸ Cf. Mendonça. *Pai-Nosso que estais na Terra. O Pai-nosso aberto a crentes e a não-crentes*, 100-103.

⁹⁹ Cf. Gennari, «Filhos de Deus», em *Dicionário de Espiritualidade*, 458.

Cf. Joseph Ratzinger, «Dictionnaire de Spiritualité», 1144-1146, acedido a 22 de junho de 2023, <https://archive.org/details/dictionnaire-de-spiritualite-tome-04.2-esp-ez/Dictionnaire%20de%20Spiritualit%C3%A9%20tome%2005%20%28F%29/page/n1/mode/2up>.

Cf. Ratzinger, *La fraternidad de los cristianos*, 30-43.

¹⁰⁰ Cf. Cândido, «Fraternidade», 465.

com o seu Senhor. Ele torna-se irmão dos que se reconhecem na figura de Cristo. Porém, esta não é uma Fraternidade exclusiva, mas inclusiva, isto é, aberta a todos os seres humanos não se baseando apenas no facto de se olhar para Deus como Pai. Na verdade, isto é consequência da fé em Jesus¹⁰¹.

No tempo de Jesus, o próximo era o israelita, o compatriota, como já afirmámos. Mas Ele redimensiona esta visão acerca do amor ao próximo (*Mt 19,19; 22,38-40; Mc 12,31*¹⁰²), afirmando que o amor para com ele deve ser como o amor a Deus e o amor ao próximo. E o amor a Deus em primeiro lugar, porque só se pode amar o próximo se primeiramente se amar a Deus, pois este amor tem como fonte o próprio Deus (*Mt 18,23-35*).

Jesus ao apregoar (*Mt 7,12*), no sermão da montanha, a chamada Regra de Ouro¹⁰³, proíbe que se mate o irmão – todo e qualquer ser humano -, anuncia a importância da reconciliação e revoga a Lei de Talião (*Ex 21,24; Lv 24,20*), pedindo que não exista oposição a quem nos faz mal, mas sim a capacidade de apresentar a outra face (*Mt 5,21-39*). Esta será a vida de Jesus. E na Cruz Ele dá disso testemunho uma vez mais, quando ao invés de responder aos que o insultavam, invoca para eles o perdão do Pai (*Lc 23,34*)¹⁰⁴.

A parábola do bom samaritano (*Lc 10,25-37*) e o texto da visão do centurião Cornélio em Cesareia (*At 10,1-48*) são dois episódios que nos podem ajudar a realçar alguns elementos de Fraternidade presentes no NT, concretamente na obra lucana. A parábola inicia uma pergunta levantada por um doutor da lei, acerca da vida eterna, desembocando, depois, num diálogo sobre quem é o próximo, questão que é respondida pelo mesmo (v.27)¹⁰⁵. Olhando para as perguntas levantadas, «quem é o meu próximo?» (v.29), e «qual destes três te parece ter sido o próximo daquele que caiu nas mãos dos salteadores?» (v.36), pode-se afirmar que para Lucas a questão central não se resume exclusivamente a quem é o meu próximo, mas, indo mais além, desafia o leitor a perceber de quem é que se faz próximo. Para o Jesus apresentado por Lucas, não importa se o que

¹⁰¹ Cf. Aziagbia. *La fraternité en Christ: fondements de l'être ecclesial et son incidence africaine*, 34.

¹⁰² Cf. Dt 6,4-5.

¹⁰³ Segundo Frederico Lourenço, a chamada Regra de Ouro é transversal a várias religiões, existindo formulações análogas à frase de Mateus no hinduísmo, budismo, islão, entre outras, como se pode ler na nota explicativa que o tradutor faz deste versículo.

Cf. Bíblia, Vol. I, Novo Testamento: *Os Quatro Evangelhos*, trad. do texto grego, apresentação e notas por Frederico Lourenço, coord. Francisco José Viegas (Lisboa: Quetzal Editores, 2016), 82.

¹⁰⁴ Cf. Panimolle, «Amor», 79.

¹⁰⁵ Na sua resposta, o doutor da lei recorre ao AT, concretamente a Dt 6,4-9 e Lv 19,18.

está ferido é um irmão ou um estrangeiro, porque a ação correta e esperada é a de se fazer próximo, praticar a misericórdia. Portanto, há um convite profundo para que se passe de um sentimento passivo à prática ativa, pois as atitudes do samaritano ilustram, em Lucas, o que significa a compaixão e a misericórdia que se convertem no fundamento da Fraternidade.

O texto da visão do centurião Cornélio em Cesareia leva-nos a refletir sobre o puro e o impuro no judaísmo. Na sua tradição, era inadmissível que um judeu piedoso comesse certos alimentos considerados impuros ou que entrasse em casa de um estrangeiro ou pagão (v. 28), havendo mais adiante o reconhecimento de que Deus não tem preferência por umas pessoas em detrimento de outras (v.34-35), pois não importam os laços nacionais, a situação social ou económica (*Lc 20,21*) mas a pessoa e o que traz no seu coração, porque o temor a Deus e a justiça é que tornam a pessoa agradável aos olhos de Deus; não é a pureza ou impureza legais. Ora, o facto de Pedro reconhecer que em Deus não há aceção de pessoas (v.34-35) pode considerar-se como o princípio do universalismo cristão e do fundamento para toda a Fraternidade, pois a isto também equivale dizer que nenhuma pessoa é impura (v.28). Segundo a ótica lucana, todos os seres humanos são irmãos, e, como consequência disso, os que são discípulos de Jesus devem também acolher e fazerem-se próximos de todos¹⁰⁶.

No Evangelho segundo João, os termos que aludem à relação de irmandade não surgem muitas vezes. Todavia, quando surgem no masculino, designam as relações de sangue entre os vários discípulos (1,40; 6,8) e de Jesus com os seus irmãos (2,12; 7,3.5.10), havendo também alusão à relação entre Maria e sua irmã, mulher de Clopas (19,25), sendo que, aí o termo surge no feminino.

No texto joanino, Marta, Maria e Lázaro, constituem uma família peculiar, pois não aparecem nem são mencionados pais, mães, filhos/as ou servos, existindo apenas uma relação de irmandade que a todos une. Contudo, os irmãos de Betânia são amados por Jesus. Lázaro é apresentado como amigo (*philéō*¹⁰⁷) muito querido por Jesus (11,3). No v.5 o narrador afirma que Jesus amava os três irmãos. Eles são amados por Jesus e amam-

¹⁰⁶ Cf. Edgar Ledezma, «El samaritano y el centurión Cornelio: una aproximación a la fraternidad y sororidad en la obra lucana», em *La hermandad desde la Biblia. Aproximaciones textuales, contextuales e intertextuales a propósito de Fratelli Tutti*, ed. Juan Ramírez (Estella: Editorial Verbo Divino, 2022), 140-147.

¹⁰⁷ Para distinguir de *agapáō* (amar), segundo a tradução de Os Quatro Evangelhos e os Salmos, da Conferência Episcopal Portuguesa, (Lisboa: Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2019), 303.

no com um amor efetivo. Por seu turno, os irmãos amam-se entre si, como se torna evidente através da preocupação de Marta e sua irmã, para com Lázaro. Esta amizade é característica forte da identidade da comunidade joanina e, de certa forma, adianta os termos que serão utilizados sobre os discípulos e a amizade no capítulo 15. Mesmo assim, convém não ignorar o facto de a amizade como modelo de relação entre os seguidores de Jesus, estar pouco desenvolvida no NT, sendo da preferência dos autores sagrados, a utilização de imagens e modelos das relações familiares nas suas várias dimensões. Não deixa então de ser significativo que a amizade surja como protótipo da comunidade joanina, com especial ênfase na família de Betânia: Lázaro, Marta e Maria¹⁰⁸. De certa forma, esta morada, esta família, antecipa na história a realidade do mandamento primordial do amor uns aos outros, emergindo uma consciência mais clara daquilo que significa seguir Jesus¹⁰⁹ (*Jo 13,35*).

Os discípulos de Jesus são chamados de amigos porque Ele entregou a vida por eles e deu-lhes a conhecer tudo quanto escutou do Pai, tornando-os íntimos. Jesus dá a oportunidade de os discípulos tomarem parte nessa intimidade com o Pai, fazendo com que eles também possam agir como pessoas livres, como amigos e não como servos que só obedecem¹¹⁰. Os irmãos são apresentados como amigos de Jesus porque O amam e porque se amam uns aos outros. Betânia e, concretamente, Lázaro, Marta e Maria convertem-se num modelo que desafia a pensar e a organizar a convivência e as relações entre as pessoas¹¹¹.

Olhando para o episódio da última ceia, vemos reunida a pequena Fraternidade (*Mt 26,31.33.35*), contudo, após a prisão de Jesus, todos os discípulos O abandonam e fogem (*Mt 26,56; Mc 14,50*). No momento da crucificação de Jesus estavam apenas Maria, Sua mãe, a irmã de Maria, Maria Madalena e o discípulo amado (*Jo 19,25-27*).

Depois da Ressurreição, Jesus não desiste daqueles com quem tinha partilhado a vida, e de quem se havia feito amigo e dado a conhecer a vontade de Deus (*Jo 15,15*). Como tal, vai ao encontro deles para os congregar. Quando O viram, testemunharam o que havia acontecido, acolheram a missão e prosseguiram com a Sua obra (*Lc 24,46-48*).

¹⁰⁸ Cf. Carmen Bernabé-Ubieta, «Hermandad y amistad en el evangelio de Juan», em *La hermandad desde la Biblia. Aproximaciones textuales, contextuales e intertextuales a propósito de Fratelli Tutti*, ed. Juan Ramírez (Estella: Editorial Verbo Divino, 2022), 152-158.

¹⁰⁹ Cf. Angela González, «Cuando la casa se transforma en morada. Símbolos de fraternidad em las mujeres de Betania», em *La hermandad desde la Biblia. Aproximaciones textuales, contextuales e intertextuales a propósito de Fratelli Tutti*, ed. Juan Ramírez (Estella: Editorial Verbo Divino, 2022), 381.

¹¹⁰ Cf. Gail O'Day, «Jesus as Friend in the Gospel of John», *Interpretation* 52, 2 (2004): 155-156.

¹¹¹ Bernabé-Ubieta, «Hermandad y amistad en el evangelio de Juan», 160.

A pequena Fraternidade recebe a força do Espírito Santo (*At 1,8*). O Pai, pelo Filho e pelo Espírito concede aos irmãos a graça do amor que os torna iguais na sua relação filial e fraternal. A pequena comunidade fraternal, antes da Páscoa, vivia antecipadamente a plenitude que o Ressuscitado completou com o Espírito da verdade (*Jo 16,13; 20,22*)¹¹².

O conceito “irmão” é frequentemente usado no NT, mormente, nas Cartas e nos Atos dos Apóstolos. A tradição de associar o conceito de irmão aos compatriotas e correligionários, tal como referimos mais atrás, era também comum no início da comunidade primitiva (*At 2,29-37; 7,2; 13,15-26; 22,1.5; 28,17*), todavia, para os cristãos, este termo diz respeito aos que partilham a fé cristã e que constituem a Igreja. Assim, a irmandade vive-se na diversidade de dons, de serviços e de modos de agir (*1 Cor 12,4-7*), sendo Cristo quem unifica todas as pessoas, através do Seu Espírito (*Gl 3,28; Cl 3,10-11*). Todavia, observa-se a utilização do conceito em Paulo, com ambos os sentidos, isto é, referindo-se aos judeus, irmãos da sua raça e da sua carne (*Rm 9,3-4*) e referindo-se aos que com ele partilham a mesma fé, porém, com a chamada de atenção para os falsos irmãos, isto é, para aqueles que não procedem de acordo com o Espírito de Cristo (*2 Cor 11,26*). Apesar disso, o Apóstolo não deixa de exortar os irmãos à alegria e à perfeição, para que juntos, possam viver em paz, com os mesmos sentimentos de Cristo (*2 Cor 13,11; Fl 2,5*)¹¹³.

A pequena Fraternidade, anteriormente ocupada com diversos deveres e empreitadas, tem agora vários carismas e serviços (*1 Cor 12,4-7*) em busca da concretização de uma Fraternidade que se quer universal. Estes carismas são por todos repartidos, revelando a originalidade de cada ser humano, e para que cada um compreenda que é na convivência sã e pacífica, carente dos dons dos outros que com ele partilham a vida, que expressarão um amor a Deus cada vez mais perfeito. Segundo Paulo, a pequena Fraternidade está ao serviço de todos para efetivar a obra de Deus, através do anúncio da Palavra (*1 Ts 5,12-13; Gl 6,6; Rm 15,16; 1 Cor 9,13-14; 1 Cor 6,15*). No quotidiano, não raras vezes a humanidade está confinada, dividida e até de costas voltadas, mas, irmanada pelo batismo, participa totalmente na Fraternidade do próprio Senhor (*Gl 3,27-28*)¹¹⁴. Sendo o mandamento novo a pedra angular dos cristãos (*Jo 13,34*), a vida da comunidade

¹¹² Cf. Marcelino Legido et al., *De Dos en Dos. Apuntes sobre la fraternidad apostólica* (Salamanca: Ediciones Sígueme, 1980), 123-125.

¹¹³ Cf. Alonso-Schökel. *Dónde está tu hermano? Textos de fraternidade en el libro del Génesis*, 325.
Cf. Ratzinger, «Dictionnaire de Spiritualité», 1146-1147.

¹¹⁴ Cf. Legido et al., *De Dos en Dos. Apuntes sobre la fraternidad apostólica*, 128-130.
Cf. Ratzinger, «Dictionnaire de Spiritualité», 1147.

deve pautar-se pelo serviço aos irmãos (*Jo 13,1-17*), a exemplo de Cristo, pois Ele «reconfigura radicalmente as relações e instaura uma fraternidade onde esta se diria impossível»¹¹⁵.

Após esta reflexão, que pode ser alvo de um aprofundamento maior num contexto diferente daquele a que para já nos propomos, é justo e importante esclarecer algumas coisas. Em primeiro lugar, como se pode perceber pelo que desenvolvemos anteriormente, o termo “Fraternidade” é um conceito passível de ser considerado equívoco porque permite uma multiplicidade de usos, pois como ficou demonstrado, a palavra “irmão”, por exemplo, designa diversas realidades. Todavia, é importante, por outro lado, reconhecer a riqueza do conceito através do seu uso metafórico. A expressão figurativa refere-se também ao grupo dos discípulos, como pensamos ter deixado claro, aqueles que são os companheiros de Jesus, aos quais Ele se ligou de forma especial durante o Seu ministério. Por isso, alguns autores consideram a primeira comunidade cristã como um exemplo profundo da vivência de relações fraternas, porque estando unida pela Palavra de Deus, viviam a obediência ao Pai e cumpriam a Sua vontade. Assim, temos aqui os elementos que se constituem como critérios para o reconhecimento de alguém como irmão e irmã, e, por conseguinte, irmão, irmã e discípulo de Cristo.

Os sinóticos dão especial ênfase à Fraternidade e à compreensão do conceito de irmão como algo universal, permitindo-nos olhar além de uma comunidade fechada. Por sua vez, em João, temos uma compreensão restritiva desta sua interpretação e compreensão, dando mais destaque à comunidade dos crentes, fazendo-nos pensar na existência de possíveis limites para a Fraternidade¹¹⁶.

2.3 – A Fraternidade em chave cristológica

A identidade dos cristãos numa sociedade pagã enfatiza a relação com Cristo como base da Fraternidade, fundamentada na revelação cristológica, que une a humanidade e promove a vivência do Reino dos Céus.

A primeira Carta de Pedro levanta a questão da identidade dos cristãos numa sociedade predominantemente pagã, tendo a comunidade sentido necessidade de fazer escolhas de fundo, como decidir se devia ficar fechada sobre si mesma ou se devia abrir-se aos outros. A epístola articula esta problemática, concluindo que a abertura aos outros,

¹¹⁵ José Tolentino Mendonça, *Metamorfose Necessária. Reler São Paulo* (Lisboa: Quetzal Editores, 2022), 128.

¹¹⁶ Cf. Aziagbia. *La fraternité en Christ: fondements de l'être ecclésial et son incidence africaine*, 36.

e o respetivo convívio, são essenciais para que se afirme a solidariedade entre os cristãos, com o desejo de que a mesma se vá transformando cada vez mais em Fraternidade. Porém, para que tal aconteça, é necessário ter em conta que é na relação com Cristo que a Fraternidade se constrói, porque Ele é a base e fundamento. É Ele que confere unidade à comunidade de crentes. Os cristãos relacionam-se com Ele e entre si, de irmão para irmão, sendo uma relação pautada pela fidelidade e obediência.

A primeira Carta de Pedro traz ao de cima esta dimensão cristológica da Fraternidade, na medida em que nos apresenta indicações práticas para as relações entre cristãos, bem como com as autoridades, no que diz respeito à temática da obediência e da submissão, de forma particular (*1 Pe 2,13-17*). Tudo isto se pauta pelos sentimentos fraternos do respeito e da humildade¹¹⁷.

No que concerne ao respeito, trata-se de uma atitude preciosa que caracteriza o fundamental daquilo que é o amor nas relações humanas, não se limitando às relações dentro da comunidade, mas indo além da mesma. É uma atitude que convida a derrubar os limites da comunidade, abrindo-a assim aos outros, aos de fora. A primeira carta de Pedro realça o respeito como uma atitude autorreguladora da comunidade, isto é, com o intuito de promover relações fraternas entre todos e incentivar a prática das virtudes.

Quanto à humildade referida na carta de Pedro, é mencionada a partir das referências e desenvolvimentos realizados pelos evangelhos sinóticos sobre o tema (*Mt 20,24-28; Mc 10,41-45; Lc 22,24-27*). Um dos maiores testemunhos desta humildade está nas passagens que relatam a busca de um lugar mais próximo de Jesus por parte dos Apóstolos. Eles anseiam as grandezas deste mundo, mas Jesus apresenta-lhes o serviço e a entrega total como alternativa que é capaz de agradar a Deus e aos irmãos, tendo em vista a construção de relações fraternas, pois trata-se de uma forma de ser e de estar que caracteriza o cristianismo primitivo e que deve ser modelo para todo o cristão. Por outro lado, a humildade cristã promove as relações humanas facilitando as mesmas entre os diferentes estratos sociais e/ou hierarquias, lançando bases para um novo modo de relacionamento entre as pessoas, pautado pela reciprocidade e igualdade. É também através da humildade que o ser humano reconhece a necessidade de ser agradecido. Tal atitude, permite-nos ver, naqueles que conosco se vão cruzando, já não um mero semelhante, mas um irmão ou uma irmã que nos ajuda a percorrer um caminho de edificação até Deus.

¹¹⁷ Cf. Aziagbia. *La fraternité en Christ: fondements de l'être ecclésial et son incidence africaine*, 46-49.

A humildade cristã está profundamente marcada pela dimensão cristológica. Cristo assumiu a condição humana, sofreu uma dolorosa paixão e morreu na cruz pela humanidade, convidando-a a viver um amor fraterno e livre de interesses (*Fl 2,3-4*), que deve ser vivido com total humildade e disponibilidade de coração. Há uma exortação a que cada um reconheça a importância dos irmãos e irmãs, tendo no centro das suas vidas a preocupação de entendimentos fraternos, onde reine a paz e a justiça (*Rm 12,3-21*). Deste modo, uma vida vivida com humildade orienta o ser humano para Deus e torna-o cada vez mais dócil à prática da Fraternidade, pois, imitando o Rei dos humildes, cada homem e cada mulher torna-se mais enobrecido¹¹⁸.

O amor fraterno é garante da existência de uma harmonia entre os crentes que se sentem unidos uns aos outros como irmãos, partilhando a fé no mesmo Senhor que é Cristo (*Rm 12,10*)¹¹⁹, filho de Deus, deixando vincada a imagem de um Deus que é Pai, algo transversal a várias religiões. Sendo o ser humano criado por Deus, todos os homens e mulheres devem reconhecer-se como irmãos que vivem em comunhão e harmonia. Não abdicando da sua individualidade, cada pessoa está em consonância com os outros, e com as comunidades onde se insere. Isso leva-a à vivência da Fraternidade¹²⁰. Esta comunhão e amor são expressão da unidade fraterna entre homens e mulheres que vivem sob a ação do Espírito e que vão desenvolvendo um amor atencioso de uns para com os outros, onde cada um está ao serviço porque todos se reconhecem como irmãos¹²¹. Deus, rico em amor pela humanidade, comunica e interage com o ser humano como quem se relaciona com um amigo, a fim de levar todas as pessoas à comunhão com Ele através de Jesus Cristo, com quem cada cristão é desafiado a construir uma amizade e a permanecer nela, imitando assim a relação que os discípulos tiveram com o seu Senhor (*Jo 15,1-17*). Em Jesus, temos o arquétipo de vida, assente no serviço (*Mt 20,26-28*), e a força poderosa do anúncio da Fraternidade. Ele é a Fraternidade e impele-nos a vivê-la¹²².

A Fraternidade cristã assenta na revelação da pessoa de Jesus Cristo, capaz de levar a humanidade até Deus (*Jo 1,18*), fazendo com que a mesma se perceba unida por Ele. Assim, estes indivíduos reconhecem-se como irmãos, já que têm o mesmo Deus como Pai, anunciado pelo próprio Jesus (*Mc 11,26*). Portanto, se Deus é quem une os

¹¹⁸ Cf. Aziagbia. *La fraternité en Christ: fondements de l'être ecclésial et son incidence africaine*, 51-55.

¹¹⁹ Cf. Marie-Louise Lamau, *Des chrétiens dans le monde. Communautés pétriniennes au 1er siècle*. Lectio Divina 134. (Paris: Éditions du Cerf, 1988), 296.

¹²⁰ Cf. Cândido, «Fraternidade», 471.

¹²¹ Cf. Divo Barsotti, *Première épître de Pierre*. (Paris: Pierre Téqui Éditeur, 2001), 78.

¹²² Cf. Cândido, «Fraternidade», 466.

seres humanos, Cristo pode ser visto como aquele que medeia estas relações e que relembra a filiação comum de cada ser humano. Em termos eclesiais, a própria Igreja é vista como uma comunidade de irmãos que deseja ardentemente o Reino dos Céus. Para tal, a Fraternidade torna-se elemento indispensável, fazendo com que neste mundo cada cristão vá já experimentando a vivência desse Reino¹²³.

3 – Um olhar pelo Magistério da Igreja

O pensamento teológico, para além de observar e considerar os ensinamentos de Jesus e a mensagem bíblica sobre a temática da Fraternidade, apoia-se e recorre ao Magistério da Igreja, onde encontramos claras exortações à vivência da Fraternidade.

O Concílio Vaticano II (CVII) é um marco da Igreja Católica, no que diz respeito à abertura a temáticas mais sociais, pastorais e eclesiológicas. As relações entre a Igreja e a sociedade adquirem uma nova preponderância no pensamento do Magistério da Igreja, pelo que os seus documentos passam a expressar essa mesma relação, abordando questões éticas, sociais e políticas do seu tempo que fornecem orientações sobre como viver os princípios cristãos. Por conseguinte, temáticas como a Fraternidade impregnam os documentos do Magistério da Igreja a partir do CVII.

O pensamento da Igreja expresso na sua Doutrina Social enfatiza a dimensão social da Fraternidade, refletindo sobre a justiça, a solidariedade e o bem comum como fundamento de uma irmandade que nos subjaz a todos. A partir do Papa Paulo VI a reflexão do Magistério da Igreja acerca da Fraternidade ganha maior preponderância, tendo o seu expoente máximo em Francisco, com a publicação da primeira encíclica da história da Igreja dedicada à Fraternidade e à amizade social – *Fratelli Tutti* (FT).

3.1 – A Fraternidade no Concílio Vaticano II

O CVII foi pródigo nas mutações que trouxe à Igreja Católica, tendo abordado a temática da Fraternidade em vários documentos, com maior destaque para a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (LG), a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS), o Decreto *Ad Gentes* (AG), a Declaração *Dignitatis Humanae* (DH), e o Decreto *Unitatis Redintegratio* (UR), realçando a importância dada à união e à Fraternidade que devem unir todos os seres humanos.

¹²³ Cf. Cândido, «Fraternidade», 466-471.
Cf. Ratzinger, *La fraternidad de los cristianos*, 59.

A partir do texto da LG, fica claro que Deus desejou sempre que toda a humanidade fosse salva. Para tal, quis e quer santificar os seres humanos na relação de uns com os outros, e nunca de forma individual, para que todos formem um só povo. Esse desejo é desde logo expresso na Aliança que constituiu com o povo de Israel, tendo mais tarde, sido estabelecida uma nova aliança com o sangue do próprio Jesus (*I Cor 11,25*), para que se formasse um povo segundo o Espírito e não segundo a carne. É o Povo de Deus, que tem Jesus por cabeça e que se caracteriza pela defesa da dignidade e liberdade, com o mandamento do amor como lei crucial (*Jo 13,34*). Pautado pelo amor a Cristo, todo o povo de Deus é chamado a vivê-lo nas suas relações, para que se estabeleça uma comunhão de vida, amor e verdade, com o convite a ser sal da terra e luz do mundo onde quer que se encontre¹²⁴. É bem visível a ênfase colocada na dignidade humana, intrínseca a cada pessoa, independentemente da sua condição social, origem ou raça, pois reconhece-se que todos os indivíduos são chamados a viver como irmãos e irmãs, enfatizando a igualdade de todos diante de Deus. Não surgindo explicitamente o termo “fraternidade”, há referências claras à união de todos os membros da Igreja em Cristo, destacando-se a comunhão entre aqueles que formam o Povo de Deus, tendo em vista a unidade que se gera a partir de Cristo¹²⁵. Partindo de *Rm 1,4-5* e de *Ef 4,5*, a LG enfatiza a diversidade que compõe a Igreja, composta por diferentes membros, mas que formam um só corpo em Cristo, constituindo-se um povo uno e igualmente digno, que tem um só Senhor, uma só fé e um só batismo. Assim, todos os fiéis, desde o Papa até aos leigos, são membros do corpo de Cristo, unidos pela mesma comunhão fraterna, pois há uma igualdade fundamental entre todos, independentemente da sua posição hierárquica e da sua função específica, tornando a Fraternidade relevante, porque unifica todos os membros da Igreja¹²⁶. Há também uma referência importante a Maria e à relação maternal com os cristãos, destacando-se uma profunda dimensão de cuidado e Fraternidade entre estes e a Mãe de Jesus¹²⁷. Ao longo da LG, fica patente que este ideal de Fraternidade é expresso em relação ao Povo de Deus, com destaque para a unidade e igualdade dos fiéis, que concorre para a busca e a vivência da Fraternidade que brota de Cristo.

¹²⁴ Cf. Concílio Vaticano II, «Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja», acedido a 10 de agosto de 2023, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html, 9.

¹²⁵ Cf. Concílio Vaticano II, «Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja», 13.

¹²⁶ Cf. Concílio Vaticano II, «Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja», 32-33.

¹²⁷ Cf. Cf. Concílio Vaticano II, «Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja», 50.

Na GS são referidas três dimensões da imagem humana. A pessoal e dialogal, com destaque para o papel do ser humano como interlocutor de Deus e como construtor da sua própria identidade; a social, que incide na interação do ser humano com os outros; e o próprio ser humano como aquele que está inserido num contexto histórico e cósmico¹²⁸. Ao longo do documento observa-se o cuidado paternal de Deus para com o ser humano e o desejo que Ele tem para todos – que formem uma família una e que vivam fraternalmente. Esta Fraternidade universal abraça todos os seres humanos, pelo que têm igualdade de direitos e a mesma dignidade, porque, com Cristo e pela Sua redenção, dissiparam-se as desigualdades¹²⁹. Desta união cada vez mais profunda, brota a necessidade de todos os homens e mulheres trabalharem afincadamente pela promoção do bem comum. Cada qual é convidado a unir esforços em favor do progresso humano e social, procurando a paz e a Fraternidade entre as nações, na medida em que todos têm a responsabilidade de colaborar no progresso da humanidade. Assim, neste esforço conjunto surge a consciência da dignidade humana que é inerente a cada pessoa, «porque ela é superior a todas as coisas»¹³⁰. O ser humano deve ter acesso a tudo o que necessita para viver dignamente, não esquecendo que tudo o que faça em prol de um mundo mais justo e fraterno «vale mais que os progressos técnicos»¹³¹. Para a Igreja, «nenhuma lei humana pode assegurar a dignidade da pessoa»¹³² como o Evangelho. Então é a partir do Evangelho que a Igreja proclama os direitos humanos e reconhece a sua importância, reforçando a necessidade da solidariedade e do desenvolvimento integral dos povos, sendo necessário que todos se responsabilizem em contribuir para a promoção de relações mais justas e fraternas entre as nações, os grupos sociais e os indivíduos em geral. Esta busca incessante por um mundo justo e solidário, salientando a interdependência global, bem como a necessidade de superação de desafios comuns, é a expressão clara da busca da Fraternidade cristã, capaz de reunir toda a humanidade sob o mesmo Espírito¹³³. Neste contexto, a Fraternidade é vista como resposta e apelo à unidade global, pois esta teologia da imagem de Deus apresentada na GS é o fundamento da igualdade entre todos os seres

¹²⁸ Cf. Luis Ladaria, *Introducción a la Antropología teológica* (Navarra: Editorial Verbo Divino, 2004), 68.

¹²⁹ Cf. Concílio Vaticano II, «Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo actual», 24.

¹³⁰ Concílio Vaticano II, «Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo actual», 26.

¹³¹ Concílio Vaticano II, «Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo actual», 35.

¹³² Concílio Vaticano II, «Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo actual», 41.

¹³³ Cf. Concílio Vaticano II, «Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo actual», 87; 92; 93.

humanos e, por conseguinte, da Fraternidade. A Fraternidade é também a resposta do ser humano ao convite de Jesus para viver e dar testemunho da Palavra de Deus¹³⁴.

No decreto AG, é evidente a importância dada à colaboração entre as igrejas, «fomentando o ecumenismo (...) de maneira que os católicos colaborem fraternalmente com os irmãos separados»¹³⁵, tendo em vista o objetivo comum que é o da evangelização. Isto remete-nos para a Fraternidade universal que atravessa povos, culturas e línguas. Assim, o Evangelho é visto como elemento agregador dos povos, fazendo com que todos se reconheçam como irmãs e irmãos reunidos em torno de Cristo¹³⁶. Este trabalho revela a dimensão fraterna em prol da mesma missão, procurando constantemente uma «colaboração fraterna»¹³⁷ em várias áreas, apelando a que as comunidades vivam e testemunhem a radicalidade do Evangelho, ou seja, que vivam fraternalmente. Se os cristãos são impelidos a viverem esta radicalidade, testemunhando-a no quotidiano, o poder civil tem o dever de promover o bem comum, garantindo o direito à liberdade religiosa dos cidadãos. Tal implica o respeito pela diversidade de credos e crenças, manifestando-se assim a vivência da Fraternidade, na medida em que a menção do respeito pela consciência de cada pessoa, revela-se uma atitude que pertence a esta categoria evangélica. Mesmo com a atenção mais dirigida às questões da liberdade religiosa, o diálogo e o testemunho podem ser interpretados como expressões fraternas e necessárias para uma convivência social e religiosa pacíficas¹³⁸.

Quanto ao decreto UR, começa por expressar que há o profundo desejo do CVII em «promover a restauração da unidade entre todos os cristãos»¹³⁹, sendo uma clara demonstração de intenção para a vivência da Fraternidade entre as várias tradições cristãs. A denominação de “irmãos separados”, que surge várias vezes ao longo do decreto, é também a demonstração clara de que na base das relações está a memória e a intenção de que todos se tratem fraternalmente, não como meros semelhantes, mas como irmãos. Toda e qualquer divisão só será ultrapassada se existir entendimento e cooperação. Assim,

¹³⁴ Cf. Aziagbia. *La fraternité en Christ: fondements de l'être ecclesial et son incidence africaine*, 18.

¹³⁵ Concílio Vaticano II, «Decreto *Ad Gentes* sobre a atividade missionária da Igreja», acedido a 20 de novembro de 2023, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html, 15.

¹³⁶ Cf. Aziagbia. *La fraternité en Christ: fondements de l'être ecclesial et son incidence africaine*, 172.

¹³⁷ Concílio Vaticano II, «Decreto *Ad Gentes* sobre a atividade missionária da Igreja», 29.

¹³⁸ Cf. Concílio Vaticano II, «Declaração *Dignitatis Humanae* sobre a liberdade religiosa», acedido a 21 de novembro de 2023, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651207_dignitatis-humanae_po.html, 9.

¹³⁹ Concílio Vaticano II, «Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo», acedido a 23 de novembro de 2023, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html, 1.

estar-se-á a contribuir «para o fomento da justiça e da verdade, da concórdia e colaboração, do espírito fraterno e da união»¹⁴⁰, em busca de uma única família cristã que unir-se-á numa Fraternidade ainda mais completa¹⁴¹. Há uma chamada de atenção para a necessidade de se evitar «qualquer zelo leviano ou imprudente que possa prejudicar um verdadeiro progresso da unidade»¹⁴². Este pedido de respeito e compreensão é mais uma evidência do desejo profundo da vivência fraternal entre todas as igrejas. A unidade é assim vista como uma expressão real da Fraternidade espiritual entre os membros do Corpo de Cristo.

Apesar de os vários documentos do CVII abordarem a Fraternidade de formas muito específicas, muitas de forma implícita, não deixa de ser importante realçar que este é um assunto que faz parte dos ensinamentos conciliares, refletindo-se na importância que a Igreja concede à Fraternidade *ad intra*, bem como nas relações humanas em geral – *ad extra*.

3.2 – A Fraternidade na DSI

A Fraternidade é um elemento essencial na Doutrina Social da Igreja, que contém os ensinamentos e princípios da Igreja Católica com particular destaque para as questões sociais e económicas. Segundo a DSI, a Fraternidade implica olhar para todos os seres humanos como grande e única família, onde cada qual tem a sua missão e responsabilidade, não descurando a importância de se procurar o bem comum.

A Igreja tem a missão de guardar e defender o ser humano de qualquer tipo de agressão. Para tal, convida cada pessoa a olhar para Deus, a sentir-se amada por Ele, a fim de que todas as relações humanas sejam inspiradas pelo amor que Deus dedica a cada pessoa. Esta Fraternidade amorosa com que Deus cuida da humanidade, deve ser exemplo e modelo para as relações humanas, pois a descoberta da própria dignidade transcendente acontece quando cada pessoa vive esta união de amor com Deus, aprendendo, assim, que não vive para si, mas para os outros, para se relacionar e construir Fraternidade com eles¹⁴³. Nesta senda, a Igreja examina o papel de cada ser humano, colocando-o no centro dos seus ensinamentos sociais, e destacando a urgência em defender a sua dignidade, pois Deus, através de Jesus, veio dialogar com a humanidade, revelando-lhe o Seu plano de

¹⁴⁰ Cf. Concílio Vaticano II, «Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo», 4.

¹⁴¹ Cf. Concílio Vaticano II, «Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo», 14.

¹⁴² Concílio Vaticano II, «Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo», 24.

¹⁴³ Cf. Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (Cascais: Princípia, 2005), 4.

salvação, justiça e Fraternidade. Assim, a compreensão cristã da dignidade humana está intimamente ligada à sua origem divina e à busca contínua da comunhão com Deus a partir do Seu amor¹⁴⁴. Tendo Jesus revelado à humanidade que Deus é amor (*1 Jo 4,8*), aqueles que acreditam e vivem neste amor procuram cada vez mais estabelecer laços de Fraternidade, pois é o próprio Amor de Deus que confere significado e valor à pessoa¹⁴⁵. Todavia, a relação do ser humano com Deus não é de uma dependência sem liberdade, pois cada qual tem pleno direito a acolher, ou não, na sua vida a vontade e os desígnios do próprio Deus. Apesar de o indivíduo se orientar para o bem, em busca da sua realização total, o não cumprimento da lei moral leva à destruição da Fraternidade, que vai contra a vontade divina de que a humanidade possa viver em fraternal comunhão¹⁴⁶. Assim, a vivência da dignidade, da liberdade e da Fraternidade, que antecipam neste mundo o Reino de Deus, têm o seu cerne no Mistério Pascal de Cristo, sendo que, a partir deste evento, a humanidade é convidada a abandonar as relações fracassadas e desumanas, para se orientar para uma comunhão cada vez mais perfeita com Deus e entre si. Esta dignidade comum a todos os seres humanos é o fundamento base da igualdade e da Fraternidade entre os seres humanos, trazida pela Encarnação do Filho de Deus¹⁴⁷.

Com o mesmo intuito de guardar e proteger o ser humano, como referimos anteriormente, a DSI expressa-se através de princípios como a dignidade da pessoa humana, o bem comum, a solidariedade, a subsidiariedade e o destino universal dos bens, aliando o anúncio do Evangelho à vida concreta das pessoas. Assim, estes princípios procuram ajudar a interpretar e a aprofundar as vivências sociais, a fim de que cada qual se sinta responsável pelos outros, olhando a comunidade como um todo e reforçando esta unidade onde todos os seres humanos encontram a sua realização¹⁴⁸. Estes princípios «constituem os verdadeiros e próprios gonzos do ensinamento social católico»¹⁴⁹.

O princípio do bem comum deve ser relacionado com os vários aspetos sociais a fim de se encontrar um sentido total, pois o agir social só alcança a sua verdadeira plenitude quando realiza o bem comum. Então, o bem comum pode ser compreendido como a dimensão comunitária e social do bem moral. Ele ultrapassa a dimensão egoísta da soma dos bens, pois realça que ninguém encontra realização total contando e olhando

¹⁴⁴ Cf. Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 17; 51; 105.

¹⁴⁵ Cf. Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 54.

¹⁴⁶ Cf. Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 135-137.

¹⁴⁷ Cf. Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 143-145.

¹⁴⁸ Cf. Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 160-163.

¹⁴⁹ Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 160.

somente para si; ou seja, é atribuindo importância à comunidade que se conseguirá mais e melhor. Existindo uma responsabilidade de todos na procura e concretização do bem comum, é de referir que as exigências para a sua obtenção mudam consoante as condições sociais de cada tempo e a dedicação e empenho que os seres humanos têm entre si, com vista a esta construção do bem comum.

A sociedade não pode deixar de procurar incessantemente o bem comum para que se possa realizar cada vez mais e melhor, pois será tão mais madura e humana quanto mais o bem comum for uma realidade vivida. O bem comum precisa de ser servido a partir de uma lógica de ampla responsabilização. Para tal, é necessário que cada ser humano procure o bem do outro como se do seu próprio bem se tratasse. Por outro lado, há o Estado que é responsável por garantir o bem de todos com o contributo de todos. Todavia, não sendo o bem comum da sociedade um fim em si mesmo, mas sendo Deus o fim último de cada criatura, este bem comum é capaz de levar cada pessoa à sua realização, à transcendência, isto é, até Deus. Sem esta visão, teríamos um simples bem-estar económico sem qualquer dimensão transcendente¹⁵⁰.

O princípio do destino universal dos bens defende que todos os seres humanos devem ter o direito e a oportunidade de usufruírem daquilo que é necessário para o seu desenvolvimento, sendo este um direito natural, porque inscrito na natureza de cada indivíduo. Deus destinou a terra para uso da humanidade e deu-lha para que a domine – para que dela cuide – e faça bom uso dos seus frutos (cf. *Gn 1, 28-29*) sem que exista ninguém beneficiado ou prejudicado. Destino universal dos bens não é sinónimo de que todos os bens estejam à disposição de todas as pessoas ou que a mesma coisa pertença a todos, mas significa que todo o ser humano nasce com igual direito ao uso dos bens, sendo para isso necessário que se crie legislação e regulamentação através de vários acordos, nacionais e internacionais. Isto deve ter em vista o desenvolvimento integral de todos para um mundo mais humanizado, onde exista uma preferência clara pelos pobres, matriz da ação da Igreja, a exemplo do Senhor Jesus (*Mt 25, 40.45*). Apesar de tudo isto, a propriedade privada não é negada a ninguém, sendo mesmo considerada essencial para a existência da ordem social, desde que adquirida de forma equitativa¹⁵¹.

A subsidiariedade é uma das grandes diretrizes da DSI e a promoção da dignidade humana só acontece quando se cuida de todas as pessoas e de todas as realidades, sejam

¹⁵⁰ Cf. Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 164-170.

¹⁵¹ Cf. Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 171-184.

elas políticas, económicas, sociais, culturais, desportivas, recreativas ou profissionais, tendo em vista a ajuda aos que mais necessitam, protegendo-os também dos abusos das instâncias sociais superiores. Esta ajuda entre os vários grupos de pessoas contribui para o desejado crescimento social, onde o Estado tem um papel preponderante de acompanhamento, regulação e até de suplência se necessário for, tendo em conta que a mesma não deve ir além do estritamente necessário, já que estes casos constituem uma exceção¹⁵².

«Consequência característica da subsidiariedade é a participação»¹⁵³, que tem em vista a construção de sociedades mais justas e igualitárias, através da garantia de direitos e deveres fundamentais para uma existência cada vez mais humanizada. Para tal, todos devem ter a oportunidade de participarem na elaboração e estabelecimento das bases organizacionais das sociedades onde se inserem, fazendo-o consciente e responsabilmente, com vista a alcançar o bem comum. A participação constitui também um dos pilares das sociedades democráticas e livres. Assim, todos os cidadãos são incentivados a envolverem-se ativamente na política, para que possam trabalhar de forma empenhada na construção de democracias fortes e saudáveis que tenham como prioridade o bem comum, com especial destaque para os mais vulneráveis¹⁵⁴.

A solidariedade está presente nas relações humanas que se pautam pela entreatajuda, devendo ser olhada como princípio social e virtude moral, pois as novas relações de interdependência entre a humanidade, devem transformar-se progressivamente em relações que se caracterizam por uma solidariedade ético-social. Vista assim, a solidariedade é um princípio orientador das instituições e das pessoas porque contribui, paulatinamente, para a supressão do pecado. Assim, tal como Jesus, que foi solidário com a humanidade até à Sua morte na cruz (*Fl 2, 8*), o ser humano deve, livremente, ser solidário com todos, reconhecendo n'Ele o agir de Deus para com a humanidade, sentindo-se impelido a construir uma sociedade cada vez mais justa, digna e fraterna. Em Jesus, a solidariedade e a caridade unem-se, pois, pela fé, a solidariedade traz consigo o dom da gratuidade total, do perdão e da reconciliação, fazendo de cada homem e mulher imagem do próprio Deus¹⁵⁵.

¹⁵² Cf. Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 185-188.

¹⁵³ Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 189.

¹⁵⁴ Cf. Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 189-191.

¹⁵⁵ Cf. Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 192-196.

A DSI baseia-se nos valores fundamentais da vida social, implicando a adoção das virtudes e atitudes morais que correspondem a esses valores. «A sua prática [da DSI] constitui a via segura e necessária para alcançar um aperfeiçoamento pessoal e uma convivência social mais humana»¹⁵⁶. Na sua base está a dignidade humana que, aliada à verdade, à liberdade e à justiça, procura que cada ser humano possa crescer na sua dimensão pessoal e social, tendo sempre em vista o bem comum, o bem da comunidade onde se insere¹⁵⁷. Todavia, estes valores estão intimamente ligados à caridade, pois se as relações humanas se devem pautar por eles, não devem descurar também a presença desta via, pois não existe nenhuma regra - direitos ou deveres - capaz de, só por si, levar o ser humano a viver fraternalmente. Só a caridade, desde que mostrada como forma capaz de abrir novas vias de entendimento. A caridade, além de pressupor e transcender a justiça, regula eficazmente as relações humanas porque se pauta pelo amor que ajuda a equilibrar a justiça, que por si só, corre o risco de se aniquilar. Assim, a caridade deve estar presente nas relações entre os seres humanos e destes com o mundo, tornando-se social e política, porque nos leva a trabalhar pelo bem comum e a amá-lo cada vez mais¹⁵⁸.

3.3 – A Fraternidade em Paulo VI, João Paulo II e Bento XVI

Num mundo preenchido por inúmeras injustiças e variados conflitos, alguns dos quais bélicos, a preocupação dos Papas com a construção da Fraternidade foi uma constante, tendo sempre em vista a paz entre os seres humanos. Assim aconteceu com Paulo VI, João Paulo II e Bento XVI, que abordaremos em seguida.

O Papa Paulo VI, na carta encíclica *Populorum Progressio*, publicada pouco depois do Concílio Vaticano II, refere a Fraternidade dos povos como algo central porque o mundo assim o exige. Para crescer e se desenvolver, um indivíduo não pode estar entregue a si mesmo, tal como não pode estar entregue a si própria uma nação. É necessária uma correlação de forças, uma visão de conjunto acerca dos vários aspetos, sejam eles económicos, sociais, espirituais ou culturais. Porém, por mais que o ser humano coloque no centro a dimensão económica, ela não é representativa de um real desenvolvimento de uma sociedade ou nação. Um desenvolvimento autêntico e real de todas as pessoas, deve ser integral, ou seja, deve promover o bem comum de forma justa¹⁵⁹. É uma obrigação moral que o ser humano seja colocado no centro, que seja ele a

¹⁵⁶ Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 197.

¹⁵⁷ Cf. Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 197-203.

¹⁵⁸ Cf. Conselho Pontifício «Justiça e Paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 204-208.

¹⁵⁹ Cf. Paulo VI, Carta Encíclica «*Populorum Progressio*» (Lisboa: Editorial Aster, 1967), 13-14.

prioridade e não o aspeto económico, e isto tem maior valor quando se fala dos países e pessoas mais desfavorecidas. Quando assim é, as obrigações para com os mais frágeis e desfavorecidos têm a sua base na «fraternidade humana e sobrenatural»¹⁶⁰, onde os países mais ricos devem ajudar os mais pobres, construindo-se assim um mundo mais humanizado e desenvolvido, pois não podemos falar de um progresso real quando existem pessoas na miséria¹⁶¹.

Paulo VI, no seu magistério, evidencia o conceito de solidariedade, mas vai mais além, pois, no seu entender, a vivência da dimensão cristã da gratuidade, do perdão e da reconciliação, são aspetos que, aos nossos olhos, fazem daqueles com quem nos vamos cruzando diariamente pessoas a quem podemos chamar de “próximo”. Não se trata apenas de um ser humano com direitos e deveres, que nos pode ser indiferente, mas nesse próximo está a imagem de Deus, alguém que deve ser amado e estimado, mesmo que se trate de um inimigo. Ora, esta consciência é o assumir da filiação divina comum¹⁶² a todas as pessoas, tornando-as irmãos e irmãs uns dos outros. Assim, «emerge com ímpeto a palavra vitoriosa: porque é irmão. Meu irmão, nosso irmão»¹⁶³. Se assim reconhecemos o outro, vive-se a Fraternidade de todos em Cristo; pois, se existem os laços humanos que nos podem naturalmente ligar uns aos outros, pela fé no mesmo Deus abre-se um novo paradigma de comunhão do ser humano¹⁶⁴, onde cada qual é impelido a ser instrumento construtor da paz no seu quotidiano. «Quem introduz, na opinião pública, o sentimento de fraternidade humana sem barreiras, prepara dias melhores para o mundo»¹⁶⁵, porque ajuda a que o ser humano se vá descobrindo na alteridade, na relação com o outro que é seu irmão, independentemente da raça, etnia ou ideologia política, num diálogo franco e aberto, pois isso permitirá que se gere Fraternidade¹⁶⁶. Se a Fraternidade entre os seres humanos for ignorada na origem, a paz também é destruída na sua origem, na sua raiz.

¹⁶⁰ Paulo VI, Carta Encíclica «*Populorum Progressio*», 44.

¹⁶¹ Cf. Paulo VI, Carta Encíclica «*Populorum Progressio*», 44.

¹⁶² «Uma verdadeira fraternidade entre os homens, para ser autêntica e obrigante, supõe e exige uma Paternidade transcendente e repleta de amor metafísico, de caridade sobrenatural. Podemos ensinar a fraternidade humana, isto é, a paz, ensinando a reconhecer, a amar e a invocar o Pai Nosso, que está nos céus. Sabemos que, se primeiro, não removermos, nós próprios, os obstáculos à reconciliação com o homem irmão, encontraremos a entrada do altar de Deus fechada (Cf. Mt 5; 23 ss.; 6, 14-15). E sabemos que, se formos promotores da paz, então, poderemos ser chamados filhos de Deus e estar entre aqueles que o Evangelho chama Bem-aventurados (cf. Mt 5,9)».

Paulo VI, «Mensagem para a celebração do IV Dia Mundial da Paz 1971».

¹⁶³ Paulo VI, «Mensagem para a celebração do IV Dia Mundial da Paz 1971».

¹⁶⁴ Cf. Paulo VI, Carta Encíclica «*Populorum Progressio*», 39.

¹⁶⁵ Paulo VI, «Mensagem para a celebração do IV Dia Mundial da Paz 1971».

¹⁶⁶ Cf. Paulo VI, Carta Encíclica «*Populorum Progressio*», 73.

Portanto, é urgente construir e viver a Fraternidade para um mundo mais pacífico, onde todos se redescubram como irmãos¹⁶⁷.

Na encíclica *Populorum Progressio*, de profundo cariz social, Paulo VI reforça assim a importância central que o Evangelho deve ocupar na vida da Igreja e da sociedade, para que esta se possa construir sob o signo da justiça e da liberdade, sendo animada pelo amor, fazendo de Paulo VI, o “pai” da expressão “civilização do amor”, que continuará a ser aprofundada e desenvolvida pelos seus sucessores.

João Paulo II, na carta encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, à semelhança de Paulo VI, alerta para o facto de se ter em conta a dimensão da solidariedade que nos permite ver no outro um semelhante, alguém que também nos pode ajudar (cf. *Gn 2, 18.20*). Daí que não deva existir qualquer intenção nem concretização de instrumentalizar ou explorar outra pessoa. Esta solidariedade é uma proposta de caminho para a paz e para o desenvolvimento dos países e das sociedades enquanto tais. Todavia, isto nunca será possível se os indivíduos não se entenderem, se não chegarem a consensos nos mais variados temas, porque é preciso que o desenvolvimento dos povos se torne uma causa comum. Caso contrário, esse desenvolvimento não existirá, não existindo também a Fraternidade¹⁶⁸. Torna-se assim necessária uma profunda solidariedade entre indivíduos e entre nações para que a justiça social que todos anseiam, possa ser uma realidade que perpassa a vida de todos¹⁶⁹, pois a paz deve assentar na igual dignidade do ser humano e «sobre o dogma fundamental da fraternidade humana, isto é, do respeito»¹⁷⁰ que cada indivíduo merece pelo facto de ser pessoa humana. Refira-se ainda que é requerido que todo este desenvolvimento social, ansiado por todos os povos, deve respeitar os direitos humanos; logo, deve ser promotor da dignidade humana. De contrário, continuaremos a subjugar as pessoas à dimensão económica, escravizando-as e não lhes dando o que merecem e necessitam¹⁷¹.

¹⁶⁷ Cf. Paulo VI, «Mensagem para a celebração do IV Dia Mundial da Paz 1971».

¹⁶⁸ Cf. João Paulo II, Carta Encíclica «*Sollicitudo Rei Socialis*» (Lisboa: Edições Paulistas, 1988), 17.

¹⁶⁹ Cf. João Paulo II, Carta Encíclica «*Sollicitudo Rei Socialis*», 39.

¹⁷⁰ Paulo VI, «Mensagem para a celebração do IV Dia Mundial da Paz 1971», acessido a 20 de janeiro de 2024, https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/messages/peace/documents/hf_p-vi_mes_19701114_iv-world-day-for-peace.html.

¹⁷¹ Cf. João Paulo II, Carta Encíclica «*Sollicitudo Rei Socialis*», 33.

Os cristãos vivem esta Fraternidade na Eucaristia, «sacramento da unidade e da fraternidade dos discípulos de Cristo»¹⁷². A Eucaristia¹⁷³ apresenta-se como uma autêntica escola de Fraternidade para todo o mundo, onde todos se misturam e se sentem irmãos. Neste sentido, João Paulo II, na sua viagem ao Brasil, em 1980, não se cansou de insistir nesta necessidade do acolhimento de todos, onde não há discriminação e onde as pessoas se aceitam tais quais são, havendo compreensão mútua por reconhecerem que é mais o que une os seres humanos do que aquilo que os separa. Reconhecendo este princípio, seja em que nação for, a humanidade prosperará no amor e na Fraternidade e a paz será uma realidade¹⁷⁴.

Quanto ao Papa Bento XVI, na sua carta encíclica *Caritas in Veritate*, fala do conceito de desenvolvimento como uma vocação, referindo que a caridade ocupa aqui um espaço primordial, porque, na sua perspetiva, só se percebe realmente a conceção de vocação a partir da caridade que brota de Cristo e da relação com Ele. Será então a vivência da caridade que conduz à Fraternidade. Todavia, isto não é possível apenas pela força humana, como defende o Papa, porque nesta sociedade tão globalizada, onde tudo e todos se aproximam virtualmente, é possível que as pessoas se considerem vizinhas, mas isso não as constitui irmãs e irmãos. Pode torná-las semelhantes, até mesmo iguais em certos aspetos, mas continua a faltar alguma coisa para a vivência plena da Fraternidade, a relação com Deus Pai, por meio de Seu Filho. Só assim a humanidade se irmana e vive a Fraternidade que também é caritativa, pois é a caridade do próprio Senhor Jesus que impele o ser humano a agir desse modo¹⁷⁵.

Sendo os magistérios de Paulo VI, João Paulo II e Bento XVI, bastante centrados nas problemáticas sociais, com destaque para o bem estar do ser humano e o seu desenvolvimento integral, a partir da leitura de Bento XVI, é possível dizer-se que este desenvolvimento do indivíduo requer a integração dos diversos conhecimentos, desde o científico até às considerações morais, nunca deixando de lado a prática da caridade que

¹⁷² João Paulo II, «Homilia em Curitiba a 6 de julho de 1980», acessido a 22 de janeiro de 2024, https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1980/documents/hf_jp-ii_hom_19800706_curitiba-brazil.html.

¹⁷³ «A uma humanidade em busca do sentido verdadeiro da vida e encaminhada no sentido da plena realização da justiça e da paz, ela oferece a perspetiva de descobrir na Eucaristia o lugar onde a fraternidade se torna concreta solidariedade, e os últimos são os primeiros na consideração e no afeto dos irmãos».

João Paulo II, «Carta do Santo Padre por ocasião do IV Congresso Eucarístico Diocesano de Perúsia – Città della Pieve (Itália)», acessido a 22 de janeiro de 2024, https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1999/documents/hf_jp-ii_let_06081999_pieve.html.

¹⁷⁴ Cf. João Paulo II, «Homilia em Curitiba a 6 de julho de 1980».

¹⁷⁵ Cf. Bento XVI, Carta Encíclica «*Caritas in Veritate*» (Prior Velho: Paulinas Editora, 2009), 19-20.

deve nortear a vida das pessoas, por forma a orientar e garantir um agir ético que respeita a dignidade humana e tem como prioridade os que são marginalizados e esquecidos¹⁷⁶. Qualquer desenvolvimento que aconteça sem ter em conta a dimensão da caridade, não é pleno porque não tem em vista a dita “civilização do amor”, como anteriormente referimos. Pelo contrário, o desenvolvimento que não olha a meios para atingir os seus fins e que pensa apenas no lucro económico, esquece o ser humano e a sua dignidade, e gera situações de escravidão e angústia, matando a Fraternidade e a reciprocidade¹⁷⁷.

A caridade na verdade coloca o ser humano diante da experiência do dom total, presente na sua vida sob variadíssimas formas, com principal destaque para a sua dimensão transcendente. A noção de gratuidade contrasta com a mentalidade utilitária e autossuficiente do indivíduo, pois este convence-se de que é o único obreiro de si próprio e da sua vida. Ora, uma mentalidade puramente económica da sociedade e do mundo tende a comprometer a liberdade humana, pois, com o passar do tempo, essas convicções sociais, políticas e económicas, que não têm no âmago das suas decisões e projetos o ser humano, vão corrompendo a liberdade da pessoa e do tecido social, dificultando a realização da esperança cristã que tem em vista o desenvolvimento integral da pessoa humana. A caridade na verdade destrói barreiras e muros que se levantam entre os indivíduos, porque, enquanto dom a todos ofertado, ela funda a comunidade, fazendo com que cada ser humano trabalhe na sua construção. Todavia, a comunidade de indivíduos só adquire uma identidade verdadeiramente fraterna quando não houver qualquer divisão. Isto acontece quando no centro está a Palavra de Deus que liberta os corações para a vivência do princípio da gratuidade como revelação da Fraternidade¹⁷⁸.

No que concerne ao mercado, o mesmo sujeita-se à justiça comutativa, mas é necessário evidenciar a justiça distributiva e a justiça social tão caras e defendidas pela DSI, não só para a economia de mercado, mas também aplicável às relações humanas, tendo em vista a harmonia social. O mercado quer promover a emancipação, mas não consegue fazê-lo julgando que se basta a si mesmo. A atividade económica não é capaz

¹⁷⁶ «Jesus dedica-se aos que sofrem, a quantos são postos na margem da sociedade. Cura-os e, proporcionando-lhes assim a possibilidade de viver e decidir juntos, introdu-los na igualdade e na fraternidade. Isto diz respeito obviamente a todos nós: Jesus indica-nos a direção do nosso agir». Bento XVI, «Homilia do Santo Padre durante a concelebração eucarística na esplanada de Neue Messe (Nova Feira) a 10 de setembro de 2006», acedido a 24 de janeiro de 2024, https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/homilies/2006/documents/hf_ben-xvi_hom_20060910_neue-messe-munich.html.

¹⁷⁷ Cf. Bento XVI, Carta Encíclica «*Caritas in Veritate*», 30-33.

¹⁷⁸ Cf. Bento XVI, Carta Encíclica «*Caritas in Veritate*», 34.

de resolver todos os dramas sociais de forma linear. Assim, deve-se dar especial atenção às relações de amizade, de solidariedade e de Fraternidade, mesmo no âmbito da economia, porque ela não é desumana ou antissocial. Pertence à atividade e ao quotidiano do ser humano e é por ser profundamente humana que necessita de ser regulada por uma ética estruturada e institucionalizada, onde esteja presente o dom da gratuidade, capaz de alimentar a justiça e o bem comum, expressão da Fraternidade¹⁷⁹.

O desenvolvimento tecnológico ao qual estão ligados os meios de comunicação social, têm uma presença muito forte na vida da sociedade e do mundo. A sua missão é trazer novas leituras sobre a pessoa humana e a realidade envolvente, pelo que é crucial olhar para o fundamento antropológico que os norteia, porque serão tão essenciais quanto mais estiverem centrados na defesa e na promoção da dignidade humana, «animados expressamente pela caridade e colocados ao serviço da verdade, do bem e da fraternidade natural e sobrenatural»¹⁸⁰. Todavia, o desenvolvimento tem necessidade de cristãos comprometidos com a sua fé, porque o amor a Deus leva o ser humano a procurar o bem comum, e a Fraternidade ajuda na realização deste bem que se quer de todos e para todos. A luta pelo bem comum tem o precioso contributo do cristianismo, por meio da DSI, que não descarta a relação pessoal com Deus e as experiências de Fraternidade com Cristo e com os irmãos¹⁸¹.

3.4 – A Fraternidade no pensamento do Papa Francisco

O Papa Francisco tem destacado ao longo do seu pontificado a grandiosa importância da Fraternidade, nas suas intervenções orais e escritas, com particular destaque para a carta encíclica *Fratelli Tutti*, sobre a Fraternidade e a amizade social, na qual alerta para a importância de se criar uma cultura do encontro, do diálogo e do cuidado, de modo especial para com os mais frágeis, defendendo que é absolutamente crucial a construção de pontes entre as pessoas e as nações. Francisco começou o seu

¹⁷⁹ Cf. Bento XVI, Carta Encíclica «*Caritas in Veritate*», 35-38.

¹⁸⁰ Bento XVI, Carta Encíclica «*Caritas in Veritate*», 73.

¹⁸¹ Cf. Bento XVI, Carta Encíclica «*Caritas in Veritate*», 56-59; 79.

«A fraternidade cristã nasce do facto de sermos constituídos filhos do mesmo Pai pelo Espírito de verdade: "De facto, todos os que se deixam guiar pelo Espírito, esses é que são filhos de Deus" (Rm 8, 14)». Bento XVI, «Audiência Geral de 5 de Abril de 2006», acedido a 24 de janeiro de 2024, https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2006/documents/hf_ben-xvi_aud_20060405.html.

pontificado a falar de Fraternidade e a pedir a graça da sua presença no mundo, como que a dizer que esse seria um dos pilares onde queria que o mesmo assentasse.

E agora iniciamos este caminho, Bispo e povo... este caminho da Igreja de Roma, que é aquela que preside a todas as Igrejas na caridade. Um caminho de fraternidade, de amor, de confiança entre nós. Rezemos sempre uns pelos outros. Rezemos por todo o mundo, para que haja uma grande fraternidade¹⁸².

A encíclica *Fratelli Tutti* refere-se tanto à Fraternidade como à amizade social, evidenciando claramente que a Fraternidade não é uma emoção, ideia ou sentimento, mas algo concreto, realizável, que implica que cada pessoa saia de si mesma, que atue em liberdade e por amor: “De quem nos fazemos próximos e irmãos?”. Falar de Fraternidade é falar de algo que requer tempo quando o mundo anda em constante agitação e mudança. Falar de Fraternidade é intuir que só esta vivência permite que pessoas diferentes possam ser iguais, pois ela destrói o ódio que elimina o que é diverso, trazendo à vida o precioso tempo da mediação, do encontro e do cuidado¹⁸³. Na base desta encíclica está o encontro de Francisco com o Grande Imã Ahmad Al-Tayyeb que aconteceu em Abu Dhabi, em 2019, para lembrar que Deus «criou todos os seres humanos iguais nos direitos, nos deveres e na dignidade, e chamou-os a conviver entre si como irmãos»¹⁸⁴, para que efetivamente este profundo anseio de Fraternidade seja cada vez mais uma realidade na vida de todos¹⁸⁵.

O Papa Francisco destaca desde as primeiras linhas da sua encíclica, o modo como Francisco de Assis alargou a Fraternidade, ao sol, ao vento, à chuva – à criação em geral – não se ficando apenas pelos seres humanos, com destaque para os marginalizados, os doentes, os descartados. Ele vai além das possíveis distâncias de origem, nacionalidade, cor ou religião, e isto devolve-nos a consciência de que cuidar da nossa casa comum é cuidar de nós próprios, sendo necessário que a humanidade tome consciência de si como um “nós” e não apenas como um “eu”, onde o que importa é a vida de cada qual, vivida

¹⁸² Francisco, «Bênção Apostólica “Urbi et Orbi” de 13 de março de 2013», acessado a 26 de janeiro de 2024, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/march/documents/papa-francesco_20130313_benedizione-urbi-et-orbi.html.

¹⁸³ Cf. Antonio Spadaro, «Fratelli Tutti: um guia para a leitura da encíclica do papa Francisco», acessado a 27 de janeiro de 2024, <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/603448-fratelli-tutti-um-guia-para-a-leitura-da-enciclica-do-papa-francisco-artigo-de-antonio-spadaro>.

¹⁸⁴ Francisco, Ahmad Al-Tayyeb, «Francisco, Ahmad Al-Tayyeb, «Documento sobre a fraternidade humana em prol da paz universal e da convivência comum».

¹⁸⁵ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 8.

de forma isolada¹⁸⁶. Para tal, é necessário derrubar muros nos corações e no mundo, porque as guerras e conflitos que os dias de hoje vão conhecendo¹⁸⁷ destroem o «projeto de fraternidade, inscrito na vocação da família humana»¹⁸⁸, muitas vezes devido a políticas injustas e à falta de uma distribuição equitativa dos recursos naturais¹⁸⁹, mostrando que o ser humano vive com uma indiferença assustadora perante o outro de quem devia cuidar como irmão e irmã. Falta-nos (re)descobrir esta beleza para que deixem de existir “os outros” e passemos a ser um “nós”, onde ninguém fica para trás nem é excluído por motivo algum, e onde todos se reconhecem devedores uns dos outros, sem fronteiras internas ou externas¹⁹⁰. A este respeito, numa altura em que tantos países querem fechar fronteiras, expressando de forma visível as barreiras que os seus governantes têm no coração, Francisco convida a escancarar as portas do mesmo, para que todos possam ser acolhidos na sua dignidade, pois ela é inalienável a todo o ser humano, independentemente da sua origem, cor ou religião. Para tal, é necessário que a lei suprema seja a do amor fraterno que faz baixar a guarda, deixando de lado o medo, a fim de que se aposte no cultivo da amizade feita cara-a-cara, já que as relações digitais podem tornar-se perigosas, na medida em que podem levar o ser humano a isolar-se e a desvalorizar a importância do encontro com o outro. Esta comunicação digital pode até ser construtora de pontes, mas não une verdadeiramente os seres humanos, já que um verdadeiro caminho para a Fraternidade exige pessoas dispostas a estarem umas com as outras¹⁹¹.

Apesar de tudo o que é denunciado pelo Santo Padre, não é desejável que a humanidade caminhe na escuridão, pelo que Francisco apresenta caminhos de esperança que acalentam o coração e dão sentido à existência, levando o ser humano a entender que a sua existência está dependente de outrem, pois ninguém caminha sozinho¹⁹². É nesta perspetiva que se socorre da Parábola do Bom Samaritano, a fim de que o mesmo se possa tornar exemplo para todos, já que na Bíblia há um claro desafio sobre o que são as relações entre as pessoas, sendo necessário que se crie uma cultura que conduza o ser humano a

¹⁸⁶ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 1-3; 16-17.

¹⁸⁷ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 25-27.

¹⁸⁸ Francisco, «Mensagem para a celebração do LIII Dia Mundial da Paz 2020», acedido a 29 de janeiro de 2024, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20191208_messaggio-53giornatamondiale-pace2020.html.

¹⁸⁹ Cf. Francisco, Ahmad Al-Tayyeb, «Francisco, Ahmad Al-Tayyeb, «Documento sobre a fraternidade humana em prol da paz universal e da convivência comum».

¹⁹⁰ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 30-35.

¹⁹¹ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 39-43; 50.

¹⁹² Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 54-55.

superar rancores e a cuidar do outro. Para que tal aconteça, é indispensável tempo num mundo tão apressado. Foi isso que o samaritano deu ao homem que estava ferido (cf. *Lc 10, 25-37*), o seu próprio tempo, contrariando a tentação de passar adiante quando o assunto é tratar de alguém que sofre e precisa de cuidados. Construir uma sociedade onde se ignora o sofrimento é sinal da doença que a mesma padece¹⁹³, porque o sofrimento do outro deve indignar todos os seres humanos, fazendo-os sair do seu comodismo. Esta é uma opção quotidiana onde se escolhe ser bom samaritano ou alguém indiferente, que passa ao lado dos que sofrem, olha, e segue o seu caminho¹⁹⁴, não tendo em conta a responsabilidade de cuidar da fragilidade de outrem e de se fazer próximo,¹⁹⁵ porque ignora que «a vida subsiste onde há vínculo, comunhão, fraternidade»¹⁹⁶. É o amor ao outro que se torna abertura à hospitalidade e fundamento da amizade social que não deixa ninguém de fora, desembocando na Fraternidade que inclui todos, formando-se uma comunidade de irmãos que cuidam uns dos outros incondicionalmente¹⁹⁷.

A Fraternidade não existe apenas quando as liberdades individuais estão garantidas, ou quando existe uma certa equidade. Quando a Fraternidade não é uma forma de viver conscientemente desejada, não se encontra aquilo que ela pode oferecer à liberdade, fazendo com que esta se mitigue, existindo, então, uma condição de solidão e pura autonomia. Ora, o individualismo é uma doença que nos faz crer que tudo pode ser deixado à mercê das ambições de cada qual. Todavia, para se construir a amizade social e a Fraternidade universal, é necessário entender que o outro é imensamente valioso com tudo o que tem, especialmente a sua dignidade, porque, quando isso não acontece, a Fraternidade não surge como solução¹⁹⁸. Não é suficiente que, em nome da liberdade – valor absolutamente essencial para a construção da Fraternidade – se descurem políticas sociais capazes de proporcionar a todos maior igualdade e acompanhamento ao longo da vida, seja para assegurar necessidades básicas, seja sobretudo para que cada pessoa possa dar o melhor de si. Se assim não for, as pessoas com deficiência, por exemplo, não têm lugar numa sociedade que se rege sobretudo pelos critérios da liberdade de mercado e da eficiência, e a Fraternidade será sempre utopia, porque não existe interesse em cuidar da

¹⁹³ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 57; 63-65.

¹⁹⁴ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 57; 67-69.

¹⁹⁵ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 79-80.

¹⁹⁶ Francisco, «Angelus 10 de novembro de 2019», acessado a 30 de janeiro de 2024, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2019/documents/papa-francesco_angelus_20191110.html.

¹⁹⁷ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 94-96.

¹⁹⁸ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 103-107.

fragilidade de cada pessoa. E todos os indivíduos deviam sentir-se responsáveis por cuidar e servir o outro, num profundo ato de solidariedade que ultrapassa atitudes de generosidade pontual. Ser solidário é trabalhar na construção da comunidade lutando contra a pobreza, a falta de trabalho, a desigualdade, a privação de vários direitos ou contra tudo aquilo que vai destruindo a nossa casa comum. Se o mundo é para todos, temos a obrigação moral de garantir que todos têm oportunidades ajustadas para um desenvolvimento integral pleno¹⁹⁹.

Observando-se cada vez mais a existência de grandes fluxos migratórios, são urgentes políticas que deixem para trás certos nacionalismos exacerbados que manifestam total incapacidade de acolher o outro como alguém que tem os mesmos direitos e a mesma dignidade do que aqueles que já vivem num determinado local. A humanidade tem de compreender que é o relacionamento e o confronto com quem é diferente que ajuda a um autoconhecimento mais aperfeiçoado, pois todos são necessários para a construção de uma vida mais plena e feliz, que tem como missão primordial a construção do bem comum, da Fraternidade²⁰⁰. O amor ao outro é realista e deve ser encarado como transformador da vida dos que são constantemente esquecidos, sendo preciso que floresça uma espiritualidade da Fraternidade e uma solução cabal para os seus problemas, com políticas mais humanistas e eficientes, que não estejam submetidas à economia, e esta, à tecnocracia. Assim, a Fraternidade e a amizade social podem ser uma realidade, desde que existam resoluções ponderadas e a capacidade para tomar decisões que procuram envolver também as ciências sociais²⁰¹. Portanto, o amor expressa-se na relação com a alteridade, mas também nas relações políticas, económicas e sociais. Essa caridade política pressupõe a compreensão de que «cada um é plenamente pessoa quando pertence a um povo e, vice-versa, não há um verdadeiro povo sem referência ao rosto de cada pessoa»²⁰². Este amor social, aliado à caridade política, expressa-se nas atitudes de diálogo com todos, ao contrário dos fanatismos e das lógicas de gueto, tendo em vista o bem comum. É possível obter convergências, pelo menos, no essencial²⁰³, mostrando que

¹⁹⁹ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 109-119.

«Deus deu a Terra a todo o género humano, para que ela sustente todos os seus membros, sem excluir nem privilegiar ninguém».

João Paulo II, Carta Encíclica «*Centesimus Annus*» (Lisboa: Edições Paulistas, 1991), 31.

²⁰⁰ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 137; 141-142; 146; 154.

²⁰¹ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 165; 177.

²⁰² Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 182.

²⁰³ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 190.

«na política, há lugar também para amar com ternura»²⁰⁴, isto é, para tomar decisões que influenciem positivamente a vida das pessoas, criando um bem-estar cada vez mais sólido que permitirá que cada ser humano encare o outro com maior predisposição para o ver como um irmão amado a quem deseja fazer o bem²⁰⁵.

O diálogo é um tema central abordado constantemente por Francisco, pois, segundo o Papa, a amizade social acontece a partir do encontro das diferenças de cada ser humano. Mas, para que existam consensos que ultrapassem os conflitos que por vezes podem surgir, é preciso dialogar. O diálogo não é uma troca intensa de mensagens através dos meios tecnológicos que hoje a humanidade tem ao seu dispor, que se constituem muitas vezes em monólogos. A falta de diálogo revela a ausência de preocupação pelo bem comum, e se isto acontece no âmbito político, as repercussões na vida das pessoas são uma realidade. Para que haja um diálogo social genuíno é essencial que cada qual respeite a opinião do outro, compreendendo que um pode ter diferentes perceções, convicções e interesses díspares do outro²⁰⁶. Assim, o diálogo e o encontro tornar-se-ão a chave da “cultura do encontro”, que significa a paixão que cada povo tem em querer construir alguma coisa que envolva todos, incluindo os mais pobres, porque quando esses são excluídos, o sonho da liberdade, da igualdade e da Fraternidade não passa de um formalismo e de uma utopia, porque não é, de facto, para todos²⁰⁷.

A promoção e difusão da amizade social implica a aproximação entre grupos sociais que estão de costas voltadas, distantes uns dos outros. Mas exige também o esforço por um encontro com os setores mais pobres e indefesos, porque se aqueles que são constantemente marginalizados reagem, por vezes, com atitudes menos positivas, tal deve-se a um historial de desprezo e de falta de inclusão social. As desigualdades e os obstáculos ao desenvolvimento humano integral são geradores de conflitos e de guerras. A verdadeira reconciliação, apesar de não escapar ao conflito, alcança-se a partir desse desenvolvimento, com recurso ao diálogo honesto e desprezioso; pois, para que a

²⁰⁴ Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 194.

²⁰⁵ «Ajudar os outros é um bem para si próprio e faz bem a todos. É verdade! Amar é um dom para todos!» Francisco, «Encontro com os representantes de alguns centros de assistência e de caridade no centro paroquial de Serafina em Lisboa a 4 de agosto de 2023», acedido a 8 de fevereiro de 2024, <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2023/august/documents/20230804-portogallo-centri-assistenza.pdf>.

²⁰⁶ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 200-203.

²⁰⁷ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 216-220.

amizade social exista, é preciso que o conflito seja inferior à unidade, e que se perdoe de coração aberto²⁰⁸.

Aqueles que perdoam de verdade não esquecem, mas renunciam a deixar-se dominar pela mesma força destruidora que os lesou. Quebram o círculo vicioso, travam o avanço das forças da destruição. Decidem não continuar a injetar na sociedade a energia da vingança que, mais cedo ou mais tarde, acaba por cair novamente sobre eles próprios. (...) O perdão é precisamente o que permite buscar a justiça sem cair no círculo vicioso da vingança nem na injustiça do esquecimento²⁰⁹.

Para uma aproximação mais eficaz dos vários grupos que podem estar um pouco distantes, as religiões têm um papel crucial a desempenhar, a partir do valor que reconhecem em toda a pessoa humana como criatura que é chamada a ser filho e filha de Deus, oferecendo contribuições relevantes para a construção da defesa, da justiça e da Fraternidade na sociedade. Isto será possível com uma abertura ao Pai²¹⁰ de todos, que permitirá por parte de todo o ser humano, o reconhecimento de uma verdade transcendente que a todos pode irmanar. Se assim não for, não há nenhum princípio capaz de garantir relações sadias e justas entre os seres humanos²¹¹. Para os cristãos, a fonte da dignidade humana e da Fraternidade está no Evangelho, de onde brota a importância do encontro, da comunhão e da relação com a humanidade inteira, nascendo um mundo novo, repleto de paz e de justiça, a partir do poder do Ressuscitado²¹².

²⁰⁸ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 233-235; 244-245; 250.

²⁰⁹ Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 251-252.

²¹⁰ «Na presença de Deus, tornamo-nos irmãs e irmãos, sentimos os outros com nova intensidade: em vez de ameaças e de inimigos encontramos companheiras e companheiros de viagem».
Francisco, «Mensagem para a Quaresma de 2024», acedido a 5 de fevereiro de 2024, <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/lent/documents/20231203-messaggio-quaresima2024.html>.

²¹¹ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 271-273.

²¹² Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 277-278.

CAPÍTULO 2 – A FRATERNIDADE: UMA LECIONAÇÃO

No capítulo que se segue, destacaremos os principais aspetos relativos à PES, que decorreu no âmbito do Mestrado em Ciências Religiosas, com vista à obtenção da habilitação profissional para a lecionação da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. A prática da docência decorreu entre outubro de 2021 e maio de 2022, na Escola Básica Damião de Góis, em Marvila, onde pudemos realizar inúmeras atividades com uma turma específica, alargando a intervenção do nosso trabalho à comunidade educativa, através de alguns projetos, que contaram com a orientação do docente cooperante.

Este tempo da PES visou a aquisição e o desenvolvimento de capacidades, tais como, o despertar para a importância de uma reflexão crítica sobre o desempenho, cada vez mais aprofundada, bem como a capacidade para lidar com os desafios que surgem no quotidiano da lecionação.

Para que a compreensão do que referimos anteriormente seja maior, apresentaremos de seguida, a caracterização da Escola Básica Damião de Góis, que integra o Agrupamento de Escolas D. Dinis, passando depois à caracterização e descrição da turma com quem trabalhamos no âmbito da PES, onde se apresentará aquilo que consideramos mais relevante na prática letiva.

Por fim, daremos ênfase ao enquadramento da UL Construir a Fraternidade, do 5.º ano, pois trata-se da UL referência do nosso trabalho e reflexão.

1 – Caracterização da escola Damião de Góis – Lisboa

A escola Damião de Góis está sediada na Rua Cassiano Branco, no Bairro dos Loios, na freguesia de Marvila, em Lisboa, e foi ali que decorreu a PES. Desde 26 de abril de 2013, integra o Agrupamento de Escolas D. Dinis (AEDD), localizado na mesma freguesia, com um total de oito escolas. Até então, era a escola sede do Agrupamento de Escolas Damião de Góis. A Escola Damião de Góis opera desde o ano letivo 1983/84 e é formada por cinco pavilhões.

A sala de professores com bar, a sala de diretores de turma, de atendimento a encarregados de educação, de assistentes operacionais, a biblioteca, a sala de TIC, o gabinete de psicologia e a sala destinada à EMRC, onde habitualmente o professor da disciplina realiza o seu trabalho, e onde, durante o estágio, reunia com os estagiários, o arquivo, a reprografia, e a sala do GAAF (Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família), situam-se no pavilhão A. As salas de aula ficam situadas nos pavilhões B e C, sendo cada um deles constituído por doze salas de aula, onde se incluem o laboratório de física e de

química, bem como o de biologia, a sala de educação visual, a sala de educação tecnológica e a sala de música. O refeitório, a sala de convívio dos alunos, e a papelaria situam-se no pavilhão D. A escola conta ainda com um pavilhão gimnodesportivo e um campo exterior de jogos.

O bairro onde se insere a escola, foi planeado e construído para uma população maioritariamente ligada às forças de segurança. No final da década de sessenta, início de setenta, muitas famílias do Centro e Norte do país migraram para Lisboa e, por isso, o surgimento de bairros como este foi aumentando. Terminada a guerra do Ultramar, houve um surto de ocupação de casas na generalidade dos bairros da freguesia de Marvila que transformou a caracterização de base da população, sendo a grande maioria, migrante em Lisboa. A falta de condições de habitabilidade em vários espaços levou à criação de vários bairros sociais, incluindo este.

A população de Marvila apresenta um baixo nível de instrução formal. Menos de 59% dos habitantes completou o ensino básico e apenas 8% têm formação superior. De acordo com um levantamento feito em janeiro de 2020, esta realidade é confirmada com outros indicadores de instrução: elevada taxa de analfabetismo e um número elevado de residentes sem qualquer grau de ensino completo²¹³.

O AEDD é considerado Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), que é uma iniciativa governamental, aplicada atualmente em 146 agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas que se inserem em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se evidenciam. Este programa pretende assegurar o sucesso educativo e a inclusão dos alunos, diminuir o abandono escolar e melhorar substancialmente a qualidade das aprendizagens²¹⁴. O projeto de cada escola deve pautar-se pelo humanismo, mas tem de ser um projeto alicerçado no presente, porque, é preciso dar respostas aos problemas hodiernos, para tal, não podemos continuar a utilizar as mesmas soluções, para problemas que, entretanto, mudaram. É preciso caminhar constantemente ao encontro das realidades em que vivem os alunos, atendendo a todos os pormenores, não se ficando pelo superficial²¹⁵.

²¹³Cf. Projeto Radar, acedido a 16 de fevereiro de 2024, https://mais.scml.pt/lisboacidadetodasidades/wp-content/uploads/sites/18/2020/02/radar_rel-intercalar2-10_fev20.pdf.

²¹⁴ Cf. Agrupamento de Escolas D. Dinis «Programa TEIP», acedido a 16 de fevereiro de 2024, <https://aeddinislisboa.wixsite.com/aeddinis/programa-teip>.

²¹⁵ Cf. José Gimeno Sacristán, *A Educação Obrigatória* (Porto: Porto Editora, 2002), 24.

Os Territórios de Intervenção Prioritária criados em 1996 pelo Ministério da Educação, através do despacho 147-B/ME/96, permitiram a adoção de um modelo de gestão novo e diferenciado que proporciona maior autonomia às escolas, aliando também uma vontade de descentralizar e partilhar o poder no processo educativo. A descentralização baseia-se no conceito de independência da autoridade local face à administração central que constitui o núcleo central da territorialização.

O principal objetivo desta medida educativa é a promoção da igualdade no acesso e no sucesso educativos da população escolar em idade de frequência do ensino básico, universal e gratuito, muito em particular das crianças e jovens em situação de risco de exclusão social e escolar²¹⁶.

O programa TEIP tem vindo a ser desenvolvido e aperfeiçoado, sendo que no AEDD, o TEIP 4, desenvolver-se-á a partir do ano letivo 2024/2025²¹⁷. O programa foi retomado pelo Ministério da Educação a partir do ano letivo 2006/2007 e visava sobretudo a apropriação, por parte das comunidades educativas particularmente desfavorecidas, de instrumentos e recursos que lhes permitissem orientar a sua ação para a reinserção escolar dos alunos. Na primeira fase, desejou-se integrar as escolas ou agrupamentos de escolas localizadas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto com grande número de alunos em risco de exclusão social e escolar. Foram selecionadas 35 escolas de forma a beneficiarem, a partir desse ano letivo e até 2009, de medidas excecionais para combater a insegurança, indisciplina, insucesso e abandono escolares com a maior eficácia possível.

O Ministério da Educação iria investir 15 milhões de euros até 2009 nesta primeira fase do TEIP2, prevendo-se, que com as verbas do quadro comunitário seguinte (2007/2013), fosse possível alargar o programa a escolas de todo o país com problemas similares, esperando-se assim um investimento total na ordem dos 100 milhões de euros. Já em 2008, o Ministério da Educação lançou o Programa TEIP2²¹⁸ com o intuito de promover o sucesso educativo dos alunos em contextos socioeducativos com elevado número de alunos em risco de exclusão social e escolar. Esta identificação foi realizada a partir da análise de indicadores de resultados do sistema educativo e de indicadores sociais de territórios em que as escolas se inserem, bem como os estabelecimentos de

²¹⁶ Cf. Isabel Ferreira; Ana Rita Teixeira, «Territórios Educativos de Intervenção prioritária: breve balanço e novas questões», *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP* vol. XX (2010): 331.

²¹⁷ Cf. Agrupamento de Escolas D. Dinis «Programa TEIP».

²¹⁸ Cf. DRE, «Despacho Normativo 55/2008», acessido a 17 de fevereiro de 2024, <https://files.dre.pt/2s/2012/10/192000000/3334433346.pdf>.

ensino já incluídos no primeiro programa TEIP. Assim, aos 35 agrupamentos/escolas de Lisboa e Porto, que integram o programa desde o ano letivo 2006/2007, juntaram-se mais 24 agrupamentos de escolas de diferentes regiões do continente. Mais tarde, surgiu um novo alargamento do TEIP 2 (3ª fase) que pretendia integrar um novo conjunto de agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas, cumprindo-se a meta de 100 TEIP fixada pelo Ministério da Educação para o programa em causa. Contudo, foram incluídos mais 45 agrupamentos, perfazendo um total de 104²¹⁹.

Mais tarde, através do Despacho Normativo nº 20/2012²²⁰, de 3 de outubro, o Ministério da Educação quis alargar, e muito bem, o programa TEIP, aumentando e reforçando a autonomia das escolas que, estando em contextos particulares desafiantes, devem ter possibilidades extra para a implementação de projetos próprios, fortemente alicerçados em evidências e no conhecimento que detêm sobre as realidades locais. Assim, nasceu um terceiro programa TEIP3, mais centrado nas ações que as escolas identificaram como promotoras da aprendizagem e do sucesso educativo, de modo a assegurar maior eficiência na gestão dos recursos disponíveis e maior eficácia nos resultados alcançados, como se pode ler no despacho.

O programa TEIP3 começou então a ser desenvolvido a partir do ano letivo 2012/2013 e tem como objetivos gerais, a melhoria da qualidade da aprendizagem traduzida no sucesso educativo dos alunos; o combate ao abandono escolar e às saídas precoces do sistema educativo; a criação de condições que favoreçam a orientação educativa e a transição qualificada da escola para a vida ativa, e a progressiva articulação da ação da escola com a dos parceiros dos territórios educativos de intervenção prioritária.

Outro aspeto importante que deve ser mencionado acerca do TEIP3 diz respeito às suas equipas. Para assegurar a coordenação das várias intervenções e possibilitar a articulação em rede é criado em cada TEIP3 uma equipa multidisciplinar, cuja composição deve garantir, de forma equilibrada, a participação de vários elementos da escola, como se pode confirmar no artigo 10.º do mesmo despacho, vendo-se assim que o trabalho multidisciplinar é cada vez mais importante e valorizado²²¹.

²¹⁹ Cf. Ferreira; Teixeira, «Territórios Educativos de Intervenção prioritária: breve balanço e novas questões», 331-332.

²²⁰ Cf. DRE, «Despacho Normativo 20/2012», acedido a 18 de fevereiro de 2024, <https://files.dre.pt/2s/2012/10/192000000/3334433344.pdf>.

²²¹ Cf. Ferreira; Teixeira, «Territórios Educativos de Intervenção prioritária: breve balanço e novas questões», 342-347.

É também na escola que os alunos aprofundam o seu processo de socialização e o vivem em plenitude, desenvolvendo hábitos de convivência e de respeito pelos outros e pelas normas estabelecidas. A experiência de encontro semanal com cada um deles, com os docentes e assistentes operacionais deste espaço educativo, permitiu-nos verificar a preocupação de todos na promoção de uma educação que contribua para formar o melhor possível aqueles alunos, para que no futuro, se possam tornar homens e mulheres que sabem ser e estar, pois o humanismo é traço essencial nas gentes desta escola. Desde o primeiro dia, sentimos um carinho muito grande por parte de toda a gente, e essa atenção é também dada aos alunos, fazendo com que as relações humanas sobressaíam e se fortaleçam, levando cada discente a compreender que o importante é apenas aquilo que é passível de ser avaliado. Isto, fá-los estar despertos para outras situações e problemas sociais, locais e mundiais que os incentivam a fazer melhor, provocando em cada um, atitudes e comportamentos de cidadãos responsáveis e interessados na construção do bem comum. Neste sentido, é visível o empenho da equipa docente em envolver as capacidades dos alunos, numa clara alusão à importância de uma formação integral. Um pequeno exemplo, prende-se com os vários projetos que vão surgindo ao nível do Agrupamento, em que, neste ano letivo de 2021/22, toda a escola se mobilizou durante quatro semanas para trabalhar e celebrar o Dia Mundial da Gentileza - 13 de novembro - com grande destaque para a EMRC que assumiu a maior parte dos projetos ligados à mesma.

No que diz respeito à oferta educativa, existem turmas do segundo e terceiro ciclos do Ensino Básico, e um curso de educação e formação (CEF) de operador de jardinagem. Todos os outros cursos, incluindo os profissionais, estão centralizados na escola sede do Agrupamento, Secundária D. Dinis.

É de destacar ainda a existência de um número elevado de retenções, algo que, felizmente, não se encontra muito plasmado nas turmas com EMRC com quem trabalhámos ao longo do ano letivo.

Relativamente ao patrono do estabelecimento de ensino é Damião de Góis, nasceu (2 de fevereiro de 1502) e morreu (30 de janeiro de 1574) em Alenquer 30. Oriundo de famílias nobres, era filho do almoxarife Rui Dias de Góis, valido do Duque de Aveiro e da sua quarta esposa Isabel Gomes de Limi, descendente de Nicolau de Limi, fidalgo flamengo que se fixou em Portugal.

Foi humanista, historiador e epistológrafo, viajante, diplomata e alto funcionário régio, destacando-se como personalidade do renascimento em Portugal. Foi um dos espíritos mais críticos da sua época.

Distinguiu-se pela sua condição de humanista de grande audiência e de personalidade próxima da coroa, cabendo-lhe desempenhar o papel ativo de noticiar e legitimar, na Europa, as mudanças profundas e os novos equilíbrios que decorriam da expansão portuguesa, designadamente no Oriente²²².

No que concerne ao projeto educativo do AEDD, o mesmo revela total prioridade para uma escola aberta, transformacional e inclusiva. Assim, enquanto escola aberta, esta quer-se afirmar como espaço e tempo educativo e formativo, continuando a apostar na integração recíproca de todos os agentes internos e do meio envolvente, para que a educação seja desenvolvida em conjunto. Enquanto escola transformacional, procuram delinear objetivos bem definidos, realizando atividades e promovendo a motivação para que os mesmos sejam alcançados. E, enquanto escola inclusiva, procuram uma aposta contínua na construção de uma escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação social e pessoal, vislumbrem soluções que lhes permitam adquirir um nível de educação e formação facilitadoras da sua integral inclusão social. A sociedade não pode perder o contributo futuro de cada aluno, através das suas qualidades, pelo que, a escolarização não se pode tornar num fator que discrimina negativamente, provocando e acentuando desigualdades²²³.

Nesta senda, há uma grande importância atribuída à flexibilidade curricular com a preocupação de que todos possam ter respostas para as suas necessidades, porque só assim se obterá a tal escola inclusiva, não deixando de lado o objetivo de todos os alunos adquirirem os conhecimentos e desenvolverem as competências, atitudes e valores previstos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Há ainda uma clara importância atribuída à promoção da articulação entre os três ciclos do ensino básico e o ensino secundário, para garantir uma gestão integrada, articulada e progressiva do currículo, algo que se revela com maior força quando existem projetos trabalhados por todo o Agrupamento, independentemente dos ciclos, e abordados pelas várias disciplinas, como foi o caso do projeto em torno da gentileza. Este projeto teve uma duração de quatro semanas e revelou-se um verdadeiro sucesso, onde os alunos

²²² Cf. Agrupamento de Escolas D. Dinis «Damião de Góis», acessido a 18 de fevereiro de 2024, <https://aeddinislisboa.wixsite.com/aeddinis/patronos-damiogois>.

²²³ Cf. Sacristán, *A Educação Obrigatória*, 55.

elaboraram flores e corações com mensagens acerca da temática, decoraram caixas para os rebuçados da gentileza a colocar na sala dos professores e na biblioteca, e fizeram ainda calendários sobre a temática que continham desafios diários para serem realizados durante uma semana. Na última aula, foi tempo de consolidar tudo de forma lúdica, através de um jogo elaborado por nós, que se revelou um sucesso junto dos alunos, mostrando que ficaram ainda mais despertos para este tema crucial²²⁴.

Como afirmámos anteriormente, a escola Damião de Góis funciona desde 1983/84 pelo que, tendo sofrido poucas remodelações e/ou manutenções ao longo do tempo, faz-nos ver no seu edifício as marcas do tempo. Há falta de pintura em muitos dos pavilhões, pois a tinta está totalmente degradada pelo tempo, o interior dos mesmo tem zonas igualmente degradadas, com a contribuição de muitos alunos para tal, por riscarem e/ou estragarem as paredes de outras formas, e o próprio material que há nos gabinetes e nas salas de aula, se não é o primeiro que lá foi colocado, tem muitos anos e carece de substituição.

Quanto aos pátios, os alunos têm local suficiente para poderem estar ao ar livre e até junto de alguma natureza, na medida em que os vários pavilhões estão circundados por alguns jardins, não muito bem cuidados, e com bastantes árvores que dão mais vida ao próprio espaço. A concretização de todo este projeto educativo só é possível desde que se continue a reconhecer os docentes como os agentes principais do desenvolvimento do currículo, exercendo o papel fulcral no processo de ensino e aprendizagem, na avaliação, na reflexão conjunta sobre as opções a tomar, tendo em conta a sua exequibilidade e adequação aos contextos da comunidade escolar.

No que diz respeito às aulas de EMRC com as turmas que nos foram entregues, estas decorreram no Pavilhão C, na sala 14 (C 14). A mesma tinha o essencial para as aulas que foram planificadas, seja com recurso a um quadro, ao computador, colunas e projetor, ou ao placard, onde foi possível ir afixando alguns trabalhos manuais dos alunos. Havia espaço suficiente para o número de alunos em questão, e os cortinados ajudavam bastante na qualidade do visionamento de qualquer projeção utilizada durante as aulas.

No Pavilhão A fica situada a sala usada, sobretudo pelo docente cooperante, onde os docentes estagiários ficavam sempre a trabalhar entre a aula das 8h e a das 12h10,

²²⁴ Cf. Agrupamento de Escolas D. Dinis «Projeto Educativo», acessido a 18 de fevereiro de 2024, https://aa59a12b-540c-4dd2-b810-7b21a9d5ff03.filesusr.com/ugd/adf0ab_8cb50741b6d74c9e90e7babb41f5d282.pdf.

planificando aulas e produzindo, eventualmente, alguns materiais necessários. É conhecida na escola como “a sala de EMRC”, e é lá que ficavam também alguns materiais que eram utilizados em várias aulas, sendo um espaço acolhedor e confortável, pois existia o silêncio necessário para trabalhar com qualidade.

Os alunos que frequentam a Escola Damião de Góis, e o Ensino Básico em geral, são provenientes, mormente da Freguesia de Marvila. A heterogeneidade socioeconómica da freguesia reflete-se na composição do perfil destes alunos e o grande desafio que a escola encara é o de tentar quebrar o círculo de baixa escolaridade familiar, permitindo que todos tenham uma condição real de aceder ao ensino secundário e concluí-lo.

Após vários anos de forte afluência de alunos provenientes do Brasil e da Ucrânia que, entretanto, diminuiu, têm sido colocados no Agrupamento, nestes últimos anos pelo Alto Comissariado dos Refugiados, com algum destaque para a Escola Damião de Góis, alunos vindos de África, francófona e anglófona. Recebem também alunos da China, Paquistão e Angola de estratos socioeconómicos mais favoráveis²²⁵.

Para responder a muitas das necessidades destes alunos, a escola tem o apoio do GAAF, já inicialmente referido, composto por dois psicólogos, uma assistente social e professores que proporcionam neste serviço ajuda aos alunos, com ligação aos agregados familiares. Como refere o próprio Projeto Educativo do Agrupamento (2018-2022), a escola tem aproximadamente 60% dos alunos inseridos nos escalões A e B de apoio de ação social escolar, para além de outros que, não o sendo, manifestam bastantes carências²²⁶.

Há também na escola um centro de apoio à aprendizagem com a finalidade de ajudar os alunos a consolidar recursos para melhor rentabilizar toda a oferta educativa que a escola oferece. Diante dos inúmeros défices afetivos dos alunos, de modo particular, dos que vivem em condições socioculturais muito desfavoráveis, agravadas pela pandemia da Covid-19, o Agrupamento de Escolas D. Dinis, desenhou percursos escolares que pretendem responder adequadamente às reais necessidades dos alunos.

Este contexto social desfavorável, seja a nível económico, seja a nível familiar, com famílias desestruturadas, é sempre útil recordar Richard Arends em relação à pobreza. Ele constata que as classes sociais substituíram a ideia de raça. Se antes nos

²²⁵ Cf. Agrupamento de Escolas D. Dinis «Projeto Educativo».

²²⁶ Cf. Agrupamento de Escolas D. Dinis «Projeto Educativo».

distinguíamos pela raça, atualmente, numa sociedade capitalizada, a distinção, expressa-se no poder económico e nas oportunidades de emprego²²⁷.

1.1 – Caraterização e descrição da turma de 5.º ano

Para a execução da PES, foi-nos atribuída uma turma do 5.º ano, constituída por alunos das turmas A, B, C e D, inscritos na disciplina de EMRC. Os dados que apresentamos de seguida, foram recolhidos através de uma ficha de caracterização da turma.

A turma A tinha dois alunos, um do sexo masculino, outro do sexo feminino. A turma B era a que tinha mais alunos, 11 no total. Eram 4 do sexo masculino e 7 do sexo feminino. No que diz respeito à turma C, tinha 4 alunos, 2 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Finalmente, a turma D, tinha 4 alunos, sendo 3 do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Assim, existia um total de 21 alunos nesta turma que nos foi atribuída para a PES.

A média de idades dos alunos era de 10,14. Havia dois alunos com 9 anos, 15 alunos com 10 anos, 3 alunos com 11 anos e 1 aluno com 12 anos, do 5º D, que tinha chegado há pouco tempo da Guiné. A nacionalidade portuguesa abrangia a maioria dos alunos -18. Havia depois uma aluna de Angola (5.º C), um aluno de S. Tomé (5.º D) e outro aluno da Guiné (5.º D).

Através de um breve questionário aplicado em sala de aula, foi possível perceber várias coisas acerca do grupo que tínhamos à nossa frente, desde o contexto familiar, passando à vivência da fé, a integração em grupos até chegarmos aos gostos mais pessoais. No que diz respeito ao núcleo familiar destes alunos, no universo da turma, 12 alunos viviam com os pais e o(s) irmão(s), constituindo estes uma maioria. Um aluno afirmava viver apenas com a mãe, 2 alunos viviam com o pai, a mãe, irmãos e outros familiares, 4 alunos viviam com a mãe e outros familiares, 1 aluno vivia com o pai e com outros familiares, e 1 aluno vivia com os avós e outros familiares, revelando que a maioria dos núcleos familiares desta turma são estruturados e sólidos, na medida em que 12, de 21 alunos viviam com os pais e os irmãos. Quanto ao número de irmãos, cada aluno tinha em média 2 irmãos. Esta maioria de alunos que nos chegava de famílias mais sólidas, constituíam uma esperança maior para o futuro. Sabemos bem o quão importantes são as relações familiares saudáveis, para uma exploração do mundo mais abrangente e em

²²⁷ Cf. Richard Arends, *Aprender a ensinar* (Madrid: McGraw-Hill, 2008), 60-61.

conjunto com os outros, fora do núcleo familiar, pois crianças que vivem e crescem no seio de uma família estável, têm maiores probabilidades de sucesso do que as que vivem e crescem numa família monoparental. No caso dos filhos de pais solteiros existe ainda o risco de viverem experiências frágeis e inconsistentes no que respeita à educação, não sendo de excluir, é claro, estas mesmas situações, em famílias ditas “sólidas”. Por outro lado, é necessário e justo, afirmar que, noutros modelos de família, quiçá desestruturadas, segundo a nomenclatura humana, existem casos de muito sucesso na educação dos filhos²²⁸.

Na maioria dos agregados familiares os pais trabalhavam, e, no que respeita à habilitação escolar, de acordo com aqueles que souberam responder, via-se que a maioria dos pais tinham o ensino básico, alguns o secundário e apenas uma mãe possuía uma licenciatura. Quanto à profissão dos pais, estas dividiam-se sobretudo entre aqueles que trabalhavam nas obras, os que eram mecânicos, pintores, auxiliares de ação educativa ou empregadas de limpeza, no caso das senhoras. A mãe que tinha uma licenciatura era agente imobiliária.

No que concerne ao gosto pela escola e pelo estudo, a maioria dos alunos afirmou gostar da mesma – 18. Porém, esta é uma análise difícil de fazer com total verdade, porque quando se pergunta do que mais gostam na escola, grande parte deles respondeu que é dos intervalos ou do convívio com os colegas. Questionados sobre o gosto pelo estudo, a maioria disse gostar – 12 -, usando várias justificações, como, por exemplo, ser isso que lhes poderá permitir ter um futuro melhor. Há assim uma consciência minimamente formada para a importância do estudo, com influência direta no futuro profissional e familiar. Todavia, é de realçar que 9 alunos afirmaram que não gostam de estudar, mas gostam da escola. Valorizam então tudo o que a escola é e pode oferecer, exceto a parte do estudo, a sua dimensão intelectual, aquela que lhes é exigida para o que entendemos como sucesso escolar.

No que à vivência da fé diz respeito, é essencial compreender que a relação dos adolescentes com a mesma, passa por várias fases, umas, de maior aproximação, outras, de maior afastamento, e isso contribui para aquilo que será a maturidade futura de cada pessoa. Nesta fase adolescente da vida, é muito comum uma visão religiosa mais orgânica, bem como a tendência para encarar a religião como algo excessivamente ligado

²²⁸ Cf. Maria dos Reis, «A relação entre pais e professores: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso», tese de doutoramento (2008) 73, acedido a 1 de março de 2024, <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2238/1/PAULA.COLARES.Relacao.Pais.Professores.pdf>.

à moralidade. Existe também o desejo de o adolescente se identificar com um grupo religioso, o aparecimento de uma certa resistência a tomar para si os estereótipos externos da fé e um modo muito iniciante de interiorizar a religião, algo que possibilita um entendimento mais profundo e genuíno da mesma²²⁹. Esta relação, repleta de um grande potencial humanizador, pode ser muito frutífera se for devidamente trabalhada com cada adolescente, sendo que, neste estágio da sua vida, há a grande possibilidade de uma abertura ao questionamento religioso, numa tentativa clara de cada qual se posicionar perante a experiência que pode viver com o Transcendente²³⁰.

Apenas 4 alunos responderam não ter fé, num total de 21. Quando lhes foi pedido para concretizarem a expressão dessa fé, e o que os fez ou faz estar ligados à mesma através da frequência de várias atividades, somente 4 alunos afirmam celebrar a eucaristia, sendo que, só 1 diz ter catequese. Todos os outros, não referem qualquer ligação à catequese, aos escuteiros, à eucaristia ou a outro grupo paroquial.

Neste parâmetro, pode-se inserir a opção deles pela EMRC, permitindo-nos observar que a maioria optou pela disciplina por gostarem das dinâmicas em sala de aula. Outros, certamente, foram os pais a escolher por eles, fazendo com que se sintam obrigados a estar nas aulas, embora isso não tenha transparecido em momento algum.

Analisando os dados recolhidos, não parece haver um grande empenho na vivência da fé, por parte destes alunos, porém, aquilo que transmitiam nas aulas demonstrava grande interesse pelos conteúdos lecionados e pelas dinâmicas realizadas, evidenciando ainda uma grande capacidade de memória e de relacionarem conteúdos e conceitos de aulas iniciais com outras que acontecem bem mais tarde. De certa forma, as aulas de EMRC, ocupavam um lugar importante nas suas vidas, já que, não existindo grande contacto com grupos ligados à dimensão religiosa ou à celebração da fé, semanalmente, eles puderam adentrar-se de inúmeros conteúdos relacionados com estas temáticas, que certamente os ajudaram a crescer e a amadurecer, naquilo que pode ser uma vivência religiosa futura, amadurecida e com sentido de compromisso. Não deixa de ser curioso que, apenas 4 alunos afirmaram celebrar a Eucaristia dominicalmente, mas, praticamente toda a turma mostrou estar bastante ligada às questões da fé, demonstrando-

²²⁹ Cf. Severino de Pieri, «Problematica religiosa degli adolescenti e dei giovani» acedido a 6 de março de 2024,

https://www.notedipastoralegiovanile.it/index.php?option=com_content&view=article&id=11990:problematica-religiosa-degli-adolescenti-e-dei-giovani&Itemid=101.

²³⁰ Cf. Cristina Sá Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica 2014* (Torres Novas: Gráfica Almondina, 2014), 166.

o com respostas assertivas no que aos conteúdos relativos à mesma dizem respeito, bem como através de partilhas informais que foram feitas com os docentes.

Na tentativa de perceber se estes alunos praticavam atividades extracurriculares, foi com enorme surpresa que observámos que, apenas 10 alunos referiram praticar um desporto ou outra atividade fora da escola. Fria e repentinamente, parece-nos que isto um enorme apego às tecnologias, sendo as mesmas mais desejáveis do que qualquer outra atividade realizada fora de casa e em grupo.

Finalmente, no que diz respeito aos gostos pessoais, estes variam entre a leitura, a música, os jogos e a televisão. Foi com grande surpresa que vimos 17 alunos responderem positivamente ao gosto pela leitura. Num tempo em que ouvimos e vemos que há um desinteresse generalizado por esta prática, aqui, parece haver uma tendência contrária, felizmente. Este gosto pela leitura, repercutia-se nas aulas, todas as vezes em que lhes era pedido para lerem alguma coisa, sendo poucos, aqueles que se podiam considerar com dificuldades na leitura. Por outro lado, é de realçar que na turma B todos os alunos afirmaram gostar de ler – 11.

Num contexto sociológico diferenciado, também no que respeita à dimensão do religioso explícito, a disciplina de EMRC apresenta-se como lugar de estabelecimento de pontes, debate e análise de diferentes perspetivas sobre a vida, as relações interpessoais, e os valores implícitos à construção de uma sociedade. Hoje, a EMRC tem um papel central na explicitação do fundamento dos valores para a vida em comunidade, permitindo aos alunos o seu reconhecimento e prática colaborativa. Deste modo, e mais do que uma continuação das aprendizagens ocorridas no seio familiar, a disciplina apresenta-se como um areópago, um autêntico átrio dos gentios onde todos têm lugar, voz e vez, para a construção de uma sociedade, mais humana, livre, justa e fraterna.

1.2 – Enquadramento Curricular da Fraternidade

O tema da Fraternidade é basilar na matriz judaico-cristã da disciplina de EMRC. De facto, o Mandamento do Amor (*Jo 13, 34*) trouxe consigo o dever do cuidado com os que são próximos e superou o pensamento judaico ao considerar que todo o ser humano é irmão.

Assim, o currículo da EMRC, desenvolvido em espiral, vai aprofundando os mesmos conhecimentos, capacidades e atitudes, acompanhando a capacidade cognitiva dos alunos. Logo no 2.º ano do ensino básico encontramos a UL 1 “Ser Amigo”, que nos remete para a importância do valor da amizade para lá dos laços consanguíneos. Esta UL

permite aos alunos uma primeira abordagem ao tema da Fraternidade, que vão desenvolver em sequência no 3.º ano do ensino básico, ao trabalharem ao UL 2 “Ser Solidário”. Pretende-se com esta abordagem destacar as desigualdades sociais e económicas das sociedades alertando para a necessidade de uma dignidade básica que congrega todo o humano. Por fim, o fecho do I ciclo, isto é, no 4.º ano, a UL 3 “O Perdão”, promove pela primeira vez o pensamento cristão acerca da Fraternidade: só se ama se se perdoa (cf. *Lc 4, 47*). Podemos vê-lo no convite de Jesus a perdoar sempre (cf. *Mt 18, 21-22*) e nos vários valores e contravalores abordados na respetiva UL – inveja, mentira, egoísmo, desentendimento e conflito, como causadoras da quebra da Fraternidade²³¹. Isto mesmo nos leva a uma consciência ulterior, já presente no mito fundador do livro do Génesis, onde a dimensão da infelicidade humana está intimamente ligada à quebra da Fraternidade entre Caim e Abel. Paul Ricoeur aborda o tema, considerando que a Fraternidade não é um dado biológico, mas um facto de cultura, e por isso, é preciso passar do fratricídio à Fraternidade²³².

No III ciclo, concretamente no 7.º ano, a UL 4 “A Paz Universal”, aprofunda a consciência da Fraternidade partindo dos valores do diálogo, perdão e reconciliação, e apresentando o Sermão da Montanha (cf. *Mt 5, 1-12*) e o amor aos inimigos (cf. *Mt 5, 43-48*) como contraponto da Lei de Talião e proposta de Fraternidade Universal²³³. No 8.º ano, e a partir da abordagem da UL 3 “A Liberdade”, a Fraternidade apresenta-se no testemunho de S. Maximiliano Kolbe e na mensagem do Papa Francisco para a campanha da Fraternidade de 2014 e seguintes²³⁴. Finalmente, no 9.º ano, a UL 1 “A Dignidade da Vida Humana” desafia os alunos a identificar a Fraternidade Universal como centro das escolhas morais no cuidado dos mais frágeis e necessitados, na lógica da ética do cuidado tendo em vista a promoção da dignidade da vida humana²³⁵.

No ensino secundário e ao longo de três anos, a disciplina de EMRC procura ajudar os alunos na estruturação do agir ético-moral, partindo da visão cristã da vida e capacitando-os para construírem argumentos, questionarem-se logicamente e apresentarem propostas válidas para o bom agir em sociedade. Assim, o tema da Fraternidade continua a ser aprofundado, em lógica espiral, na UL 1 “Política, Ética e

²³¹ Cf. Sá Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 26; 36; 46.

²³² Cf. Paul Ricoeur, «Déclaration universelle des droits de l’homme: un nouveau souffle», *ACAT jan./fev.*, (1999): 22.

²³³ Cf. Sá Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 83.

²³⁴ Cf. Sá Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 91.

²³⁵ Cf. Sá Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 95.

Religião”, nomeadamente através da questão do destino universal dos bens e dos valores fundamentais da vida em comunidade²³⁶. Na UL 4 “A Civilização do Amor”, é apresentada a Fraternidade como critério para a construção da dita civilização em consonância com a lógica do personalismo cristão e do dom de si mesmo no compromisso com os outros²³⁷. Por mais que uma vez, os alunos entram em contacto com documentos da DSI, nomeadamente os que incidem diretamente nas questões da Fraternidade como, por exemplo, os presentes na UL 6 “Um Sentido para a Vida”²³⁸.

Situando-nos no II ciclo que é objeto de reflexão da nossa dissertação, o 6.º ano apresenta na UL 3 “A Partilha do Pão” e na UL 2 “Jesus, um Homem para os Outros”, uma nova oportunidade para aprofundamento do tema da Fraternidade, quer a partir do modo como Jesus se apresenta, quer no reconhecimento da Fraternidade como fundamento para a vida em comum, partindo do exemplo dos primeiros cristãos²³⁹.

No que respeita ao 5.º ano, a disciplina de EMRC procura ajudar o aluno a adquirir uma consciência de si mesmo e do mundo que o rodeia, percecionando regras, diferenças e valores, fundamentais para a vida. A UL 1 “Viver Juntos”, destaca a importância da mudança para a evolução humana e realça ainda a diversidade dos grupos para estimular a aceitação dos outros e das suas múltiplas características. Ganha particular destaque a compreensão do tempo de Advento e Natal na UL 2 com o mesmo nome, partindo da lógica da Aliança que Deus estabelece com a humanidade, tendo como ponto de partida a esperança de Israel e a figura de Jesus como Salvador e Irmão de todos. Na UL 3 “A Família, Comunidade de Amor”, procura-se que cada aluno seja capaz de reconhecer as funções desta célula vital da sociedade, na contingência da sua história e explicitando a reconciliação, o perdão e a disponibilidade como fundamentos para o acolhimento e o encontro com os outros. Trata-se assim, de dar a conhecer aos alunos esta realidade como crítica na formação de pessoas conscientes e fraternas²⁴⁰.

O 5.º ano encerra as aprendizagens essenciais com a UL 4 “Construir a Fraternidade”. Aqui, e após quase cinco anos de aproximações ao tema, os alunos começam a abordagem do tema pela definição do próprio conceito que radica na crença de uma dignidade comum e da igualdade de direitos dentro da espécie. A partilha da ideia de uma única humanidade, está fundamentada na Declaração Universal dos Direitos

²³⁶ Cf. Sá Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 107.

²³⁷ Cf. Sá Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 119.

²³⁸ Cf. Sá Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 131.

²³⁹ Cf. Sá Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 67-69.

²⁴⁰ Cf. Sá Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 59.

Humanos (DUDH). Ainda neste ponto os alunos tomam consciência do contributo cristão que coloca em Deus a fundamentação da própria Fraternidade: porque toda a vida vem de Deus, os humanos, irmanados numa mesma espécie, podem apelidar-se mutuamente de ‘irmãos’ pela origem comum.

Partindo do contributo de várias áreas do conhecimento, como a paleontologia e a história, a UL desenvolve a ideia de uma origem comum, a partir do processo de hominização, com destaque para os primórdios da religiosidade, da razão e da consciência. Ao descobrir-se como ser pensante, o humano reflete acerca do seu lugar no mundo, na vida em sociedade, nos valores e nas causas e consequências da sua ação. Nesta lógica, a UL em causa, acaba por apresentar exemplos de momentos históricos em que a dignidade humana é perigada por atitudes que levam à infelicidade. O conhecimento da DUDH aparece aqui como norma de boa atuação para o bem comum da espécie humana e da própria casa (planeta)²⁴¹.

Em seguida, as aprendizagens da disciplina desafiam cada aluno a perceber o Transcendente como um Bom Pai que ama todos como filhos, independentemente das suas ações. O cristianismo crê que a morte e ressurreição de Jesus são gesto maior de Amor e Fraternidade. A ética do serviço aparece ao aluno a partir do episódio do lava-pés, superando a ideia greco-romana de uma dignidade assente no estatuto social e económico da pessoa. Dentro do domínio de aprendizagem «cultura-cristã e visão cristã da vida»²⁴², os alunos ficam a conhecer a realidade das primeiras comunidades cristãs, enquanto lugares de prática fraternal e a oração do Pai-Nosso. Aprofundando a perspetiva cristã do perdão como fundamento *sine qua non* da Fraternidade, conduz-se os alunos ao conhecimento do mal nas suas vastas manifestações, como ameaça clara à construção da Fraternidade²⁴³. As aprendizagens essenciais apresentam alguns textos da mensagem cristã sobre o perdão, tendo em vista a construção de um mundo fraterno e justo, a partir da concórdia nas relações interpessoais e da reinterpretação de Jesus no que diz respeito à Regra de Ouro (cf. *Lc 6, 31*)²⁴⁴.

²⁴¹ Cf. Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Conta Comigo: Manual do Aluno de Educação Moral e Religiosa Católica – 5.º ano do Ensino Básico* (Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015), 92-97.

²⁴² Sá Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 8.

²⁴³ Cf. Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Conta Comigo: Manual do Aluno de Educação Moral e Religiosa Católica – 5.º ano do Ensino Básico*, 98-107.

²⁴⁴ Cf. Sá Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 60-61.

1.3 – Lecionação

Abordar a lecionação realizada durante a PES, obriga-nos a falar do Programa da EMRC, bem como de uma grande variedade de domínios, metas e objetivos que os alunos devem atingir, no que respeita aos conhecimentos, bem como ao nível dos conhecimentos, valores e atitudes. Falar de domínios na EMRC, é falar sobretudo de: 1) Domínio da Religião e Experiência Religiosa; 2) Domínio da Cultura Cristã e Visão Cristã da Vida; 3) Domínio da Ética e Moral. Dentro do Programa temos ainda os Domínios de Aprendizagem e as áreas de ensino perpassadas pela disciplina, com destaque para aquilo que cada aluno deve dominar e saber executar²⁴⁵. Para cada domínio foram estabelecidas metas curriculares onde se definiram os conhecimentos e as aprendizagens essenciais que os alunos devem adquirir nos diferentes anos de escolaridade. Estas mesmas aprendizagens e conhecimentos devem depois orientar a planificação de cada docente,²⁴⁶ pois este é um trabalho essencial na vida de cada professor, já que este não deve ser um improvisador, mas alguém que, tendo planificado as suas aulas, estará mais seguro para qualquer adaptação necessária ao seu plano de aula inicial.

Importa ter presente que os referenciais curriculares orientam a disciplina de EMRC a ser lugar de aprofundamento da dimensão do religioso, numa abordagem didático-pedagógica que privilegia metodologias ativas e procura ajudar os alunos a adquirir uma sólida formação ético-moral. Deste modo os conteúdos, a verticalidade programática, o desafio da descoberta, a análise de fontes e o debate acerca de diferentes ideias e conceitos, permite aos alunos adquirir diversas chaves de leitura e interpretação da realidade. Isto acontece no âmbito de uma cultura em permanente mudança onde o agir humano, partindo dos valores judaico-cristãos, se orienta para os valores do respeito pela dignidade humana e da ecologia integral²⁴⁷.

Apresentamos as metas, os objetivos e os conteúdos que dizem respeito à UL 4 – Construir a Fraternidade. Assim, reconhecendo a grande importância de despertar nos nossos alunos a sua capacidade reflexiva para compreenderem também os conteúdos previstos no Programa da disciplina, é, como referimos antes, absolutamente crucial planificar as aulas a partir das metas e dos objetivos. Ao findar a UL 4 – Construir a Fraternidade, nossa UL de referência, desejamos que os alunos tenham desenvolvido

²⁴⁵ Cf. Sá Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 8.

²⁴⁶ Cf. Sá Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 6.

²⁴⁷ Cf. Sá Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 44.

aquilo que se apresenta de seguida nas metas curriculares, atingindo os respetivos objetivos.

UL 4 – CONSTRUIR A FRATERNIDADE	
METAS	OBJETIVOS
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	1 – Reconhecer a igual dignidade de todo o ser humano. 2 – Valorizar a comum filiação divina.
G. Identificar os valores evangélicos.	3 – Reconhecer como modelo de vida a forma de viver das primeiras comunidades cristãs. 4 – Verificar quais são as fragilidades e as ameaças à fraternidade. 5 – Identificar a perspetiva cristã sobre o pecado.
N. Promover o bem comum e o cuidado do outro	6 – Promover o valor do perdão na construção quotidiana de um mundo fraterno.
L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.	7 – Comprometer-se com a construção de um mundo mais fraterno promovendo o bem comum e o cuidado do outro.

Tabela 1 – Metas e Objetivos da UL 4 – Construir a Fraternidade

Apresenta-se de seguida os conteúdos da nossa UL de referência²⁴⁸.

Meta Q Objetivo 1	O significado da palavra «fraternidade» e o seu alcance social e religioso; Somos todos irmãos: todos somos seres humanos; todos somos dotados de razão e consciência; todos somos habitantes da mesma casa: o Universo e a Terra são o nosso lar.
Meta Q Objetivo 2	Deus, como Pai, ama todas as pessoas: <i>Jo 13,14; Mt 7,11; Mt 5,43-48.</i>
Meta G Objetivo 3	Os primeiros cristãos propõe-nos uma comunidade modelo: <i>Act 2,42-47; Act 5,12-16.</i>
Meta G Objetivo 4	O mal, fragilidade e ameaça à fraternidade, que vai contra a dignidade e a felicidade da pessoa: mentir; pensar mal do outro; desejar mal ao outro;

²⁴⁸ Cf. Sá Carvalho, et al., *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 61.

	o conflito não resolvido e a violência; a maledicência; o egoísmo; a inveja; a ofensa; a rejeição.
Meta G Objetivo 5	A mensagem cristã sobre o perdão: <i>Sir 28,1-7</i> : perdoar o outro e recusar a vingança; <i>Lc 6,36-38</i> : ser misericordioso.
Meta N Objetivo 6	Construir um mundo fraterno promovendo a concórdia nas relações interpessoais: aceitar os erros (revisão de vida); estar disposto a pedir perdão; aceitar os outros, apesar dos seus erros; ser capaz de perdoar; aceitar ser perdoado.
Meta L Objetivo 7	A regra de Ouro, <i>Lc 6,31</i> : “O que quiserdes que os outros vos façam, fazei-lho vós também”; propostas para promover o bem comum e o cuidado do outro na nossa vida.

Tabela 2 - Conteúdos da UL 4 – Construir a Fraternidade

No que concerne às aprendizagens essenciais fixadas pela Direção Geral da Educação, as mesmas estão na base da planificação, da realização e da avaliação do ensino e da aprendizagem, com o intuito de fomentar o desenvolvimento das várias competências que os alunos devem adquirir de acordo com o que está estipulado no documento acerca do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*²⁴⁹.

Relativamente à UL 4 – Construir a Fraternidade, as aprendizagens essenciais estipuladas são:

- Descrever o que é a fraternidade e o seu alcance social e religioso;
- Identificar fragilidades e ameaças à fraternidade;
- Reconhecer nas primeiras comunidades cristãs um modelo de fraternidade;
- Reconhecer a Regra de ouro do Cristianismo e de outras tradições religiosas;
- Promover o valor do perdão nas relações interpessoais;
- Comprometer-se na construção de um mundo fraterno que promove o bem comum e o cuidado do outro²⁵⁰.

²⁴⁹ Cf. Direção-Geral da Educação, «Aprendizagens Essenciais», acedido a 20 de abril de 2024, <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-0>.

²⁵⁰ Cf. Direção-Geral da Educação, «Aprendizagens Essenciais de Educação Moral e Religiosa Católica, 5.º ano, II ciclo do Ensino Básico», acedido a 20 de abril de 2024, https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/2_ciclo/emrc_2c_5a.pdf.

A partir das aprendizagens essenciais mencionadas, bem como das metas e dos objetivos já referidos, é possível ver que a Fraternidade ocupa um lugar central no programa da disciplina de EMRC, mormente no 5.º ano do II ciclo do Ensino Básico. Assim, estando vocacionada para a formação integral dos alunos, a EMRC nunca descurou a importância de trabalhar a ecologia das relações, abordando-as também a partir de valores morais de referência que têm a sua base na pessoa de Jesus Cristo. Tendo Ele passado a sua vida a servir e a cuidar dos outros, os alunos de EMRC são constantemente sensibilizados para a importância do cuidado do outro através da própria especificidade da disciplina que convida a um olhar diferenciado para as relações, daí que desde há muito trabalhe todas as questões relacionadas com a ecologia integral, onde se insere a ecologia das relações, pois este cuidado vai além do meio ambiente, chegando ao ser humano porque tudo está interligado.

Torna-se então assaz importante levar os alunos a compreender que a Fraternidade vive sob ameaça. Basta olhar para o panorama geopolítico mundial e observar os inúmeros conflitos existentes, provocados por variadíssimos motivos, onde as relações humanas não são cuidadas, e onde prevalece um rasto de destruição e morte que não respeita a dignidade de cada ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus. Por outro lado, dentro de cada sociedade, levantam-se cada vez mais vozes extremistas, que na ânsia de se quererem fazer ouvir, não olham os meios para atingir os fins, e desrespeitam, das mais variadas formas, aqueles que os rodeiam.

Posto isto, olhando para a planificação da nossa UL referência e para os diversos relatórios de aula, apresentaremos de seguida a abordagem a cada uma das aulas lecionadas durante a PES, com a sua respetiva planificação, o modo como concretizámos a mesma, bem como aquilo que fomos sentindo no decorrer da lecionação, dando espaço para algumas evidências fotográficas.

Durante a prática pedagógica, cada docente encontra desafios que têm de ser superados, estejam eles ligados às infraestruturas onde leciona, às questões culturais do local e/ou dos alunos, à falha de material informático que ia usar numa determinada aula, mas que no momento falhou, entre tantos outros desafios. Ora, isto exige uma preparação sólida ao nível dos conhecimentos técnicos e científicos, que também se revela na planificação das aulas. Como já referimos anteriormente, um professor que planifica está mais preparado para lidar com as adversidades e para superar os inúmeros desafios quotidianos, na medida em que a planificação legitima uma finalidade e é o modo mais eficaz de o docente preparar o seu trabalho com minúcia, tendo sempre em vista o sucesso

das aprendizagens por parte dos seus alunos. Ao longo da nossa PES sentimos isto de forma bastante intensa, na medida em que, foram muitas as vezes que tivemos que efetuar alterações e/ou adaptações à nossa planificação inicial, por diversos motivos.

O docente tem que ser um profissional cada vez mais reflexivo, capaz de solucionar problemas com a maior naturalidade possível, e, ao mesmo tempo, estimular a criatividade dos seus alunos, pois as perspetivas sobre a forma como os alunos aprendem são cruciais para que o professor aprenda a ensinar, não esquecendo que uma das principais missões do ensino é fazer com que cada aluno se torne independente e autorregulado,²⁵¹ algo que o Programa de EMRC promove, através das suas finalidades, domínios, metas curriculares, objetivos e conteúdos.

Cristina Sá Carvalho, coordenadora da equipa de redação do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica de 2014, organizado em torno das metas curriculares, afirma que através deste mesmo Programa, procura-se evidenciar pela lecionação da EMRC, a formação que se deseja, aqueles que a desejam e os motivos que a tornam desejável, tendo em conta as novas necessidades e interesses que cada família procura para os seus filhos no âmbito educacional. A forma de trabalhar as metas deve ter em conta as situações concretas de cada aluno, pois cada docente tem a obrigação de compreender bem o ambiente social, cultural e pedagógico que o envolve, para que, a abordagem feita seja significativa para cada aluno. Aqui, faz sentido referir novamente a importância da planificação como a expressão máxima do trabalho comprometido e responsável de cada professor, resultante de um equilíbrio de interesses e conflitos que se devem à ligação do docente com a disciplina e desta com o sistema de ensino. O currículo da disciplina é então moldado e compreendido, quanto mais o professor for capaz de planificar, pois esta etapa, é uma representação mental daquilo que ele constrói acerca do Programa²⁵².

No que à lecionação da UL 4 – Construir a Fraternidade diz respeito, apresentar-se-ão as planificações das dez aulas onde fomos explanando os diversos conteúdos previstos no Programa da disciplina de EMRC, destacando o que nos pareceu mais pertinente de acordo com os alunos que tínhamos diante de nós, seja pelo modo de funcionarem enquanto turma, seja por questões individuais que tomámos conhecimento através da ficha de caracterização da turma que cada um preencheu. É de referir que as

²⁵¹ Cf. Arends, *Aprender a ensinar*, 15-17.

²⁵² Cf. Cristina Sá Carvalho, «Pressupostos epistemológicos e pedagógicos do desenvolvimento curricular em EMRC, edição 2014», *Pastoral Catequética* 31/32 (2015): 30-31;34).

várias planificações tiveram em conta a intencionalidade e finalidade do Programa da disciplina, para que as Aprendizagens Essenciais preconizadas pudessem ser atingidas. Os relatórios das aulas serão integrados nesta reflexão e os materiais utilizados nas mesmas, devido à sua extensão, ocuparão um lugar nos anexos deste Relatório. Todas as aulas foram lecionadas de acordo com o previsto, tendo a primeira e a penúltima sido assistidas pela docente da PES, Cristina Sá Carvalho.

5.º ano – Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade (Aula 1 de 10)

PLANO DE AULA							
5.ºAno	Unidade Letiva: Construir a Fraternidade	Aula nº 13	Lição nº 15	Data: 25/01/2022			
Sumário: Introdução à UL 4 – Construir Fraternidade. Significado de “fraternidade”. Somos irmãos – temos uma origem comum. Aprendizagens essenciais: Descrever o que é a fraternidade e o seu alcance social e religioso.							
Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino/aprendizagem	Recursos		Avaliação Formativa	
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	1. Reconhecer a igual dignidade de todo o ser humano. 2. Valorizar a comum filiação divina.	O significado da palavra “fraternidade” e o seu alcance social e religioso. Somos todos irmãos: - Todos somos seres humanos. - Todos somos dotados de razão e consciência (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo 1);	Acolhimento e redação do sumário.	Quadro/ Marcador/ Caderno diário	5'	Pontualidade, assiduidade, atenção.	
			PPT: “Construir Fraternidade”.	PPT (An. 23) Computador/ Projetor/ Colunas/ Dicionário	30'	Atenção, participação, interesse e respostas às várias questões colocadas pelo docente.	
			Escrever num cartão a definição de fraternidade.	Caneta/ Cola/ Caderno diário (An. 24)	10'	Interesse, participação e empenho.	
			Afixação de um cartaz alusivo ao tema da aula “construir fraternidade”.	Placar/ Pionezes (An. 25)	2'	Atenção.	
			Síntese da aula.	Caderno diário/ Caneta	3'	Atenção e participação.	
						Comportamento	

Tabela 3 – Planificação da Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade, Lição nº 15 (Aula 1 de 10)

A primeira aula da UL 4 – Construir a Fraternidade foi assistida pela docente da PES, Doutora Cristina Sá Carvalho. Todavia, devido ao contexto pandémico ainda vigorante, a docente assistiu à nossa aula via *Zoom*, tendo-se ligado dois computadores capazes de oferecerem um plano perceptível do que foi acontecendo em sala de aula.

Depois da logística tratada, escrevemos o sumário no quadro, enquanto alguns alunos ainda entravam na sala, e convidámo-los, como sempre, a escreverem de imediato o sumário no seu caderno diário. Tratando-se da primeira aula de uma nova UL, que neste caso é nossa unidade de referência, a mesma foi mais expositiva, algo natural nestas aulas introdutórias, sendo essencial para que alguns conceitos ficassem esclarecidos, e para que as aprendizagens seguintes não ficassem inviabilizadas, partindo-se de seguida para questões mais práticas.

Nesta primeira aula houve a preocupação de realizar uma boa introdução à UL 4, para que no final da mesma, todos os alunos compreendessem o que é a Fraternidade e porque é que a devemos viver e promover.

A estratégia base foi um *PowerPoint* (PPT) construído com imagens da própria escola, onde constam também os personagens “Maria” e “Miguel”. Solicitaram-se depois dois voluntários para os encarnar ao longo de toda a aula. Assim, como os conteúdos foram sendo lecionados e expostos através dos diálogos construídos entre as personagens, cada aluno lia a fala do seu personagem e o professor estagiário ia acrescentando o que achava mais conveniente, tendo em vista uma aprendizagem eficaz. Ao longo de toda a aula, fomos inquirindo os alunos inúmeras vezes acerca do que se ia lendo e vendo, pois, o PPT tinha também três vídeos integrados. As suas respostas foram sempre assertivas e revelaram algum conhecimento da temática da Fraternidade.

Através dos diálogos entre a “Maria e o Miguel”, começámos por introduzir o conceito de Fraternidade no que diz respeito à sua dimensão social, mostrando que esta é de facto um laço que une as pessoas como se todos fossem irmãos, onde a dignidade e os direitos de cada um são respeitados integralmente. Para compreenderem um pouco melhor esta irmandade que a todos une, foi-lhes mostrado um vídeo acerca da evolução da espécie humana, onde puderam aferir que os paleontólogos pensam que a evolução do ser humano atingiu o seu estado atual com o aparecimento do *Homo Sapiens* – o homem que sabe muito. Este vídeo mais histórico e denso, ajudou os alunos a compreenderem as várias espécies e o seu desaparecimento, intuindo que houve algo muito importante em todo este processo – as migrações que lentamente, começaram a levar o *Homo Sapiens* ao mundo. A partir daqui, começaram a entender a origem comum da humanidade, algo importante para o resto da aula, pois uma das conclusões retiradas, foi a de que somos irmãos, porque partilhamos a mesma humanidade.

Houve ainda uma alusão à pintura rupestre, havendo preocupação em explicar o que era a mesma, e qual a sua importância e finalidade. A mesma servia para invocar a proteção de forças sagradas, sendo também uma forma de comunicar. Alguns alunos já tinham ouvido falar no termo, e conheciam até mesmo algumas dessas pinturas, tendo-se aproveitado para referir que no nosso país também haviam vestígios dessas pinturas, no Vale do Côa, por exemplo.

De seguida, foi-lhes explicado que o ser humano, sendo dotado de razão e consciência, e sendo um ser social, tem um grande impacto na vida dos demais, pois os seus comportamentos podem condicionar a sua vida e a dos outros, havendo uma relação

direta entre o que cada um faz e os efeitos dessas ações na vida dos outros, algo facilmente compreendido por eles, mais ainda, quando lhes recordámos os conteúdos da UL 1 onde trabalhámos aquilo que é viver em grupo, e a sua importância.

Foi depois lançado um novo dado sobre a Fraternidade. Tendo-se explorado com a dimensão mais social do conceito, faltava referir a sua dimensão religiosa e cristã, afirmando que para os cristãos, todos são irmãos, porque toda a vida vem de Deus. Esta ideia foi muito vinculada com um “vídeo do Papa”, gravado mensalmente pelo Santo Padre e que incide sobre uma temática concreta e atual. No vídeo em causa, os alunos observaram que existem testemunhos de pessoas cristãs e de outras confissões religiosas, que têm uma coisa em comum: acreditam todas no mesmo Deus, e é isso que as torna irmãs. Assim, os alunos compreenderam que a Fraternidade tem uma dimensão social, mas também religiosa, pois se nos afirmamos irmãos porque partilhamos a mesma humanidade, somo-lo porque partilhamos o mesmo Pai que é Deus.

Mais perto do final da aula foi-lhes mostrado outro vídeo, acompanhado de uma música, que conta a história de um pequeno trevo que nasceu diferente. Tinha quatro folhas em vez das habituais três, e toda a gente o olhava com desprezo, deixando-o sem amigos para brincar. Ora, esta música foi acompanhada de imagens de um adulto que brincava e cuidava de uma criança deficiente. O objetivo principal foi atingido, pois os alunos criaram profunda empatia com a história. Assim, foi possível alertá-los para a importância da empatia e da compaixão para com os outros, sabendo integrar as diferenças e limitações dos outros, sendo isto também a vivência da Fraternidade.

Foi depois distribuído um pequeno cartão personalizado com a frase “a fraternidade é...”. Cada aluno foi convidado a escrever o que tinha intuído acerca do conceito ao longo da aula, colando-o depois no seu caderno. Enquanto o faziam, no placar que está ao fundo da sala afixámos um cartaz que marca o início desta UL e desta aula, sendo este o início de um caminho que percorreu toda a UL, permitindo aos alunos olharem para cada um deles, e intuírem de imediato o essencial de cada aula. Foi utilizada a imagem do manual que abre a UL, o título da mesma e uma mensagem no final que diz “é possível construir fraternidade na escola”, como forma de desafio para a semana que se seguiu e de um modo geral para a vida de todos os dias.

A docente da PES bem como o núcleo de estágio, concordaram sobre o facto de o percurso realizado nesta aula, ter tido a graça de colocar a mão na consciência e no coração dos alunos. A turma revelou também um excelente comportamento e participação durante toda a aula, o que ajudou imenso no sucesso da mesma, pois mantiveram-se

sempre concentrados e interessados em saber mais, tendo tudo isto concorrido para que os objetivos tenham sido plenamente atingidos.

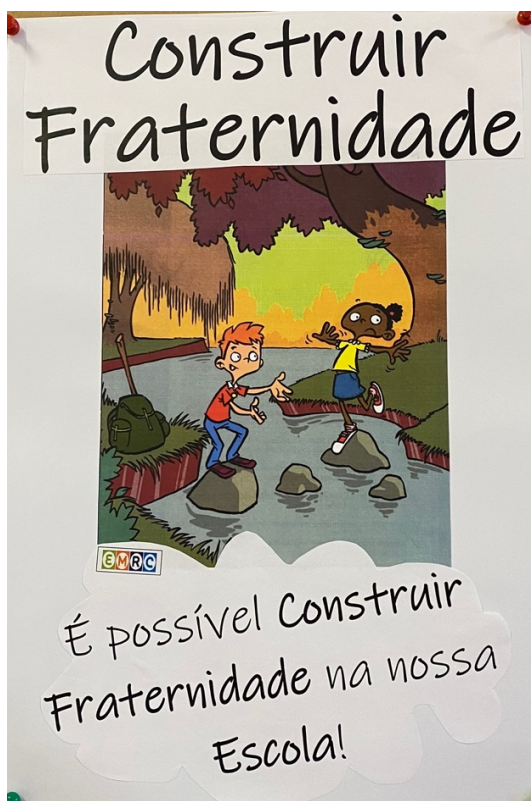


Figura 1 – Evidência 1, da Tabela 3 – Cartaz da aula



Figura 2 – Evidência 2, da Tabela 3 – Cartão da Fraternidade

5.º ano – Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade (Aula 2 de 10)

PLANO DE AULA						
5.ºAno	Unidade Letiva: Construir a Fraternidade	Aula nº 14	Lição nº 16	Data: 01/02/2022		
<p>Sumário: Revisão de conteúdos da aula anterior. O Universo e a Terra são a nossa casa. Dia Internacional da Fraternidade Humana – elaboração de cartazes. Entrega das fichas de consolidação de conhecimentos.</p> <p>Aprendizagens essenciais: Descrever o que é a fraternidade e o seu alcance social e religioso. Identificar fragilidades e ameaças à fraternidade.</p>						
Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino/aprendizagem	Recursos		Avaliação Formativa
<p>Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</p>	<p>1. Reconhecer a igual dignidade de todo o ser humano.</p> <p>2. Valorizar a comum filiação divina.</p>	<p>O significado da palavra “fraternidade” e o seu alcance social e religioso.</p> <p>Somos todos irmãos: - Todos somos habitantes da mesma casa: o Universo e a Terra são o nosso lar.</p>	<p>Acolhimento e redação do sumário.</p>	<p>Quadro/ Marcador/ Caderno diário</p>	5'	<p>Pontualidade, assiduidade, atenção.</p>
			<p>PPT: “O Universo e a Terra são a nossa casa”.</p>	<p>PPT (An. 26) Computador/ Projektor</p>	15'	<p>Atenção, participação, interesse e respostas às várias questões colocadas pelo docente.</p>
			<p>Realização de cartazes sobre a Fraternidade.</p>	<p>Canetas/ Cola/ Cartolinas/ Tesouras/ Imagens/ Textos/ Lápis de cor (An. 27)</p>	25'	<p>Interesse, participação, organização e empenho.</p>
			<p>Afixação de um cartaz alusivo ao tema da aula “Dia Internacional da Fraternidade Humana”.</p>	<p>Placar/ Pioneses (An. 28)</p>	2'	<p>Atenção.</p>
			<p>Síntese da aula.</p>	<p>Caderno diário/ Caneta</p>	3'	<p>Atenção e participação.</p>

Tabela 4 – Planificação da Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade, Lição nº 16 (Aula 2 de 10)

A segunda aula começou com o acolhimento dos alunos e uma breve revisão de conteúdos da aula anterior, existindo depois grande ênfase na celebração do II Dia Internacional da Fraternidade Humana, que culminou na elaboração de vários cartazes.

O sumário foi escrito no quadro. Ligou-se depois os materiais informáticos e pedimos que os alunos escrevessem o sumário no caderno para de seguida avançarmos.

Tal como na aula anterior, foi-lhes apresentado um PPT, porque nunca é demais referir que se trata de uma boa estratégia para esta turma. O mesmo tinha também diálogos entre os personagens Miguel e Maria, que falavam acerca dos conteúdos que queríamos transmitir, e que, segundo o docente cooperante, era repleto de excelentes imagens. Houve novamente o cuidado em adaptar os diálogos a uma simples conversa, para que se tornassem perceptíveis e eficazes. O facto de pedirmos voluntários para lerem os diálogos gerava sempre muito entusiasmo, porque os voluntários eram sempre superiores ao número de diálogos existentes. Ou seja, fazia com que eles estivessem ligados, existindo a expectativa de também poderem ler ainda alguma coisa, “dita” pelo Miguel ou pela Maria.

Começámos então rapidamente por recordar o sentido da Fraternidade em termos sociais e humanos, para depois recordar a dimensão fraterna sob o ponto de vista religioso, e os alunos mostraram que os conceitos aprendidos na aula anterior, tinham sido apreendidos verdadeiramente.

Depois, através de várias imagens recordámos o que era isto da Fraternidade e em que ações práticas se podiam traduzir, existindo também uma imagem sobre trabalho infantil, a única que não revelava esse espírito fraterno, que a grande maioria identificou como tal. Com a introdução dessa imagem, quis-se propositadamente fazê-los pensar e testar a sua atenção, depois de meia dúzia de imagens que revelavam sempre ações concretas de Fraternidade, tendo-se introduzido e alcançado a aprendizagem essencial “identificar fragilidades e ameaças à fraternidade”. Pôde-se assim desenvolver mais a mesma aprendizagem, depois do enorme contraste da dita imagem com todas as outras que haviam visto, fosse da evolução da espécie humana, de um bebé no ventre materno, de um cumprimento entre o Papa Francisco e um líder budista ou de crianças de várias raças e nacionalidades, de mãos dadas em torno do mundo. Com esta revisão através de imagens, a atenção dos alunos foi captada, e a sua participação foi muito boa, revelando-se uma boa estratégia, pois a partir do que viram, eles disseram imediatamente o que viram e o que sentiram. Foi importante expressarem as emoções sentidas ao olhar para

cada uma das imagens, e esse foi um pedido que lhes foi feito e que foi cumprido pela grande maioria, notando-se grande capacidade empática dos discentes.

Depois das revisões, avançamos para que pudessem compreender que não são só as outras pessoas que necessitam do nosso trato fraterno. Também a Terra e o Universo, pois são a nossa casa comum que devemos cuidar e preservar. Foi-lhes pedido que identificassem casos concretos onde há falta de Fraternidade para com o planeta, e logo existiram muitas participações, sempre assertivas, identificando coisas como: a deflorestação, a destruição dos habitats de certas espécies, a poluição do ar e dos mares, entre tantas outras coisas.

Compreenderam assim que, se temos o dever de sermos fraternos uns com os outros, porque partilhamos a mesma humanidade e porque somos filhos do mesmo Deus, devemos estender estes sentimentos ao Planeta, porque o mesmo foi-nos confiado por Deus para dele tratarmos e não para o destruímos.

Celebrando-se no a 4 de fevereiro o II Dia Internacional da Fraternidade Humana, uns dias depois da nossa aula, introduzimos de seguida esse tema, onde lhes foi explicada a celebração e quais os motivos que estavam no seu surgimento, destacando-se sobretudo o encontro do Papa Francisco com o grande Imã de Al-Azhar a 4 de fevereiro de 2019, onde assinaram um documento conjunto sobre a Fraternidade Humana, para a paz mundial e a convivência comum. Tratando-se de dois líderes religiosos diferentes, foi um aspecto que lhes chamou à atenção, tendo sido importante, porque a partir daí, foi possível reforçar a ideia de que as nossas diferenças não têm de nos afastar, mas devemos fazer por respeitar e integrar as opiniões divergentes ou até, como é o caso, a religião diferente de outra pessoa, não significando que não possamos lutar pela mesma causa – um mundo mais fraterno e justo.

Como forma de consolidarem conhecimentos acerca deste dia, e também para que o mesmo fosse divulgado pela escola, a turma elaborou três cartazes. Foi distribuída uma cartolina a cada grupo, e um conjunto de imagens iguais para todos. Havia imagens em excesso para a dimensão da cartolina, e isso foi propositado. Existia também um cartão onde tinham que escrever uma definição comum de Fraternidade, tendo todo o grupo que se rever na mesma. Assim, além dos cartazes que foram depois espalhados pela escola, quis-se trabalhar dinâmicas grupais. Tendo imagens a mais, pretendia-se que fossem capazes de escolher as principais, por forma a contar a história deste Dia Internacional da Fraternidade Humana. Para tal, tinham de se colocar todos de acordo, tal como para a definição de Fraternidade que devia ser conjunta e aceite por todos. Trabalhou-se assim

conteúdos da UL 1 – Viver juntos, mormente no que diz respeito aos grupos e às regras de funcionamento.

Os trabalhos geraram discussão saudável, mas todos concluíram os cartazes com empenho, dedicação e orgulho, tendo o professor ficado ainda mais orgulhoso porque toda a turma revelou grande autonomia, sentido crítico e bastante gosto visual e estético na forma como elaboraram os mesmos. Os respetivos cartazes foram depois afixados: um num grande placar do pavilhão C, onde temos aulas e que estava “abandonado”, outro junto à sala dos professores e outro no pavilhão B. Quanto a este placar do pavilhão C, por sugestão nossa feita ao docente cooperante, passou a ser dedicado à EMRC, onde fui expondo trabalhos elaborados pelos alunos, havendo assim uma presença mais sólida da EMRC no pavilhão C, algo muito positivo segundo o docente cooperante, mais ainda quando se tratava de um Dia Internacional celebrado há apenas dois anos. Refira-se que no dia 4 de fevereiro, a docente bibliotecária, a nosso pedido, reuniu os cartazes e expô-los na biblioteca da escola.

No final, quando foram pedidas sugestões para a síntese, a primeira aluna que falou acabou por ser a sua autora: é urgente construirmos a Fraternidade! Pareceu-nos bem, adotámo-la como síntese da aula e todos a registaram no caderno diário.

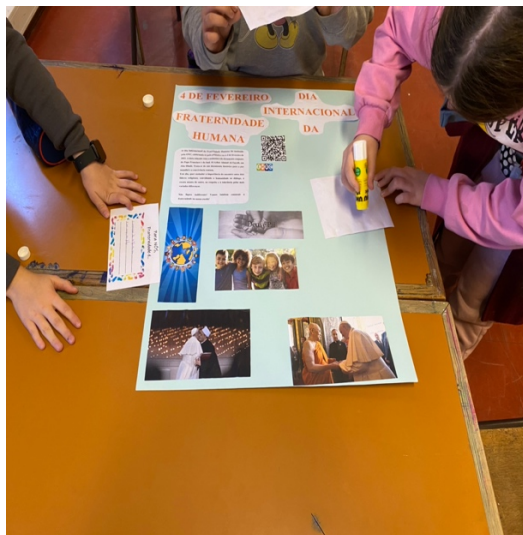


Figura 3 - evidência 3, da tabela 4 – construção do cartaz

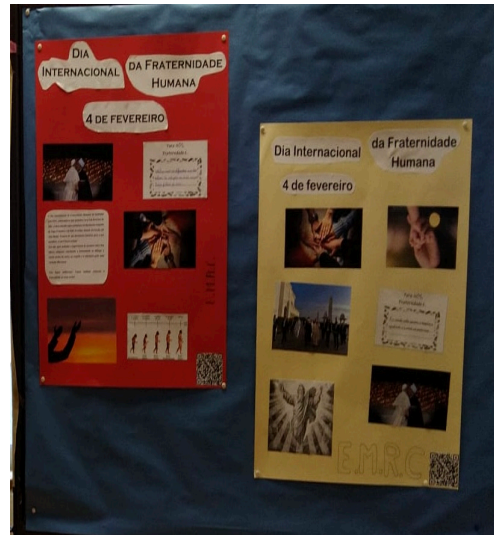


Figura 4 - evidência 4, da tabela 4 – cartazes afixados na biblioteca da escola

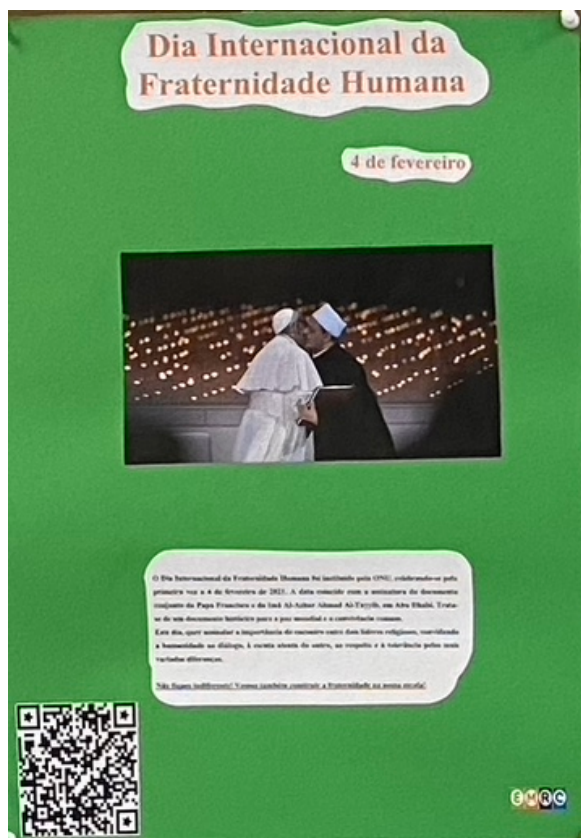


Figura 5 – evidência 5, da tabela 4 – cartaz da aula

5.º ano – Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade (Aula 3 de 10)

PLANO DE AULA							
5.º Ano	Unidade Letiva: Construir a Fraternidade	Aula nº 15	Lição nº 17	Data: 08/02/2022			
<p>Sumário: O amor de Deus é serviço. A vida em comunidade dos primeiros cristãos.</p> <p>Aprendizagens essenciais: Identificar fragilidades e ameaças à fraternidade. Reconhecer nas primeiras comunidades cristãs um modelo de fraternidade.</p>							
Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino/aprendizagem	Recursos	⌚	Avaliação Formativa	
<p>Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</p> <p>G. Identificar os valores evangélicos.</p>	<p>2. Valorizar a comum filiação divina.</p> <p>3. Reconhecer como modelo de vida a forma de viver das primeiras comunidades cristãs.</p>	<p>Deus, como Pai, ama todas as pessoas: Jo 13,14; Mt 7,11; Mt 5, 43-48.</p> <p>Os primeiros cristãos propõe-nos uma comunidade modelo: At 2,42-47; At 5,12-16.</p>	<p>Acolhimento e redação do sumário.</p>	<p>Quadro/ Marcador/ Caderno diário</p>	5'	Pontualidade, assiduidade, atenção.	Comportamento
			<p>PPT: “O amor de Deus”.</p>	<p>PPT (An. 29) Computador/ Projetor</p>	20'	Atenção, participação, interesse e respostas às várias questões colocadas pelo docente.	
			<p>Registro do compromisso de serviço.</p>	<p>Caneta/ Cola/ Cartão do compromisso/ Caderno diário (An. 30)</p>	5'	Interesse, empenho e organização.	
			<p>Dinâmica: “Monta o texto”.</p>	<p>Texto bíblico recortado em pequenas partes e devidamente numerado (An. 31)</p>	15'	Interesse, participação e empenho.	
			<p>Afixação de um cartaz alusivo ao tema da aula “o Amor de Deus”.</p>	<p>Placar/ Pionezes (An. 32)</p>	2'	Atenção.	
<p>Síntese da aula.</p>	<p>Caderno diário/ Caneta</p>	3'	Atenção e participação.				

Tabela 5 – Planificação da Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade, Lição nº 17 (Aula 3 de 10)

A terceira aula teve início dez minutos mais tarde. A professora que estava antes na sala com uma das turmas que tinha de seguida aula conosco, não terminou na hora devida, fazendo com que os alunos tivessem de continuar na sala. Para tentar minimizar os efeitos da situação, foram dados uns breves minutos para, mesmo na sala, conversarem um pouco, e depois escreverem o sumário. Evidentemente não foi suficiente, e a agitação dos alunos que não tiveram intervalo, notou-se em grande parte da aula, infelizmente. Todavia, a mesma correu bem, sendo uma aula onde se quis fazer compreender o que é o Amor de Deus e como é que o mesmo se manifesta no quotidiano, bem como o exemplo do que era a vida comunitária dos primeiros cristãos.

Após o registo do sumário no quadro e nos cadernos diários, introduziu-se o conteúdo “o amor de Deus é serviço”, através de diálogos presentes num PPT, com os personagens Maria e Miguel, dando a indicação de que esta seria uma aula mais centrada na questão bíblica. Assim, explicámos aos alunos a importância da Bíblia para os cristãos, referindo que a mesma serve para os cristãos rezarem a partir da sua palavra e conhecerem mais acerca da vida de determinadas pessoas, mormente de Jesus, centro das suas vidas. Segundo o docente cooperante, o PPT foi muito bem explorado, com muitos alunos a lerem, algo que o deixa felizes por poderem participar.

Explorámos o texto de Jo 13,14 para falar do serviço. Contextualizámos o tempo e o momento em que decorreu a ação relatada, e os alunos compreenderam a importância do acontecimento lava-pés, para a vida de Jesus e para a vida de qualquer cristão. Foi necessário explicar devidamente a interpretação de uma citação bíblica, isto é, compreenderem o que significa “Jo”, bem como os números seguintes, que se traduzem em capítulo e versículo, respetivamente. Para tal, foi aberta rapidamente a bíblia online.

A partir do texto em causa, puderam entender a centralidade da refeição, a importância de juntarmos à mesa aqueles que amamos, tal como Jesus fez com os discípulos, mas, entenderam sobretudo a importância do gesto de Jesus em lavar os pés aos seus amigos. Sendo algo típico dos escravos, Ele fá-lo para que cada um deles, e todos os que O desejam seguir, possam viver servindo os outros, colocando-os em primeiro lugar. Em suma, quem assim vive, ama desinteressadamente, e isso é viver a Fraternidade ao jeito de Jesus, concluíram os alunos, e bem.

Por forma a consolidar esta dimensão do serviço, foi feita uma breve chuva de ideias no quadro, com contribuições dos alunos, que referiam formas concretas de servirem o outro no quotidiano. Depois desses exemplos, foi-lhes dado um pequeno cartão para escreverem um compromisso a realizar durante aquela semana. Registaram,

colaram no caderno e alguns partilharam o seu compromisso, mostrando que entenderam muito bem aquilo que se pretendia, sendo uma forma prática de desmistificar o lava-pés, evidenciando o que é isto de estar ao serviço do outro, de acordo com as palavras do docente cooperante.

Na última parte da aula, fez-se referência à vida em comunidade dos primeiros cristãos, a partir do texto de *At 2, 42-47*. Foi feita a leitura do mesmo, e destacaram-se os aspectos principais, segundo os alunos, tendo o docente completado aquilo que julgava necessário. Destacou-se a união fraterna, e os elementos que a caracterizavam, como a partilha do pão, o ensino dos Apóstolos, a oração e a partilha de outros bens, referindo-se que estes, são ainda exemplos para os cristãos de hoje, e para todas as pessoas de forma geral, na medida em que revelam aquilo que é viver a Fraternidade em comunidade, já que ninguém vive só. Somos seres de relação, como vimos, por exemplo, na UL 1 – Viver Juntos.

Se somos neste mundo uma grande família, só seremos felizes se aprendermos a viver como irmãos, e isto parece-nos ter sido bem intuído pelos alunos, através do seu comportamento, da sua participação na aula e do registo do seu compromisso.

No final, foi distribuído o texto analisado dos Atos dos Apóstolos, em diversos pedaços. Cada aluno recebeu uma pequena parte, devidamente numerada. Foram depois chamados, um a um, para que essas mesmas partes fossem coladas no cartaz a afixar na sala, surgindo assim o texto na sua totalidade. Em primeiro lugar, o objetivo foi o de mostrar que este foi um texto muito importante para a mensagem que se quis transmitir na aula. Em segundo lugar, o facto de cada um colar a sua parte, quis evidenciar a importância de todos os membros de um grupo envolvidos numa tarefa comum. Com a ajuda de todos a tarefa foi realizada mais fácil e rapidamente, e todos se sentiram parte desta construção. Com espírito fraterno, as tarefas são mais facilmente executadas e estas atividades que lhes ocuparam a mente, o coração e as mãos foram essenciais.

O comportamento dos alunos foi bastante bom, evidenciando-se apenas alguma agitação nalguns elementos da turma que não teve intervalo, algo que se compreende perfeitamente, de modo que, a participação assertiva e o bom comportamento, mantiveram-se como vem sendo apanágio de toda a turma.

Nos minutos finais, perguntámos qual poderia ser a síntese. Tendo havido alguma dificuldade, alguns alunos referiram termos falado da Fraternidade, do serviço e do compromisso, chegando-se então à seguinte síntese, fruto de vários contributos: “a fraternidade é vivermos comprometidos no serviço aos outros”.



Figura 6 - evidência 6, da tabela 5 – montagem do cartaz da aula

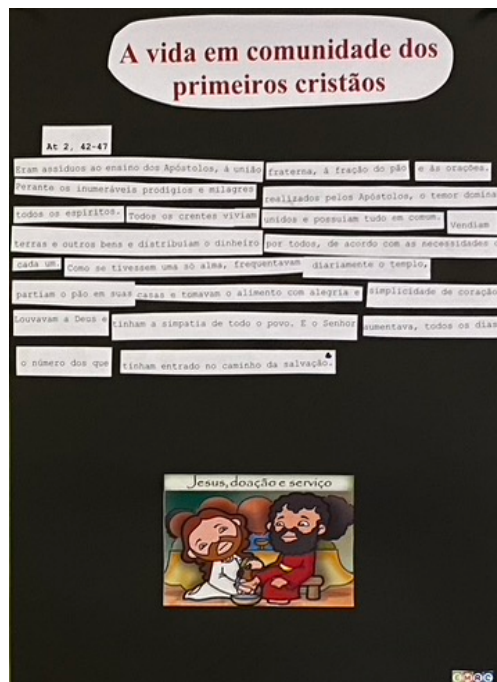


Figura 7 - evidência 7, da tabela 5 – Cartaz da aula

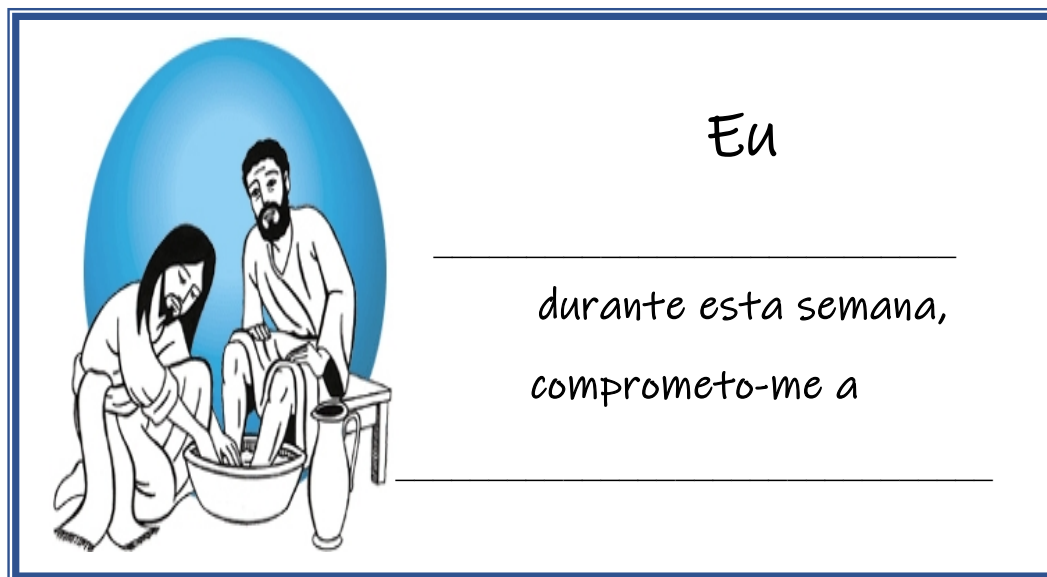


Figura 7 - evidência 7, da tabela 5 – Cartão para registrar o compromisso da semana

5.º ano – Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade (Aula 4 de 10)

PLANO DE AULA					
5.ºAno	Unidade Letiva: Construir a Fraternidade	Aula nº 16	Lição nº 18	Data: 15/02/2022	
Sumário: As fragilidades e ameaças à fraternidade. Dinâmica “o bem comum”. Aprendizagens essenciais: Identificar fragilidades e ameaças à fraternidade.					
Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino/aprendizagem	Recursos	⌚ Avaliação Formativa
G. Identificar os valores evangélicos.	4. Verificar quais são as fragilidades e as ameaças à fraternidade.	O mal, fragilidade e ameaça à fraternidade, que vai contra a dignidade e a felicidade da pessoa: - Mentir; - Pensar mal do outro; - Desejar mal ao outro; - O conflito não resolvido e a violência; - A maledicência; - O egoísmo; - A inveja; - A ofensa; - A rejeição.	Acolhimento e redação do sumário. PPT: “Ameaças à fraternidade”. Sopa de letras sobre ameaças à fraternidade. Dinâmica sobre o bem comum. Afixação de um cartaz alusivo ao tema da aula “fragilidades e ameaças à fraternidade”. Síntese da aula.	Quadro/ Marcador/ Caderno diário PPT (An. 33) Computador/ Projetor Caneta/ Cola/ Cartão com a sopa de letras/ caderno diário (An. 34) Pátio da escola/ Balões e fios de lã Placar/ Pioneses (An. 35) Caderno diário/ Caneta	5’ Pontualidade, assiduidade, atenção. 20’ Atenção, participação, interesse e respostas às várias questões colocadas pelo docente. 10’ Interesse, empenho, atenção e organização. 10’ Interesse, participação, organização e empenho. 2’ Atenção. 3’ Atenção e participação.
					Comportamento

Tabela 6 – Planificação da Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade, Lição nº 18 (Aula 4 de 10)

A quarta aula da UL 4 começou com o habitual acolhimento dos alunos, escrevendo-se depois o sumário no quadro, sendo o mesmo copiado pelos alunos. Foi projetado e utilizado um PPT sobre as ameaças à Fraternidade, tema central da aula que foi explorado na sala e numa atividade final, realizada no pátio.

Com o intuito de ter os alunos sempre envolvidos na aula, utilizámos um diálogo introdutório entre os personagens Maria e Miguel, que foi lido por eles, acerca da notícia do possível atentado terrorista na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, do dia 19 de dezembro de 2022. Sendo algo geograficamente próximo destes alunos, todos estavam a par do assunto, e o tema serviu para falarmos da temática do mal, tendo-os questionado se o mal seria todo igual, ou se haveria vários tipos de mal. Ainda que timidamente, começaram por entender, chegando a conclusões interessantes, pois referiram existirem vários tipos de mal, porque havia coisas ligadas à natureza e outras feitas pelo ser humano. Tinham chegado ao âmago da questão, porém, quis-se explorar quatro imagens com eles. Segundo o docente cooperante, estas temáticas foram muito bem exploradas e o PPT tinha uma foto linguagem muito interessante.

Foram-lhes apresentadas imagens de uma inundação, de uma guerra, outra que representa a mentira e outra que mostra um ato de violência. Identificaram-nas na perfeição. Voltámos a questionar, desta vez, com base nas imagens, se o mal ali presente

era de igual tipo, tendo eles reforçado o que anteriormente referiram. Afirmaram que havia males de causas naturais, como o caso das inundações ou de terremotos, e o mal causado pelo ser humano como a mentira, a violência ou a guerra. A partir daqui, tendo eles identificado estes dois tipos de mal, aprofundámos o significado de mal moral, explicando-lhes que, sendo um mal que está diretamente ligado à ação humana, o mesmo nasce da livre e deliberada vontade das pessoas.

Distinguir os tipos de mal, e mencionar ameaças concretas à Fraternidade, foi importante, pois permitiu-lhes compreender que pequenos gestos, como uma suposta mentira “inofensiva”, são prejudiciais à construção da Fraternidade, na escola, em casa ou nos vários meios onde se inseriam.

Como forma de consolidação daquilo que foi falado, foi-lhes distribuída uma sopa de letras em que tiveram de encontrar oito ameaças à Fraternidade. Aquando da distribuição, houve inúmeras manifestações de contentamento, pois esta é uma atividade que todos gostam sempre de fazer, revelando-se uma boa estratégia, de acordo com o docente cooperante. Após a realização da mesma, fez-se a correção, e o sucesso foi total, tendo todos os alunos encontrado as respetivas ameaças à Fraternidade.

Nos dez minutos seguintes o docente cooperante entregou as autorizações para uma visita de estudo a realizar no dia 8 de março, esclarecendo depois várias dúvidas dos alunos.

De seguida, e como de costume desde início desta UL, apresentámos aos alunos o cartaz que resumiu a aula, e que foi afixado no placar da sala. No mesmo, consta um conjunto de balões com várias ameaças à Fraternidade neles inscritas. Foi a partir daqui que introduzimos a atividade seguinte, convidando-os a sair da sala.

Dirigimo-nos para o pátio e foi-lhes dado um balão a cada um. Ajudámo-los a atá-los à perna e foi-lhes dito que o objetivo do jogo era preservar o seu balão intato, e que quem chegasse ao final com ele assim, seria declarado vencedor. Não foi referida qualquer palavra no sentido de destruírem o balão dos colegas, porém, essa foi a tendência natural de quase todos, e houve um ou dois alunos que se evidenciaram nessa fome de vencer os outros. Deixámo-los continuar nessa senda, havendo apenas dois ou três alunos que se tentavam colocar mais de lado. Estavam preocupados em não ter o balão rebentado, afinal havia sido dito que cada qual devia proteger o seu balão.

Terminado o tempo da aula, perguntámos-lhes se em algum momento lhes tinha sido dito para rebentarem os balões uns dos outros? Meios atónitos, disseram que não. Então, foram-lhes recordadas as palavras iniciais, e explicado que se não tivesse existido

a preocupação em destruir o balão do outro, em vez de três ou quatro vencedores, todos teriam saído a ganhar. Teria havido uma vitória do grupo, porque cada qual ter-se-ia preocupado com o seu balão e com o dos colegas. Assim, como cada um pensou só no seu balão e respetiva vitória, evidenciou uma atitude egoísta, que vai contra a construção da Fraternidade e do bem comum. A aula terminou com os alunos bastante pensativos e na aula seguinte retomámos a dinâmica desta aula que foi muito boa, algo com a qual também o professor cooperante concordou e incentivou a fazer.

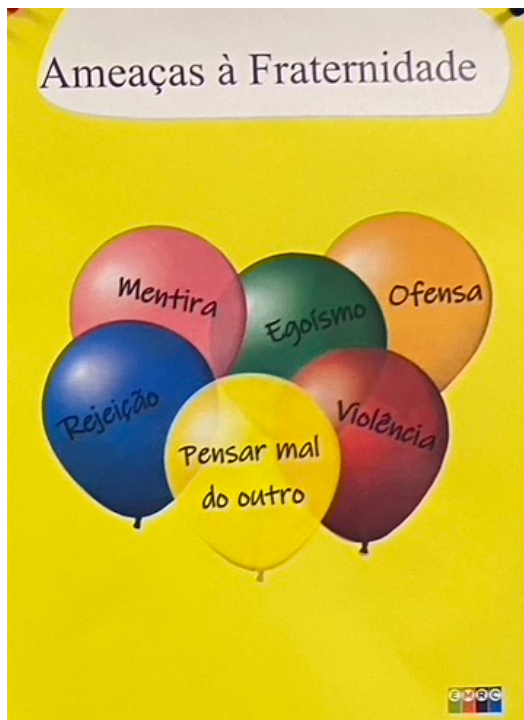


Figura 8 - evidência 8, da tabela 6 – Cartaz da aula

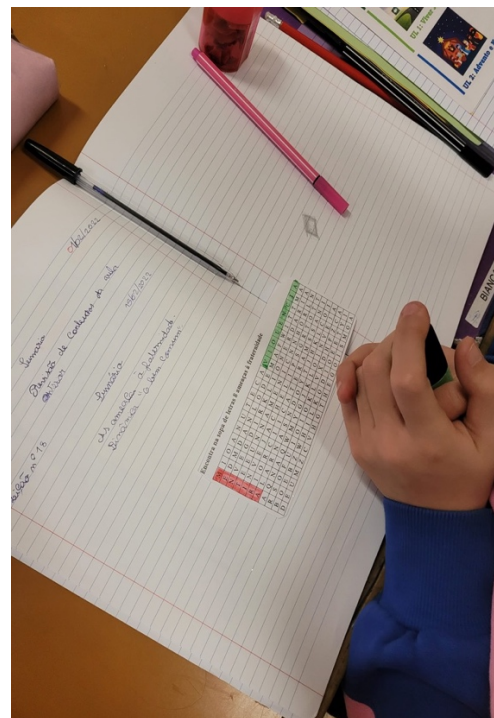


Figura 9 - evidência 9, da tabela 6 – Sopa de letras



Figura 10 - Evidência 10, da tabela 6 – Dinâmica sobre o bem comum

5.º ano – Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade (Aula 5 de 10)

PLANO DE AULA					
5.º Ano	Unidade Letiva: Construir a Fraternidade	Aula nº 17	Lição nº 19	Data: 22/02/2022	
Sumário: Os refugiados. História e missão da Organização das Nações Unidas (ONU). Aprendizagens essenciais: Identificar fragilidades e ameaças à fraternidade.					
Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino/aprendizagem	Recursos	⌚ Avaliação Formativa
G. Identificar os valores evangélicos.	4. Verificar quais são as fragilidades e as ameaças à fraternidade.	O mal, fragilidade e ameaça à fraternidade, que vai contra a dignidade e a felicidade da pessoa: - Mentir; - Pensar mal do outro; - Desejar mal ao outro; - O conflito não resolvido e a violência; - A maledicência; - O egoísmo; - A inveja; - A ofensa; - A rejeição.	Acolhimento e redação do sumário.	Quadro/ Marcador/ Caderno diário	5' Pontualidade, assiduidade, atenção.
			Síntese da aula anterior	Caderno diário/ Caneta	5' Atenção e participação.
			Vídeo sobre a dinâmica do bem comum.	Vídeo/ Computador/ Projetor/ Colunas (An. 36)	10' Interesse, atenção e respostas às várias questões colocadas pelo docente.
			PPT: “Os refugiados e a importância da ONU”.	PPT (An. 37) Computador/ Projetor/ Colunas	15' Atenção, participação, interesse e respostas às várias questões colocadas pelo docente.
			Banco de palavras acerca da ONU.	Folha de papel/ Lápis/ Cola/ caderno diário (An. 38)	10' Interesse, organização e empenho.
Afixação de um cartaz alusivo ao tema da aula “A ONU e os refugiados”.	Placar/ Pioneses (An. 39)	2' Atenção.			
Síntese da aula.	Caderno diário/ Caneta	3' Atenção e participação.			

Tabela 7 – Planificação da Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade, Lição nº 19 (Aula 5 de 10)

Dado que a última aula terminara na rua, após a entrada dos alunos e a abertura dos cadernos diários, foi-lhes perguntado se não faltava fazermos nada relativamente à última aula, ao que responderam prontamente que faltava fazermos a síntese. Assim, perguntámos-lhes o que haviam aprendido, e qual poderia ser a síntese. Começaram por falar do egoísmo e da falta de Fraternidade que o mesmo gera (influenciados pela dinâmica com que acabámos a aula), tendo-se chegado à síntese: o egoísmo quebra os laços de Fraternidade na turma.

Realizada a síntese da aula anterior, foi escrito o sumário no quadro, posteriormente copiado pelos alunos para os seus cadernos diários.

Começámos por projetar um vídeo da dinâmica feita na última aula, sobre o bem comum, e os alunos mostraram grande alegria ao verem-se na atividade realizada. Claramente sentiram-se valorizados e importantes, e a partir do vídeo, explorámos os principais conceitos que nos pareceram essenciais abordar no que diz respeito às ameaças à Fraternidade, que quebram também a noção de bem comum. Assim, instigados pelas nossas perguntas, os alunos realçaram como aprendizagem, que o egoísmo e o querer vencer sozinho nem sempre dão bom resultado, e que, se estivermos atentos, muitas vezes é mais fácil ganhar em grupo, se tivermos a capacidade de nos descentrarmos do nosso

ego. Para tal, é necessária uma consciência grupal maior, que coloque o bem de todos acima do bem individual, algo nem sempre fácil, mas que é exequível.

Daqui em diante, a aula foi focada na problemática dos refugiados e na história e missão da ONU. Começou-se por fazer uma breve “chuva de ideias” sobre aquilo que os alunos entendiam por refugiados, havendo bastantes respostas que revelavam saber bem do que se tratava, adiantando inclusive causas para a existência dos mesmos. Assim, através de pequenos diálogos entre os personagens Maria e Miguel, questionou-se a existência dos mesmos, num mundo que se diz tão evoluído, levando os alunos a compreenderem o grave contrassenso que ali estava presente.

Depois, foi projetado um vídeo acerca de toda esta problemática, que tinha como música de fundo o “hino aos refugiados”, que é uma verdadeira oração. O vídeo era chocante e a atenção dos alunos foi captada desde início, sendo possível ter um diálogo bastante interessante no final do mesmo, onde lhes foi pedido para partilharem emoções, sentimentos e situações concretas que visualizaram. Isto foi corroborado pelo docente cooperante, que elogiou ainda a nossa capacidade de explorar um vídeo com imagens tão cruéis, sem assustar os alunos, mas fazendo-os entender cada situação visualizada. Sentimos uma vontade generalizada em todos se fazerem ouvir, participando com grande assertividade. Este tipo de vídeos capta sempre a atenção dos alunos, e, nestas idades, estando eles mais sensíveis ao sofrimento dos outros, ao verem imagens de destruição, pessoas sem casa, mortos em praias, e crianças e jovens sem nada para comer ou sem casa para habitar, foi algo que os tocou profundamente, permitindo uma abordagem muito interessante ao tema, para que pudessem compreender a importância de todas as pessoas terem dignas condições de vida, pois só assim construímos a verdadeira Fraternidade.

Ainda a partir do vídeo, foram referidos vários motivos para a existência de refugiados: vítimas de guerras, perseguições políticas, étnicas ou religiosas, ou devido a catástrofes naturais, por exemplo, não deixando de ser referido que existem muitos refugiados devido à intolerância do ser humano para com as diferenças, algo que realçamos, ainda mais na disciplina de EMRC – temos de estar atentos às diferenças, respeitando-as e vendo-as como fonte de riqueza e até de inspiração e nunca como uma ameaça.

O convite final veio através de um diálogo entre o Miguel e a Maria que os alertava para esta situação e para a importância de vivermos e servirmos os outros ao jeito de Jesus, com humildade e simplicidade, tal como Ele nos ensina com o gesto do lava pés, como aprenderam em aulas passadas. Assim, há um profundo convite a viver a dimensão

do serviço e da entrega aos outros de forma genuína e desinteressada, não olhando a raça, etnia, religião ou geografia. Só assim a Fraternidade pode vingar.

Depois dos conteúdos sobre os refugiados, foi tempo de lhes apresentar a ONU, com destaque para a sua história e missão, ajudando-os a compreender a sua estrutura, funções e líder. Pretendeu-se que além da visão geral desta organização, pudessem entender perfeitamente o papel crucial que a mesma tem na defesa, não só dos direitos humanos de forma geral, mas dos refugiados em particular, tanto que, o cartaz que depois foi afixado no placar da sala tem exatamente a ver com este assunto – a ONU e os refugiados, onde consta um pequeno texto informativo da missão da ONU junto destes grupos de pessoas.

Após uma breve explicação e partilha também dos alunos acerca do que já sabiam sobre a ONU, foi-lhes mostrado um pequeno vídeo que no fundo, consolida tudo o que foi dito anteriormente. Pedimos que o vissem com a máxima atenção, porque precisariam da informação que o mesmo lhes transmitiria para o que fariamos fazer de seguida.

Foi-lhes então distribuído um pequeno cartão com um banco de palavras, onde deviam completar frases ligadas ao vídeo visto nos minutos anteriores, por forma a consolidarem os seus conhecimentos sobre esta organização tão importante no zelo e na defesa do ser humano e da paz, factor ainda mais realçado com a crise vivida entre a Rússia e a Ucrânia, algo que os alunos evidenciaram saber, revelando que são interessados pelo mundo que os rodeia, um aspecto muito satisfatório. Além desta alegria que nos dá o interesse de cada aluno, a par do docente cooperante, destacamos a importância deste tipo de atividades que cativam imenso cada aluno e ajuda-os a consolidar quase de forma lúdica, aquilo que foi sendo explanado ao longo da aula. Dadas as características desta turma, esta foi uma estratégia que funcionou sempre bastante bem.

O comportamento desta turma nunca foi mau, mas nesta aula, pareceu ainda melhor. Estes dramas humanos captaram ainda mais a atenção geral, havendo uma maior vontade em participarem e compreenderem aquilo que se via e se falava.

No final, ao perguntar que síntese poderíamos elaborar, houve um conjunto de ideias dispersas que falaram da ONU, da sua missão, do sofrimento dos refugiados, até que uma aluna acabou por formular a sua proposta que acabou por ser validada pela turma: a ONU tem uma missão muito importante na defesa dos refugiados e do ser humano em geral.



Figura 11 - evidência 11, da tabela 7 – Banco de palavras realizado por uma aluna

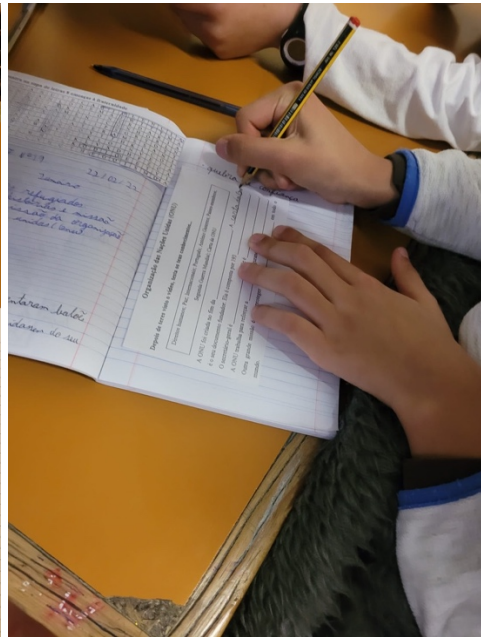


Figura 12 - evidência 12, da tabela 7 – Banco de palavras realizado por um aluno



Figura 13 – evidência 13, da tabela 7 – Exploração do vídeo sobre a ONU

5.º ano – Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade (Aula 6 de 10)

PLANO DE AULA						
5.º Ano	Unidade Letiva: Construir a Fraternidade	Aula nº 18	Lição nº 20	Data: 08/03/2022		
Sumário: A mensagem cristã sobre o perdão. A importância de perdoar.						
Aprendizagens essenciais: Promover o valor do perdão nas relações interpessoais.						
Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino/aprendizagem	Recursos	⌚	Avaliação Formativa
G. Identificar os valores evangélicos.	5. Identificar a perspectiva cristã sobre o perdão.	A mensagem cristã sobre o perdão: - Sir 28,1-7, perdoar o outro e recusar a vingança; - Lc 6,36-38, ser misericordioso.	Acolhimento e redação do sumário. Dinâmica “A falta de perdão azeda a vida”. PPT: “A mensagem cristã sobre o perdão”. Elaboração de um cartaz sobre o perdão. Afixação de um cartaz alusivo ao tema da aula “A mensagem cristã sobre o perdão”. Síntese da aula.	Quadro/ Marcador/ Caderno diário Jarro/ Copos/ Sumo/ açúcar/ colheres PPT (An. 40) Computador/ Projetor Corações em papel/ Cartolina / Cola/ Caneta (An. 41) Placar/ Pioneses (An. 42) Caderno diário/ Caneta	5’ 15’ 15’ 10’ 2’ 3’	Pontualidade, assiduidade, atenção. Atenção e participação. Interesse, atenção e respostas às várias questões colocadas pelo docente. Atenção, participação e empenho. Atenção. Atenção e participação.
						Comportamento

*Tabela 8 – Planificação da Unidade Letiva 4:
Construir a Fraternidade, Lição nº 20 (Aula 6 de 10)*

A sexta aula começou com o habitual acolhimento a cada um dos alunos, tendo depois o professor escrito o sumário no quadro e convidado os alunos a copiarem-no para o seu caderno. Nesta aula introduzimos a temática do perdão, realçando também a importância de perdoarmos, tendo-se recorrido, sobretudo, a uma dinâmica e a um PPT, que resultaram muito bem.

A dinâmica utilizada foi intitulada “a falta de perdão azeda a vida”. Com a colaboração de alguns alunos que queriam sempre ajudar a distribuir materiais, todos receberam um copo. De seguida, o professor foi até junto de cada um para oferecer um pouco de sumo de limão, no seu estado puro. Quando todos tinham sumo no copo, foram convidados a beber um pouco. As expressões fizeram-nos rir a todos. Como se esperava, a grande maioria achou o sumo muito azedo. Dissemos-lhes então que procuraríamos ajudar, fazendo chegar a cada um/a uma saqueta de açúcar e uma colher. Foram então convidados a misturar o açúcar e a beber novamente. As expressões menos agradáveis diminuíram consideravelmente. Foi-lhes perguntado o que teria isto tudo a ver com o perdão? Ficaram indecisos, e houve um ou dois alunos que, com piada, disseram que tinha a ver com o perdão, porque deviam perdoar esta maldade que o professor lhes havia feito. Rimo-nos todos, e voltámo-nos a centrar na questão principal – a importância do perdão.

O sumo que lhes foi dado, puro, amargo, queria simbolizar a nossa vida quando não recebe o perdão de ninguém e quando não perdoa quem nos pede perdão. Então, do mesmo modo que o sumo sem açúcar nos amarga na boca, a vida sem perdão amarga-nos o coração e tolda-nos o pensamento, fazendo com que vivamos azedos e amargos uns com os outros, tal como o sumo estava amargo antes de receber um pouco de açúcar. O açúcar que adoçou o sumo simboliza o perdão que também adoça a nossa vida e as nossas relações, permitindo que crescamos cada vez mais na Fraternidade e na paz. No dizer do docente cooperante, esta dinâmica teve um grande sucesso, fazendo com que mesmo depois da aula os alunos ainda se referissem à mesma.

Foi muito bonito ver o interesse e empenho de todos os alunos nesta dinâmica simples, mas carregada de simbolismo. Quando questionados sobre o significado de cada elemento (sumo e açúcar) e a sua relação com o perdão, muitos foram os que prontamente responderam de forma correta, evidenciando atenção e captação da mensagem principal. Foi uma estratégia que resultou bem, e esta turma dava garantias de corresponder sempre bem a todos os desafios e estratégias pensadas e executadas.

Como forma de abordagem mais profunda, projetámos um PPT com recurso aos “famosos” diálogos entre os personagens Miguel e Maria, que falavam sobre os conteúdos a lecionar sobre o perdão, sendo depois acrescentado o que nos parecia mais premente, e que segundo o docente cooperante foi muito bem explanado. Os voluntários para ler eram cada vez mais e isso foi bastante positivo e integrador, pois até aqueles alunos que revelavam bastantes dificuldades em fazê-lo, e que inicialmente nunca queriam ler por vergonha, nesta altura já o faziam, porque compreendem que o professor os ajudava, tendo o tempo que precisavam para o fazerem bem feito. Foi gratificante ver esta evolução. Sempre existiram muitos voluntários para ler, mas nesta aula, dos vinte e dois alunos, talvez cinco não levantaram a mão para participar com a sua leitura, o que nos deu muita alegria.

Com os diálogos contidos no PPT, pretendeu-se que os alunos intuissem a centralidade do perdão na vida dos seres humanos para que a Fraternidade seja uma constante. Por oposição ao ódio, à vingança e a tantos males que nos tomam o coração e a razão, o perdão foi uma constante durante toda a exposição, onde pudemos introduzir exemplos concretos ligados ao quotidiano dos alunos, por forma a que isto não lhes parecesse algo abstrato. Eles compreenderam muito bem, pois foram por nós desafiados a responder a algumas provocações que lhes foram feitas no que diz respeito a atitudes que merecem ou não o nosso perdão, fazendo-o de forma irrepreensível. A partir daqui

foi possível voltar a relacionar tudo isto com conteúdos da UL 1 – Viver Juntos, mormente o facto de ser necessário perdoar para que a vida em grupo possa ser possível. Porém, mais do que possível é preciso que ela seja fecunda e tal só acontece com um verdadeiro perdão, ou seja, quando cada pessoa compreende que o outro também tem falhas e merece ser perdoado a fim de que as relações se restabeleçam rapidamente.

Uma imagem utilizada, foi a de estarmos todos ligados numa espécie de teia, existindo um fio que nos liga individualmente a cada membro da turma. Então, todas as vezes que ofendemos o outro vamos cortando esses fios. Se ofendermos toda a gente ficaremos totalmente desligados, isolados e sem qualquer contacto com as pessoas, pelo que, só o perdão tem capacidade de restaurar essa ligação, ou seja, de nos voltar a unir. Foi-lhes ainda dado o exemplo da conexão a uma rede *WiFi*. Quando a nossa ligação cai significa que há alguém por perdoar, e a mesma é restabelecida quando esse perdão acontece. Foram duas imagens que eles entenderam muito bem, tendo-se gerado até algum diálogo entre eles a partir desses exemplos.

Analísámos depois o texto bíblico de *Mt 18, 21-22* onde Jesus fala da importância de perdoarmos sempre (70x7). Explorámos o texto aos poucos, perguntando aos alunos quanto é que é 70x7 e se, segundo o texto, tínhamos um limite para perdoar ao longo da nossa vida? Respondendo eles é 490, provocámo-los, perguntando se sabendo isto, poderíamos ir para casa e apontar num caderno as vezes que perdoamos alguém até atingir as 490 vezes? Uma vez chegados a esse número, independentemente da nossa idade não precisaríamos de perdoar mais, pois cumprimos o que Jesus nos pediu. Existiram vários alunos que negaram isso. Porém, para nossa surpresa, quando lhes foi perguntado o que significaria então perdoar 70x7, houve uma aluna que respondeu corretamente – significa que devemos perdoar sempre. Foi importante a resposta vir dela, e quando toda a turma percebeu que validámos a sua resposta, todos a olharam admirados e ao mesmo tempo contentes, afinal, havia uma colega que sabia. A partir daqui, tentámos imprimir ainda mais dinâmica na aula, no tom das perguntas, nos pedidos feitos, nas provocações lançadas, para que sentissem que a aula estava num crescendo.

A turma esteve bastante ligada até ao final, e partilhámos com eles algumas curiosidades sobre o número sete, sobretudo o seu significado em várias passagens bíblicas, algo que acharam bastante interessante. Após este momento, foi distribuído a cada aluno um pequeno coração. Nele deveria ser escrito o que era para cada um o perdão. No final colámo-los num cartaz que foi depois afixado no mural dedicado à EMRC. Tratou-se de uma ótima estratégia, de acordo com a avaliação do professor cooperante.

5.º ano – Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade (Aula 7 de 10)

PLANO DE AULA						
5.º Ano	Unidade Letiva: Construir a Fraternidade	Aula nº 19	Lição nº 21	Data: 15/03/2022		
Sumário: Construir um mundo fraterno. Procurar a paz reconhecendo que erramos.						
Aprendizagens essenciais: Comprometer-se na construção de um mundo fraterno que promove o bem comum e o cuidado do outro.						
Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino/aprendizagem	Recursos		Avaliação Formativa
N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.	6. Promover o valor do perdão na construção quotidiana de um mundo fraterno.	Construir um mundo fraterno promovendo a concórdia nas relações interpessoais: - Aceitar os erros (a revisão de vida); - Estar disposto a pedir perdão; - Aceitar os outros apesar dos seus erros; - Ser capaz de perdoar; - Aceitar ser perdoado.	Acolhimento e redação do sumário.	Quadro/ Marcador/ Caderno diário	5'	Pontualidade, assiduidade, atenção.
			PPT: “Construir um mundo fraterno”.	PPT (An. 43) Computador/ Projetor	25'	Interesse, atenção e respostas às várias questões colocadas pelo docente.
			Exercício “sou ou não sou fraterno?”	Tabelas em papel/ Palavras soltas em papel/ Cola/ Caderno diário (An. 44)	15'	Atenção, empenho e assertividade.
			Afixação de um cartaz alusivo ao tema da aula “Construir um mundo fraterno”.	Placar/ Pioneses (An. 45)	2'	Atenção.
			Síntese da aula.	Caderno diário/ Caneta	3'	Atenção e participação.
						Comportamento

Tabela 9 – Planificação da Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade, Lição nº 21 (Aula 7 de 10)

A sétima aula começou com o acolhimento de cada um dos alunos, num registo um pouco diferente, onde foram recordadas alguns episódios e/ou reações da aula passada, fruto da dinâmica realizada com o sumo de limão. Foi divertido e uma simples forma de estabelecer a ligação com o tema central desta sétima aula – construir um mundo fraterno, onde se deu destaque também à promoção da paz, algo que, segundo o professor cooperante foi essencial para que os alunos percebessem a ligação entre as duas aulas. Após o acolhimento, o sumário foi escrito no quadro e os alunos foram convidados a escrevê-lo no seu caderno diário.

Através de uma apresentação em PPT, os alunos mostraram-se muito motivados para ler e responder às várias perguntas que lhes foram sendo feitas. Explicámos que perante o mal que vamos vendo no mundo temos sobretudo duas opções: ou ficamos quietos e deixamo-nos esmagar pelo peso dos acontecimentos, vivendo depois uma grande tristeza e amargura, ou assumimos a tarefa de ajudar a tornar o mundo melhor. Claro que para ajudarmos a tornar o mundo um pouco melhor, precisamos de aprender a dominar os nossos impulsos e atitudes erradas. Pedimos-lhes que identificassem algumas e fizeram-no muito bem, apontando coisas como a vingança o ódio ou o egoísmo,

evidenciando uma boa compreensão da temática que vem sendo trabalhada nas últimas aulas.

Foi uma aula bastante virada para o trabalho das relações pessoais, algo central na vida de todos nós, mormente em alunos destas idades. A dimensão do grupo é algo central nas suas vidas, daí que ao longo da aula, por várias vezes, tenha sido feita uma ligação à UL 1 – Viver Juntos, onde trabalhámos aquilo que é viver em grupo, bem como a sua importância no desenvolvimento afetivo e social de cada indivíduo.

As relações pessoais foram evidenciadas na medida em que tentámos sempre partir para os conteúdos que queríamos lecionar, utilizando exemplos práticos do nosso quotidiano e do quotidiano dos alunos, por forma a entenderem que todos eles já foram alvo de alguma ofensa ou injustiça, tendo que perdoar alguém, ou, pelo contrário, já foram ofensores, tendo que pedir desculpa a outrem para que a relação de convivência pudesse voltar ao normal.

A determinada altura, referimos exemplos concretos em que não basta pedir perdão, pois é necessário reparar o mal causado, como por exemplo, no caso de um boato que é espalhado. Alertou-se para a importância de reparar esse mal, indo-se além de um pedido de desculpas. Ou seja, é preciso repor a verdade e assumir-se publicamente que se mentiu acerca do que foi dito. Alguns alunos ficaram espantados, mas foi gratificante ver a sua atenção fixa naquilo que íamos dizendo, existindo também a participação de um ou outro aluno que gosta sempre de dar o seu contributo.

Falou-se de seguida de a importância das relações serem pautadas pela concórdia e pela paz, mencionando-se a relevância de mediadores para essa paz. Como não podia deixar de ser, a guerra da Ucrânia e da Rússia foi tema de conversa, pois os alunos estavam muito despertados e sensibilizados para com isso. Assim, compreenderam a importância de acordos, muitas das vezes escritos, quando se tratam de situações de conflito de grande envergadura, como é o caso de qualquer guerra, que são conseguidos através da mediação de alguém. Foi importante abordar o conceito de mediação com calma pois nenhum aluno conhecia o termo.

Finalmente, a abordagem cristã da paz, vendo-a como dom de Deus foi igualmente marcante e despertou a curiosidade dos alunos, tendo-lhes falado, por exemplo, das jornadas de oração pela paz na Ucrânia e no mundo em geral, como forma de pedir este dom de Deus para estas situações concretas. Intimamente ligado a isto está o gesto da paz de Cristo que tem lugar na celebração eucarística, que quer exprimir a nossa vontade de estar bem como os outros, tal como é pedido por Jesus. Desejar a paz de Cristo é querer

para todos o perdão de Deus e dos outros para que se construa então uma real Fraternidade.

Depois da exploração do PPT, foi distribuído aos alunos uma tabela para o exercício “sou ou não sou fraterno?”. A mesma é dividida em duas colunas. De um lado estava escrito “sou fraterno quando” e do outro “não sou fraterno quando”. Foram-lhes dados depois vários papéis que evidenciam atitudes que podemos ter. Eles tiveram de os enquadrar na coluna correta, e, depois da correção, colaram-nos e colocaram a tabela no caderno diário. Tratou-se de um exercício aparentemente simples, mas bastante importante para compreenderem que a Fraternidade se constrói a partir dos gestos mais simples e aparentemente inócuos do quotidiano. Segundo o professor cooperante, a estratégia foi bastante boa e os alunos chegaram rapidamente aos objetivos pretendidos.

No final da aula, quando questionados sobre as aprendizagens da mesma, chegada a altura de elaborar a síntese, houve vários alunos que mencionaram o facto de a Fraternidade humana ser importante para o mundo. Insistindo mais com a turma, surgiram outros contributos que permitiram chegar à síntese: “a Fraternidade humana ajuda a construir um mundo mais justo e amigo”, o que é bastante positivo segundo o docente cooperante, na medida em que houve um grande número de alunos a quererem contribuir para esta síntese.

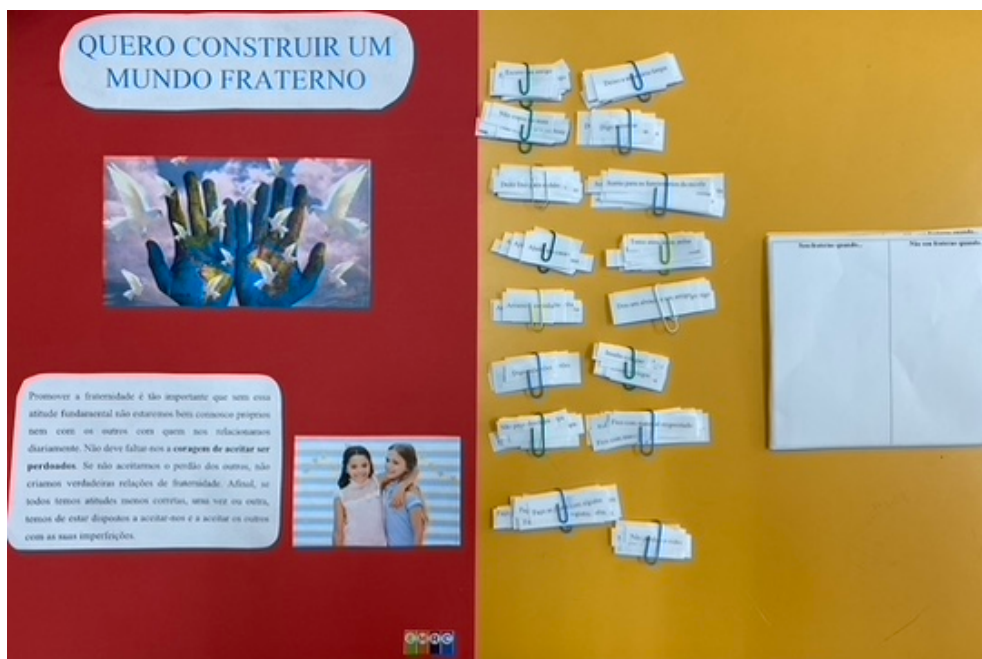


Figura 17 - evidência 17, da tabela 9 – Cartaz da aula e materiais para o exercício “sou ou não sou fraterno?”

5.º ano – Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade (Aula 8 de 10)

PLANO DE AULA							
5.º Ano	Unidade Letiva: Construir a Fraternidade	Aula nº 20	Lição nº 22	Data: 22/03/2022			
Sumário: A Regra de ouro do cristianismo e de outras tradições religiosas. Trabalhos de grupo – preparação de entrevistas a realizar na próxima aula com os heróis da fraternidade.							
Aprendizagens essenciais: Reconhecer a Regra de ouro do Cristianismo e de outras tradições religiosas.							
Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino/aprendizagem	Recursos	⌚	Avaliação Formativa	
L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.	7. Comprometer-se com a construção de um mundo mais fraterno promovendo o bem comum e o cuidado do outro.	A regra de ouro, Lc 6, 31: “O que quiserdes que os outros vos façam, fazei-lho vós também”. Propostas para promover o bem comum e o cuidado do outro na nossa vida.	Acolhimento e redação do sumário. PPT: “A Regra de ouro seguida pelos heróis da fraternidade: Papa Francisco; Malala; S. João de Deus; Aristides de Sousa Mendes”. Trabalho de grupo: preparação das entrevistas aos heróis da fraternidade. Afixação de um cartaz alusivo ao tema da aula “A Regra de ouro dos heróis da fraternidade”. Síntese da aula.	Quadro/ Marcador/ Caderno diário PPT (An. 46) Computador/ Projetor/ MA Folhas com a biografia de cada figura/ Folhas com linhas/ Caneta/ Caderno diário (An. 47) Placar/ Pionezes (An. 48) Caderno diário/ Caneta	5’ 15’ 25’ 2’ 3’	Pontualidade, assiduidade, atenção. Interesse, atenção e respostas às várias questões colocadas pelo docente. Atenção, empenho e interesse. Atenção. Atenção e participação.	Comportamento

Tabela 10 – Planificação da Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade, Lição nº 22 (Aula 8 de 10)

A oitava aula começou com o professor a acolher os alunos, seguindo-se a escrita do sumário no quadro e o convite a que os alunos o copiassem, enquanto o docente ligava o projetor e colocava o PPT pronto a ser utilizado.

Tendo mencionado a importância do perdão nas aulas passadas, nesta aula, quis-se falar e destacar a Regra de ouro presente no cristianismo e noutras religiões, através de figuras que não professaram a fé cristã. Esta regra consiste na procura do bem, inscrita no coração de cada ser humano. Assim, destacaram-se, através dos diálogos entre os personagens Maria e Miguel, valores como o amor, a solidariedade, a compaixão ou a justiça, na procura do bem por parte de cada indivíduo, reforçando a ideia de que esta deve ser uma realidade independentemente da raça, religião, cor de pele, orientação sexual ou ideologia política de qualquer pessoa.

A este respeito, vimos de modo particular a mensagem bíblica que o cristianismo nos apresenta, destacando-se o convite a fazer o bem, porque “o que queres que os outros vos façam, fazei-lho vós também” (cf. *Mt 7,12*). A abordagem concreta a este texto bíblico permitiu aos alunos a compreensão mais abrangente dos ensinamentos de Jesus e de como os mesmos devem pautar a nossa vida e as nossas relações tendo em vista a construção

da Fraternidade. A caridade e o amor foram os valores destacados como prementes nas relações humanas e que tanta falta nos fazem.

Alertou-se para esta importância de tratarmos os outros como nós gostamos de ser tratados. Aqui, os alunos foram os primeiros a dar exemplos dessas atitudes, algo que acabou por enriquecer bastante o momento, na medida em que, de forma livre e espontânea, cada um acabou por dizer aquilo que não devia fazer, porque não gostava que lhe fizessem o mesmo.

Partindo desta atitude construtora de Fraternidade, foram introduzidas e apresentadas genericamente quatro figuras que viveram esta dimensão da vida de uma forma plena. Apresentámo-los como heróis da Fraternidade. Foram eles: São João de Deus, Aristides de Sousa Mendes, o Papa Francisco e Malala. Um deles (São João de Deus) consta do manual do aluno. Optámos por ser esta a única figura a referenciar, e que consta no manual do aluno, porque procurámos um equilíbrio entre figuras do passado e do presente, ou, pelo menos, mais recentes. Neste caso, duas que já haviam morrido, e duas que ainda estavam vivas e que os alunos bem conheciam. Poderíamos ter optado por referir e trabalhar a vida da Santa Madre Teresa de Calcutá, porém, sendo ela bem mais conhecida que S. João de Deus e Aristides de Sousa Mendes, a nossa escolha recaiu sobre estas pessoas que colheram muita atenção dos alunos.

Depois de se fazer uma breve apresentação de cada herói, evidenciando o amor que colocaram em cada ação da sua vida, entregando-se totalmente aos outros, cada um a seu jeito, dividimos a turma em quatro grupos, atribuindo um herói da Fraternidade a cada. Distribuímos-lhes depois a biografia do respetivo herói da Fraternidade, e um conjunto de perguntas a que deviam responder com o intuito de prepararem a entrevista que se realizaria na aula seguinte. Assim, foi-lhes explicado que deveriam eleger dois elementos do grupo. Um para representar o herói que lhes coube em sorte e outro para ser o entrevistador desse mesmo herói. Facilmente o fizeram e começaram logo a responder às perguntas, preparando o guião da entrevista para a aula seguinte.

Os grupos foram feitos pelo docente, e houve dois alunos que inicialmente tiveram alguma resistência em aceitar essa decisão. Entendemos que pelas afinidades criadas quisessem trabalhar com os amigos, porém, a nossa escolha foi propositada, para os obrigar a sair do seu pequeno grupo, dando oportunidade a que outros colegas os conhecessem melhor e vice-versa, compreendendo assim os seus modos de trabalhar. Felizmente, passados dez minutos, estavam muito bem integrados, trabalhando alegremente, confirmando assim a nossa boa decisão.

Estes trabalhos foram muito úteis para avaliar a capacidade de diálogo, decisão e entendimento dos alunos e felizmente tudo isso foi muito bom, pois chegaram rapidamente a consensos na escolha dos dois elementos necessários para a realização da entrevista na aula da semana seguinte, e em grupo responderam muito bem às perguntas que lhes haviam sido colocadas.

Trabalharam sem barulho de maior, evidenciando bom comportamento, interesse e empenho no que lhes foi pedido, mostrando que são alunos que gostam muito de ter coisas práticas para fazer.

Concluídos os trabalhos de grupo, foi-lhes mostrado, explicado e afixado o cartaz que resume esta aula, onde constam os heróis da Fraternidade trabalhados por cada grupo. Foram-lhes depois pedidas hipóteses de síntese. Após uma boa e assertiva participação, chegou-se à síntese da aula – “a Regra de ouro ajudou os heróis da Fraternidade a construir um mundo mais fraterno”.

De acordo com o docente cooperante, aula teve boa dinâmica do início ao fim, começando com os diálogos entre a Maria e o Miguel, desembocando depois nos trabalhos de grupo. Os grupos organizaram-se bem entre si, mostraram-se interessados, e esta estratégia revelou-se uma boa maneira de os alunos compreenderem melhor cada personagem. Foi algo que os implica mais no trabalho, com esforço e envolvimento.



Figura 18 - evidência 18, da tabela 10 – Trabalhos de grupo para preparação das entrevistas aos heróis da Fraternidade

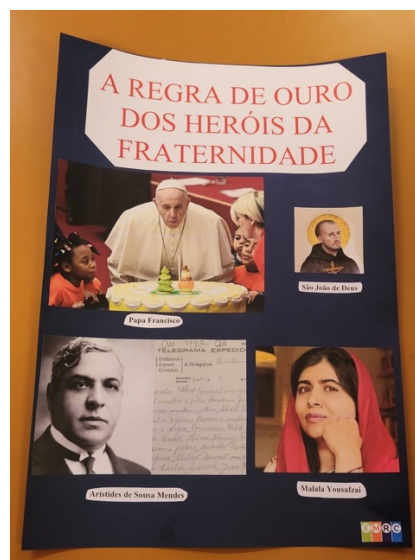


Figura 19 - evidência 19, da tabela 10 – Cartaz da aula

Para tudo isto foi necessário criar um mínimo ambiente para dar seriedade à ocasião. Assim, movimentámos a secretária utilizada habitualmente pelo docente, para o centro da sala, ficando diante do quadro branco onde surgiram as projeções. Colocou-se a cadeira do docente ao centro, o entrevistador ao seu lado esquerdo e o herói da Fraternidade do lado direito. Assim aconteceu por quatro vezes.

Como início das entrevistas, utilizámos um genérico de telejornal enquanto era feita a introdução daquilo a que todos assistiriam. Depois, para cada herói da Fraternidade, havia um fundo próprio que estava projetado atrás de dos intervenientes, simulando que o mesmo estaria em direto num canal de TV. Pretendeu-se dar o maior realismo possível à encenação.

No cômputo geral as entrevistas decorreram muito bem, com uma participação interessada dos intervenientes diretos e indiretos, pois o docente que fez de moderador entre entrevistador e entrevistado, foi fazendo pequenas sínteses daquilo que ia sendo dito para que fosse mais fácil a captação da mensagem essencial de cada herói da Fraternidade. Isto permitiu que a aula não se tornasse massuda, envolvendo constantemente toda a turma e não só os alunos escolhidos previamente.

Os alunos protagonistas, isto é, aqueles que foram entrevistadores e entrevistados, foram, quiçá, os que apresentaram maiores dificuldades na turma ao longo das várias aulas que tivemos. Não se tratou de nada planeado, mas de uma livre escolha de cada grupo. Se preocupou o docente quando soube que a aula seria assistida pela docente da PES, porque a fluência não iria ser a mesma, a naturalidade com que tudo se desenrolou foi muito agradável e tranquilizante, revelando-se extremamente importante terem sido aqueles protagonistas. Tratavam-se de alunos que noutras disciplinas nunca tinham qualquer destaque nem hipótese de mostrarem as qualidades que evidentemente também têm, servindo-lhes de estímulo e encorajamento a enfrentarem o público com uma representação assim.

O comportamento de todos os alunos foi muito bom, revelando bastante interesse e participação assertiva às perguntas colocadas pelo docente e que iam funcionando como pequenas súmulas do que anteriormente o herói da Fraternidade ia referindo. Assim, de forma um pouco mais dinâmica e participativa todos aprenderam um pouco mais sobre cada figura, tendo havido a preocupação da nossa parte em destacar os elementos essenciais da vida de cada um e a sua real importância na construção da Fraternidade.

Felizmente, cada entrevista durou dez minutos, permitindo que a aula acabasse na hora exata, fazendo-se a síntese com uma excelente colaboração dos alunos. A mesma foi

a seguinte: os heróis da fraternidade ensinam-nos com a sua vida a construir a fraternidade.

Na avaliação final, a docente da PES, Doutora Cristina Sá Carvalho, destacou o facto de a planificação estar muito bem feita, tendo a mesma funcionado perfeitamente, pois permitiu ressaltar o trabalho que os alunos já tinham feito na aula passada ao prepararem cada uma das entrevistas.

Disse ainda ter achado incrível que alguns alunos, com as suas dificuldades, tenham sido capazes de manter toda a turma atenta ao que se ia passando, destacando ainda o facto de cada entrevista ter durado praticamente o mesmo tempo, mostrando uma regularidade excelente. Referiu ainda que a roupa para a caracterização de cada personagem era indispensável e foi muito importante que tivesse existido, tal como foi excelente o facto de os alunos terem trabalhado em grupo na aula passada, fazendo agora esta partilha para toda a turma.

Na sua opinião, o fundo do telejornal também foi muito bem pensado, mesmo que a luminosidade da sala não fosse a melhor.

As informações de cada herói da Fraternidade foram bem escolhidas e resultaram muito bem, tal como as perguntas que o docente foi fazendo e que obtiveram respostas de grande qualidade. Foram perguntas/intervenções oportunas, claras e com o tempo ideal, não se sobrepondo à entrevista. A docente destacou ainda a forma como fizemos as perguntas, afirmando ser interessante a utilização de algum *nonsense* que resultou muito bem com os alunos.

Quanto a Aristides de Sousa Mendes, referiu ter sido uma coincidência interessante abordar agora a sua vida, pois com o tempo de guerra que vivíamos então, os alunos entendem ainda melhor o que são os refugiados, por exemplo.

A professora concluiu, dizendo que a turma esteve perfeitamente feliz com o docente estagiário, tendo sido tudo muito bem calibrado, sem perdas de tempo, resultando assim num excelente trabalho, com os objetivos a serem atingidos.



Figura 21 - evidência 21, da tabela 11 – Entrevista a Malala Yousafzai



Figura 20 - evidência 20, da tabela 11 – Entrevista ao Papa Francisco

5.º ano – Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade (Aula 10 de 10)


PLANO DE AULA							
5.ºAno	Unidade Letiva: Construir a Fraternidade	Aula nº 22	Lição nº 24	Data: 05/04/2022			
<p>Sumário: Revisões da UL 4 – Construir Fraternidade. Ficha de consolidação de conhecimentos. Símbolos da Páscoa e seus significados.</p> <p>Aprendizagens essenciais: Descrever o que é a fraternidade e o seu alcance social e religioso. Identificar fragilidades e ameaças à fraternidade. Reconhecer nas primeiras comunidades cristãs um modelo de fraternidade. Reconhecer a Regra de ouro do cristianismo de outras tradições religiosas. Promover o valor do perdão nas relações interpessoais. Comprometer-se na construção de um mundo fraterno que promove o bem comum e o cuidado do outro.</p>							
Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias de ensino/aprendizagem	Recursos		Avaliação Formativa	
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	<p>1. Reconhecer a igual dignidade de todo o ser humano.</p> <p>2. Valorizar a comum filiação divina.</p>	<p>O significado da palavra “fraternidade” e o seu alcance social e religioso. Somos todos irmãos: - Todos somos seres humanos; - Todos somos dotados de razão e consciência (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo II); - Todos somos habitantes da mesma casa: o Universo e a Terra são o nosso lar.</p> <p>Deus, como Pai, ama todas as pessoas: - Jo 13,14; - Mt 7,11; - Mt 5,43-48.</p>	<p>Acolhimento e redação do sumário.</p> <p>Revisões dos conteúdos sumariados.</p> <p>Ficha de consolidação de conhecimentos.</p> <p>PPT: “Símbolos da Páscoa e seus significados”.</p> <p>Síntese da aula.</p>	<p>Quadro/ Marcador/ Caderno diário</p> <p>Panfleto/ Caderno diário/ Cola (An. 51)</p> <p>Ficha/ Caneta (An. 52)</p> <p>Computador/ Projetor (An. 53)</p> <p>Caderno diário/ Caneta</p>	<p>5'</p> <p>10'</p> <p>20'</p> <p>10'</p> <p>5'</p>	<p>Pontualidade, assiduidade, atenção.</p> <p>Atenção, participação e interesse.</p> <p>Atenção e empenho.</p> <p>Atenção, interesse e respostas a perguntas colocadas pelo docente.</p> <p>Atenção e participação.</p>	
							Comportamento

Tabela 12 – Planificação da Unidade Letiva 4: Construir a Fraternidade, Lição nº 24 (Aula 10 de 10)

A décima e última aula da nossa UL de referência, começou com o habitual acolhimento aos alunos, tendo-se depois escrito o sumário no quadro para os alunos o passarem de seguida para os seus cadernos.

Nesta aula, fizemos uma revisão de toda a UL 4 que representou uma passagem clara por todos os conteúdos, metas, objetivos e aprendizagens essenciais que fomos trabalhando ao longo das dez aulas.

Distribuámos um panfleto aos alunos, que tal como no período anterior, dizendo respeito à UL 1 – Viver Juntos, serviu para realizarmos as revisões da UL 4 para fazerem depois a ficha de consolidação de conhecimentos. Um panfleto que colaram logo nos cadernos, por forma a terem sempre por perto quando necessário. Esta foi uma estratégia de continuidade em relação ao período anterior, pois na faixa etária destes alunos, é crucial a existência de algumas rotinas, e o panfleto acaba já por ser uma delas quando chega à altura das revisões para as fichas de consolidação de conhecimentos. Sendo-lhes familiar compararam-no com o do período transato comentando as diferenças gráficas do mesmo.

Depois das revisões foi-lhes dada a ficha de consolidação de conhecimentos que deveriam realizar em vinte minutos, tempo cumprido por todos, revelando que a extensão e a complexidade da ficha se adequavam aos conteúdos trabalhados e às características dos discentes.

Na parte final da aula, concretamente nos últimos quinze minutos, abordaram-se os símbolos da Páscoa e os seus significados, porque tendo em conta as características familiares, sociais e culturais dos alunos inscritos na disciplina de EMRC, se não fosse abordada a Páscoa e o seu sentido, eles não adquiririam esses conhecimentos noutra parte. Devido ao pouco tempo de aula para trabalhar estes conteúdos, optou-se por dar destaque ao cordeiro, ao peixe, ao círio pascal, ao pão e vinho, ao coelho e ao ovo. Estes dois últimos símbolos, sendo de cariz mais comercial, são importantes para ajudar os alunos a dirigirem a sua reflexão para aquilo que é a Páscoa cristã, pois se o coelho significa a fertilidade e o ovo a vida nova que começa, o tempo da Páscoa também é um tempo fértil para os que acreditam em Cristo. Após a vivência da Quaresma, espera-se um tempo fértil na vida de cada um, com as mudanças que surgirão e com o (re)começo da vida que se entronca na Ressurreição de Cristo. Refira-se ainda que a urgência em falar da Páscoa nesta aula, deveu-se ao facto de ser a última antes da pausa letiva pascal.

No final, perguntando aos alunos o que tinham aprendido na aula por forma a elaborarmos uma síntese, após vários e bons contributos, chegou-se à síntese: Jesus entregou a vida por nós, sendo este o maior gesto de Fraternidade do mundo.

Destacou-se o excelente comportamento dos alunos que permitiu cumprir toda a planificação da aula, algo que aconteceu sempre, felizmente.

De acordo com o docente cooperante, a estratégia do folheto foi ótima para a realização das revisões e sendo também muito bom a continuidade com o período passado. Finalmente, referiu ainda que a forma de trabalhar os símbolos também foi importante e correu bem apesar de não haver muito tempo de aula para essa parte, tendo os alunos apreendido o essencial do que o professor estagiário quis transmitir.

1.4 – Reflexão acerca da prática docente

O exercício da profissão docente é complexo e exige do professor um constante exercício de criatividade, aplicação, avaliação e melhoria. Este modo de entender o ‘ser professor’ permite ao docente ser um constante insatisfeito com as suas práticas e isso motivará o estudo, a pesquisa e a autocrítica. Neste sentido, e numa etapa formativa inicial, a PES é vital para o crescimento desta consciência da necessidade de constante

readequação da prática pedagógica e dos materiais a utilizar, adaptando ao público alvo os diferentes conteúdos e conhecimentos que estão à disposição dos discentes como garantia da apropriação da realidade por estes. Assim, a PES reveste-se de grande importância na vida dos futuros docentes, pois ajuda-os a possuir uma maior consciência reflexiva acerca da educação, munindo-os de um olhar crítico assertivo, sobre o que foi desenvolvido com o grupo de alunos que lhes foram confiados, não ignorando as vivências de cada aluno, para que o processo ensino-aprendizagem, seja o mais eficaz possível.

A escola enquanto lugar agregador de várias mundividências, deve garantir a todos o fornecimento de chaves de leitura para um mundo complexo, permitindo o debate de ideias, sendo uma espécie de bússola que permita navegar nele, contribuindo para um desenvolvimento humano mais harmonioso das sociedades. Quanto à missão da escola, a mesma:

deve revalorizar as dimensões ética e cultural da educação e (...) fornecer os recursos para que cada um venha a compreender o outro na sua especificidade (...) começando pela compreensão de si mesmo numa espécie de viagem interior, premiada pela aquisição de conhecimentos, pela meditação e pelo exercício da autocrítica²⁵³.

A escola deve então ser vista como um espaço eclético, onde podemos encontrar alunos de vários estratos sociais e de inúmeras culturas – como foi o nosso caso durante a PES -, fazendo com que, devido à sua individualidade, possuam também objetivos de vida díspares, pelo que, a missão do docente deve ter em conta todos estes fatores que influenciam a partilha e a receção dos conhecimentos, bem como a aquisição das aprendizagens essenciais das várias disciplinas, neste caso, da disciplina de EMRC.

A educação é tarefa primordial de qualquer sociedade, pelo que, dela depende o desenvolvimento integral de todos os seres humanos e, conseqüentemente, o progresso das suas vidas. Estando a sociedade e a escola, carentes de valores hierarquizados, que balizem e pautem a vida, nota-se que há também falta da busca de transcendência e de religiosidade, reduzindo a vida ao que de mais imediato tem e fazendo com que a mesma se torne efêmera e sem sentido. Deste modo, a EMRC assume uma posição charneira devido ao trabalho que desenvolve, pois reconhece-se como ponto de encontro que ajuda

²⁵³ Jacques Delors, et al., *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*, 10, acedido a 25 de março de 2024, http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf.

a esclarecer e a amadurecer as interrogações mais profundas que habitam os alunos. Se a dimensão religiosa integra a própria pessoa humana, tal significa que não existirá educação integral se essa dimensão for olvidada. Tão pouco se conseguirá ter uma percepção correta das realidades sociais, sem o conhecimento do fenómeno religioso e das suas expressões e influências culturais²⁵⁴.

«A EMRC tem em vista a formação global do aluno, que permita o reconhecimento da sua identidade e, progressivamente, a construção do projeto pessoal de vida»²⁵⁵. Assim, esta é uma disciplina que tem como missão principal o desenvolvimento integral e harmonioso de cada aluno, no que diz respeito às dimensões corporal e espiritual, de abertura ao Transcendente, ao mundo e aos outros, fazendo de cada aluno um ser humano mais preparado para ajudar na construção de um mundo melhor, a tão desejada ‘Civilização do Amor’, muito querida aos Papas da segunda metade do século XX em diante²⁵⁶.

O docente de EMRC, não sendo superior a nenhum dos seus pares, distingue-se dos mesmos pela forma como é chamado a ler a realidade, partindo da dimensão religiosa cristã para interpretar a realidade e apresentá-la plena de sentido aos alunos. Para tal, o professor de EMRC deve ser alguém dotado de fé, alegria e esperança, para que, sabendo ser um com os outros, busque constantemente a construção da Fraternidade²⁵⁷. Esta foi a nossa postura durante a PES, procurando uma adequação constante aos alunos, ao pessoal docente e não docente, para que, em nós, pudessem ver um desejo claro de alguém que, trabalhando na escola a dimensão religiosa, queria e quer ser construtor de Fraternidade entre todos.

Qualquer docente, mais ainda o de EMRC, deve ter em conta que a educação e todo o processo de ensino-aprendizagem, não podem ser estranhos às questões de natureza ideológica, filosófica, política e religiosa, pelo que, ao desejarmos que a escola seja local de inclusão por excelência, ela deve orientar-se sempre para a liberdade, sendo pautada por relações fraternas entre docentes, que estimulem também os alunos a assim

²⁵⁴ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, «Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a valorização da personalidade», acedido a 11 de abril de 2024, <https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/educacao-moral-e-religiosa-catolica-um-valioso-contributo-para-a-formacao-da-personalidade/>.

²⁵⁵ Conferência Episcopal Portuguesa, «Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a valorização da personalidade».

²⁵⁶ Conferência Episcopal Portuguesa, «Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a valorização da personalidade».

²⁵⁷ Cf. Fernando Moita. «A missão do professor de EMRC no contexto da escola actual», *Pastoral Catequética*, 26 (2013): 63-69.

viverem. Esta foi outra das nossas preocupações ao longo da PES, que se materializou nas várias visitas de estudo, bem como nas atividades realizadas na própria escola, com grande destaque para a ‘Semana da Gentileza’, que envolveu os docentes das várias disciplinas, bem como todos os alunos, na construção de materiais e projetos que animaram a escola ao longo de uma semana, fazendo com que os laços da Fraternidade fossem realmente vividos entre todos.

No que concerne à educação integral que temos vindo a referir, ela é absolutamente essencial para a promoção do desenvolvimento das pessoas, alicerçada na justiça, na paz e na Fraternidade, para que a sociedade da qual os alunos fazem parte, possa refletir a vivência destes valores. Assim, educar é pôr-se a caminho, conduzindo os alunos pelo caminho do bem e da verdade, não esquecendo de lhes apresentar valores e referências, pois uma das lacunas da educação nos nossos dias é a ausência de referências sólidas que permitam cada aluno discernir corretamente entre o bem e o mal. Ora, o trabalho feito na disciplina de EMRC, apresenta Jesus Cristo como guia e modelo de seguimento²⁵⁸.

Na matriz cristã, a educação encontra uma ligação com a realidade e um enraizamento concreto na história humana. Não é proposta de teorias ou doutrinas, mas de exemplos de pessoas concretas e de acontecimentos históricos, de uma memória rica de séculos que nos ajuda a estar atentos aos sinais dos tempos, a interpretar o presente e construir um futuro melhor²⁵⁹.

A educação cristã tem esta vocação comunitária por excelência pelo que, o docente de EMRC é constantemente impelido a cultivá-la no seu quotidiano, junto da comunidade educativa, fazendo da disciplina um ‘átrio dos gentios’ onde todos podem tomar parte, sentindo-se acolhidos, amados e compreendidos²⁶⁰. Para que isto se concretizasse, ao longo da nossa PES, consideramos ter efetuado uma boa análise do programa da disciplina, aplicando com sucesso as metas curriculares, os objetivos programáticos bem como as aprendizagens essenciais, sendo isto crucial, para uma planificação adequada aos alunos que nos foram confiados. Para tal, contribuiu em larga

²⁵⁸ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, «Educar – Propor o caminho para uma vida plena», acedido a 12 de abril de 2024, https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/wp-content/uploads/CEECDP_NotaPastoralSemanaEducacao.pdf.

²⁵⁹ Conferência Episcopal Portuguesa, «Educar – Propor o caminho para uma vida plena».

²⁶⁰ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, «Educar – Propor o caminho para uma vida plena».

escala, a caracterização inicial dos alunos e da escola que nos deu dados fidedignos das pessoas e do meio aonde nos estávamos a inserir para trabalhar.

Um professor conhecedor do programa da disciplina, das suas metas curriculares, domínios e aprendizagens essenciais, será um docente que planifica mais e melhor, possuindo também maior flexibilidade para se adaptar aos alunos que tem diante de si. Na nossa PES fomos sentindo isto com muita clareza e agrado, concluindo rapidamente que, quanto melhor uma aula era preparada, maior era também a nossa capacidade de nos adaptarmos a algum imprevisto que pudesse surgir, e foram vários. Na sequência da planificação, queremos mencionar a importância da motivação dos alunos, algo que fomos fazendo com recurso a metodologias diversas e adequadas à sua faixa etária. Sabemos que um aluno motivado trabalha melhor e apreende mais facilmente as aprendizagens essenciais da disciplina e esse é um grande desafio quando, hodiernamente, os alunos têm inúmeros estímulos que facilmente se tornam mais interessantes do que o contexto de sala de aula. É evidente que existem tarefas que concorrem para uma maior atenção dos alunos, sendo que, também há alunos mais persistentes na realização das mesmas do que outros. Todavia, o ambiente em que decorre o processo de ensino-aprendizagem é essencial para a obtenção de sucesso, pois se houver respeito mútuo e cuidado sincero para com todos, onde cada qual se sente especial e único, os alunos sentir-se-ão mais motivados a estar em sala de aula e, sobretudo, para trabalharem afincadamente²⁶¹. Para que isto fosse possível, pautámo-nos sempre por uma relação muito cordial com todos os alunos, tendo sempre uma atitude de vigilância e atenção às suas necessidades escolares e não só. A atenção muitas vezes dada aos problemas familiares que traziam para a escola, porque tinham necessidade de conversar com um adulto que não pertencesse ao seu núcleo familiar, foi também um fator decisivo para a relação próxima que se foi criando, na medida em que no professor encontraram também um confidente.

Todas as planificações de aula, onde constavam as atividades e tarefas direcionadas aos alunos, foram posteriormente avaliadas e escrutinadas por nós, pelo nosso par pedagógico e pelo docente cooperante, fazendo da PES, um tempo de aprendizagem contínua e conjunta que muito nos enriqueceu, e que se caracterizou por uma relação tridirecional: com os alunos, com o par pedagógico e com o docente cooperante. Destacamos ainda a relação com a restante comunidade escolar que se pautou

²⁶¹ Cf. Arends, *Aprender a ensinar*, 116.

por um acolhimento saudável e contínuo, existindo mútua estima entre o pessoal docente e não docente. Este ambiente permitiu que usássemos a nossa criatividade em favor dos nossos alunos, utilizando muitas vezes espaços exteriores à sala de aula, sem que tenha existido qualquer oposição ou entrave por parte da coordenação da escola ou do docente cooperante. Esta liberdade foi também muito formativa.

Por outro lado, tendo consciência das nossas limitações e dificuldades, questionámo-nos permanentemente sobre aquilo que podia ter sido feito e/ou sobre o que poderia ter sido realizado de outro modo, tendo sempre em vista o bem e as aprendizagens dos alunos. Se anteriormente referimos a planificação como uma dimensão essencial da vida do docente, o ato de nos questionarmos é igualmente importante, pois é a partir da pergunta, que avançamos para novas metodologias ativas que integrem cada vez mais os alunos, a fim de que a relação docente-aluno seja cada vez mais profícua, pois o processo educativo não se resume à transmissão de conteúdos; deve ter em conta a individualidade de cada aluno, as suas alegrias e tristezas, as suas conquistas e derrotas, pois o conhecimento dos mesmos, permitirá uma intervenção pedagógica mais assertiva.

Segundo Pavel Zgaga, os professores devem estar prontos a agir como profissionais reflexivos, capazes de analisar o seu próprio trabalho profissional de forma a melhorar as suas estratégias e práticas de ensino, bem como desenvolver a responsabilidade para produzir novos conhecimentos acerca da educação e da formação²⁶².

A reflexão sobre a prática letiva que fomos explanando, pressupõe então a análise e discussão com os pares das situações pedagógico-didáticas vivenciadas, de forma a alterar práticas letivas, levando assim o professor a sair de uma prática didática desadequada²⁶³. Ao longo da PES, refletimos com os restantes docentes estagiários o desenvolvimento da nossa prática letiva. Além disso, houve ainda oportunidade para

²⁶² Cf. Pavel Zgaga, «Um novo leque de competências para enfrentar os novos desafios do ensino», *Conferência Desenvolvimento Profissional de Professores para a Qualidade e para a Equidade da Aprendizagem ao longo da Vida*, (2008): 32, https://crispasuper.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/06/erc3aancia-e28098desenvolvimento-profissional-de-professores-para-a-qualidade-e-para-a-equidade-da-aprendizagem-ao-longo-da-vida_3.pdf.

²⁶³ Cf. Maria do Céu Roldão, «Formação de professores baseada na investigação e prática reflexiva», *Conferência Desenvolvimento Profissional de Professores para a Qualidade e para a Equidade da Aprendizagem ao longo da Vida*, (2008): 44, https://crispasuper.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/06/erc3aancia-e28098desenvolvimento-profissional-de-professores-para-a-qualidade-e-para-a-equidade-da-aprendizagem-ao-longo-da-vida_3.pdf.

refletirmos com o professor cooperante e sobretudo com a Orientadora Científica da PES, Doutora Cristina Sá Carvalho.

No que concerne à avaliação, no decorrer do ano letivo o docente privilegiou uma avaliação formativa contínua e sistemática, permitindo ao aluno, professor e encarregado de educação obter informação sobre o desenvolvimento e assimilação das aprendizagens. Esta mesma avaliação permitiu ainda ajustar o processo ensino-aprendizagem às necessidades dos alunos da turma, que como referimos são de geografias e culturas bastante distintas.

Ao longo de toda a PES o docente procurou manter uma relação cordial, próxima e personalizada com todos os alunos, com o professor cooperante, com os outros professores da escola e com os assistentes operacionais, tão importantes para o bom desempenho das funções docentes. Todo o processo ensino-aprendizagem centrou-se no aluno, nas suas necessidades e potencialidades com vista a extrair de cada um deles o melhor. Face às dificuldades que naturalmente foram surgindo no decorrer da PES, procuraram-se estratégias para as superar, algo que aconteceu com relativa facilidade, porque o facto de termos todas as aulas devidamente planificadas, ajudou-nos a solucionar os pequenos imprevistos que aconteceram durante a lecionação.

O professor usou sempre linguagem rigorosa, clara e específica e procurou ser expressivo, utilizando um tom de voz adequado, seja na lecionação, seja na repreensão de qualquer comportamento inadequado e perturbador do normal funcionamento do processo ensino-aprendizagem em contexto de sala de aula. O docente conseguiu ainda gerir o tempo e espaço disponíveis para o desenvolvimento do seu trabalho, tendo um bom controlo sobre a turma e os seus comportamentos, bem como do espaço físico de sala de aula. Durante as aulas os alunos demonstraram um comportamento muito satisfatório, com participações muito oportunas e proveitosas para todo o processo de ensino-aprendizagem. Os alunos foram a nossa principal preocupação, tendo-se trabalhado em seu favor, a fim de que pudessem ser sempre as figuras principais de toda a ação letiva da PES.

Sendo a planificação a base da missão do professor curricularizado e sendo este um produtor de reflexão que se quer cada vez mais qualificada, há a necessidade de planificar com afincado cada aula para que nada seja feito ao acaso, tendo sempre presente uma base sólida na transmissão de conhecimentos.

Assim, a planificação das nossas aulas assentou num processo reflexivo e ponderado, onde se equacionavam as metas e os conteúdos a trabalhar para que as

aprendizagens essenciais fossem integralmente desenvolvidas e assimiladas por cada um dos discentes.

No que concerne à produção de materiais pedagógicos, estes, foram elaborados tentando corresponder ao currículo a desenvolver, com a preocupação de serem adequados à transmissão dos conteúdos e com um objetivo muito claro: que se desenvolvessem todas as aprendizagens essenciais por forma a contribuírem para uma formação cada vez mais integral do aluno. Os materiais por nós utilizados procuraram ir ao encontro do contexto em que cada aluno se encontrava, havendo a preocupação de fundo transversal a todas as aulas: que qualquer aluno, independentemente do nível em que se encontrasse, pudesse adquirir as aprendizagens na sua plenitude.

Ao longo de todo o ano, sentimos os alunos motivados, interessados, bem-comportados e curiosos em saber cada vez mais, tendo isto facilitado o trabalho do docente que pôde ir preparando cada aula com maior exigência, rigor e cuidado, sabendo que as estratégias, mesmo as mais inovadoras e arrojadas, teriam sucesso com estes alunos.

Quanto às necessidades da escola, sentimos que os conteúdos programáticos bem como o desenvolvimento de todas as aprendizagens essenciais, contribuíram para a formação de alunos cada vez mais despertos para a importância daquilo que é viver em comunidade, compreendendo que cada um aporta a essa comunidade sonhos, esperanças, alegrias e desejos. Certamente ajudarão a construir um ambiente escolar cada vez mais tolerante, onde, ao jeito de Jesus, que viveu acolhendo todas as pessoas, também os alunos serão acolhedores e fraternos, numa escola onde a multiculturalidade é uma das principais características. Esta multiculturalidade deve ser vista como fator de riqueza e os alunos que frequentaram a disciplina de EMRC estavam sensibilizados para isso. Por outro lado, a temática da Fraternidade tão fortemente abordada, reforçou tudo isso e fez com que os alunos compreendessem a importância de criar laços que respeitem a ligação entre os seres humanos, porque há uma humanidade que é comum a todos e um Pai que é também Pai de todos, logo, faz dos seres humanos irmãos uns dos outros.

Num contexto de aprendizagens mais práticas, a PES ajudou-nos também a compreender e a desenvolver relações de maior proximidade com as instâncias que coordenam a escola, os professores, os assistentes operacionais e os alunos, de modo particular. Foi um tempo de enormes aprendizagens e desafios que nos ajudaram a crescer enquanto docente e pessoa, aprofundando os nossos conhecimentos, sejam eles de carácter pedagógico geral ou específico, bem como o nosso conhecimento científico e a

importância de sabermos fundamentar tudo o que é necessário fazermos na escola, como por exemplo, as várias atividades ou visitas de estudo, que devem ser fundamentadas nos princípios da disciplina e sobretudo nos conteúdos e aprendizagens essenciais da mesma, por forma a que aquilo que é feito além das aulas seja sempre uma oportunidade realmente formativa para cada aluno.

Em todo este processo, é essencial realçar a importância de termos trabalhado em íntima comunhão com o GAAF (Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família), mormente a Dra. Ana Lageira, essencial no apoio de todas as atividades, propostas e visitas de estudo realizadas no âmbito da EMRC. Tendo um conhecimento profundo e personalizado de cada aluno da escola, ajudou-nos a entender as principais carências (afetivas, monetárias, sociais, entre outras) de cada um, por forma a que conseguíssemos ir ao encontro de cada aluno com a maior qualidade e humanidade possível. Revelou-se uma aliada essencial e mostrou-nos a importância do trabalho em equipa também dentro da escola, não só entre professores, mas entre os vários profissionais que a habitam e nela trabalham. As visitas de estudo realizadas com as turmas de estágio - nossa e da colega estagiária - a Fátima e ao Parque das Nações/Pavilhão do Conhecimento, foram experiências essenciais para os alunos e professores, e foram dois dos exemplos onde a estreita colaboração laboral com o GAAF se mostrou importantíssima, desde a preparação das mesmas ao seu acompanhamento.

As aulas e atividades propostas pela docente da PES foram também importantes para aquilo que se pretende de um professor de EMRC que quer estar verdadeiramente enquadrado nas escolas portuguesas do século XXI. Foram um importante espaço de partilha e debate entre várias opiniões e sensibilidades, e sentimos ter crescido no conhecimento das leis e daquilo que são os saberes que fundamentam a prática docente no nosso país. As aulas da PES foram também um importante espaço de partilha das nossas dúvidas, anseios, preocupações, alegrias e esperanças e fomos vendo como essa partilha nos enriqueceu a todos. A dimensão da avaliação também foi contemplada, pelo que, tendo todos os trabalhos pedidos pela docente sido de cabal importância, destaca-se a participação no projeto internacional *Uniservitate*, pois foi algo que a todos trouxe entusiasmo. Isto porque, cada aluno pôde participar a partir do trabalho e reflexão que desenvolveu no seu núcleo de estágio.

Procurámos otimizar os conhecimentos relativos à UL 4 – Construir a Fraternidade, evidenciando-se o facto de todos os seres humanos serem irmãos porque partilham a mesma humanidade (as origens comuns) e o mesmo Pai que é Deus. Há assim

elementos de ligação que nos irmanam a todos e que foram destacados e compreendidos por todos os alunos. Teve-se sempre como pano de fundo o objetivo claro de cada aluno colocar em prática a vivência da Fraternidade no seu cotidiano, pelo que foram lançados vários desafios e apresentados modelos de Fraternidade, desde os primeiros cristãos, aos modelos (heróis) da Fraternidade mais atuais, como ficou explícito na referência à segunda aula assistida pela docente da PES, onde os alunos encarnaram e simularam entrevistas a algumas dessas grandes figuras.

A PES foi ainda um tempo oportuno para desenvolver e enriquecer capacidades pedagógicas, nomeadamente a integração na planificação de uma avaliação formativa e sistemática, com utilização de estratégias de ensino diversificadas e atrativas, a elaboração de recursos pedagógicos originais de elevado interesse para os alunos e a utilização das TIC em contexto de sala de aula, dentro do que foi possível, isto é, de acordo com o material que a escola tinha ao seu dispor.

Integrada na reflexão sobre a prática é de realçar a excelente oportunidade que foi a confrontação da nossa prática letiva com as opiniões dos nossos pares, sobretudo o par de estágio, bem como com o docente cooperante e com a orientadora científica da PES, que após as aulas assistidas fez uma avaliação longa, calma e pormenorizada, permitindo realçar o que de bom foi feito e o que podia ser melhor.

A nossa PES revestiu-se assim de um tempo essencial para a nossa docência. Com ela, aprendemos e experimentámos a importância de planificar, de questionar, de acolher e de desenvolver trabalho colaborativo, algo extremamente positivo, que funcionou muito bem com o nosso par pedagógico, pois organizámos atividades conjuntas e partilhámos ideias e planificações para as nossas aulas, submetendo-nos assim ao juízo crítico um do outro, algo crucial na nossa missão educativa que se quer humanista e fraterna.

CAPÍTULO 3 – PROPOSTA DE UMA OFICINA DE FORMAÇÃO PARA DOCENTES

O nosso trabalho culmina com uma reflexão sobre a importância da Fraternidade como força capaz de transformar as relações humanas, pautadas pelo cuidado de todos e de cada um. Aqui referiremos a necessidade de cuidar dos outros, justificando essa mesma necessidade. Falaremos do cuidado como uma entrega total, culminando numa reflexão sobre a qualidade do cuidado que cada qual exerce e/ou é impelido a exercer, fazendo-o muitas vezes, através de palavras, gestos e até de silêncios. A imagem da Igreja como “hospital de campanha”, tão cara ao Papa Francisco, ajudar-nos-á também nesta reflexão, bem como a sua encíclica sobre a Fraternidade e a Amizade Social, *Fratelli Tutti*, muito mencionada ao longo deste relatório, pois, a partir da mesma, refletiremos sobre a importância da educação para a Fraternidade.

Esta reflexão pretende ser a base para a construção de uma oficina de formação para docentes do Colégio Pedro Arrupe, em Lisboa. Uma oficina formativa transversal a todos os docentes, onde se possa refletir sobre a importância da Fraternidade para transformar relações laborais – entre docentes – e a relação dos professores com os alunos. Destacar-se-á o grande contributo da Teologia e compreender-se-á a centralidade que a disciplina de EMRC tem na escola, pelo facto de trabalhar diretamente a Fraternidade nos seus conteúdos, tendo-a presente também nas Aprendizagens Essenciais. Assim, far-se-á um breve enquadramento da formação docente a partir do decreto-lei que regula a formação docente e terminar-se-á com a planificação e apresentação da oficina de formação acerca da Fraternidade, dirigida a todos os docentes dos vários ciclos de ensino, tendo como principal intenção a de favorecer a educação dos alunos, a relação destes com os professores e entre os próprios docentes.

1 – Transformar as relações humanas a partir da Fraternidade

As relações humanas são complexas e, por vezes, tensas. A própria complexidade de cada ser humano, dotado de uma individualidade única, leva a que, muitas vezes, seja necessário parar e compreender a melhor forma de nos relacionarmos uns com os outros. É partir desta perspetiva que falaremos na importância de cuidar. Falar de Fraternidade na perspetiva cristã é também falar de cuidado. Cuidado comigo e com o outro, cuidado com o mundo e cuidado da relação de cada qual com o Transcendente.

Cada indivíduo é dotado da capacidade de amar e é, de certo modo, carente de amor. Necessita de amar e de ser amado, daí que o convite de Jesus a amar o próximo

ganhe ainda mais relevo. O próximo que não deve ser somente encontrado entre familiares e amigos, pois cada ser humano só é capaz de se compreender na multiplicidade de relações que estabelece. Para tal, é preciso alargar horizontes e quebrar barreiras nas relações com o outro. Estas, serem saudáveis porque permitem que cada pessoa se abra à novidade do outro sendo também por ele enriquecido, nesta atitude que revela um coração disponível para ser completado. Postura contrária denota egoísmo e inviabiliza um conhecimento verdadeiro de si próprio, de acordo com o Papa Francisco²⁶⁴.

A existência humana deve ser marcada por este amor livre, desinteressado e respeitador, ou seja, incondicional, para que seja possível a vivência da amizade social tão evocada também por Francisco, aquela que vai para lá de toda e qualquer fronteira²⁶⁵. A partir daqui, podemos falar então da amizade social, de um amor incondicional e gratuito que gera uma atitude de cuidado para com o outro, num mundo que tem tantas feridas abertas a necessitar de cura. Esta cura é possível através da cultura do encontro, também ela tão exaltada por Sua Santidade. Uma cultura que pode ganhar forma através da procura de pontes que possibilitem uma comunhão cada vez mais alargada, em que a diversidade não impede a unidade²⁶⁶.

É preciso olhar o outro com afeto, porque é assim que cada qual se torna irmão de outrem, sendo possível falar numa Fraternidade universal, porque não somos biologicamente irmãos de toda a gente, mas podemos tornar irmãos uns dos outros. É preciso convertermo-nos em irmão e irmã do nosso próximo, pois a conversão admite que a pessoa não está fixa, pode mudar, e essa mudança está ao alcance de todos, embora nem todos a queiram realizar. Aliada à noção de conversão, falamos também de adoção, porque, só partindo destes dois pressupostos podemos falar de Fraternidade, caso contrário, caímos nas banalidades daquilo que já está dado como adquirido.

Olhando para o mundo, vemos inúmeras oportunidades perdidas para que encontros dialogantes aconteçam e frutifiquem. Isto leva a que pessoas de diferentes opiniões, credos ou ideologias políticas se fechem cada vez mais nas tribos do seu sectarismo, impedindo a comunhão que advém da Fraternidade²⁶⁷. É urgente repensar as relações sociais para que a cultura da indiferença e do ostracismo, dê lugar à cultura do encontro e da inclusão. Realça-se então a necessidade da vivência da solidariedade social,

²⁶⁴ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 89.

²⁶⁵ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 99.

²⁶⁶ Cf. Andreas Lind, «O magistério do Papa Francisco em tempos de guerra», *Cadernos Teologia Pública* XIX, 167 (2023): 10.

²⁶⁷ Cf. Andreas Lind, «O magistério do Papa Francisco em tempos de guerra», 12.

convidando as pessoas e as sociedades em geral a trabalharem na construção de uma comunidade da qual todos se sintam parte importante. O Papa Francisco, como já referimos, reconhece há muito a premência de se estabelecerem laços de Fraternidade e amizade social que possam ir além de qualquer fronteira física, humana ou espiritual e que inclua todos por igual²⁶⁸, enfatizando o facto de a solidariedade, a justiça e o amor serem cruciais para este desejo. Por outro lado, há na FT uma profunda crítica ao neoliberalismo e ao quão nefasto é para as relações sociais e de solidariedade, porque as sociedades ditas abertas têm a obrigação moral de integrar todas as pessoas, convidando-as à vivência de uma vizinhança saudável, isto é, de relações fraternas, que devem acontecer também por meio do diálogo inter-religioso, essencial para a paz, pois esta é uma obrigação moral de todos. Só a partir do diálogo pode haver entendimento que ajude a superar obstáculos criados pelas múltiplas diferenças, fomentando-se a Fraternidade e a amizade social entre todos²⁶⁹.

A oração ganha aqui também um papel preponderante, na medida em que, através dela temos a possibilidade de nos deixarmos tocar pelas provocações evangélicas que convidam cada ser humano a desinstalar-se e a trilhar caminho rumo à Fraternidade universal, com o intuito de estabelecer uma íntima comunhão e relação com todas as criaturas²⁷⁰. Portanto, a Fraternidade tem de ser um projeto em constante construção e evolução para ser capaz de transformar profundamente as relações entre os seres humanos e destes com a própria Terra.

A encíclica *Fratelli Tutti* é um excelente guia para esta transformação que queremos propor e que seguiremos de perto ao longo deste capítulo. Trata-se de um documento fundamental para entendermos e promovermos um desejo global pela Fraternidade universal e pela amizade social.

1.1 – Porque devemos cuidar dos outros?

De acordo com o Papa Francisco, o diálogo e a comunhão constituem aspetos primordiais para que os seres humanos em situação frágil consigam resistir às forças de fragmentação que constantemente os intimidam. Daí que, a Igreja vista como um

²⁶⁸ Cf. Isabella Piro, «*Fratelli Tutti*: short summary of Pope Francis' Social Encyclical», acedido a 15 de agosto de 2024, <https://www.vaticannews.va/en/pope/news/2020-10/fratelli-tutti-pope-fraternity-social-friendship-short-summary.html>.

²⁶⁹ Cf. Roberto Catalano, «Pope Francis' Culture of Dialogue as Pathway to Interfaith Encounter: A Special Focus on Islam», acedido a 15 de agosto de 2024, <https://www.mdpi.com/2077-1444/13/4/279>.

²⁷⁰ Cf. Andreas Lind, «O magistério do Papa Francisco em tempos de guerra», 35.

“hospital de campanha”, metáfora querida por Sua Santidade, não é constituída pelos puros ou pelos indivíduos que eventualmente se julguem superiores, sem qualquer mácula. Há lugar para todos, sem exceção, pessoas finitas e incompletas, poderem contribuir para a construção deste caminho de Fraternidade que passa por cuidar das feridas de cada pessoa. Isto, porque enquanto criaturas, somos todos filhos de um Pai comum, em que a nossa relação vertical com Ele estabelece a horizontalidade do padrão de relações que somos convocados a viver²⁷¹. É esta relação com o Transcendente que nos irmana uns aos outros e que traz consigo a obrigação moral de um cuidado mútuo, ao jeito do cuidado de Deus pela humanidade.

Como já foi referido, o ser humano é carente de cuidado, de amor e de compaixão, necessitando que o outro se faça próximo, para que cada qual o olhe lentamente, pois o seu rosto, a sua história, as suas angústias e anseios falam em si e por si, e pedem-nos urgência na ação de se estabelecer uma relação de cuidado, na medida em que cada rosto nos lança uma provocação que aguarda uma solução ou, pelo menos, uma resposta. E isto traz responsabilidades, porque cada um tem o dever de se comprometer com o outro, com aquele que se faz próximo e com aquele de quem cada qual se aproxima.²⁷² Para cuidar de alguém é necessário um compromisso sério na reinvenção das relações que permitam que as diferenças surjam e se integrem, fazendo surgir um espaço para «uma experiência mais global e integradora da nossa própria humanidade, uma maneira mais cuidada de ser pessoa»²⁷³.

Para falar de cuidado é necessário falar de igualdade e liberdade vinculadas à Fraternidade. De igualdade, porque o bem que as sociedades procuram, reside em vivências pautadas pela justiça, de acordo com as leis e respeitando a igualdade dos indivíduos, daí que a ética do cuidado auxilie a ética da justiça porque a humaniza e torna fecunda, pois ao invés de prevalecer somente a racionalidade e a igualdade, a ética do cuidado coloca em primeiro plano a relação entre as pessoas, dando lugar à compaixão²⁷⁴. Por outro lado, é necessário falar da Fraternidade e da igualdade, porque a igualdade não é somente resultado das situações em que as liberdades individuais e coletivas são respeitadas. A Fraternidade aporta coisas importantes à liberdade e à igualdade, pois

²⁷¹ Cf. Andreas Lind, «O magistério do Papa Francisco em tempos de guerra», 16-17; 33.

²⁷² Cf. Leonardo Boff, *Saber cuidar. Ética do humano, compaixão pela terra* (Petrópolis: Vozes, 2003), 139.

²⁷³ Antonino de Sousa, *O Cuidar como Relação de Ajuda. Por uma ética teológica do cuidar* (Lisboa: Editorial Cáritas, 2016), 87.

²⁷⁴ Cf. Jerónimo Trigo, «Ética do cuidar e do cuidado», *Vida Consagrada* 384 (2014): 412.

quando não existe uma educação fundante para a Fraternidade, ou seja, capaz de transformar as relações humanas, porque também vivida de forma consciente, a liberdade vai-se atenuando, gerando-se um sentimento de total autonomia que incita o ser humano a sentir-se pertença de qualquer coisa, para simplesmente desfrutar da existência. Ora, isto não revela o potencial e a riqueza da liberdade que se quer orientada para o amor, logo, para a Fraternidade²⁷⁵.

Todavia, a igualdade entre os seres humanos não é passível de se alcançar de forma abstrata, através de qualquer *slogan* que defenda essa condição, mas necessita de uma educação séria e objetiva, onde os educadores ocupam uma missão primordial na arte de educar para a Fraternidade e, conseqüentemente, para a igualdade e liberdade, pois «aqueles que são capazes apenas de ser sócios criam mundos fechados»²⁷⁶. Se a relação com o outro é baseada num interesse comum, económico ou não, as pessoas em causa nunca abrirão verdadeiramente o coração à vivência fraterna, porque são incapazes de olhar além daquilo que são as suas necessidades e cuidados. Desta forma, o outro torna-se assessorio e descartável, sendo premente combater o individualismo que «não nos torna mais livres, mais iguais, mais irmãos»²⁷⁷.

Para que os mais variados cuidados possam ser prestados com qualidade, mormente os cuidados educativos, é necessário que cada indivíduo se muna de algumas características como a compaixão, a competência e a confiança. Educar é prestar um cuidado pautado pela compaixão e misericórdia. Por outro lado, cada educador deve também ser competente naquilo que faz, cuidando daqueles que lhe são confiados através do seu empenho, preparação e dedicação. No que à confiança diz respeito, um docente só consegue cuidar verdadeiramente de um discente, quando existe uma relação de confiança entre ambos, pois quando se confia, acredita-se que a outra pessoa se coloca à nossa disposição. Esta é também a missão do professor: colocar-se à disposição dos seus alunos para os ensinar e educar, significando isto que a confiança gera cuidado e permite um cuidado mais personalizado e eficaz,²⁷⁸ até mesmo, mais fraterno e amigo.

Cuidar dos outros no âmbito escolar, ou noutra, exige uma postura responsável que tenha uma marca muito clara de acolhimento. A Fraternidade gera-se quando os seres humanos se escutam mutuamente, quando se abrem à novidade e necessidade do outro,

²⁷⁵ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 103.

²⁷⁶ Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 104.

²⁷⁷ Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 105.

²⁷⁸ Cf. Sousa, *O Cuidar como Relação de Ajuda. Por uma ética teológica do cuidar*, 89-91.

quando comunicam, apesar das suas diferenças, quando questionam e quando perguntam, enfim, quando valorizam as relações interpessoais²⁷⁹. Devemos cuidar uns dos outros, que é o mesmo que dizer, construir relações de Fraternidade e amizade social, porque somos frágeis, necessitados e todos irmãos, pois partilhamos a mesma filiação divina. A partir da leitura da FT, facilmente concluímos que Francisco defende esta necessidade de educar para a Fraternidade e para a cooperação, com o intuito de se formarem sociedades cada vez mais disponíveis para acolher e cuidar do outro colocando o bem comum acima do bem individual, pois só assim será possível suplantar os grandes desafios e dores como a pobreza, a exclusão ou a desigualdade.

1.2 – Cuidar com o coração

Cuidar do outro é descentrar-se de si para atender alguém com diligência e dedicação. Estabelece-se assim uma relação de amor com a realidade, pois o cuidado faz com que cada ser humano adote um comportamento de compaixão, de solidariedade para promover o bem do outro, para promover o bem comum e assim promover a construção e vivência da Fraternidade.

Ter no centro dos cuidados a dimensão fraternal é reconhecer que quanto mais humanos formos, mais facilmente entenderemos o outro nas suas idiossincrasias e nas suas múltiplas características que o identificam com cada um de nós, levando a que cada qual se possa reconhecer como irmão do outro. Assim, para cuidar bem é necessário fazê-lo com afeto e atenção, de forma a que cada indivíduo se sinta escutado, acolhido e compreendido, algo essencial, de modo particular, na missão do professor e na sua relação com os alunos. O professor só cuida bem dos alunos se é capaz de o fazer com afeto e atenção, lançando sobre eles um olhar de ternura e carinho, pois só quem é capaz de o fazer se descentra de si mesmo para ir em direção ao outro, procurando ser amparo e auxílio. Isto implica uma entrega total neste cuidado educativo que assim cimentado, vai construindo e educando para a Fraternidade e para a sua centralidade na vida do ser humano²⁸⁰.

Quando se fala de cuidado, fala-se também de comunicação, verbal ou não verbal, porque ninguém cuida de outrem sem comunicar. Assim, para melhor cuidar é preciso escutar e atender às reais necessidades daquele que é cuidado, existindo situações em que só a presença poderá ser suficiente. Por outro lado, para que este cuidado seja cada vez

²⁷⁹ Cf. Sousa, *O Cuidar como Relação de Ajuda. Por uma ética teológica do cuidar*, 97.

²⁸⁰ Cf. Sousa, *O Cuidar como Relação de Ajuda. Por uma ética teológica do cuidar*, 100-102; 106.

mais eficaz, é essencial que a capacidade de escutar seja desenvolvida, porque através da mesma acolhemos a palavra do outro que deseja ser ouvido por inteiro, com as suas alegrias, dores e angústias. Em contexto escolar, escutar os alunos é realmente urgente, na medida em que a escuta nos faz existir verdadeiramente para o outro²⁸¹. Só a partir de uma escuta honesta, onde cada qual se compreende mutuamente e se aceita nas suas diferenças, é que a Fraternidade pode ir ganhando preponderância e destaque. Para tal, torna-se também importante falar da ternura, já que ela supõe que cada qual trate o outro com total respeito pela sua dignidade. Ser ternurento é ser capaz de usar de sensibilidade e afeto, de se interessar pela vida que tem diante de si e de viver a caridade evangélica que pressupõe uma entrega total de si mesmo ao outro e ao seu bem-estar. Estes sentimentos aproximam o ser humano da sua vocação, orientada para o serviço aos de mais²⁸², e que é expressão da vontade de viver a Fraternidade cristã.

A humanização do mundo e das escolas, em particular, deve ser pensada a partir do dom evangélico da ternura e da caridade, que a todos convida à vivência da Fraternidade. Enquanto cuidado, a ternura revela a capacidade que cada pessoa tem de sair de si para ir ao encontro do outro, fazendo dele o centro da sua vida e do seu cuidado. Para que se torne possível a partilha da vida com os outros, também em contexto escolar, é necessário reconhecer que cada indivíduo traz consigo dons únicos e irrepetíveis que, se cuidados e estimulados, ajudarão na construção de uma comunidade sadia, que trabalha continuamente pela busca pelo bem comum, ao invés da mera procura pelo bem individual²⁸³.

As relações pautadas pelo cuidado afiguram-se como uma das soluções para os problemas quotidianos, pois, deixam plantado no coração de cada ser humano, o desejo de ir ao encontro do outro, fomentando a cultura do encontro tão enfatizada pelo Papa Francisco, que constantemente alerta a humanidade para a sua importância. É urgente que no quotidiano, cada indivíduo seja promotor da cultura do encontro e do diálogo que transforma corações fechados e egoístas, em corações generosos e abertos à necessidade daquele que se faz próximo, para que de desconhecido, o outro, passe a ser visto como irmão que merece todo o cuidado, afeto e ternura. Em contexto escolar, isto torna-se ainda mais urgente, na medida em que um docente que trata os alunos de forma diferenciada,

²⁸¹ Cf. Sousa, *O Cuidar como Relação de Ajuda. Por uma ética teológica do cuidar*, 130-132.

²⁸² Cf. Carlo Rochetta, *Teologia da Ternura. Um "evangelho" a descobrir* (São Paulo: Paulus, 2002), 11-12.

²⁸³ Cf. Sousa, *O Cuidar como Relação de Ajuda. Por uma ética teológica do cuidar*, 136.

isto é, com cuidado personalizado, afeto e ternura, está a ajudá-los no seu crescimento integral, porque se preocupa com a dimensão intelectual, mas também com a humana, a social e a espiritual, por exemplo. Olha para cada aluno como um todo, que ajudará a transformar o mundo pelas suas ações, e não como um mero recetor de informação.

Esta humanização de gestos e de atitudes, tão necessária também nas escolas, exige a contribuição de todas as pessoas e implica que o cuidado se manifeste em modos de cuidado nas relações, isto é, que a Fraternidade seja vivida no dia-a-dia. O cuidado é assim visto, não como uma mera relação ou prestação de um qualquer serviço, mas como entrega total e desinteressada ao outro e às suas necessidades, porque cada qual o reconhece como irmão, que partilha a mesma humanidade e a comum filiação²⁸⁴. Trata-se de cuidar e educar com o coração, para que cada aluno seja obreiro do seu destino, com a consciência de que não vive sozinho, mas em comunidade²⁸⁵. É urgente educarmos para a Fraternidade, pois a partir dela, as escolas transformar-se-ão em lugares mais humanos, onde a busca por soluções para os inúmeros problemas pedagógicos, trará novas respostas alicerçadas na capacidade de escuta que deve habitar a comunidade educativa. Entre docentes, e na relação destes com os alunos, é preciso que esta conduta seja uma constante, a fim de que a prática pedagógica possa ser levada a cabo a partir de diálogos fecundos que humanizam as escolas e as sociedades.

É necessário que o projeto educativo das escolas se inscreva no cuidado para com a casa comum e no cuidado das relações humanas, isto é, que privilegie a ecologia integral e a ecologia humana. Ter-se-á então uma educação que ajuda a responsabilizar e a tornar a pessoa livre, atenta ao mundo que a rodeia e aos outros, que ajuda ao crescimento em liberdade e responsabilidade. Esta é uma forma de educar que pode ser considerada frágil, porém, mais segura, porque a responsabilidade que não advém da liberdade é caduca e não tem bases sólidas. Num processo educativo em que se quer extrair o que cada aluno possui no seu interior, fazê-lo a partir do que referimos anteriormente, colocando a pessoa no centro, ajudará a que as crianças, desde tenra idade, saibam lidar com uma grande pluralidade, estando despertas e sensíveis para a construção de relações fraternas.

²⁸⁴ Cf. Sousa, *O Cuidar como Relação de Ajuda. Por uma ética teológica do cuidar*, 137.

²⁸⁵ Cf. Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 187.

2 – Enquadramento da formação docente a partir do Decreto-Lei 22/2014, de 11 de fevereiro

A formação docente em Portugal é regulamentada atualmente, pelo Decreto-Lei 22/2014, de 11 de fevereiro²⁸⁶, tendo em conta a melhoria da qualidade do ensino e a valorização profissional dos docentes que deve acontecer a partir de um forte investimento na formação contínua, algo que o decreto afirma ser prioritário. O mesmo refere que se inicia um novo paradigma para o sistema de formação na contínua, que tem em vista uma formação que deseja melhorar a qualidade do desempenho pedagógico de cada docente, sendo que essa formação deve, na medida do possível, estar articulada com os objetivos da política educativa local e nacional.

Segundo o documento, urge potenciar os recursos das entidades formadoras e das próprias escolas para que existam respostas à formação necessária e desejada pelos docentes, com a devida qualidade. É ainda de referir que, os princípios gerais e a organização da formação que o Decreto-lei apresenta, têm como destinatários todos os docentes em exercício efetivo das suas funções nas escolas públicas, nas escolas portuguesas no estrangeiro, bem como nas escolas do ensino particular e cooperativo associados a um Centro de Formação de Associação de Escolas. Estes princípios gerais pretendem dotar as entidades formadoras e as próprias escolas, de autonomia acrescida, tanto ao nível pedagógico, como na organização da formação que se considere prioritária para um desempenho docente cada vez melhor, que concorra para um processo de ensino-aprendizagem de excelência.

No que respeita às modalidades de formação, as mesmas designam-se por cursos, oficinas e círculos de estudos, passando-se também a reconhecer as modalidades de curta duração. Afirma-se ainda que a formação com recurso às tecnologias de informação e comunicação, utilizadas em ensino à distância, é uma dimensão a privilegiar.

Quanto às entidades formadoras, tendo em conta que a valorização profissional dos docentes é uma preocupação necessária, a mesma dá-se através da formação contínua, sendo entidades formadoras, não os Centros de Formação de Associação de Escolas, mas também as instituições de ensino superior, os centros de formação de associações profissionais ou científicas sem fins lucrativos e, pontualmente, os próprios serviços centrais do Ministério da Educação e Ciência, tais como outras entidades públicas,

²⁸⁶ Diário da República. «Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro», acessado a 15 de agosto de 2024, <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2014/02/02900/0128601291.pdf>.
Todo este enquadramento da formação docente é feito seguindo de muito perto o decreto-lei em causa.

particulares ou cooperativas sem fins lucrativos, acreditadas para tal. Neste domínio, a acreditação e a creditação de cada formação estão sob a tutela e responsabilidade do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua. Quanto ao reconhecimento e certificação da formação de curta duração, fica a cargo das entidades formadoras, de acordo com os seus regulamentos internos.

Após esta breve explanação que enquadra legalmente a formação docente em Portugal, que releva a necessidade e importância central da mesma na vida de cada docente e de cada estabelecimento de ensino, partiremos para a reflexão e construção da nossa oficina de formação que se destinará a todos os professores do Colégio Pedro Arrupe em Lisboa, tendo por base a Fraternidade, na medida em que se deseja propor um modo de trabalhar cada vez mais fraterno entre professores e destes com os alunos, pois a Fraternidade é capaz de transformar positivamente as relações entre toda a comunidade educativa.

2.1 – Do sonho de uma Fraternidade Cristã à utopia da Fraternidade universal

O povo de Israel foi desenvolvendo diversos conceitos que ajudaram a moldar a ideia cristã de Fraternidade. O ideal do Deus único, associado a um conjunto de tradições religiosas e culturais, as diversas tribos de Israel, e o peregrinar próprio dos povos do deserto desenvolveram a certeza de um elo comum que os une até à atualidade e que está para lá da simples perceção de um hino ou de uma bandeira comum.

Não obstante, é com Jesus de Nazaré que a ideia de Fraternidade surge em força, desde logo, pelo modo como o próprio Nazareno se dirige a YHWH (o termo *Abbá* tem tanto de carinhoso como de pessoal).

Jesus faz questão de tratar a Transcendência com proximidade, recuperando conceitos presentes na memória de Israel como o da compaixão e da misericórdia, evidenciando assim as características primeiras de Deus.

O modo como Ele escolhe os seus discípulos, se relaciona com as multidões, reinterpreta as escrituras, acolhe os indigentes e os mais frágeis da sociedade e critica o modo como os poderosos se apropriaram de YHWH, levando para lá do razoável a lei de Moisés, pode ser visto como a inauguração de um novo modo de relação entre o humano e o divino.

No Nazareno encontramos, talvez pela primeira vez na história, a ideia de uma Fraternidade assente na consciência de um ‘Deus amor’, criador, conhecedor do mais profundo do drama humano, capaz do perdão e da misericórdia, um Deus que é Pai.

Nos textos iniciais acerca de Jesus, perdidos nas calendas da história, e onde se encontravam as suas ‘ipsissima verba’, vemos Jesus a apresentar um Deus próximo, que conhece o interior humano, como no diálogo com Nicodemos, ou um Jesus que é capaz de ir além da regra por amor à sua própria obra, como no caso da mulher adúltera. Para Ele não importa o legalismo, mas o que cada pessoa tem no coração.

Como bem explicitará Paulo, em *Gal 3,28*, «não há judeu nem grego, não há servo nem homem livre, não há macho e fêmea, pois todos vós sois um só em Cristo Jesus»²⁸⁷.

O conceito de Fraternidade Cristã²⁸⁸, sendo um caminho que nunca está verdadeiramente alcançado, permite, a partir de uma filiação comum, olhar o outro como irmão e não apenas como sócio. Não se trata de uma associação ou sociedade que se constrói enquanto há benefícios para as partes, mas da consciência de que mesmo quando os caminhos parecem irreconciliáveis há um princípio comum, um ‘tronco’ que irmana e impele à reconciliação.

Ao longo dos primeiros séculos do cristianismo, mesmo por entre perseguições e discórdias, a ideia de Fraternidade revelou-se de tal modo poderosa que mesmo antes da consciência da referida filiação comum, os padres da Igreja e os Evangelhos, dão-nos conta das conversões sucederem pelo modo “como se amam” entre os que se dizem cristãos.

Em pleno século V, Bento de Núrsia, desiludido com a vida na cidade, cria um novo modo de habitar o mundo gerando uma Fraternidade de trabalho, oração e estudo. Mais tarde, em plena idade média, Francisco de Assis, recupera e aprofunda este modo de viver acrescentando a pobreza como opção no serviço aos irmãos mais frágeis e excluídos.

Variados são os autores²⁸⁹ e os exemplos que encontramos nos últimos dois mil anos de história ocidental e que permitiram o desenvolvimento da ‘consciência pessoal’, da ‘autonomia’, e da ‘individualidade’. Todas estas ‘escolas de pensamento’ trouxeram à Europa e, particularmente, a França, a ideia que está na base do ideário da Revolução Francesa - ‘Liberdade, Igualdade de Fraternidade’. Não discorreremos aqui acerca dos efeitos globais desta ideia, mas permitimo-nos percecioná-la como o culminar do longo processo de geração de Fraternidade proposta inicialmente por Jesus.

²⁸⁷ Os Quatro Evangelhos e os Salmos, da Conferência Episcopal Portuguesa, acedido a 3 de setembro de 2024, https://conferenciaepiscopal.pt/biblia/prov/55_Gl.pdf.

²⁸⁸ Cf. Tertuliano, *Apologia*, XXXIX.

²⁸⁹ Cf. Los cristianos en el mundo, acedido a 7 de setembro de 2024, https://www.vatican.va/spirit/documents/spirit_20010522_diogneto_sp.html.

Não obstante o surgimento de várias formas de niilismo e ateísmo modernas, a utopia de uma Fraternidade comum surge de modo mais agudo, sempre que a humanidade promove modos de autodestruição. São disso exemplo, as últimas guerras mundiais e o modo como a humanidade se organizou no pós-guerras (I e II Guerras) e que levaram, entre outras coisas, à criação da Organização das Nações Unidas (ONU).

Posto isto, será possível hoje, numa realidade laica que parece ter empurrado a Transcendência para a esfera do privado, ou mesmo anulado essa Transcendência transformando-a numa imanência de iguais, gerar uma Fraternidade ao jeito cristão?

Na nossa opinião é possível. A pós-modernidade é fortemente marcada por uma crise existencial, de identidade, existindo aí também uma oportunidade, porque o tempo de crise, pode e deve ser tempo de renascimento. Não se trata de recuperar fórmulas antigas de crença, mas de fazer caminho comum, de questionar o porquê das sedes e sensibilidades que nos habitam, procurando respostas para o sofrimento do outro, ou atuando perante a injustiça alheia. É necessário perguntar se, não existindo um ‘Pai-Comum’, de onde nos vem este elo invisível que não nos torna insensíveis perante o mal do outro, mas faz-nos atuantes como se uma outra vontade pululasse em nós? Exemplo disto, poderá ser o modo como nos posicionamos perante a pobreza alheia, nos revoltamos perante o número crescente de população sem-abrigo que habita as ruas das nossas cidades e contribuímos, cada vez mais, com bens alimentares para instituições como o Banco Alimentar Contra a Fome. Parece-nos que isto são sinais de uma Fraternidade latente e que quer ser redescoberta com novas linguagens e com novas ritualizações. Aqui reside, a nosso ver, uma tremenda oportunidade para a Fraternidade cristã, capaz de rasgar a imanência, que não preenche completamente, rumo a uma transcendência que apaixonava e realiza plenamente o ser humano.

2.2 – Da escola transmissora de conteúdos à «Casa da Fraternidade»²⁹⁰

Desde a antiguidade clássica, com o mundo grego e depois romano, que a escola se foi lentamente, constituindo como lugar de encontro e de transmissão de conhecimentos comuns.

A partir da Idade Média, com as escolas nas Catedrais e, mais tarde, as próprias universidades, a escola vai ganhando um estatuto de base essencial à construção social.

²⁹⁰ Cf. Discurso do Cardeal D. José Tolentino de Mendonça às escolas católicas do Brasil reunidas em Assembleia Geral, acedido a 7 de setembro de 2024, <https://www.educris.com/v3/escolas-catolicas/13207-brasil-as-escolas-sao-a-trincheira-avancada-da-complexidade-atual-d-tolentino-mendonca>.

Nas nações-estado, alimentadas pelos ideais iluministas da consciência pessoal e da liberdade individual, a escola vai alargar-se a um maior número de saberes, cabendo ao Estado garantir, com o passar dos séculos, um acesso cada vez mais universal.

Assim, a escola deixa de ser um lugar de privilégio, circunscrita a um grupo de eleitos, para ser o lugar de todos, a primeira oportunidade no processo de tornar Pessoa o ser humano. Crescem os currículos, o tempo dispensado a cada dia neste espaço, e o número de anos para garantir um mínimo comum de conhecimento e saber, numa tentativa de uniformização que incide não apenas no aspeto académico e intelectual, mas se estende ao ‘bem viver’, com uma aplicação clara de normas de sã convivência e de regras baseadas na moral e na ética comuns.

Chegados a um estágio novo de desenvolvimento científico-tecnológico, o desafio das escolas passa por tornar este lugar um espaço de humanização, capaz de a partir do conhecido almejar o desconhecido²⁹¹.

A construção de um mundo melhor, de um mundo democrático, de um mundo justo, de um mundo livre, não pode deixar ninguém de fora. A interdependência pressupõe a participação e a inclusão de todos nessa caminhada. É um processo utópico, mas todos sabemos que a utopia de ontem é a realidade de hoje²⁹².

Numa sociedade muitíssimo tecnologizada a escola vive hoje o desafio da mudança de paradigma. Não é mais o lugar de depósito do conhecimento, mas do seu manuseamento tendo em vista um mundo novo, que se vislumbra e que se tornará mais claro quanto melhor se for capaz de ajudar as novas gerações a questionar o *modus operandi* e a apropriarem-se da justiça, a partir do dado moral, como fundamento da liberdade individual e coletiva.

Neste sentido, a disciplina de EMRC, pelas suas características pedagógicas e didáticas tem o potencial para se constituir como elemento agregador de tendências e ser espaço de diálogos que conduzam à prossecução de uma Fraternidade que ainda que utópica na prática, se constitui como farol para a ação concreta de toda a comunidade educativa.

²⁹¹ Cf. Ruben de Freitas Cabral, *O novo voo de Ícaro. Discursos sobre Educação* (Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus, 1999), 40-43.

²⁹² Cabral, *O novo voo de Ícaro. Discursos sobre Educação*, 156.

Volta hoje, numa sociedade laica, a ganhar sentido uma educação para o lugar, a importância e o papel do outro, esgotadas que estão as morais não deístas ou naturais em contextos tão complexos e exigentes como os atuais.

Num olhar aprofundado e transversal sobre as várias Aprendizagens Essenciais das disciplinas constantes no currículo português verificamos uma grande lacuna, implícita e explícita, quer do conceito de Fraternidade quer da argumentação básica que justifique o agir moral. Perante a diversidade cultural e religiosa presente, que já não partilha uma moral comum, nem interpreta de modo igual a pirâmide de valores instituída, torna-se urgente uma educação que promova, racionalmente, a Fraternidade enquanto único lugar de verdadeira liberdade baseada na justiça e na convicção de uma escola como «lugar onde experimentamos a beleza inapagável de ter irmãos, de ser irmão»²⁹³.

2.3 – Da convivência social à vida fraterna

Já tivemos oportunidade de ir aprofundando o pensamento da Igreja nos últimos dois mil anos, acerca da Fraternidade. Desde 2013, com a eleição de Jorge Mario Bergoglio, que o Mundo voltou a despertar para a importância do tema.

São vários os pronunciamentos do agora Papa Francisco sobre a Fraternidade, sendo a encíclica *FT* o documento onde melhor se explana a importância desta realidade para a convivência e amizade social.

De facto, num mundo onde se multiplicam guerras, conflitos, violência, inimizades, e onde se procura a não valorização e mesmo a destruição da dignidade humana, Francisco desafia crentes e não crentes a perceberem o bem de uma vida vivida na atenção ao outro, na partilha dos bens da criação, na luta pela justiça, e na repartição equitativa das riquezas naturais e das que são geradas.

Na base do seu pensamento parece estar a convicção de que uma boa vida, verdadeiramente humana, passa por uma escuta atenta do outro, na percepção das suas crenças, do seu modo de habitar a terra, nos seus sonhos, nas suas dificuldades e dúvidas.

Sonhemos com uma única humanidade, como caminhantes da mesma carne humana, como filhos desta mesma terra que nos alberga a todos, cada qual com a riqueza da sua fé ou das suas convicções, cada qual com a própria voz, mas todos irmãos.²⁹⁴

²⁹³ Discurso do Cardeal D. José Tolentino de Mendonça às escolas católicas do Brasil reunidas em Assembleia Geral.

²⁹⁴ Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 8.

Saídos da pandemia da Covid-19, e alertados pelo próprio Papa que «dos momentos de crise nunca saímos iguais: sai-se melhor ou pior»²⁹⁵, a humanidade parece enfrentar o maior desafio da sua história.

Hoje é o tempo oportuno, não é o tempo da indiferença ou do esquecimento. Ou somos irmãos ou tudo desaba. Não se trata de uma expressão literária ou de tragédia, mas da verdade. Ou somos irmãos ou tudo desaba como vemos nesta terceira guerra mundial aos pedaços, onde os povos se destroem, as crianças não têm o que comer e a educação diminui... é uma destruição. Ou somos irmãos ou tudo desaba²⁹⁶.

Neste sentido a escola terá que perceber-se e reconhecer-se como um espaço, tempo e lugar oportunos para a construção da Fraternidade humana, sem esquecer o dever de ensinar o depósito do conhecimento humano, hoje facilitado por inúmeras técnicas que condensam e resumem o essencial à comunidade educativa. Assim, ela deverá ter a função primeira e fundamental de olhar o outro, reconhecer-se na diferença, contemplar os sonhos, as dúvidas e angústias, e fazer caminho comum, onde todos se reconhecem como irmãos, se não da mesma Transcendência, pelo menos da mesma natureza.

Como disciplina constante do currículo nacional a EMRC apresenta diversas aprendizagens que concorrem para a questão da Fraternidade. Centremo-nos agora na UL 4 – Construir a Fraternidade, do 5.º ano de escolaridade, como um desses momentos de aprendizagem acerca desta questão tão premente atualmente.

Tendo em conta que a Fraternidade se apresenta como objetivo último da vida em comum, com a consciência de que esse é um caminho sempre por fazer, é fundamental para um docente curricularizado estar em permanente atualização acerca do tema, quer pelo recurso à teologia, quer através de outras áreas do saber como a sociologia, a antropologia, a filosofia, a psicologia ou até mesmo as ciências neurológicas.

Como vimos, é rico o património cristão sobre o tema assente no binómio eu-outro, entendido como lugar primeiro da Transcendência. No diálogo com ‘os sinais dos tempos’, uma atualização, ao menos anual, torna-se fundamental, diríamos mesmo que obrigatória, para a dinâmica de caminho em conjunto, lado-a-lado, tendo em vista uma

²⁹⁵ Francisco, «Mensagem para a celebração do LVI Dia Mundial da Paz 2023», acessado a 3 de setembro de 2024, <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/20221208-messaggio-56giornatamondiale-pace2023.html>.

²⁹⁶ Francisco, «Mensagem para o 2.º Dia Internacional da Fraternidade Humana 2022», acessado a 6 de setembro de 2024, <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2022/documents/20220204-videomessaggio-fratellanzaumana.html>.

prática pedagógica cada vez mais aperfeiçoada, onde a Fraternidade concorre e estimula a que as relações saiam sempre renovadas e mais saudáveis.

3 – Oficina de formação

Tendo em consideração as lacunas que o próprio sistema educativo apresenta sobre o item em análise, parece-nos fundamental a realização de uma formação de curta duração, que permita aos docentes refletir sobre o significado profundo da própria solidariedade integrando-a nas suas práticas educativas de modo a conseguir a mudança no plano da mentalidade, decalcando a ideia cristã do “ver, julgar e agir”²⁹⁷.

De facto, e tendo em conta a formação inicial da generalidade do corpo docente nacional, a competência profissional está além do simples domínio de objetivos, conteúdos e indicadores do currículo. O próprio termo “profissionalidade” é utilizado, no pensamento de José Contreras (2002)²⁹⁸, para designar três dimensões, fundamentais do ser professor. O autor advoga uma obrigação moral, um compromisso com a comunidade como integrantes basilares da competência profissional.

Deste modo, uma oficina de formação como a que nos propomos desenvolver reflete também a preocupação de Nóvoa que advoga um incremento na formação contínua de docentes em detrimento da “pobreza dos cursos de formação” que apenas “apelam à memorização”.

É preciso inscrever rotinas de funcionamento, modos de decisão e práticas pedagógicas que apelem à co-responsabilização e à partilha entre colegas. É fundamental encontrar espaços de debate, de planificação e de análise, que acentuem a troca e a colaboração entre os professores²⁹⁹.

Numa escola em profunda mudança, em que o docente não tem mais a única fonte de saber para os alunos, é essencial fazer com que os professores se recentrem na sua

²⁹⁷ Cf. Larissa Benites, Samuel Neto, Marina Cyrino, Mariane Costa, Julia Costa, «A Fraternidade e a Educação para a Paz: possibilidades pedagógicas numa perspectiva de mudança», acedido a 8 de setembro de 2024, https://www.researchgate.net/publication/235485476_A_Fraternidade_e_a_Educacao_para_a_Paz_pos_sibilidades_pedagogicas_numa_perspectiva_de_mudanca.

²⁹⁸ Cf. Jose Contreras, *A autonomia de professores* (São Paulo: Cortez, 2002); cit. apud, Larissa Benites, Samuel Neto, Marina Cyrino, Mariane Costa, Julia Costa, «A Fraternidade e a Educação para a Paz: possibilidades pedagógicas numa perspectiva de mudança».

²⁹⁹ António Nóvoa, «Os professores na virada do milénio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas», acedido a 8 de setembro de 2024, https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/690/1/21136_1517-9702_.pdf.

missão educativa, tantas vezes cheia de burocracia, e que possam estar atentos aos processos sociais e económicos relevantes para a construção de sociedades mais justas, humanas e fraternas³⁰⁰.

Chiara Lubich, fundadora do movimento ‘Focolares’, traz-nos a visão de que a educação deve constituir-se como “um itinerário” onde o aluno percorre, auxiliado pelos educadores, um caminho de descoberta de si, enquanto pessoa, sem ignorar a influência do meio e a própria cultura onde cada um se insere. Ao radical latino ‘e’ junta-se o verbo *dúcere* para exprimir a ideia de um movimento de dentro para fora. Deste modo, a primeira preocupação de todo o docente, e mais ainda do professor de EMRC, deve passar por este movimento de “trazer à luz” a riqueza e singularidade que cada indivíduo, em processo de construção do Ser Pessoa traz consigo.

O Papa Francisco, em vários pronunciamentos acerca da educação exprime a convicção de que o professor deve ser uma testemunha que não oferta apenas os seus conhecimentos intelectuais, mas leva para a sala de aula as suas convicções, o seu compromisso com a vida e com as pessoas. O professor deve ser alguém que sabe manusear bem as três linguagens: a da cabeça, a do coração e a das mãos³⁰¹.

Esta oficina de formação, com quinze horas totais, subdivididas por sessões de uma hora e meia, seguida de intervalo, tendo novamente uma hora e meia de trabalho, acontecerá durante cinco dias, seguidos ou interpolados, e abordará, num primeiro momento, o conceito de Fraternidade, desde a sua raiz grega, passando pelos contributos do Direito Romano, à novidade do judaico-cristianismo.

Numa segunda sessão trataremos de trazer à realidade escolar, as pontes inter e intradisciplinares da Fraternidade com recurso a estratégias de educação não formal e metodologias ativas.

Na sessão final propomo-nos levar os docentes a planificar algumas sessões para serem aplicadas no contexto da estratégia para a cidadania, nos diferentes níveis de ensino sobre a temática, seja nas próprias aulas de Cidadania e/ou nas aulas de EMRC, para os docentes que lecionem esta disciplina.

³⁰⁰ Education at a Glance 2023. OECD Indicators 38-50, acedido a 10 de setembro de 2024, <https://pessoas2030.gov.pt/wp-content/uploads/sites/19/2023/09/e13bef63-en.pdf>.

³⁰¹ Francisco convida a educar com fraternidade: a educação é um ator de amor, acedido a 10 de setembro de 2024, <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2023-01/papa-francisco-intencao-oracao-janeiro-educadores-ato-amor.html>.

3.1 – Planificação geral da Oficina de Formação

Nesta oficina de formação vamos tratar com os docentes as seguintes temáticas: introduzir com estes a problemática da Fraternidade e a sua aplicabilidade universal, assim como a função e as modalidades pedagógicas que podem fomentar uma Escola moldada pela Fraternidade, direcionando a análise para os problemas que as escolas enfrentam, como seja a indisciplina, o insucesso escolar, a relação com as famílias e as comunidades de inserção. Teremos presente as dinâmicas da educação informal (a partir de Nuno de Carvalho) e uma reflexão a partir do Papa Francisco, referida à educação e aos educadores. Finalmente, proporemos uma análise da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania a partir da lógica da Fraternidade. Mostraremos precisamente que os conteúdos da Unidade Letiva 4 do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica para o 5.º ano podem ser abordados pelos demais docentes, já que viver uma experiência de Fraternidade, como o Papa Francisco nos ensina na Carta Encíclica *Fratelli Tutti*, não só é um dever ao alcance de todas as pessoas, mas uma necessidade para uma coexistência verdadeiramente humana que sustente a dignidade infinita de cada pessoa, mas também o desenvolvimento integral de todas as pessoas e de todas as sociedades.

Tema	Objetivos	Conteúdos	Métodos/Estratégias	Avaliação
1.ª Sessão Introdução à problemática da Fraternidade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conhecer a UL 4 - Construir a Fraternidade; ✓ Discutir acerca do conceito, da sua aplicabilidade e universalidade bem como da sua relevância nas sociedades hodiernas. 	<p>Apresentação da UL 4 - Construir a Fraternidade”;</p> <p>Apresentação do conceito ‘Fraternidade’ com os contributos da Grécia antiga e do Direito Romano;</p> <p>A Fraternidade na cultura dos povos semitas: O caso de Israel (AT);</p> <p>A Fraternidade do NT (do “já não vos chamo servos, mas amigos”, ao “que vos ameis uns aos outros como eu vos amei”).</p>	<p>Acolhimento;</p> <p>Chuva de ideias;</p> <p>Exploração de excertos de obras de referência;</p> <p>Apresentação dos grupos sobre a forma de ‘pitch’;</p> <p>Pequeno vídeo com o essencial acerca da história da Fraternidade da antiguidade aos nossos dias (dizeres, personalidades influentes, pensamento, etc).</p>	Avaliação em <i>padlet</i> colaborativo.
2.ª Sessão	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Refletir sobre a importância de recuperarmos a 	Apresentação de um estudo com os	Acolhimento	Construção, em trios, de

<p>Uma Escola moldada pela Fraternidade?</p>	<p>Fraternidade para o contexto escolar;</p> <p>✓ Conhecer a realidade escolar a partir da evolução/inflexão de casos de indisciplina, insucesso escolar, relação com as famílias e a comunidade envolvente;</p> <p>✓ Proporcionar a partilha de boas práticas a partir de dinâmicas da educação não formal.</p>	<p>dados mais relevantes dos últimos 10 anos da realidade escolar ao nível da indisciplina, insucesso escolar e relação das famílias com a escola e desta com a comunidade;</p> <p>Dinâmicas da educação não formal a partir da obra de Nuno de Carvalho³⁰²;</p> <p>Apresentação das ideias fundamentais do Papa Francisco acerca da educação³⁰³;</p>	<p>Dinâmica: <i>Vox Populi</i> - em trios, e a partir de um pequeno formulário de perguntas, concordar ou discordar das afirmações acerca da realidade escolar;</p> <p>Apresentação do estudo com os dados mais relevantes acerca do tema;</p> <p>Dinâmicas da educação não formal em sala de aula e nos espaços de lazer: “Recriação da jangada”; “Assembleia de nações” (trabalhando a questão política, alimentar e de justiça social);</p> <p>Dinâmica: “Quem disse?”;</p> <p>Excertos da obra do Papa Francisco sobre os desafios aos educadores no “formar de hoje”.</p>	<p>cartazes alusivos à temática abordada com alertas para a questão da Fraternidade na escola.</p>
<p>3.^a Sessão</p> <p>Sala de aula: Lugar de fraternidade?</p>	<p>✓ Conhecer a estratégia Nacional de Educação para a Cidadania;</p> <p>✓ Estabelecer pontes entre os diferentes referenciais curriculares que apresentam,</p>	<p>Breve apresentação da estratégia governamental para a Cidadania;</p> <p>Conhecer a proposta acerca da</p>	<p>Acolhimento</p> <p>Divisão em grupos de trabalho: Dinâmica “Agrupa os post it’s”;</p> <p>Planificação de uma sequência de 4 aulas</p>	<p>Exposição e apresentação das sequências de aulas;</p>

³⁰² Cf. Nuno Archer de Carvalho, *60 Atividades de Grupo. Cidadania e Desenvolvimento Pessoal e Social* (Lisboa: Leya, 2017).

³⁰³ A partir da obra, *Formar: Exigência e Paixão. Desafios aos educadores* (Prior Velho: Paulinas, 2015).

	<p>explícita ou implicitamente, o tema da Fraternidade;</p> <p>✓ Aprofundar o conhecimento dos objetivos e conteúdos da UL 4 de modo a munir os docentes de conteúdos para trabalharem com os alunos a importância de viverem fraternalmente.</p>	<p>Fraternidade, constante das diversas etapas da disciplina de Cidadania;</p> <p>Com base nos diferentes referenciais, estabelecer pontes de contacto interdisciplinar;</p> <p>Apresentação da sequência didática e pedagógica da UL 4 e o seu contributo, a partir do domínio da Cultura Cristã e da Visão Cristã da Vida.</p>	<p>sobre a temática, apresentando uma perspetiva global das várias correntes de pensamento.</p>	<p>Formulário de avaliação inter pares.</p>
--	---	--	---	---

3.2 – Planificação da primeira sessão

Nesta primeira sessão da nossa oficina de formação que se destina a todos os professores das diferentes áreas curriculares, dos vários ciclos, propomo-nos a discutir o conceito de Fraternidade, apontando de forma clara para a sua aplicabilidade e universalidade nas sociedades contemporâneas. Cada uma das três sessões que aqui apresentamos terá a duração de três horas. Trabalharemos uma hora e meia, faremos um intervalo de vinte minutos e voltamos para mais uma hora e meia de trabalho. Nesta sessão, fá-lo-emos mormente a partir dos contributos da Grécia Antiga e do Direito Romano, passando pela Sagrada Escritura (AT e NT), culminando na apresentação da UL 4 – “Construir a Fraternidade”, que encerra os conteúdos que os alunos do 5.º ano trabalham na disciplina de EMRC. Mencionaremos autores como Zigmun Bauman e Byung- Chul Han, que relevam o facto de vivermos hoje numa sociedade líquida, onde os valores, outrora estruturantes e agregadores, se fragmentaram para dar lugar a um

modo de viver mais egoísta. Assim, é necessário que as pessoas recuperem a capacidade de se olharem, percebendo o lugar que devem ocupar no mundo e, conseqüentemente, que tipo de relações devem construir com os outros.

Sessão 1: A problemática da Fraternidade
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Discutir o conceito de Fraternidade, da sua aplicabilidade e universalidade bem como da sua relevância nas sociedades hodiernas; ✓ Abordar os conteúdos da UL 4 - “Construir a Fraternidade” como tópicos de trabalho que poderão ser trabalhados com adultos e com os alunos.
<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do conceito de Fraternidade com os contributos da Grécia antiga e do Direito Romano; - A Fraternidade na cultura dos povos semitas: o caso de Israel (AT); - A Fraternidade do NT (do “já não vos chamo servos, mas amigos” ao “que vos ameis uns aos outros como eu vos amei”); - Apresentação da UL 4 - “Construir a Fraternidade”.
<p>Métodos/estratégias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acolhimento; - Chuva de ideias; - Exploração de excertos de obras de referência; - Apresentação dos grupos sobre a forma de <i>pitch</i>; - Pequeno vídeo com o essencial acerca da história da Fraternidade, da antiguidade aos nossos dias (dizeres, personalidades influentes, pensamento).
<p>Materiais:</p> <p>Computador; Projetor; <i>Poplet</i> para a “chuva de ideias”; Folhas A3 para os trabalhos de grupo; Folhas com excertos de obras de referência sobre a Fraternidade; Vídeo resumo.</p>

Para o Acolhimento propomos:

Obrigado a todos pela presença e por terdes aceitado este desafio de aprofundar a temática da Fraternidade. Propomo-nos ao longo destes três encontros, a começar uma viagem acerca do próprio conceito, procurando os contributos e influências das religiões e das várias culturas na sua formulação e aplicação. Vivemos hoje uma sociedade líquida, no dizer de Zigmun Bauman, onde os valores, outrora estruturantes e agregadores, se fragmentaram para dar lugar a um modo de viver mais individual, aut centrado e por vezes indiferente ao outro.

Byung- Chul Han alerta as sociedades ditas desenvolvidas para a necessidade de recuperarmos o olhar, antes de mais sobre nós próprios, o nosso lugar no mundo e a

relação com os outros. Espero que estas sessões nos capacitem, como educadores, a entender o significado profundo da Fraternidade e a sua importância na educação das novas gerações, permitindo-nos formar cidadãos mais capazes da compaixão e do cuidado pela Casa Comum e pelo outro.

De seguida, faremos a Apresentação geral do trabalho:

Convido-vos agora a pegarem no vosso telemóvel, apontando-o de seguida para este *QR code* que aqui está projetado. Abrir-se-vos-á um formulário, com 3 possibilidades acerca do que cada um entende por Fraternidade. Daremos 3 minutos para que cada um reflita sobre o tema e apresente o pedido.

De seguida, olharemos às semelhanças e diferenças do pensamento de cada um e encontraremos já algumas pontes e ligações possíveis à vida concreta do educador da Fraternidade na escola.

Segue-se a apresentação da «Fraternidade: um longo caminho de avanços e recuos».

Temos agora connosco um conjunto de excertos de obras clássicas, da Grécia antiga, do Direito Romano, das culturas semitas e da Bíblia, do Antigo ao Novo Testamento. Sem estarem devidamente identificados, o desafio passa por, em pequenos grupos, lermos os textos e procurarmos sequenciar – do mais antigo para o mais atual – o modo como nos fomos apropriando do conceito, e o fomos reinterpretando até aos dias de hoje.

A história da Fraternidade: Da expressão “o que fizeste ao teu irmão” à “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

Vamos agora visualizar um pequeno vídeo que nos apresenta um resumo da evolução do conceito de Fraternidade ao longo da história humana e que também nos ajuda a compreender a dificuldade das diferentes culturas na apropriação do conceito, muitas vezes remetendo-o para uma ou mais divindades a fim de o empoderar e de o tornar universalmente reconhecido.

Finalmente, propomos a exploração da Unidade Letiva 4 para que os colegas possam verificar - e analisar, adaptar - como os conteúdos propostos podem ser trabalhados no contexto da Educação para a Cidadania e sempre que os docentes julguem oportuno fazer um trabalho formativo com os seus alunos e alunas.

Faremos agora uma breve apresentação da UL 4 - Construir a Fraternidade, presente no 5.º ano de escolaridade da disciplina de EMRC. Esta UL encerra a lecionação do 5.º ano na disciplina, após a lecionação da UL1 - Viver Juntos; UL2 - Advento e Natal e a UL3 - A Família, Comunidade de Amor. Esta sequência permite ao aluno encontrar na Fraternidade a resposta última para os seus anseios e questões acerca do modo como se pode viver bem em sociedade, em grupo.

Vejamos então como está organizada, e como se desenvolve, esta UL integrante das aprendizagens de EMRC. (Apresentação em Canva).

Como última etapa do trabalho surge a Avaliação da sessão formativa.

Em jeito de conclusão voltemos ao início, aos nossos telemóveis. Este é um exercício que construiremos em conjunto, a partir da aplicação *padlet*, e com o foco no essencial desta sessão.

Depois de uns minutos de reflexão, coloquemos aí aquilo que mais nos marcou, o que ressoou em nós, o essencial do que vimos, ouvimos e experimentámos neste final de tarde, todos juntos, num primeiro exercício de nos reconhecermos de algum modo irmanados pela necessidade de sabermos mais, de querermos ir mais longe, de alargarmos os nossos horizontes, para servirmos melhor os alunos que nos são confiados todos os anos.

3.3 – Planificação da segunda sessão

Esta segunda sessão formativa pretende enfatizar a importância de trazermos a Fraternidade para o centro da nossa prática pedagógica, destacando-se a necessidade de se conhecer a realidade escolar no que diz respeito aos casos de indisciplina (se são muitos ou não, se há um aumento ou uma diminuição), compreender qual é a taxa de insucesso escolar e como se dá a relação da escola com as famílias e com a comunidade envolvente. A partir daqui, existirá tempo para uma partilha salutar de boas práticas que têm a sua génese em dinâmicas da educação não formal, mormente, a partir da obra de Nuno de Carvalho, bem como dos estudos feitos nos últimos dez anos sobre a indisciplina, insucesso escolar e a relação das famílias com a escola. Apresentar-se-ão ideias cruciais do Papa Francisco sobre a educação, partindo das três linguagens que ele tanto tem referido: a cabeça, o coração e as mãos.

Sessão 2: Uma escola moldada pela Fraternidade?

Objetivos:

- ✓ Refletir sobre a importância de recuperarmos a Fraternidade para o contexto escolar;
- ✓ Conhecer a realidade escolar a partir da evolução/inflexão de casos de indisciplina, insucesso escolar, relação com as famílias e a comunidade envolvente;
- ✓ Proporcionar a partilha de boas práticas a partir de dinâmicas da educação não formal.

Conteúdos:

- Apresentação de estudo com os dados mais relevantes dos últimos 10 anos da realidade escolar ao nível da indisciplina, insucesso escolar e relação das famílias com a escola e desta com a comunidade;
- Dinâmicas da educação não formal a partir da obra de Nuno de Carvalho³⁰⁴;
- Apresentação das ideias fundamentais do Papa Francisco acerca da educação³⁰⁵.

Métodos/estratégias:

- Acolhimento
- Dinâmica *Vox Populi* - em trios, e a partir de um pequeno formulário de perguntas concordar ou discordar das afirmações acerca da realidade escolar;
- Apresentação do estudo com os dados mais relevantes acerca do tema;
- Dinâmicas da educação não formal em sala de aula e nos espaços de lazer: “Recriação da jangada”; “Assembleia de nações” (trabalhando a dimensão política, a questão alimentar e da justiça social);
- Dinâmica “Quem disse?”;
- Excertos da obra do Papa Francisco sobre os desafios aos educadores no “formar de hoje”.

Materiais

Projektor; Computador; Formulário online “*Google Forms*”; Cadeiras; Excertos da obra do Papa Francisco, *Formar: Exigência e Paixão*.

Para o Acolhimento propomos:

Mais uma semana e mais uma oportunidade. Neste final de tarde vamos começar com uma breve dinâmica. Todos nós nesta sala trazemos connosco uma perceção da realidade, do mundo que nos rodeia, e interagimos uns com os outros a partir da ideia que consideramos a mais correta ou a mais verdadeira. Assim, tomemos outra vez o nosso dispositivo móvel e, em 3 minutos, sem grande reflexão nem questionamento aprofundado, cliquemos no que nos parece mais próximo do real e do verdadeiro naquilo que tem a ver com a perceção da realidade da nossa escola.

De seguida, faremos a Apresentação geral do trabalho:

³⁰⁴ Carvalho, 60 *Atividades de Grupo. Cidadania e Desenvolvimento Pessoal e Social*.

³⁰⁵ *Formar: Exigência e Paixão. Desafios aos educadores*.

Começamos pela análise do formulário “*Google Forms*”. Podemos agora perceber qual a nossa ideia sobre a violência na escola, no namoro, o *bullying*, o aumento ou diminuição do insucesso escolar, da relação das famílias com a escola e desta com a comunidade. A nossa percepção do que “realmente se passa”, leva-nos a agir com base neste pressuposto - gerar empatia com os outros ao longo dos dias.

Analisemos então o que afirmámos e, para isso, usa-se uma escala numérica para cada questão sendo que, 0 significa “discordo totalmente” e 5 “concordo totalmente”. Certo é que esta não é uma evidência científica, mas desperta-nos para a importância da recolha de dados concretos sobre o objeto em estudo de forma a que a nossa ação, o nosso impacto seja mais relevante na interação com os vários protagonistas.

Apresentaremos agora um estudo que integrou as várias valências e serviços escolares e que reuniu os dados recolhidos ao longo dos últimos 10 anos no âmbito do sucesso/insucesso escolar; da relação com as famílias (numero de horas de reuniões, integração das famílias na realidade escolar; associação de pais e encarregados de educação; funcionamento e propostas das associações de estudantes; escola segura; gabinete de apoio à aprendizagem; entrevistas aos vigilantes da escola; sistema de faltas e sua tipologia, e violência em contexto escolar em três domínios: no namoro, entre pares, entre alunos e adultos.

No final poderemos comparar a nossa percepção com a realidade. Isto dar-nos-á uma maior consciência da problemática e vai-nos permitir delinear as estratégias e gerar os mecanismos para uma escola que atue a partir da Fraternidade.

Segue-se a atividade prática:

Podemo-nos questionar sobre o modo como levamos a percepção do conceito Fraternidade ao espaço escolar. A Educação não formal pode trazer-nos alguns contributos importantes, desde logo, pelo modo descontraído como se realiza. Por outro lado, pelo impacto visual, emotivo e físico que gera.

Mais do que falarmos, vamos, todos juntos, experimentar duas dinâmicas distintas. Estaremos divididos em dois grupos de modo a podermos realizar, analisar, perceber e aplicar à posteriori estas três dinâmicas.

Dinâmica 1 – A Jangada

Cada participante tem consigo uma cadeira. No campo de futebol da escola são convidados a irem para onde desejarem sem saírem do retângulo de jogo. A seguir, quem

orienta a dinâmica gera um imaginário onde as cadeiras se transformam em pedaços de madeira, resultantes de um naufrágio, e o chão é agora um mar revolto cheio de armadilhas e perigos. O objetivo do jogo passa por perceber a importância da cooperação e do olhar o outro como um igual de modo a conseguir, com os pedaços de madeira, construir uma jangada, sendo possível salvar todas as pessoas destes perigos.

Dinâmica 2 – Assembleia de nações

A ideia do jogo implica tomar consciência de que não somos todos iguais no jogo político internacional. Existem injustiças ocultas que se tornam mais claras através da verificação das desigualdades. A assunção da consciência dos conceitos de justiça e injustiça, igualdade e desigualdade, bem e mal, através desta dinâmica, permite aos alunos o questionamento acerca da realidade e a assunção, ainda que implícita do ideal de que “somos todos iguais”, a partir do qual poderá ser desenvolvido o conceito de Fraternidade.

Dinâmica 3: Quem disse?

Voltemos ao nosso primeiro encontro. É final de dia, o cansaço está presente em cada um de nós, mas estas duas dinâmicas anteriores foram animadas! Obrigado! Pelos vossos comentários fica claro a sua aplicabilidade e a necessidade de fazermos mais dinâmicas com os alunos e termos tempo para os escutarmos, para percebermos o que deles brota, recuperando um dos sentidos mais profundos do termo educar.

Nas vossas cadeiras encontram-se já um conjunto de textos acerca do papel do educador na formação das novas gerações com destaque para a questão da Fraternidade.

Vamos lê-los em trios de professores, de preferência de diferentes áreas, identificar as ideias principais de cada um e partilhar em grande grupo.

Como última etapa do trabalho surge a Avaliação da sessão formativa. Ela acontecerá da seguinte forma:

Construção, em trios, de cartazes alusivos à temática abordada com alertas para a questão da Fraternidade na escola e apresentação aos colegas.

3.4 – Planificação da terceira sessão

Nesta terceira e última sessão da nossa oficina de formação, pretende-se que cada formando entre em contacto com a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e que estabeleça pontes entre os vários referenciais curriculares que abordam a Fraternidade

diretamente, ou que podem, indiretamente, abrir espaço ao trabalho da mesma em contexto de sala de aula.

Apresentar-se-á a Fraternidade como proposta constante nas inúmeras etapas do desenvolvimento da disciplina de Cidadania e procurar-se-á explicitar, após as dinâmicas e conteúdos propostos os elos de ligação interdisciplinar para o trabalho da temática em várias disciplinas. Encerrar-se-á com a apresentação dos conteúdos da UL 4 – Construir Fraternidade, destacando a importância dos seus conteúdos a partir do domínio da cultura cristã e da visão cristã da vida.

Sessão 3: Sala de aula: Lugar de Fraternidade?
Objetivos: <ul style="list-style-type: none">✓ Conhecer a estratégia Nacional de Educação para a Cidadania;✓ Estabelecer pontes entre os diferentes referenciais curriculares que apresentam, explícita ou implicitamente, o tema da Fraternidade;✓ Aprofundar o conhecimento dos objetivos e conteúdos da UL 4, de modo a munir os docentes de conteúdos a trabalhar com os alunos sobre a importância de viverem fraternalmente.
Conteúdos: <ul style="list-style-type: none">- Breve apresentação da estratégia governamental para a Cidadania;- Conhecer a proposta acerca da Fraternidade constante das diversas etapas do desenvolvimento da disciplina de Cidadania;- Com base nos diferentes referenciais estabelecer pontes de contato interdisciplinar;- Apresentação da sequência didática e pedagógica da UL 4 e o seu contributo, a partir do domínio da Cultura Cristã e Visão Cristã da Vida.
Métodos/estratégias: <ul style="list-style-type: none">- Divisão em grupos de trabalho: Dinâmica “Agrupa os post it’s”;- Planificação de uma sequência de 4 aulas sobre a temática apresentando uma perspetiva global das várias correntes de pensamento.
Materiais <p>Projctor; Computador; Planos de aula; Post it’s.</p>

Para o Acolhimento, propomos:

Chegámos à última parte desta oficina de formação, uma autêntica viagem à volta do tema da Fraternidade. Começamos esta etapa final de tarde com um pequeno momento de partilha, com o colega do lado, sobre o que tem sido esta experiência formativa. Verbalizar, partilhar o que vamos experienciando, ajuda-nos a tornar real esta necessidade

de uma educação estruturada para a Fraternidade como condição para a criação de uma sociedade mais justa e humana.

De seguida, faremos a Apresentação geral do trabalho:

Começamos com a Dinâmica “Agrupa os *post it's*”. Uma boa parte das nossas disciplinas apresenta, explícita ou implicitamente, o tema da Fraternidade ao longo dos seus referenciais e conteúdos. À vossa frente encontráis diversos conteúdos, de outras tantas disciplinas, do 1.º ao 12.º ano.

O desafio é olhar para eles procurando identificar as disciplinas, os anos de ensino, e criar uma primeira sequência de aprendizagem. Bom trabalho!

Propomos agora uma análise e reflexão sobre os resultados obtidos com a dinâmica realizada.

Criámos uma autêntica rede de conhecimento à volta da Fraternidade com diferentes disciplinas como a EMRC, o Português do ensino básico e secundário, a História, a Filosofia no ensino secundário, a própria Geografia ou as Ciências Naturais e a questão de uma ecologia que integre e tenha no centro a Pessoa Humana, e claro, a Cidadania marca também aqui a sua presença constante.

Agora que nos espantámos com as ligações possíveis entre as disciplinas é tempo de planificar, em conjunto, trazendo o que aprendemos e aquilo que fomos refletindo ao longo destas semanas formativas e na nossa prática pedagógica.

O objetivo é que as equipas pedagógicas afetas a cada ano letivo possam planificar uma sequência de 4 aulas sobre o tema para alunos dos diferentes níveis de ensino.

Como última etapa do trabalho surge a Avaliação da sessão formativa.

Cada docente deve fazer a submissão das planificações com recurso à plataforma *showbie*, com possibilidade de os colegas fazerem interpelações e correções ao que é apresentado/submetido.

Da parte do docente formador espera-se um *feedback* construtivo que traga melhorias ao plano realizado e permita o aprofundamento das temáticas com a apresentação de nova bibliografia.

No final, os formandos realizam uma avaliação interpares. Esta avaliação deve conter um comentário sobre a própria oficina de formação e a sua mais valia didático-pedagógica deste espaço, bem como as estratégias inovadoras apreendidas por cada formando.

Em muitas partes do mundo, fazem falta percursos de paz que levem a cicatrizar as feridas, há necessidade de artesãos de paz prontos a gerar, com inventiva e ousadia, processos de cura e de um novo encontro.

(...)

O percurso para a paz não implica homogeneizar a sociedade, mas permite-nos trabalhar juntos. Pode unir muitos nas pesquisas comuns, onde todos ganham. Perante um certo objetivo comum, poder-se-á contribuir com diferentes propostas técnicas, distintas experiências, e trabalhar em prol do bem comum. É preciso procurar identificar bem os problemas que atravessa uma sociedade, para aceitar que existem diferentes maneiras de encarar as dificuldades e resolvê-las. O caminho para uma melhor convivência implica sempre reconhecer a possibilidade de que o outro contribua com uma perspetiva legítima, pelo menos em parte, algo que possa ser recuperado, mesmo que se tenha equivocado ou tenha agido mal (...) ³⁰⁶.

Com o mundo a caminhar para um ciclo de conflitos bélicos maiores e mais complexos, e com todas as transformações bruscas da nossa realidade quotidiana em função da terrível crise climática que enfrentamos, esta é a hora de aprendermos a viver em conjunto, a trabalhar e a construir uma realidade de irmãos. As relações entre irmãos não são simples, nem fáceis, mas parece que não temos muitas mais oportunidades. Neste sentido, a Escola deve recuperar a sua função Formativa e Educativa - sem paz, sem oportunidades de diálogo, sem conhecimento mútuo e respeito, não haverá desenvolvimento económico - e cada pequeno grupo de docentes pode dar o seu contributo para o todo da organização escolar e o sistema educativo. Rendidos ao estudo da Fraternidade, ocorreu-nos que esse tesouro da tradição cristã poderia ser partilhado, tal como nos ensinaram os nossos próprios alunos e alunas, pois se a Educação é uma atividade de troca de conhecimentos, de interação e de construção de cada ser humano, ela deve ser pensada e pautada pela Fraternidade, «de irmãos para formar irmãos» ³⁰⁷.

³⁰⁶ Francisco, Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*», 225; 228.

³⁰⁷ David Rodrigues, «*Fratelli Tutti* interpela a Educação», acedido a 21 de setembro de 2024, <https://www.publico.pt/2020/10/27/opiniao/noticia/fratelli-tutti-interpela-educacao-1936844>.

CONCLUSÃO

As questões respeitantes à Fraternidade estão intimamente ligadas à existência e às relações dos seres humanos entre si e destes com o mundo, com a casa comum. Todavia, é necessário termos em conta que as diferentes visões e perspetivas sobre a temática têm que ver com as diversas culturas e geografias, sendo por isso necessário e urgente, que em cada sociedade exista um elo comum de ligação entre todos, de forma a que, unidos pelo mesmo ideal os indivíduos possam ver no outro um irmão e não um concorrente ou inimigo. Este foi o percurso que aqui fizemos e tentámos demonstrar, sobretudo, quando a ideia de Deus é bastante diferente nos nossos dias, e parece já não congrega uma grande parte das pessoas em torno de si, mais ainda, quando falamos de geografias muito díspares. Para tal, apropriando-nos da ideia de amizade social do Papa Francisco, fomos discorrendo sobre o assunto e propondo formas de a vivermos, algo que culmina na Oficina de Formação que propomos no último capítulo, destinada a docentes, a fim de que a Fraternidade e a Amizade Social sejam recuperadas para as escolas, podendo assim transformar as mesmas a partir da base – das relações entre as pessoas.

Este relatório é fruto da nossa PES e representa o amor e dedicação aos nossos alunos que conosco caminharam durante um ano. Com eles foi possível ir além da teoria e construir reais laços de Fraternidade, fazendo da turma e da escola um local melhor e mais alegre. Durante a nossa PES, foi evidente a sua importância na nossa formação, pois tratou-se de um tempo de verdadeira transformação que nos permitiu levar até à sala de aula os conhecimentos que foram adquiridos ao longo deste ciclo de estudos, bem como do anterior. Foi, sem dúvida, um momento crucial de aprendizagem e de crescimento profissional e pessoal, pois os alunos, professores e auxiliares, ensinaram-nos também a ser professor, e a ser melhor professor do que aquele que chegou pela primeira vez à Escola Básica Damião de Góis.

Ao longo da PES foi essencial o contato direto com os alunos e professores, mormente a docente da PES, doutora Cristina Sá Carvalho, incansável no seu apoio e nas diretrizes que foi emanando para que fosse possível melhorar cada vez mais a nossa prática pedagógica. Por outro lado, a experiência de um docente orientador que conhecia a escola muito bem, tornou-se numa mais-valia para nos introduzir nessa realidade que nos era estranha, mas que depressa foi a nossa casa. Por ele também nos chegavam as avaliações realizadas após cada aula, que foram importantes para compreendermos por onde devíamos continuar a ir ou que estratégias alterar. Durante toda esta fase formativa,

os desafios foram inúmeros, porém, todos nos fizeram pensar sobre a nossa missão enquanto educador que quer ajudar os alunos a despontar o bem que em si têm. Compreendemos que ser educador não se resume aos conteúdos transmitidos. O educador é um facilitador, isto é, aquele que torna fácil o processo de aquisição das aprendizagens, de acordo com as sensibilidades várias, ajudando a crescer e a amadurecer tantas sementes de bem que os alunos trazem até nós.

A PES ensinou-nos ainda a importância de desenvolver características essenciais para as relações humanas, como a empatia, a compreensão, a flexibilidade, a solidariedade ou a caridade. Isto fez-nos compreender e respeitar muito mais os diferentes ritmos de cada aluno e o ambiente em sala de aula, bem como a nossa relação com cada um deles, pois a mesma pautou-se sempre por grande empatia e respeito mútuo. Findo este percurso, há um sentimento generalizado que somos hoje mais preparados, conscientes e reflexivos sobre a nossa prática e sobre a escola em geral. Isto faz-nos mais consciente das nossas capacidades e vigilante das fragilidades. Devemos isto à PES, pois fez-nos melhor professor não só em termos pedagógicos, mas também humanos, com um compromisso cada vez maior no que toca à resposta às necessidades dos alunos, e no que diz respeito à nossa postura na escola.

O trabalho concreto e intenso sobre a temática da Fraternidade, foi prazeroso e transformador das relações entre os alunos. Apresentar-lhes um conceito que desconheciam – em teoria – mas que afinal sabiam já experimentar na família, na escola ou no grupo de amigos, tornou-os despertos para o assunto e o percurso com eles realizado foi extraordinário, a ponto de compreendermos que uma ou outra relação entre pares, dentro da turma, se transformou também um pouco após a leção destes conteúdos. Daqui, surgiu-nos o desejo de estruturar e pensar a Oficina de Formação apresentada para docentes. Em nosso entender, a mesma é de crucial importância, pois, partindo do conceito de Fraternidade, mormente em ambiente escolar e educativo, isto leva-nos a refletir sobre a importância de um docente se manter atualizado e cada vez mais profissional na sua prática. Ora, a formação docente é importantíssima para isto, não apenas com o intuito de trazer ao de cima novas abordagens pedagógicas para diversos conteúdos já muito tratados, mas também para refletirmos sobre temas essenciais como é o da Fraternidade, sendo uma oportunidade para que os docentes também estreitem laços entre si. Por outro lado, a introdução da Fraternidade com esta Oficina formativa, quer habilitar os docentes a levarem o conceito de Fraternidade para as suas aulas, podendo ser uma fonte transmissora do mesmo, sobretudo, pelo exemplo. Com esta Oficina,

deseja-se ainda apresentar soluções para alguns problemas que vão surgindo no seio da escola, discutindo abertamente questões ligadas à indisciplina, ao insucesso escolar e à relação da escola com as famílias. No nosso entender, esta discussão aberta permitirá munir os docentes de ferramentas que os auxiliem a ultrapassar os obstáculos diários nas aulas e nas escolas, além de fortalecer o seu papel enquanto agentes de uma transformação escolar que se quer que aconteça pela Fraternidade. Além disto, a promoção da cidadania é outro ponto relevante da Oficina de Formação, pois a mesma incentivará os docentes a aplicarem o conceito de Fraternidade nas suas aulas e a estabelecerem com este, ligações dos conteúdos disciplinares que lecionam, integrando a Fraternidade nas aulas e ajudando os alunos a desenvolver a consciência de que devem lutar por um mundo mais justo, solidário e fraterno, ao exemplo de Jesus Cristo e do que se pode ler na Carta Encíclica *Fratelli Tutti*, que é, aliás, documento essencial desta Oficina. Com ela, pretendemos que cada docente possa ampliar a sua capacidade em educar além do conhecimento científico – absolutamente essencial na sua missão – dando atenção à formação de pessoas conscientes da sua missão na sociedade onde se inserem, e levando-os a promoverem uma convivência sã e fraterna.

Com a reflexão que aqui fizemos e com a Oficina de Formação que propusemos, evidencia-se também a importância absolutamente central da disciplina de EMRC nas escolas, sejam elas privadas ou estatais. Não se trata apenas de evidenciar a transmissão do conhecimento religioso, já que, hodiernamente existe uma carência imensa de literacia religiosa. A partir do currículo da EMRC, os alunos têm maior e melhor acesso a um desenvolvimento holístico, já que aquilo que é trabalhado, vai desde os conteúdos científicos, passando pelas abordagens éticas, chegando às espirituais e/ou religiosas, pois a sala de aula transforma-se num “átrio dos gentios” onde todos têm lugar, independentemente das crenças de cada aluno, e aí, começa a nascer a Fraternidade. As aulas de EMRC são um laboratório da Fraternidade. Por outro lado, ainda que os conteúdos da disciplina assentem na tradição cristã, muitos dos valores promovidos são universais, fazendo com que um aluno de outra religião ou sem qualquer crença esteja no espaço de sala de aula sem qualquer incómodo. Podemos ainda falar da questão cultural e da tradição, na medida em que a EMRC permite que cada aluno conheça melhor a sua própria cultura e a do mundo em geral, bem como a influência que a religião tem na arte, literatura, política ou filosofia. Em resumo, a EMRC oferece aos alunos uma base ético-moral sólida, a partir dos valores cristãos, e prepara-os para serem indivíduos sensíveis ao bem comum e à importância de serem construtores de Fraternidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bíblia. *Os Quatro Evangelhos e os Salmos*, Conferência Episcopal Portuguesa. Lisboa: Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2019.

1 – Magistério da Igreja

«Justiça e Paz», Conselho Pontifício. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Cascais: Princípia, 2005.

Bento XVI. «Audiência Geral de 5 de Abril de 2006». Acedido a 24 de janeiro de 2024. https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2006/documents/hf_ben-xvi_aud_20060405.html.

Bento XVI. «Audiência Geral de 6 de fevereiro de 2013». Acedido a 3 de junho de 2023. https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2013/documents/hf_ben-xvi_aud_20130206.html.

Bento XVI. «Homilia do Santo Padre durante a concelebração eucarística na esplanada de Neue Messe (Nova Feira) a 10 de setembro de 2006». Acedido a 24 de janeiro de 2024. https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/homilies/2006/documents/hf_ben-xvi_hom_20060910_neue-messe-munich.html.

Bento XVI. Carta Encíclica «*Caritas in Veritate*». Prior Velho: Paulinas Editora, 2009.

Catecismo da Igreja Católica. Coimbra: Gráfica de Coimbra – Libreria Editrice Vaticana, para a edição portuguesa, 1993.

Concílio Vaticano II. «Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja». Acedido a 10 de agosto de 2023. https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html.

Concílio Vaticano II. «Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo actual». Acedido a 10 de junho de 2023. https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html.

Concílio Vaticano II. «Declaração *Dignitatis Humanae* sobre a liberdade religiosa». Acedido a 21 de novembro de 2023. https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651207_dignitatis-humanae_po.html.

Concílio Vaticano II. «Decreto *Ad Gentes* sobre a atividade missionária da Igreja». Acedido a 20 de novembro de 2023. https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html.

Concílio Vaticano II. Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo». Acedido a 23 de novembro de 2023. https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html.

Congregação para a Doutrina da Fé. «Introdução *Dignitas Personae* sobre algumas questões de bioética». Acedido a 10 de junho de 2023. https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20081208_dignitas-personae_po.html.

Francisco, Ahmad Al-Tayyeb. «Documento sobre a fraternidade humana em prol da paz universal e da convivência comum». Acedido a 30 de junho de 2023. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papa-francesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html.

Francisco. «Angelus 10 de novembro de 2019». Acedido a 30 de janeiro de 2024. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2019/documents/papa-francesco_angelus_20191110.html.

Francisco. «Bênção Apostólica “Urbi et Orbi” de 13 de março de 2013». Acedido a 26 de janeiro de 2024. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/march/documents/papa-francesco_20130313_benedizione-urbi-et-orbi.html.

Francisco. «Encontro com os representantes de alguns centros de assistência e de caridade no centro paroquial de Serafina em Lisboa a 4 de agosto de 2023» Acedido a 8 de fevereiro de 2024, <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2023/august/documents/20230804-portogallo-centri-assistenza.pdf>.

- Francisco. «Mensagem para a celebração do LIII Dia Mundial da Paz 2020». Acedido a 29 de janeiro de 2024. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20191208_messaggio-53giornatamondiale-pace2020.html.
- Francisco. «Mensagem para a celebração do LVI Dia Mundial da Paz 2023». Acedido a 3 de setembro de 2024, <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/20221208-messaggio-56giornatamondiale-pace2023.html>.
- Francisco. «Mensagem para a celebração do XLVII Dia Mundial da Paz 2014». Acedido a 20 de junho de 2023. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20131208_messaggio-xxlvii-giornata-mondiale-pace-2014.html.
- Francisco. «Mensagem para a Quaresma de 2024». Acedido a 5 de fevereiro de 2024. <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/lent/documents/20231203-messaggio-quaresima2024.html>.
- Francisco. «Mensagem para o 2.º Dia Internacional da Fraternidade Humana 2022». Acedido a 6 de setembro de 2024. <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2022/documents/20220204-videomessaggio-fratellanzaumana.html>.
- Francisco. Carta Encíclica «*Fratelli Tutti*». Prior Velho: Paulinas Editora, 2020.
- Francisco. Carta Encíclica «*Laudato Si'*». Prior Velho: Paulinas Editora, 2015.
- Francisco. Exortação Apostólica «*Evangelii Gaudium*». Lisboa: Paulus Editora, 2013.
- João Paulo II. «Audiência Geral de 19 de setembro de 1979». Acedido a 25 de abril de 2023. https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/1979/documents/hf_jp-ii_aud_19790919.html.
- João Paulo II. «Carta do Santo Padre por ocasião do IV Congresso Eucarístico Diocesano de Perúsia – Città della Pieve (Itália)». Acedido a 22 de janeiro de 2024. https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1999/documents/hf_jp-ii_let_06081999_pieve.html.

João Paulo II. «Homilia em Curitiba a 6 de julho de 1980». Acedido a 22 de janeiro de 2024. https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1980/documents/hf_jp-ii_hom_19800706_curitiba-brazil.html.

João Paulo II. Carta Encíclica «*Centesimus Annus*». Lisboa: Edições Paulistas, 1991.

João Paulo II. Carta Encíclica «*Sollicitudo Rei Socialis*». Lisboa: Edições Paulistas, 1988.

Paulo VI. «Mensagem para a celebração do IV Dia Mundial da Paz 1971». Acedido a 20 de janeiro de 2024. https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/messages/peace/documents/hf_p-vi_mes_19701114_iv-world-day-for-peace.html.

Paulo VI. Carta Encíclica «*Populorum Progressio*». Lisboa: Editorial Aster, 1967.

2 – Bibliografia geral

Academia das Ciências de Lisboa. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea Vol. I*. Braga: Verbo, 2001.

Academia das Ciências de Lisboa. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea Vol. II*. Braga: Verbo, 2001.

Afonso, Almerindo, Ramos, Emílio. «Estado-nação, educação e cidadanias em transição». *Revista Portuguesa de Educação* 20 (1), (2007): 77-98.

Agrupamento de Escolas D. Dinis. «Damião de Góis». Acedido a 18 de fevereiro de 2024. <https://aeddinislisboa.wixsite.com/aeddinis/patronos-damiogois>.

Agrupamento de Escolas D. Dinis. «Programa TEIP». Acedido a 16 de fevereiro de 2024. <https://aeddinislisboa.wixsite.com/aeddinis/programa-teip>.

Agrupamento de Escolas D. Dinis. «Projeto Educativo». Acedido a 18 de fevereiro de 2024. https://aa59a12b-540c-4dd2-b810-7b21a9d5ff03.filesusr.com/ugd/adf0ab_8cb50741b6d74c9c90e7babb41f5d282.pdf.

Alonso-Schökel, Luis. *Dónde está tu hermano? Textos de fraternidade en el libro del Génesis*. Estella: Editorial Verbo Divino, 1997.

Arenas, Paula. «La fraternidade como colecta y la colecta como gracia», em *La hermandad desde la Biblia. Aproximaciones textuales, contextuales e*

- intertextuales a propósito de Fratelli Tutti*, editado por Juan Ramírez, 163-173. Estella: Editorial Verbo Divino, 2022.
- Arends, Richard. *Aprender a ensinar*. Madrid: McGraw-Hill, 2008.
- Aziagbia, Nestor. *La fraternité en Christ: fondements de l'être ecclésial et son incidence africaine*. Université de Strasbourg, 2012. <https://theses.hal.science/tel-00975169>.
- Aziagbia, Nestor. *La fraternité en Christ: fondements del'être ecclésial et son incidence africaine*. Strasbourg: Université de Strasbourg, 2012.
- Barroso, Luís. *A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo - A construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- Barsotti, Divo. *Première épître de Pierre*. Paris: Pierre Téqui Éditeur, 2001.
- Becchi, Paolo. *O princípio da dignidade humana*. Aparecida: Santuário, 2013.
- Benites, Larissa; Neto Samuel; Cyrino Marina; Costa Mariane; Costa Julia. «A Fraternidade e a Educação para a Paz: possibilidades pedagógicas numa perspectiva de mudança». Acedido a 8 de setembro de 2024. https://www.researchgate.net/publication/235485476_A_Fraternidade_e_a_Educacao_para_a_Paz_posibilidades_pedagogicas_numa_perspectiva_de_mudanca.
- Bergoglio, Jorge Mario. *Formar: Exigência e Paixão. Desafios aos educadores*. Prior Velho: Paulinas, 2015.
- Bernabé-Ubieta, Carmen. «Hermandad y amistad en el evangelio de Juan», em *La hermandad desde la Biblia. Aproximaciones textuales, contextuales e intertextuales a propósito de Fratelli Tutti*, editado por Juan Ramírez, 151-162. Estella: Editorial Verbo Divino, 2022.
- Bíblia, Vol. I, Novo Testamento: *Os Quatro Evangelhos*. Tradução do texto grego, apresentação e notas por Frederico Lourenço. Coordenação de Francisco José Viegas. Lisboa: Quetzal Editores, 2016.
- Bíblia, Vol. I, Novo Testamento: *Os Quatro Evangelhos*. Tradução do texto grego, apresentação e notas por Frederico Lourenço. Coordenação de Francisco José Viegas. Lisboa: Quetzal Editores, 2016.

- Boff, Leonardo. *Saber cuidar. Ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- Bonora, Antonio. *A fraternidade que salva. Génesis 37-50*. São Paulo: Edições Paulinas, 1987.
- Botelho Moniz, Jorge. «As camadas internas da secularização: proposta de sistematização de um conceito essencialmente contestado». *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto XXXIV*, (2017): 73-92.
- Burroughs, Jonathan. «Fraternity in the Gospel of Matthew: Discipleship and Doubt», em *Le défi de la fraternité. The Challenge on fraternity. Die Herausforderung der Geschwisterlichkeit*, editado por Marie-Jo Thiel e Marc Feix, 245-255. Münster: LIT Verlag, 2018.
- Cabral, Roque, Freitas, Manuel, Caeiro, Francisco, Morujão, Alexandre, Oliveira, José, Paim, António. *Logos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1990.
- Cabral, Ruben de Freitas. *O novo voo de Ícaro. Discursos sobre Educação*. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus, 1999.
- Cândido, Luigi. «Fraternidade». Em *Dicionário de Espiritualidade*, editado por Stefano Fiore, Tullo Goffi, 465-473. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- Carvalho, José. «A figura bíblica de Caim - um Deus violento ou a violência de Deus?». *Humanística e Teologia* 31, 2 (2010): 187-201.
- Carvalho, Nuno Archer de. *60 Atividades de Grupo. Cidadania e Desenvolvimento Pessoal e Social*. Lisboa: Leya, 2017.
- Catalano, Roberto. «Pope Francis' Culture of Dialogue as Pathway to Interfaith Encounter: A Special Focus on Islam». Acedido a 15 de agosto de 2024. <https://www.mdpi.com/2077-1444/13/4/279>.
- Coatanea, Dominique. *Le défi actuel du Bien commun dans la doctrine sociale de l'Église: Études à partir de l'approche de Gaston Fessard s.j.* Zürich: LIT Verlag, 2016.
- Conferência Episcopal Portuguesa. «Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a valorização da personalidade». Acedido a 11 de abril de 2024.

<https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/educacao-moral-e-religiosa-catolica-um-valioso-contributo-para-a-formacao-da-personalidade/>.

Conferência Episcopal Portuguesa. «Educar – Propor o caminho para uma vida plena». Acedido a 12 de abril de 2024, https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/wp-content/uploads/CEECDF_NotaPastoralSemanaEducacao.pdf.

Contreras, Jose. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.

Couto, António. *Pentateuco, caminho da vida agraciada*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2005.

Delors, Jacques, In'am Al-Mufti, Isao Amagi, Roberto Carneiro, Fay Chung, Bronislaw Geremek, William Gorham, Aleksandra Kornhauser, Michael Manley, Marisela Padrón Quero, Marie-Angélique Savané, Karan Singh, Rodolfo Stavenhagen, Myong Won Suhr e Zhou Nanzhao. *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Acedido a 25 de março de 2024. http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf.

Deneken, Michel. *La foi pascale*. Paris: Éd. du Cerf, 2002.

Discurso do Cardeal D. José Tolentino de Mendonça às escolas católicas do Brasil reunidas em Assembleia Geral. Acedido a 7 de setembro de 2024. <https://www.educris.com/v3/escolas-catolicas/13207-brasil-as-escolas-sao-a-trincheira-avancada-da-complexidade-atual-d-tolentino-mendonca>.

Domingues, Bernardo. «Em que consiste a dignidade da pessoa humana». *Humanística e Teologia* 11 (1990): 151-170.

Duque, João. «O conceito de Deus na Teologia Fundamental». *Didaskalia* 88, XXXVIII (2008): 229-246.

Education at a Glance 2023. OECD Indicators. Acedido a 10 de setembro de 2024. <https://pessoas2030.gov.pt/wp-content/uploads/sites/19/2023/09/e13bef63-en.pdf>.

Epicoco, Luigi. *In principio erano fratelli. Prove di fraternità nella Bibbia*. Todi: Tau Editrice, 2022).

- Ferreira, Aida. «Acção do serviço social em contexto de globalização: limites e (ou) desafios». *Revista Lusófona de Ciências Sociais* 2, (2005): 19-25.
- Ferreira, Isabel; Teixeira, Ana. «Territórios Educativos de Intervenção prioritária: breve balanço e novas questões». *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP* vol. XX, (2010): 331-350.
- Fessard, Gaston. *Autorité et Bien Commun*, ed. Frédéric Louzuau. Paris: Éditions Ad Solem, 2015.
- Fessard, Gaston. *Pax Nostra. Examen de Conscience International*. Paris: Éditions Bernard Grasset, 1936.
- Francisco convida a educar com fraternidade: a educação é um ator de amor. Acedido a 10 de setembro de 2024. <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2023-01/papa-francisco-intencao-oracao-janeiro-educadores-ato-amor.html>.
- Garcia, Maria da Glória. *Como defender hoje a Dignidade Humana*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2016.
- Gennari, Gianni. «Filhos de Deus». Em *Dicionário de Espiritualidade*. Ed. Stefano de Fiores e Tullo Goffi. 453-463. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- González, Angela. «Cuando la casa se transforma en morada. Símbolos de fraternidad em las mujeres de Betania», em *La hermandad desde la Biblia. Aproximaciones textuales, contextuales e intertextuales a propósito de Fratelli Tutti*, editado por Juan Ramírez, 371-383. Estella: Editorial Verbo Divino, 2022.
- Grillo, Andrea. «Fraternidade e mundo aberto. O sonho da Fratelli Tutti». Acedido a 25 de janeiro de 2024. <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/608881-fraternidade-e-mundo-aberto-o-sonho-de-fratelli-tutti-artigo-de-andrea-grillo>.
- Guggenheim, Antoine. «Contribution de deux textes de Saint Paul (Galates 3,28 et Éphésien 2,14) à la théologie chrétienne du politique de Gaston Fessard». *Cités* 1, n. 53 (2013): 187-199.
- Haight, John. *Cristianismo e evolucionismo em 101 perguntas e respostas*. Lisboa: Gradiva, 2009.
- Ladaria, Luis. *Introducción a la Antropología teológica*. Navarra: Editorial Verbo Divino, 2004.

- Lafer, Celso. *Ensaio liberais*. São Paulo: Edições Siciliano, 1991.
- Lamau, Marie-Louise. *Des chrétiens dans le monde. Communautés pétriniennes au Ier siècle. Lectio Divina 134*. Paris: Éditions du Cerf, 1988.
- Lasker-Schüler, Else. *Baladas Hebraicas*. Traduzido por João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2002.
- Ledezma, Edgar. «El samaritano y el centurión Cornelio: una aproximación a la fraternidad y sororidad en la obra lucana», em *La hermandad desde la Biblia. Aproximaciones textuales, contextuales e intertextuales a propósito de Fratelli Tutti*, editado por Juan Ramírez, 137-150. Estella: Editorial Verbo Divino, 2022.
- Lefebvre, Philippe. «Filiations humaines, filiation divine. Petites traverses bibliques». *Revue d'éthique et de théologie morale* 297, (2018): 13-27.
- Legido, Marcelino, J. Abad, F. Bellido, J. Tapia, U. Heras, C. Osoro, F. Alía. *De Dos en Dos. Apuntes sobre la fraternidad apostólica*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1980.
- Lind, Andreas. «O magistério do Papa Francisco em tempos de guerra». *Cadernos Teologia Pública* XIX, 167 (2023): 4-37.
- Los cristianos en el mundo. Acedido a 7 de setembro de 2024. https://www.vatican.va/spirit/documents/spirit_2010522_diogneto_sp.html.
- Machado, José. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência-Livros Horizonte, 1967.
- Malheiro, Duarte. *Construir fraternidade. Análise da UL sobre a fraternidade do 5º ano de escolaridade do programa de EMRC do Ensino Básico e Secundário*. Universidade Católica Portuguesa, 2018.
- Moita, Fernando. «A missão do professor de EMRC no contexto da escola actual». *Pastoral Catequética* 26, (2013): 53-74.
- Monteiro, António. «A dignidade humana na Constituição Pastoral – ‘Gaudium et Spes’». *Humanística e Teologia* 1, 3 (1980): 267-307.
- Nóvoa, António. «Os professores na virada do milénio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas». Acedido a 8 de setembro de 2024. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/690/1/21136_1517-9702_.pdf

- O'Day, Gail. «Jesus as Friend in the Gospel of John». *Interpretation* 52, 2 (2004): 144-157.
- Panimolle, Salvatore. «Amor». Em *Nuevo Diccionario de Teologia Biblica*. Ed. Pietro Rossano, Gianfranco Ravasi e Antonio Girlanda. 60-93. Madrid: Ediciones Paulinas, 1990.
- Pieri, Severino de. «Problematica religiosa degli adolescenti e dei giovani». Acedido a 6 de março de 2024. https://www.notedipastoralegiovanile.it/index.php?option=com_content&view=article&id=11990:problema%20religiosa-degli-adolescenti-e-dei-giovani&Itemid=101.
- Pierre, Abbé. *Fraternidade*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.
- Pires, Adão. «A dignidade da pessoa humana na história e no direito: aspectos de tempo e espaço». *Revista Jurídica Luso-Brasileira* 6, n. 6 (2020): 2-34.
- Piro, Isabella. «*Fratelli Tutti*: short summary of Pope Francis's Social Encyclical». Acedido a 15 de agosto de 2024. <https://www.vaticannews.va/en/pope/news/2020-10/fratelli-tutti-pope-fraternity-social-friendship-short-summary.html>.
- Pizzolato, Filippo. «A Fraternidade no Ordenamento Jurídico». Em *O Princípio Esquecido/1*, editado por Antonio Baggio, traduzido por Durval Cordas, Iolanda Gaspar, José Maria de Almeida. São Paulo: Editora Cidade Nova, 2008.
- Portilla, Uriel. «La hermandad en la tradición profética de Israel», em *La hermandad desde la Biblia. Aproximaciones textuales, contextuales e intertextuales a propósito de Fratelli Tutti*, editado por Juan Ramírez, 81-106. Estella: Editorial Verbo Divino, 2022.
- Projeto Radar. Acedido a 16 de fevereiro de 2024. https://mais.scml.pt/lisboacidadetodasidades/wp-content/uploads/sites/18/2020/02/radar_rel-intercalar2-10_fev20.pdf.
- Ramírez, Hernán. «Fraternidad y sororidad en la literatura poética y sapiencial: de camino a la amistad social», em *La hermandad desde la Biblia. Aproximaciones textuales, contextuales e intertextuales a propósito de Fratelli Tutti*, editado por Juan Ramírez, 107-118. Estella: Editorial Verbo Divino, 2022.

- Ratzinger, Joseph. «Dictionnaire de Spiritualité». Acedido a 22 de junho de 2023. [https://archive.org/details/dictionnaire-de-spiritualite-tome-04.2-esp-
ez/Dictionnaire%20de%20Spiritualit%C3%A9%20tome%2005%20%28F%29/p
age/n1/mode/2up](https://archive.org/details/dictionnaire-de-spiritualite-tome-04.2-esp-ez/Dictionnaire%20de%20Spiritualit%C3%A9%20tome%2005%20%28F%29/page/n1/mode/2up).
- Ratzinger, Joseph. *La fraternidad de los cristianos*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2005.
- Reis, Maria dos. «A relação entre pais e professores: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso». Tese de doutoramento (2008) 73. Acedido a 1 de março de 2024, [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2238/1/PAULA.COLARES.Relacao.
Pais.Professores.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2238/1/PAULA.COLARES.Relacao.Pais.Professores.pdf).
- Ricoeur, Paul. «Déclaration universelle des droits de l’homme: un nouveau souffle». *ACAT* jan./fev., (1999): 21-22.
- Rochetta, Carlo. *Teologia da Ternura. Um “evangelho” a descobrir*. São Paulo: Paulus, 2002.
- Rodrigues, David. «Fratelli Tutti interpela a Educação». Acedido a 21 de setembro de 2024. [https://www.publico.pt/2020/10/27/opiniao/noticia/fratelli-tutti-interpela-
educacao-1936844](https://www.publico.pt/2020/10/27/opiniao/noticia/fratelli-tutti-interpela-educacao-1936844).
- Roldão, Maria. «Formação de professores baseada na investigação e prática reflexiva», Conferência Desenvolvimento Profissional de Professores para a Qualidade e para a Equidade da Aprendizagem ao longo da Vida, (junho 2008): 40-50, [https://crispasuper.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/06/erc3aancia-
e28098desenvolvimento-profissional-de-professores-para-a-qualidade-e-para-a-
equidade-da-aprendizagem-ao-longo-da-vida_3.pdf](https://crispasuper.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/06/erc3aancia-e28098desenvolvimento-profissional-de-professores-para-a-qualidade-e-para-a-equidade-da-aprendizagem-ao-longo-da-vida_3.pdf).
- Ruiz de la Peña, Juan. *Imagen de Dios: antropologia teológica fundamental*. Santander: Editorial Sal Terrae, 1996.
- Sá Carvalho, Cristina, Dimas Pedrinho, Elisa Urbano, Fernando Moita e Juan Ambrósio. *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica 2014*. Torres Novas: Gráfica Almondina, 2014.
- Sá Carvalho, Cristina. «Pressupostos epistemológicos e pedagógicos do desenvolvimento curricular em EMRC, edição 2014». *Pastoral Catequética* 31/32 (2015): 29-61.

- Sacristán, José Gimeno. *A Educação Obrigatória*. Porto: Porto Editora, 2002.
- Secretariado Nacional da Educação Cristã. *Conta Comigo: Manual do Aluno de Educação Moral e Religiosa Católica – 5.º ano do Ensino Básico*. Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015.
- Sousa, Antonino de. *O Cuidar como Relação de Ajuda. Por uma ética teológica do cuidar*. Lisboa: Editorial Cáritas, 2016.
- Spadaro, Antonio. «Fratelli Tutti: um guia para a leitura da encíclica do papa Francisco». Acedido a 27 de janeiro de 2024. <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/603448-fratelli-tutti-um-guia-para-a-leitura-da-enciclica-do-papa-francisco-artigo-de-antonio-spadaro>.
- Tamayo, Juan José (org.). *Novo Dicionário de Teologia*. São Paulo: Paulus, 2009.
- Tertuliano. Apologético. Lisboa: Alcalá, 2002.
- Tolentino Mendonça, José. *Metamorfose Necessária. Reler São Paulo*. Lisboa: Quetzal Editores, 2022.
- Tolentino Mendonça, José. *Pai-Nosso que estais na Terra. O Pai-nosso aberto a crentes e a não-crentes*. Prior Velho: Paulinas Editora, 2011.
- Trigo, Jerónimo. «Ética do cuidar e do cuidado». *Vida Consagrada* 384, (2014): 403-421.
- Vaz, Armindo. «Ecologia Integral a partir de Gn 1». *Theologica* 2, Vol. LI, Fasc. 1 (2016): 51-67.
- Vaz, Armindo. *O sentido último da vida projetado nas Origens*. Marco de Canaveses: Edições Carmelo, 2011.
- Von Rad, Gerard. *El libro del Genesis*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1982.
- Zgaga, Pavel. «Um novo leque de competências para enfrentar os novos desafios do ensino». Conferência Desenvolvimento Profissional de Professores para a Qualidade e para a Equidade da Aprendizagem ao longo da Vida, (junho 2008): 29-39. https://crispasuper.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/06/erc3aancia-e28098desenvolvimento-profissional-de-professores-para-a-qualidade-e-para-a-equidade-da-aprendizagem-ao-longo-da-vida_3.pdf.

3 – Documentos curriculares

Direção-Geral da Educação. «Aprendizagens Essenciais de Educação Moral e Religiosa Católica, 5.º ano, II ciclo do Ensino Básico». Acedido a 20 de abril de 2024, https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/2_ciclo/emrc_2c_5a.pdf.

Direção-Geral da Educação. «Aprendizagens Essenciais». Acedido a 20 de abril de 2024. <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-0>.

4 – Legislação

«Constituição da República Portuguesa». Artigo 24º, 1-2. Acedido a 13 de junho de 2023. <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art24>.

Diário da República. «Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro». Acedido a 15 de agosto de 2024. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2014/02/02900/0128601291.pdf>.

DRE. «Despacho Normativo 20/2012». Acedido a 18 de fevereiro de 2024. <https://files.dre.pt/2s/2012/10/192000000/3334433344.pdf>.

DRE. «Despacho Normativo 55/2008». Acedido a 17 de fevereiro de 2024. <https://files.dre.pt/2s/2012/10/192000000/3334433346.pdf>.